

# THE COURAGE

The courage that characterizes the men of the United States Army is the courage that makes the difference between the ordinary and the extraordinary.



# ÍNDICE

(Os "Ensaio" foram agrupados em 6 blocos, com mais uma apresentação e uma espécie de epílogo)

página

<b>A ARMA DA CRÍTICA</b> (apresentação)	3
<b>A SITUAÇÃO BRASILEIRA</b>	4 a 19
<b>AS OPOSIÇÕES BRASILEIRAS</b>	20 a 27
<b>OS CAMINHOS DA OPOSIÇÃO</b>	28 a 33
<b>OS POVOS E OS PAÍSES POBRES</b>	34 a 45
<b>POLÍTICA: A ARTE E A CIÊNCIA</b>	46 a 50
<b>A POPULAÇÃO MUNDIAL</b>	51 a 53
<b>O QUE É O SOCIALISMO</b> (epílogo)	54

Ensaio Populares é uma seleção de artigos já publicados no jornal **Movimento**. **Movimento** é uma publicação de Edição S.A. Editora de Livros, jornais e Revistas. Administração e Redação. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625. Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210.6622 e 210.6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua da Lapa, 180 sala 606 - telefone: 222.6493 - Sucursal de Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007, telefone: 23.7416. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575 - São Paulo. Telefone: 65.5111 - Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros. São Paulo. Telefone: 282.2523 - Material internacional via Varig.

# A ARMA DA CRÍTICA

**N**osso jornal surgiu há dois anos. Quando apareceu, trazia uma novidade em relação à grande maioria dos jornais que o brasileiro encontra nas bancas, um programa explícito:

\* apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;

\* descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;

acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros:

- pelas liberdades democráticas
- pela melhoria da qualidade de vida da população;
- contra a exploração do país por interesses estrangeiros;
- pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do

povo;

● pela defesa dos nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.

Em resumo, **Movimento** se propunha a cobrir os principais acontecimentos da semana e lutar pelas liberdades democráticas, a independência nacional e a elevação do padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores.

Por que tomar partido nas lutas sociais que se travam no país? Por que não ser, simplesmente, um "órgão noticioso", um "jornal objetivo"? Porque naquela época, e hoje mais ainda, acreditávamos que é impossível viver em sociedade e não participar de suas lutas, consciente ou inconscientemente, de forma direta ou indireta. Nossa experiência nos ensinava que os jornais, e especialmente os jornais políticos, não são cronistas olímpicos situados acima das lutas que se travam neste "insensato mundo". Bem ao contrário; os jornais fazem parte ativa deste mundo, estão envolvidos em suas lutas sociais - econômicas, políticas e ideológicas -; são peças dos conflitos da sociedade. Através deles, as opiniões se formam e as forças sociais se alinham em torno de programas e de bandeiras.

Nossa experiência nos ensinava ainda que não é possível separar num jornal "informação" de "opinião"; a visão geral da direção de um órgão de imprensa se reflete não só em seus editoriais, mas também na escolha de seus articulistas, na própria seleção e hierarquização das notícias, até na diagramação e ilustração de suas folhas. É tão inviável um jornal descrever os conflitos sociais de uma forma "olímpica", "neutra", "imparcial", independente de quem sustenta o jornal, de quem o edita, dos repórteres que o fazem, por exemplo, quanto é inviável uma pessoa contar a história de um acontecimento qualquer de forma independente de seu estágio atual de cultura, de sua capacidade de observação, de seu conhecimento prévio das partes envolvidas e de seus interesses pessoais na disputa.

Mesmo os debates que às vezes os jornais promovem para formar sua própria posição acerca de determinados temas, não são escolhidos de forma arbitrária; ninguém debate sem um momento, sem um tema e sem debatedores determinados; todos escolhem seus temas, seus debatedores e a oportunidade de seus debates de acordo com seus objetivos e segundo seus métodos.

Procurando esconder essa verdade, a ideologia conservadora tenta identificar o jornalismo que assume abertamente as posições que defende com um jornalismo preconceituoso, parcial, "ideológico". Mas, assim como estamos convencidos de que não existe um jornalismo feito *de fora* da sociedade, também não achamos que ter uma posição signifique necessariamente

ser sectário, dogmático, incapaz de apresentar com toda a sua complexidade os fenômenos objetivos da natureza e da sociedade. Ao contrário: os que assumem o ponto de vista da maioria e defendem as posições mais decididas, mais corretas e mais amplas são os que têm, ao mesmo tempo, as melhores condições de fazer um jornalismo mais objetivo, multilateral e transformador. Pensar o contrário seria crer no absurdo de que só os indecisos, os insensíveis, os indiferentes ou os injustos poderiam fazer bom jornalismo.

Nestes "Ensaio Populares", produzidos ao sabor dos acontecimentos das últimas 100 semanas, estão sintetizadas parte de nossas preocupações de fazer bom jornalismo e servir às causas mais amplas de nosso povo.

Por que "Ensaio"? Porque se trata de tentativas de analisar os fatos correntes de um ponto de vista crítico e popular e este ponto de vista não está pronto, predeterminado, mas em elaboração constante; e nosso propósito é apenas o de contribuir para essa elaboração, com as limitações decorrentes do nosso grau de consciência e de informação e, mais ainda, do regime a que está submetido nosso jornal. Por que "Populares"? Primeiro, porque nos colocamos do ponto de vista dos problemas e das aspirações das camadas pobres e trabalhadoras do povo. E, segundo, porque partimos da convicção de que só este mesmo povo, consciente e organizado, pode resolver de maneira duradoura os problemas sociais e assim achamos que toda crítica da vida social, para ser útil, deve procurar, de uma forma ou de outra, ser acessível às mais amplas camadas sociais. A arma da crítica é essencial, ainda que não possa substituir outras ferramentas e outras formas de trabalho político; mas a boa teoria e a boa informação só se tornam armas poderosas quando são apropriadas pelas massas.

Esperamos que a publicação destes "Ensaio Populares" contribua para elevar o nível de consciência política de nosso povo. Esperamos que sirva, além disso, para estimular um debate que amplie e aprofunde a unidade popular e das correntes políticas de oposição. Eles não constituem uma visão pronta, integral e acabada dos problemas. Toda crítica que os leitores e as correntes de oposição fizerem a eles com o objetivo de aproximá-los cada vez mais da verdade e das causas populares contribuirá, portanto, para aperfeiçoar nosso manejo da arma da crítica e servirá para que **Movimento** se fortaleça. A idéia desta republicação dos Ensaio surgiu aliás do debate interno de **Movimento** onde eles também estão sendo discutidos.

Algumas das limitações dos textos que se seguem são evidentes; eles foram feitos na correria do dia-a-dia e ao longo dos últimos dois anos estiveram em busca dos acontecimentos mais importantes; não são, portanto, estudos aprofundados de cada um dos problemas tratados, nem a ordem que assumem nesta edição nasceu de um planejamento inicial visando a um resultado final completo e integrado. Outras limitações, mais duras, decorrem das restrições que a imprensa brasileira sofre atualmente. A linguagem, por esse motivo, muitas vezes se afasta da clareza e da precisão indispensáveis a ensaios realmente *livres e populares*.

Para a presente edição foram eliminados apenas os erros de revisão, as desatualizações e redundâncias; aperfeiçoamentos de linguagem e pequenos acréscimos foram feitos em passagens consideradas obscuras. Essencialmente, são os mesmos Ensaio Populares já publicados em **Movimento**. (Raimundo Rodrigues Pereira).

# 1 A SITUAÇÃO BRASILEIRA

*Um país onde o capitalismo se desenvolve aumentando a dependência externa e preservando o monopólio da propriedade territorial; uma conjuntura política caracterizada por um regime de exceção, que agrava as dificuldades do movimento oposicionista mas também amplia suas bases sociais; um povo cada dia mais consciente e decidido a conquistar seus direitos democráticos, um desenvolvimento econômico independente e uma vida melhor.*



# 1. O DILEMA INSTITUCIONAL

Como ampliar a democracia  
sem ampliar a participação popular?

O problema institucional brasileiro é como um iceberg. Tem uma ponta visível e uma larga base submersa. Pode, por isso, ser abordado em dois planos.

O primeiro, técnico, à mostra de todos, apresenta-se como a coexistência pouco pacífica entre duas ordens jurídicas superpostas, mas incompatíveis: a "constitucional" e a "institucional".

Pela Constituição, a República brasileira é federativa. Os Estados e Municípios gozam de autonomia e a União não pode intervir nos Estados, salvo nos casos expressamente previstos na Constituição. Mas, pelo Ato Institucional nº 5, o Presidente da República "poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição".

Segundo a Constituição, "são poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário." Cada um tem suas atribuições próprias, que devem ser respeitadas pelos demais. No entanto, o AI-5 atribui ao Presidente o poder de "decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente".

A Constituição protege a independência dos juizes com as garantias de vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária, e de inamovibilidade, não podendo ser removidos ou postos em disponibilidade, exceto por motivo de interesse público e pelo voto de dois terços do tribunal competente. Mas o AI-5 suspende estas garantias.

Segundo a Constituição, "os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato". No entanto, o AI-5 estabelece que, "no interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, (...) poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais".

A Constituição proporciona aos funcionários públicos as garantias de vitaliciedade, para os magistrados e ministros do Tribunal de Contas, e de estabilidade, após dois anos, para os demais funcionários, quando nomeados por concurso. O AI-5 suspende essas garantias e confere ao Presidente a faculdade de remover ou demitir ou aposentar compulsoriamente a quaisquer funcionários civis ou militares.

## Sem direito de defesa

A Constituição assegura a todo acusado o direito de ampla defesa. Mas as punições previstas no AI-5 são aplicadas por decisão pessoal do Presidente, mediante processo sigiloso e sem direito de defesa.

Estabelece a Constituição que "a lei não poderá excluir da apreciação do Judiciário qualquer lesão de direito individual". No entanto, as decisões tomadas pelo Presidente da República com base no AI-5 estão ex-

cludidas da apreciação do poder Judiciário.

Diz a Constituição que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente", e exige que "a prisão ou detenção de qualquer pessoa seja imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal". Como medida protetora, a Constituição prevê o *habeas-corpus*, "sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violências ou coação em sua liberdade". Mas o AI-5 suspendeu a garantia do *habeas-corpus* nos crimes políticos e a legislação posterior aumentou os casos de detenção para averiguações e os prazos de incomunicabilidade.

O conflito entre as "duas ordens jurídicas" se torna ainda mais patente quando o exame se estende ao conjunto da legislação excepcional. A carta de 1967 previa eleições diretas para governadores, mas elas foram transformadas em indiretas. A autonomia municipal ficou mais curta com a nomeação dos prefeitos das capitais e a multiplicação dos municípios de segurança nacional. Entre as garantias individuais oferecidas pela Constituição de 1967, constava a de que não haveria "pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, nem de confisco". Estas penas foram instituídas posteriormente. O decreto-lei nº 477, de 1969, trouxe a penalidade de cassação do direito de estudar e de ensinar por prazo de 3 ou 5 anos. A liberdade de manifestação do pensamento e de criação cultural, garantida pela Constituição, mas já debilitada pela Lei de Imprensa de 1967, sofreu nova restrição com o decreto-lei nº 1077, de 1970, que inaugurou a possibilidade de censura prévia a livros e periódicos. A liberdade de reunião política ficou mais curta depois que foi proibida qualquer concentração não autorizada previamente. Mais difícil ficou também a liberdade de associação, com as restrições e a permanente suspeita que cercam as atividades dos diretórios estudantis, das sociedades de bairros ou dos sindicatos urbanos e rurais. E, apesar da garantia genérica de pluralismo partidário mantida na Constituição, a possibilidade de formar partidos que representem as diferentes camadas sociais e correntes de opinião atuantes na sociedade brasileira, encontrou novas barreiras no Código Eleitoral e na Lei Orgânica dos Partidos.

Essa duplicidade jurídica tem seu arremate no artigo 182 da Constituição decretada pela Junta de Ministros em outubro de 1969. Esse artigo 182 mantém em vigor o Ato Institucional nº 5, até que o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, julgue oportuno revogá-lo. É o caso original de uma Constituição que se suspende a si mesma.

Desta maneira, o problema institucional brasileiro não reside apenas na exótica convicção de "duas ordens jurídicas" contraditórias. O que ocorre é que o Brasil tem uma Constituição submetida a um Ato. A

lei máxima não é a Constituição de 1969, mas o AI-5.

Encarada apenas neste plano jurídico e formal, a solução do impasse institucional do país poderia parecer fácil. Revoga-se o AI-5 ou decreto 477 e outras leis de exceção, e restabelece-se a plena vigência da Constituição de 1969 ou mesmo da carta de 1967. Mas tal solução logo enfrentaria opositores. À esquerda, os críticos lembrariam que a Carta de 1967 afastou-se das conquistas sociais da Constituição de 1946, e a Constituição de 1969, por sua vez, agravou os traços autoritários da Carta de 1967. À direita, os opositores recordariam a crítica situação mundial e a ameaça, ainda pendente, da "guerra revolucionária interna" para preoconizar a manutenção das medidas excepcionais de segurança contidas no AI-5 e na legislação complementar. O impasse é claro. Sua raiz e as saídas possíveis só podem ser entrevistadas se a análise mergulha num plano mais profundo, histórico e social.

## A contradição de fundo

Escavado em suas raízes, o problema institucional se apresenta, não como a simples contradição formal entre a "Ordem da Constituição" e a "Ordem dos Atos", mas como uma contradição real, que gerou a anterior, entre a ascensão política e econômica dos trabalhadores da cidade e do campo, das camadas médias urbanas, e a ordem política, econômica e social traçada na Constituição de 1946.

Desde a década de 20, expandem-se no país forças sociais e correntes políticas novas, alimentadas pelo próprio desenvolvimento econômico e político interno e também pelas profundas mudanças que vêm transfigurando o mundo no século XX.

Estas forças reclamam um desenvolvimento baseado, não nas exportações e no capital e tecnologia estrangeiros, mas no mercado interno e em nossos próprios recursos. Um desenvolvimento voltado, não para o consumismo de elites restritas, mas para a elevação da vida material e cultural das grandes multidões de trabalhadores. Para abrir caminho a esse desenvolvimento, pleiteiam uma política salarial redistributiva, uma indispensável reforma agrária que liberte os camponeses do latifúndio e do minifúndio. Querem também uma política externa independente, solidária com os povos e países subdesenvolvidos, livre da tutela norte-americana e contrária a qualquer hegemonia. E para realizar esses anseios que lutam por uma maior participação política.

O regime constitucional de 46 ruíu porque suas paredes eram estreitas demais para permitir a realização desses anseios, e por outro lado não eram suficientemente fortes para contê-los. E a origem das dificuldades para a institucionalização do regime atual parecem estar no fato de que, por um lado, o poder de controle do governo, e das Forças Armadas foi ampliado, mas por outro o próprio

desenvolvimento econômico dos últimos anos e a evolução da situação nacional e internacional continuaram fortalecendo as camadas sociais e as correntes políticas que reivindicam, não apenas reajustes táticos na estratégia que vem sendo seguida, mas o direito de fazer novas opções estratégicas em política econômica, em política social e em política externa. É o significado das eleições plebiscitárias de novembro de 1974.

O fundo do problema estaria, portanto, em que a cena política brasileira parece ter sido invadida definitivamente por novos protagonistas que nenhum projeto de institucionalização duradoura pode mais esquecer: os trabalhadores das capitais e do interior, os estudantes combativos, os intelectuais críticos, as mulheres conscientes de seus direitos, os religiosos engajados. Visto da base encoberta do iceberg, o conflito institucional das "duas ordens jurídicas" contrapostas aparece como a manifestação desta contradição mais profunda entre as instituições políticas em funcionamento e o profundo anseio de extensas camadas da população por uma maior participação política para que possam conquistar um desenvolvimento independente e a uma vida melhor.

Esses dois planos explicariam as direções opostas em que se desenvolve o debate institucional no momento. Alguns se preocupam com a ampliação dos poderes do Executivo, com a institucionalização do papel de controle das Forças Armadas, com as ressalvas tidas por indispensáveis aos direitos e garantias individuais. Arrogam-se a condição de "realistas" e "neoliberais", e justificam-se com a necessidade de uma "democracia forte" para enfrentar os desafios da "guerra revolucionária contemporânea". Paralelamente, cuidam de estabelecer regras que reduzam a margem atual de arbítrio e de insegurança jurídica, que atinge mesmo a círculos dirigentes. Como os tempos são propícios à "imaginação política criadora", alguns não temem lançar-se a especulações mais audaciosas. É o caso do professor Manuel Gonçalves Ferreira Filho, hoje vice-governador de São Paulo, que no Livro *A Democracia Possível*, arquitetou um sistema complexo e artificial de três "círculos" superpostos de eleitores e de cinco "Conselhos" de assessoria ao Presidente, cujo resultado concreto seria centralizar mais ainda o Poder e institucionalizar o esvaziamento do Congresso e dos Partidos. Outros, mais práticos, preferem concentrar-se na tessitura de uma fórmula jurídica que permita a difícil conciliação entre o prolongamento do "poder revolucionário" dos Altos Comandos militares e a institucionalização de um regime constitucional, que de qualquer forma significaria uma "autolimitação" daquele poder. O ex-ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva, propôs como orientação geral a procura de "poderes amplos com duração limitada". E a sugestão mais comum tem sido a criação, no texto constitucional, do "estado de emergência". Poderia ser de-

cretado pelo Presidente, sempre que ocorresse ameaça grave às instituições e depois de ouvir um Conselho Constitucional ou de Estado, do qual deveriam participar os altos chefes militares. Decretado o "estado de emergência", o Presidente recuperaria poderes tão amplos como os que lhe são conferidos atualmente pelo AI-5.

Em direção bem distinta, outros se empenham em retomar a parte melhor da tradição interrompida das Constituições de 34 e 46 e trabalham por encontrar fórmulas que permitam ampliar, e não restringir, a participação popular na vida política e nos frutos do desenvolvimento econômico. Nesta preocupação entrariam o reconhecimento do direito de voto aos analfabetos; o reforço das liberdades e garantias individuais.

**Os dois caminhos**

Este desencontro no debate institucional brasileiro reflete a controvérsia que cindiu o constitucionalismo contemporâneo. Passada a fase áurea da luta contra os privilégios feudais, as democracias de base capitalista se defrontaram com um dilema. As liberdades individuais e jurídicas, sem igualdade social e econômica, revelavam-se ilusórias. E tanto os povos da periferia, quanto os trabalhadores dos países desenvolvidos, levantavam-se na luta por seus direitos. A partir daí, o constitucionalismo liberal dividiu-se. Retrocedendo numa direção autoritária, alguns tratam de reforçar os poderes do Estado, aumentar o controle sobre as organizações populares, restringir as reivindicações trabalhistas. Persistindo numa direção democrática, outros avançam, acrescentando os direitos econômicos e sociais ao ideário clássico dos direitos civis e políticos, alargando as liberdades de pensamento e de associação, buscando formas de maior participação e controle popular sobre o Estado. Os liberais que batem em re-

tirada rumo ao autoritarismo, costumam atribuir-se o título de "neoliberais". Mas há quem pense que seria próprio reservar a denominação de neoliberalismo para a corrente que se renova, compreendendo que doravante o aperfeiçoamento da democracia passa necessariamente pela ascensão política e pelo progresso econômico dos trabalhadores. No Brasil, Virgílio de Mello Franco pode ser encarado como um precursor, precocemente desaparecido, deste novo liberalismo.

A boa solução do problema institucional não depende, portanto, de uma fórmula jurídica imaginosa e hábil que permita contornar o conflito entre o "regime constitucional" e o "regime institucional". Depende acima de tudo de uma escolha política justa entre esses dois grandes rumos do constitucionalismo contemporâneo. O propósito deve ser institucionalizar o regime constitucional democrático, que, nas condições atuais, tem de voltar-se prioritariamente para a ampliação e o aperfeiçoamento da participação popular na vida política, econômica e cultural da nação. Qualquer outra "normalização institucional" dificilmente seria duradora e muito menos democrática.

O dilema posto pelo problema institucional brasileiro desafia as correntes políticas populares e as nacionalistas, mas para as correntes liberais assume uma gravidade especial. Novos problemas impõem uma renovação inadiável da tradição liberal brasileira. Ela se dará numa direção democrática ampliada ou em sentido autoritário? Neoliberalismo ou neofascismo? Os políticos e intelectuais de formação liberal encontram-se numa encruzilhada. Quantos aceitarão sair da cidadela elitista das liberdades abstratas para juntar-se ao povo simples na defesa da soberania nacional e na luta pela realização concreta das grandes aspirações democráticas? Quantos compreenderão que o combate pela liberdade não pode mais ser separado da luta pela igualdade social? 15.XII.75

tência do MDB passava dos limites, Paulo Egydio, que já prometera governar com o mapa eleitoral nas mãos, ameaçava "pular no terreiro para a briga". E o MDB, curtido pela lição de Rio Branco, batia prudentemente em retirada.

Mais complexa apresentou-se a situação no Rio de Janeiro onde, além da maioria oposicionistas e da minoria situacionista, o governador fez questão de manter-se afastado tanto de uma quanto de outra.

E as mais surpreendentes foram as experiências do Rio Grande do Sul e

do Amazonas, onde não se registraram incidentes mais sérios, não se sabe se por habilidade demais dos governadores ou por firmeza de menos do MDB.

Seria oportuno que os deputados aproveitassem as férias para refletir sobre os ensinamentos desta inovação institucional. E como não é recomendável que a teoria na prática continue sendo outra, um intrigante problema os desafia: deve mudar a teoria democrática ou é a prática brasileira que deve mudar?

14-VII-75

**3. PENAS PERPÉTUAS?**

**A anistia inclui a devolução dos direitos políticos a todos os cidadãos brasileiros punidos**

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul tomou uma decisão da maior importância para a vida política brasileira e que honra a magistratura do Estado. De longa data o MDB defende a tese de que, decorridos os 10 anos, o cidadão readquire seus direitos. Com estas palavras, o deputado estadual Pedro Simon, presidente do MDB gaúcho, aclamava a decisão unânime do TRE, que rejeitou parecer da Procuradoria Regional e confirmou a filiação partidária e a eleição para o diretório municipal do MDB em Porto Alegre do ex-prefeito da capital gaúcha Sereno Chaise, do ex-vice-prefeito da capital Ajadil de Lemos e do ex-deputado Wilson Vargas, todos cassados em 1964. O Tribunal acolheu a argumentação da defesa de que uma lei ordinária, como a Lei Orgânica dos Partidos, invocada pela Procuradoria, não pode estabelecer uma pena maior do que a prevista nos Atos Institucionais; e um juiz lembrou também que os Atos falam em "suspensão" temporária e não em "perda" definitiva dos direitos políticos. E assim, cumprida a pena, seus efeitos devem cessar, pois do contrário haveria uma punição indefinida o que contraria os princípios jurídicos democráticos.

**A lei ambígua**

Por esses dias, meses depois de pronunciada a decisão do TRE do Rio Grande do Sul vai ser julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, graças a um recurso da Procuradoria Regional Eleitoral gaúcha. Já existe um importante pronunciamento jurídico e político contra a manutenção da sentença: o procurador geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, depois de ouvir o ministro Armando Falcão, deu parecer afirmando que os cassados só poderão inscrever-se em partidos políticos e participarem de suas comissões executivas e diretórios quando o presidente da República resolver fazer cessar a vigência do Ato Institucional nº 5. Por que é necessário que a sentença seja mantida?

Foi em 9 de abril de 1964 que o AI-1 reintroduziu no Direito brasileiro as penas de cassação de mandatos e de suspensão dos direitos políticos. No entanto, o Ato não só restringia a suspensão dos direitos ao prazo máximo de 10 anos, como também limitava a possibilidade de aplicação dessas penas até 31 de janeiro de 1966. No entanto, em 27 de outubro de 1965, o AI-2 prorrogava os poderes

excepcionais do presidente Castelo Branco de cassar mandatos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967; mantinha, porém, o limite de 10 anos para a suspensão temporária dos direitos políticos. Em 13 de dezembro de 1968, pelo AI-5, os poderes excepcionais foram novamente retomados e então por tempo indeterminado; ainda assim, a pena de suspensão dos direitos políticos continuou limitada ao prazo de 10 anos.

Foi em 17 de outubro de 1969 que a Emenda Constitucional nº 1 começou a ampliar a punição, ao dar ao artigo 185 da nova Constituição a seguinte redação ambígua: "São inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de governador e vice-governador, de prefeito e vice-prefeito, e demais cargos eletivos, os cidadãos que, mediante decreto do Presidente, com fundamento em ato institucional, hajam sofrido a suspensão de seus direitos políticos". Eram inelegíveis durante a vigência da pena ou mesmo depois? Mas então como a suspensão seria apenas transitória? No prolongamento da nova Constituição, a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, passava a considerar como "inelegíveis para qualquer cargo eletivo" a todos "os que hajam sido atingidos" pelas penas de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos com base nos Atos Institucionais. A Lei trazia também a novidade de "estender as inelegibilidades, quando casado o punido, ao respectivo cônjuge". Porém, ainda permitia que os punidos e seus cônjuges, depois de cumprida a pena, se alistassem nos partidos. Foi a Lei Orgânica dos Partidos, de 21 de julho de 1971, que deu um novo e perigoso passo, ao estabelecer no artigo 62, de redação ambígua e contraditória, que "somente poderão filiar-se aos partidos os brasileiros que não tenham sofrido suspensão de seus direitos políticos, com fundamento em Ato Institucional".

Se as penalidades de cassação e suspensão suscitaram resistência, ainda mais por serem decretadas sem possibilidade de defesa e sem julgamento público, é compreensível que ainda maior tenha sido a oposição às tentativas de ampliá-las, transformando-as em penas perpétuas. Lembrava-se o princípio jurídico democrático de que toda pena deve ser determinada, ou de que ninguém pode ser punido duas vezes pelos mesmos atos, ou o outro princípio, consagrado da Declaração Universal dos Direitos Humanos da

**2. MINORIA NO GOVERNO E MAIORIA NA OPOSIÇÃO**

**Habilidade demais dos governadores ou firmeza de menos do MDB?**

No primeiro semestre deste ano, desenrolou-se em alguns Estados da Federação uma original experiência democrática. Segundo uma definição clássica "a democracia é o governo da maioria com respeito aos direitos da minoria". Mas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre, a maioria foi para a oposição e a minoria ficou com o governo e nem sempre respeitou os direitos da maioria. Como era de se prever, semelhante arranjo criador não se desenvolveu sem alguns atritos.

No Acre, a maioria emedebista da

Assembleia, entendendo que o poder de aprovar implicava o de recusar, não quis homologar os candidatos arenistas propostos pelo governador para a prefeitura da capital. Entendeu mal, e o resultado é que o presidente Geisel, com base no AI-5 decretou a intervenção no município de Rio Branco e garantiu que a prefeitura continuasse com a Arena.

Em São Paulo, durante todo o semestre, o governador e o MDB se empenharam numa guerrilha desgastante em torno da escolha de prefeitos para as estâncias hidromineiras e de superintendentes para as autarquias. Mas, sempre que a insis-

ONU, no seu artigo 11, de que "não será imposta pena mais grave do que a aplicável no momento da comissão do delito". Estranhava-se particularmente que a punição se estendesse ao cônjuge, quando a própria Constituição vigente, no artigo 153, parágrafo 13, mantém o "princípio da individualização da pena" e determina que "nenhuma pena passará da pessoa do delinquente". Além disso, apontava-se a contradição da Lei Orgânica dos Partidos em permitir que atuem nos partidos a todos os brasileiros que se encontram no gozo

de seus direitos políticos, para logo em seguida pretender excluir aos que tiveram seus direitos suspensos mas já os recuperavam pelo transcurso da pena.

Por isso, a interpretação liberal dessa lei, oferecida pelo TRE do Rio Grande do Sul, assumiu uma importância nacional e interessa não só aos brasileiros que foram punidos e desejam recuperar seus direitos políticos, mas a todos que estão empenhados na luta por um Estado de Direito democrático.

15 - XII - 75

## 4. ATÉ QUE PONTO MUDOU A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL?

As diferenças entre o alinhamento automático, o alinhamento não-automático e o não-alinhamento

Discursando na primeira reunião ministerial, a 19 de março de 1974, o presidente Geisel desenhou a idéia central de seu governo: "Os grandes êxitos alcançados pelos governos da revolução recomendam uma linha mestra de continuidade de ideais e de planos para a ação governamental. Continuidade, todavia, não significa imobilismo. Estamos convencidos de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança em face de alterações sensíveis no quadro conjuntural interno e externo". E abordando a política externa, advertiu: "Obedecendo a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da nação, bem mais adulta, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquí e de além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos estratégicos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos indispensáveis".

Passados dois anos, indiscutíveis mudanças foram introduzidas no conteúdo e no estilo da política externa brasileira. Surgiram novos pontos de atrito com os Estados Unidos, como a Lei do Comércio americana ou o Acordo Nuclear entre o Brasil e a Alemanha Ocidental. O governo brasileiro aproximou-se mais dos países árabes, africanos e latino-americanos. Estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China e reconheceu com rapidez as novas nações africanas nascidas da luta vitoriosa contra o colonialismo português. Algumas iniciativas foram especialmente polêmicas, como o apoio à Resolução da ONU que condenou o sionismo como forma de discriminação racial, o reconhecimento do governo de Luanda controlado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, e a

decisão recente de cumprir a Resolução da ONU que recomenda a seus membros a suspensão de qualquer intercâmbio esportivo com o regime racista da África do Sul. Diante desses realinhamentos em nossas relações internacionais, alguns liberais se perguntam, intranquilos se o governo Geisel não estaria se afastando da aliança ocidental, liderada pelos Estados Unidos, e se inclinando para uma posição "não-alinhada" e "terceiro-mundista", abandonando princípios essenciais da política exterior do Brasil instaurada após 1964, em oposição à então chamada "política externa independente".

### O mundo é que mudou

A um observador mais judicioso, no entanto, a acusação logo se revela sem fundamento. Nada indica que o governo Geisel tenha alterado qualquer uma das opções básicas dos governos que o precederam. Acontece que o mundo é que mudou sensivelmente nesses últimos dez anos.

Em 1964, os Estados Unidos iniciavam sua escalada no Vietnã; em 1974, porém, foram obrigados a se retirar e em 1975 assistiram, impotentes, ao estabelecimento de governos populares revolucionários em toda a Indochina; paralelamente, a luta armada se intensificou na Tailândia, na Birmânia, na Malásia, na Indonésia, nas Filipinas. Em 1964, o regime salazarista ainda parecia prestes a esmagar as rebeliões nascentes em suas colônias africanas; em 1975, o império colonial português deixou de existir; ao mesmo tempo, reforçou-se a luta pela libertação dos povos africanos do Zimbábue (Rodésia), da Namíbia e da Azânia (África do Sul). No Oriente Médio, nesse decênio, fortaleceu-se o movimento nacional palestino, estabeleceu-se uma ampla frente entre os países árabes, e Israel se debate com dificuldades crescentes. Na cena diplomática, um bloco de nações da Ásia, África e América Latina vai se agrupando na reivindicação de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico e na oposição a toda forma de hegemonia e partilha do mundo em esferas de influência. Mesmo entre os

Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão avolumaram-se as contradições econômicas e políticas. Contidos assim por resistência internacional cada vez mais ampla, embaraçados por uma oposição democrática interna mais e mais poderosa e roídos por dificuldades econômicas sérias, os Estados Unidos perderam a hegemonia absoluta sobre o sistema ocidental, estão sendo batidos na corrida militar com a União Soviética e caíram, por todos esses motivos somados, na defensiva.

Num mundo assim marcado pela mobilidade, pela redefinição de interesses, por inversões na correlação de forças e pelo realinhamento dos países e das forças sociais dentro de cada país, todos os governos, mesmo sem abandonar suas opções estratégicas, estão sendo forçados a adaptar sua atuação tática. Não é o que vem ocorrendo com os Estados Unidos, com a União Soviética, com a China, para ficar nos exemplos mais frisantes? É este processo de adaptação e atualização, iniciado já no governo Médici, que o governo Geisel está levando adiante. Nada autoriza afirmar que rompeu com a concepção básica da "interdependência", segundo a qual o Brasil faz parte do Ocidente democrático e capitalista e deve cultivar "relações especiais" de amizade e aliança com os Estados Unidos, líder insubstituível deste Ocidente em luta permanente com o "Oriente comunista". Apenas se enfatiza, quer em defesa de determinados interesses de parcelas da população brasileira, quer a bem da própria aliança ocidental que a interdependência é mútua e, portanto, é preciso renegociar os termos do apoio recíproco entre os Estados Unidos, a Europa Ocidental, o Japão e os países subdesenvolvidos da periferia capitalista, para encontrar um novo ponto de equilíbrio, mais vantajoso para os círculos dirigentes de todos eles; e, enquanto isso, se preconiza uma política mais flexível que não só proporcione ao Brasil melhores oportunidades de comércio e expansão, mas também evite seu isolamento diplomático e militar, que chegou a esboçar-se na OEA e na ONU em 1971 e motivou as ofensivas diplomáticas bilaterais de Gibson Barbosa na

América Latina em 1971, na África em 1972 e no Oriente Médio em 1973; e ocasionou também a viagem de Médici aos Estados Unidos no final de 1971, para debater, segundo as próprias palavras do Presidente brasileiro, "um novo ponto de partida" para as relações entre Brasília e Washington. A crise do petróleo só veio acelerar os realinhamentos já em curso e indispensáveis. E, na realização dessa tarefa, o governo Geisel vem se conduzindo até com inegável cautela e moderação. O Brasil foi, por exemplo, o 94º país a reconhecer a República de Guiné-Bissau e o 97º a estabelecer relações diplomáticas com a China Popular. Tem apoiado várias reivindicações dos países subdesenvolvidos, mas preconiza, como método para alcançá-las, não o "confronto" ou a formação de blocos e associações de produtores, mas o "diálogo e a cooperação" com os países desenvolvidos, em especial com os Estados Unidos. Votou a favor da moção que condenou o sionismo, mas não reconhece a OLP, nem apoia qualquer medida de boicote diplomático ou comercial a Israel.

O que era bom, não é mais

É claro que ficaram para trás os tempos do alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos, quando o general Juracy Magalhães, então ministro das Relações Exteriores, podia defender, em tirada célebre, que "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Mas, também não é justo sustentar que o governo Geisel estaria adotando uma política externa "neutralista" e rigorosamente "não alinhada". Mesmo porque, para chegar a esse ponto, o Brasil teria que mudar também sua política interna - econômica, social e institucional - e, por consequência, o programa geral e as bases sociais comuns aos governos posteriores a 1964, o que, evidentemente, não está ocorrendo, nem é propósito do presidente Geisel, o qual já reafirmou mais de uma vez, como sua meta primordial, a "continuidade de ideais e de planos" com seus antecessores.

12 - I - 76.

## 5. OS DIREITOS DOS PRESOS POLÍTICOS

É preciso uma investigação séria, conduzida por comissão idônea, com ampla participação e controle da opinião pública

O general Ednardo d'Ávila Melo, comandante do II Exército, discursando na Igreja Batista de Vila Mariana, em São Paulo, no dia 22 de junho, voltou a contestar as acusações de que há torturas contra presos políticos no Brasil. Atribuiu as denúncias à "guerra psicológica que quer abalar a alma de nossa Nação, incutindo a descrença em seus cidadãos". Admitiu apenas que possam ocorrer casos isolados: "Não somos torturadores em sã consciência. O que existe é que não se pode controlar o País inteiro e nem todos são

santos, como ocorre em todo o globo".

Nos últimos anos, repetidas denúncias têm sido apresentadas de todo tipo de arbitrariedades contra os presos políticos: prisões ilegais, torturas morais e físicas, desaparecimentos misteriosos e até mortes. Muitas dessas denúncias foram transmitidas ao governo por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ou o próprio MDB. No entanto, aos apelos e pedidos de informações, o governo tem respondido com uma negativa sumá-

ria ou, no máximo, com o reconhecimento de um ou outro excesso individual, mas que assim mesmo não é devidamente apurado. Ainda em fevereiro, o ministro Armando Falcão, da Justiça, divulgava uma nota oficial que pretendia esclarecer o destino de 27 cidadãos desaparecidos. Refletindo o desapontamento geral, o jornal "O Estado de São Paulo" comentou em editorial do dia 9 de fevereiro: "A nota oficial do Ministério da Justiça foi uma decepção, proporcional à expectativa provocada pelo anúncio de que o governo iria pronunciar-se. A justiça do ministro Armando Falcão lembra a de Pilatos: constata os registros dos órgãos de segurança e informações; e lava as mãos."

Nestas circunstâncias, é compreensível que a opinião pública, apesar de todos os desmentidos, conserve pelo menos suas dúvidas acerca do tratamento recebido pelos detidos políticos. Ora, o general Ednardo Melo declarou, enfático, que as acusações de torturas ofendem "a dignidade e o sentido religioso" das Forças Armadas. Seria, então, o caso de o governo reconhecer que é de seu próprio interesse tirar a limpo esta controvérsia? Mas se quer desfazer realmente as dúvidas, só encontrará uma saída: aceitar o desagradável mas eficiente método democrático de uma investigação séria, conduzida por comissão idônea, com ampla participação e controle da opinião pública. 7-VII-75.

midades tradicionais vieram somar-se as restrições do Ato Institucional nº 5. O artigo 6º desse Ato suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade que protegiam, até certo ponto, a independência da magistratura. Além disso, o artigo 10 suspendeu a garantia de habeas-corpus nos crimes políticos e o artigo 11 retirou do Judiciário o poder de apreciar qualquer ato do Executivo praticado com base nos Atos Institucionais e Complementares.

constitucionais, que restaure o habeas-corpus sem limitações, que restitua ao Poder Judiciário a competência para julgar qualquer ato do Executivo ou do Legislativo, que restabeleça a competência da Justiça do Trabalho para julgar os dissídios salariais sem ter que ater-se aos tetos fixados pelo Executivo, que devolva os civis acusados de crimes contra a segurança à justiça comum.

**Reforma política, e não técnica**

É indiscutível, portanto, que o Judiciário precisa de uma reforma. Mas qual? Aqui, mais uma vez, os caminhos das correntes situacionistas e oposicionistas se separam. Para a situação, se trata de "modernizar" e "agilizar" os organismos judiciais para "fortalecer os mecanismos de defesa do Estado"; nesta linha de preocupações é que se cogita, além da modernização técnica e administrativa e do reaparelhamento material da Justiça, da promulgação de uma Lei Orgânica da Magistratura e da criação de um Conselho Superior da Magistratura Nacional, com atribuições disciplinares, a fim de tornar mais rigorosos a seleção e o controle dos juizes. Para a oposição, porém, trata-se de lutar pelo restabelecimento das garantias da magistratura e da independência e competência plena do Judiciário como providências mínimas para que ele possa contribuir para a luta pela democratização da sociedade brasileira.

Neste sentido, a crise do Judiciário não pode separar-se da crise mais geral da ordem jurídica e ambas não podem desvincular-se da crise mais profunda da ordem econômico-social. Os juizes e tribunais, como as Forças Armadas, os destacamentos policiais e o sistema penitenciário constituem peças integrantes do mecanismo político de qualquer sociedade contemporânea. Ao estudá-los, o problema mais relevante não é o exame de suas formas internas de organização, mas dos fins a que servem ou deveriam servir. E a definição desses fins, em sociedades contraditórias como as contemporâneas, é igualmente contraditória.

Uma reforma pretensamente técnica, que se restringisse a ampliar o número de juizes e de novos tribunais, a redistribuir a competência entre eles para aliviar o fardo dos tribunais superiores, a simplificar as normas processuais e regimentais, a diminuir a papelada sufocante, a modernizar os serviços administrativos e auxiliares retirando-os da técnica artesanal do século XIX para a era da mecanização, do microfilme e do processamento eletrônico de dados, a dotar o Poder Judiciário de maiores recursos orçamentários, embora indispensável e urgente, não tocaria nos problemas de fundo que hoje corrompem a Justiça brasileira e até poderiam agravá-los, ao tornar este tipo de Judiciário atual mais eficiente. Por isso é que a oposição se bate, em primeiro lugar, por uma reforma política do Judiciário, que devolva aos magistrados suas garantias

As forças sociais e as correntes políticas em choque têm cada uma sua concepção, próprio do papel, dos objetivos e dos métodos do Poder Judiciário. Mas, como as definições da Justiça, estão relacionadas não apenas à etapa histórica em que se encontra a formação social de um país, mas também à conjuntura política que ele atravessa; forças que têm concepções do Judiciário estrategicamente distintas, podem, ainda assim, estar juntas por alguns objetivos comuns imediatos que abram caminho a seu aprimoramento. Neste sentido, as correntes brasileiras de oposição podem unir esforços na luta por uma reforma do Judiciário que facilite e não entrave, a democratização do país.

Isso depende por outro lado, de que a reclamada reforma da Justiça seja sobretudo política e não apenas técnica, e por outro lado, de que os próprios juizes e magistrados fortaleçam seu espírito democrático e combativo trazendo sua contribuição à procura de um regime democrático que possibilite a defesa eficaz da soberania nacional e uma maior participação do povo trabalhador na vida política, econômica e cultural do País. 19-I-76

## 6. COMO OBTER JUSTIÇA BOA E BARATA?

Duas concepções da reforma do judiciário

O governo federal deve iniciar em 1976 a esperada reforma do Poder Judiciário; é oportuno, portanto, que a oposição insista em defender sua própria concepção do que deve ser, neste momento, uma reforma democrática da Justiça.

Justiça boa, comentou alguém, seria a que fornecesse "sentenças justas, em tempo breve e sem despesas excessivas". Ora, a Justiça brasileira é por tradição, cara e morosa. As custas judiciais e os honorários dos advogados afastam dos tribunais muitos contedores pobres que, embora injustiçados, se resignam ao prejuízo menor de um acordo ou de deixar as coisas como estão. O alto preço da Justiça é agravado pela demora em obter uma sentença e pelos infundáveis vai-e-vens dos recursos. Calcula-se que haja em São Paulo 50 mil processos à espera de julgamento; na 1ª instância da Justiça Federal existiriam 300 mil processos paralizados; e anualmente 20 mil proces-

sos dão entrada no Supremo Tribunal Federal. Em 1975, distribuindo uma média de 900 processos para cada ministro relator e proferindo uma sentença, em média, a cada 5 minutos de sessão, o Supremo Tribunal Federal conseguiu o recorde de julgar 9.084 autos. Mas como dar vazão à enchente incessante de novos processos? Para comparação: a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou em 1974 apenas 172 processos. A própria sobrecarga de trabalho facilita sentenças imperfeitas. E se, ao congestionamento dos tribunais e juizes se acrescentam os casos de corrupção ou de má fé, e ainda os casos em que as falhas não ocorrem tanto na aplicação das leis mas na iniquidade das próprias leis, se verifica como é difícil ao brasileiro pobre e desamparado arrancar do Poder Judiciário julgamentos justos, em tempo útil e sem gastos insuportáveis.

A justiça brasileira está, como se vê, doente e precisa de um tratamento urgente e sério. Ainda mais porque nos últimos anos, às suas enfer-

## 7. DESENVOLVIMENTO, SEGURANÇA E DEMOCRACIA

Acertar a cabeça para acertar o passo

A opinião brasileira atravessou os últimos anos embalada pelas taxas de aumento do Produto Interno Brasileiro, apresentadas como milagrosas e a prova irrefutável de que o país marchava para filiar-se ao clube restrito das grandes potências.

Esta mística do PIB sofreu seus primeiros e fundos arranhões com as estatísticas sobre o aumento da concentração da renda e a queda dos salários reais, que no ano passado receberam nova comprovação no alentado estudo do DIEESE, "Dez Anos de Política Salarial", apresentado a

uma das CPIs do Congresso. O debate suscitado por essas estatísticas firmou a convicção de que, para apreciar o desenvolvimento econômico de um país e seus efeitos a longo prazo, não basta averiguar quanto se produz; mais relevante é saber o que se produz e para quem se produz.

Nesta ótica, as dúvidas foram crescendo à medida que se sucediam estudos apontando o controle cada vez maior das empresas estrangeiras sobre a economia nacional. As investigações conduzidas pela CPI das Multinacionais e recolhidas principalmente no relatório alternativo do

MDB confirmaram que os capitais externos, que já dominavam o comércio de exportação e importação e a indústria de bens de consumo duráveis, transbordaram para a indústria de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis; cresceram no setor mineral e financeiro; e estão invadindo até redutos sagrados das empresas nacionais, como as indústrias de tecidos e de alimentos, o comércio interno e a agropecuária. Já a CPI do Proterra, apesar de sua estudada timidez, não pôde deixar de ouvir depoimentos como o do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Con-

tag), que alertou para outra concentração ocorrida nos últimos anos e que não tem merecido a atenção necessária: a concentração da propriedade da terra, no campo e nas cidades.

Assim, as estatísticas otimistas do PIB, da inflação declinante, das exportações em alta, das reservas crescentes de divisas foram empalidecendo diante da constatação de que, se houve desenvolvimento material por um lado, por outro se acentuou a dependência do país e a concentração da propriedade fundiária, e decaiu o padrão de vida de expressivos

setores de trabalhadores.

Ora, em regime capitalista, a piora das condições de vida e de trabalho de contingentes numerosos da população, se começa sendo um problema social para quem o sofre, acaba se convertendo num problema econômico para todo o país; pois, como pode a produção crescer indefinidamente se o mercado consumidor não a acompanha?

Nestas circunstâncias, o reconhecimento oficial, em meados de 75, de que a economia brasileira ingressou em novo período de desaceleração e crise, valeu como a prova salutar, embora dolorosa, de que, para avaliar o desenvolvimento de um país, suas consequências sociais e suas perspectivas futuras, não é suficiente calcular a taxa imediata de expansão, mas é necessário caracterizar acima de tudo seu modelo. Pois as diferenças entre os vários países do mundo não são apenas quantitativas, de graus de desenvolvimento, mas primordialmente qualitativas, de tipos de desenvolvimento. Os países não estão distribuídos ao longo de uma linha homogênea, mas agrupados de acordo com suas distintas organizações econômico-sociais, cada uma com leis próprias e consequências inevitáveis. E não se trata apenas do confronto crucial entre o modelo capitalista e o modelo socialista de desenvolvimento. No próprio caso do capitalismo, é indispensável diferenciar o modelo autônomo do modelo capitalista dependente.

### **Sem a intervenção de um Estado, como realizar o desenvolvimento e promover a redistribuição das terras e da renda?**

Saber se ainda é viável, em nossa época, que os países subdesenvolvidos alcancem um desenvolvimento independente pelo caminho capitalista, é tema para muita discussão no seio do movimento oposicionista; o que já parece claro, por ora, é que o Brasil pretende retomar elevadas taxas de desenvolvimento e ao mesmo tempo dar a ele um caráter multilateral a ininterrupto, deve começar abandonando o modelo capitalista dependente, baseado, por um lado, no mercado, nos capitais e na tecnologia externos, e por outro, na concentração da propriedade da terra e da renda nacional. E substituí-lo por um modelo de desenvolvimento in-

dependente, que subordine todas as metas econômicas ao objetivo de elevar o padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores e se apoie nos recursos naturais, na poupança e na capacidade científica nacionais.

Diante desse desafio, nada seria mais desafinado do que o coro, orquestrado durante os últimos meses, contra a "estatização". O problema básico da economia brasileira é a "estatização" ou a "desnacionalização"? O crescimento das empresas estatais ou a concentração da riqueza em mãos de poucos? E na época do capitalismo monopolista do Estado, é possível promover o desenvolvimento independente dos países subdesenvolvidos e melhorar o padrão de vida de seus trabalhadores sem a participação de empresas estatais e sem a coordenação geral de um Estado?

Num mundo em que a ação do Estado é ampla em qualquer economia, é difícil admitir que ainda haja quem sinceramente acredite ser possível retornar aos velhos tempos do capitalismo competitivo e do Estado não-intervencionista. Quais seriam, então, os propósitos reais desta persistente "campanha contra a estatização"? Uma defesa indireta dos capitais estrangeiros? Uma briga por influência e vantagens entre o "setor privado" e o "setor burocrático" dos grandes empresários nacionais?

### **Sem participação popular não há democracia**

Uma coisa é certa: a intervenção do Estado na economia continuará crescendo e a tarefa democrática não é tentar contê-la, mas ampliar o controle popular sobre o Estado.

Por isso não assiste nenhuma razão aos promotores da "campanha contra a estatização" quando acusam a oposição, indistintamente, de se enfiar numa posição contraditória por defender o liberalismo político sem defender o liberalismo econômico. Para a oposição popular, tanto um quanto outro estão ultrapassados pela história. O erro de certos liberais reside em identificar capitalismo com capitalismo privado e democracia com democracia liberal. E eles é que se meteram numa contradição pois, ao mesmo tempo que se proclamam defensores da democracia, preconizam um tipo de política econômica que corrói a independência do país e marginaliza os trabalhadores,

numa época em que a defesa das liberdades democráticas não pode mais ser separada da luta pela soberania nacional e pela igualdade social.

A própria estrada para a normalização democrática do país só poderá ser aberta com a contribuição popular. Pois o método depende do objetivo e condiciona o resultado. Se o objetivo é democrático, o método tem que ser democrático; e se o método não é democrático, o resultado também não pode ser democrático. Não deveria, por conseguinte, merecer um exame mais atento a tese de que o caminho para a reconstitucionalização do país deveria ser a convocação especial e a livre eleição de uma Assembléia Constituinte?

### **Sem democracia não há segurança**

A esta altura poderiam repetir-se as conhecidas objeções de que é preciso ponderar a delicada situação nacional e mundial e pensar também no resguardo necessário à segurança do país. Existe até quem, na esteira desse raciocínio, pretenda condicionar a realização dos direitos democráticos do povo à preservação da segurança nacional.

Mas a segurança nacional só pode ser entendida autenticamente como a defesa da soberania nacional e a proteção dos direitos do cidadão. Entendida assim, não é qualquer desenvolvimento econômico e político que garante a segurança nacional, principalmente numa conjuntura de crise econômica e política que estão mexendo com o mundo inteiro, conforme lembrou o ministro Severo Gomes em palestra famosa pronunciada no ano passado na Escola Superior de Guerra. Na realidade, quanto mais avançado o regime democrático de um país e mais ampla a participação política e econômica de seus trabalhadores, mais forças e mais inspiração ele encontrará dentro de si mesmo para resguardar sua soberania e seu progresso.

### **A democratização não conhece truques**

Portanto, um dos saldos desse debate é que muitos começaram a compreender que, ao contrário do que se pensa normalmente, são também os imperativos da segurança nacional que recomendam uma revisão urgen-

te do modelo político-econômico que o país vem seguindo.

No entanto, se uma coisa também ficou evidente nos debates atuais é que, apesar de toda a sua importância, os caminhos da democracia não são fáceis nem curtos em nosso país.

Talvez por isso alguns oposicionistas, tomados de cansaço, e desalento, perdem boa parte do seu tempo à procura de falsos atalhos, pelos quais possam arribar à terra prometida da democracia sem muito esforço e sacrifício.

O próprio malogro de suas tentativas confirma que a democratização do país não depende de que alguém descubra uma fórmula jurídica engenhosa para contornar o impasse entre a Constituição; mas que se criem as condições para tomar as decisões políticas necessárias. E a criação dessas condições depende acima de tudo da educação política, da organização e da iniciativa do povo.

A democratização não precisa de mágicos, mas de políticos coerentes e perseverantes.

### **Acertar a cabeça para acertar o passo**

Para agir certo, contudo, é preciso pensar certo. Muitos erros políticos decorrem de erros teóricos, de falhas na interpretação da realidade, na avaliação de suas perspectivas de desenvolvimento, no conhecimento das alternativas de ação que ela oferece.

Ora, um dos traços positivos da situação brasileira é verificar a influência crescente no debate político de conceitos e métodos de análise mais apropriados para o estudo da realidade social. Nota-se um esforço para partir, não de definições e regras, mas de uma análise concreta da realidade e do estudo da situação atual e da história de cada problema. Observa-se também a preocupação de levar em conta, cada vez mais, que a realidade social é contraditória e se desenvolve através de contradições e de lutas para resolvê-las; analisar as contradições é, portanto, o ponto-chave para compreender a realidade social.

Certamente ainda resta muito a aprender até que se generalize este método histórico-concreto de abordagem dos fenômenos sociais. Mas se aprende a pensar pensando: dando cabeçadas, discutindo, às vezes acertando, às vezes errando, mas sempre tirando lições - e prosseguindo.

21-VI-76

## **8. A PARTICIPAÇÃO E A AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS**

A relação entre democracia e federação

Um regime democrático requer não apenas que seus governantes sejam escolhidos e controlados pelos governados, mas também que os níveis superiores do governo respeitem a autonomia e a competência específica das instâncias inferiores.

No Brasil, desde que a República foi proclamada, as Constituições repetem que "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido". Determinam também que o poder político seja organizado em três níveis: a União, os Estados e os Municípios.

(1) A União exerce a soberania nacional e define ela mesma a sua competência. Os Estados desfrutariam de autonomia plena, pois, além dos poderes de autogoverno e auto-administração, teriam o poder de organizar-se, elaborando suas próprias Constituições, embora dentro dos limites da Constituição Federal. Os municípios gozariam de autonomia restrita, pois teriam poder de autogoverno e auto-administração, mas não de auto-organização, sendo sua competência e estruturação definidas pelas instâncias superiores. Até

que ponto, porém, essa estrutura republicana, democrática e federativa dos textos constitucionais continua existindo na vida real?

Segundo a tradição constitucional brasileira, o município deveria gozar, embora com a restrição mencionada, de autonomia política, financeira e administrativa. A autonomia política consiste na capacidade de eleger o prefeito, vice-prefeito e vereadores. A autonomia financeira consiste na capacidade de decretar e arrecadar tributos de sua competência e aplicar uma receita satisfatória e inde-

pendente. A autonomia administrativa consiste no poder de promulgar regulamentos municipais, estabelecendo o plano de desenvolvimento, e organizar seus próprios serviços públicos. Até que ponto os 3.951 municípios brasileiros dispõem ainda dessa tripla autonomia?

O problema pode parecer exclusivamente formal e destituído de importância; mas não é. Todo modelo político-administrativo está vinculado a um modelo econômico-social determinado. As tendências observadas para reduzir a participação

popul e na vida política, por um lado, e para centralizar as decisões administrativas e a capacidade financeira no Executivo federal, por outro lado só podem ser entendidas levando-se em conta o atual tipo de desenvolvimento capitalista dependente e combinado com o monopólio da propriedade territorial. A centralização político-administrativa é a outra face de um modelo econômico concentrador de renda e de influência. Isso significa que a luta por um modelo econômico-social que tenha por objetivo essencial melhorar substancialmente o padrão de vida dos trabalhadores da cidade e do campo e, para isso, comece por livrar a economia nacional da dependência ao mercado, aos capitais e à tecnologia externos, e por realizar uma reforma profunda no sistema de posse e uso de terra, não poderá ter êxito sem uma democratização intensa da vida política e administrativa do País, que eleve decisivamente a participação popular em toda a vida nacional e estabeleça relações mais equilibradas entre a União, os Estados e os Municípios, e entre o Executivo e o Legislativo em cada um desses níveis. Só assim será possível mobilizar as forças sociais que buscam o progresso, despertar a iniciativa e o entusiasmo de milhões de trabalhadores nas milhares de cidades e lugares e assim contar com os recursos humanos e materiais necessários para vencer os obstáculos e abrir um novo caminho de desenvolvimento.

### Autonomia sem participação popular

Examinando-se a história do Brasil, fica visível a conexão entre o tipo de desenvolvimento econômico-social e a forma político-administrativa do Estado. Expressivamente, as Câmaras Municipais, que então reuniam poderes legislativos e executivos, foram o primeiro órgão genuinamente local criado no Brasil desde a fase colonial, ao lado das autoridades mais vinculadas à metrópole portuguesa. Por isso, as Câmaras desempenharam um papel aglutinador importante em mais de um episódio na prolongada luta contra o colonialismo português.

Durante o Império, de 1822 a 1889, os municípios continuaram se multiplicando e fortalecendo com o incremento demográfico, a expansão agrícola e comercial e a fundação de novas cidades e vilas, até que a Constituição da Primeira República, de 1889 a 1930, consagrou explicitamente o princípio da autonomia municipal. Essa descentralização político-administrativa correspondia à extensão do País, ao estágio de uma economia ainda pré-capitalista, predominantemente agrária e não integrada internamente ao poder e prestígio dos grandes fazendeiros. E se, em algumas regiões ou em certos períodos, a autonomia dos municípios foi desrespeitada ou enfraquecida, isto se devia a disputas entre grupos da oligarquia latifundiária e levava ao fortalecimento dos Estados e dos grupos que os controlavam mais do que ao reforço da União, relativamente débil durante todo esse período. Portanto, essa segunda fase se caracteriza por dois traços: o poder local, expresso nos Estados e Municípios, gozava de uma autonomia ampla, mas a participação popular praticamente não existia.

O desenvolvimento do capitalismo, mesmo sob uma forma combinada com a dependência externa e a manutenção da estrutura agrária ba-

seada nas grandes propriedades, criaria novas necessidades, como a de uma integração maior da vida política e econômica do País e de um fortalecimento do aparelho administrativo central; criaria também novas classes e camadas sociais, como a dos empresários capitalistas e dos operários urbanos. Com a revolução de 30, ocorre então uma reviravolta; a tendência centralizadora passa a dominar e, salvo o curto período de vigência da constituição de 1934, a autonomia dos Estados e Municípios é revogada.

Mas o desenvolvimento do capitalismo, mesmo dependente e combinado com o sistema latifundiário, prossegue e suscita novas necessidades e novas forças sociais. E assim a luta pela autonomia dos Estados e Municípios é retomada, mas já com outro conteúdo e sentido; não se tratava mais de fortalecer oligarquias locais de fazendeiros ou grandes comerciantes, mas de combinar a exigência de autonomia municipal com a de participação popular, para fortalecer os trabalhadores urbanos e rurais, as camadas médias e os empresários em luta contra a estrutura de poder monopolizada.

Ao se reunir a Constituinte redemocratizadora de 1946, que reorganizou a estrutura jurídica do país após a ditadura do Estado Novo, os setores que defendiam a participação popular ainda eram mais fracos e, quando a autonomia municipal é reafirmada e ampliada, os maiores beneficiários acabam sendo as correntes liberais conservadoras. Estudos sobre a realidade política dos municípios, realizados na década de 50, identificaram, conforme resumiu uma autora, algumas constantes: "Em primeiro lugar, famílias e parentelas exercem um papel básico em todas as comunidades estudadas. Em muitos casos, a estrutura de poder é realmente monolítica e piramidal. A elite possui riquezas, status e poder. Riqueza é geralmente representada pela posse das terras, status pela condição de família tradicional e poder pelo controle de postos e empregos públicos e de votos". (2)

Mas a mesma autora acrescenta:

"Em alguns casos, esse modelo está desaparecendo ou já desapareceu". É que, apesar de todas as dificuldades, a participação popular, inicialmente nas grandes cidades e depois também no interior, ia abrindo seus caminhos.

### As novas restrições à participação e à autonomia

Para revigorar o modelo antigo, atualizá-lo, adaptando-o às modificações ocorridas no país e no sistema capitalista mundial, a tendência dos últimos governos foi restringir a participação popular, a autonomia dos Estados e Municípios e os poderes das Câmaras dos Deputados e Vereadores. A ordem institucional em vigor permite "decretar a intervenção nos municípios sem as limitações previstas na Constituição"; "decretar o recesso das Câmaras de Vereadores"; "cassar mandatos eletivos municipais" ou "suspender os direitos políticos" de prefeitos e vereadores. As novas determinações ampliaram, também os casos de intervenção nos municípios e determinaram que os prefeitos das capitais passariam a ser nomeados e não mais eleitos; aumentou-se, além disso, o número de municípios classificados como "estâncias hidrominerais" ou áreas de "interesse da segurança nacional", cujos prefeitos também não são eleitos, mas nomeados.

Da mesma forma, foi restringida a autonomia financeira dos municípios. Segundo as Constituições de 1967 e 1969, os municípios, além de taxas e contribuições de melhorias, só podem cobrar dois impostos: sobre propriedade territorial e urbana e sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados. Como são justamente os impostos de menor importância, têm representado apenas de 3 a 1%, respectivamente, da receita da maioria dos municípios interioranos, que ficam assim na completa dependência das cotas do ICM a serem transferidas pelos Estados e das contribuições do Fundo de Participação dos Municípios, controlado pelo go-

verno federal. E como essas transferências não são automáticas, representam novas fontes de dificuldades financeiras e de aumento de pressões políticas sobre os municípios. Também a autonomia administrativa dos municípios tem sofrido modificações: atualmente as prefeituras não têm mais poderes para combater a poluição através do fechamento de fábricas.

Nestas condições, que poderão fazer os prefeitos e vereadores de oposição eleitos a 15 de novembro? Em primeiro lugar, poderão cumprir uma missão reivindicativa, juntando suas vozes e seus esforços ao movimento pela reconstitucionalização democrática do país inclusive pela autonomia municipal; com isso, os que lutam pela independência econômica nacional e pela elevação do padrão de vida cultural e material dos trabalhadores terão condições mais favoráveis de pugnar por um melhor modelo de desenvolvimento. Em segundo lugar, em tudo o que estiver ao alcance de um município, poderão já introduzir modificações. Ao invés de conceder facilidades de toda ordem para atrair empresas multinacionais, por que não favorecer a criação de cooperativas de consumo nos bairros pobres ou de cooperativas de produção de artesanato e pequenos camponeses? Por que, na execução de obras e serviços da prefeitura, não recorrer ao máximo à força de trabalho local e às soluções técnicas locais?

Mas tudo isso não será possível aos prefeitos e vereadores de oposição se eles não procurarem, no que estiver ao alcance do município, criar uma atmosfera democrática, incentivar a organização e a participação popular, consultar sempre a população e instituir relações mais estreitas entre a sede e os distritos do município, e entre o centro da sede e sua periferia de bairros pobres. 15-XI-76.

(1) *Existem ainda os Territórios não autônomos, futuros Estados.*

(2) *Ana Maria Brasileiro, "O Município como Sistema Político", Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1973.*

## 9. AS CORREÇÕES E AS SOLUÇÕES

O modelo econômico esta em crise e as soluções devem ser buscadas fora dele

**P**ela segunda vez em menos de dois meses, o governo anuncia medidas drásticas para a contenção da crise econômica que o país atravessa. Reconhecendo desta vez a impossibilidade de manter o crescimento acelerado da economia, até então um dos pilares do modelo de desenvolvimento adotado nesses últimos anos, o governo parece ter dado um passo à frente para o reconhecimento das dificuldades que enfrenta. No ar, entretanto, ainda permanece a dúvida: até que ponto o governo identifica corretamente as causas da crise; até que ponto, consequentemente, ele está em condições de resolver os problemas que a crise está lhe colocando?

É certo que existe um déficit alarmante na balança de pagamentos, as

contas do país com o exterior - e um risco imediato de insolvência do país. Neste ponto o governo deveria reconhecer que a oposição parlamentar e a imprensa nacionalista e popular sempre o tinham alertado de que a dívida externa galopante era uma bomba de efeito retardado. O governo coloca agora como prioridade número um o equilíbrio da balança comercial, mas essa prioridade é uma das inversões que mostram que o esquema adotado para enfrentar a crise está totalmente de cabeça para baixo.

Em primeiro lugar, o déficit no balanço de pagamentos não resulta principalmente do déficit do balanço comercial (exportações menos importações), mas sim do déficit da chamada conta de serviços e capitais - amortizações e juros de empréstimos

e financiamentos, remessas de lucros oficiais e disfarçadas como pagamento de assistência técnica, royalties, fretes, seguros etc. O próprio Geisel reconheceu, no seu discurso de 9 de outubro, que o déficit comercial deste ano foi praticamente contido no nível de 1974. Ainda assim o desequilíbrio das nossas contas externas se agravou. Por que? Por causa, acima de tudo, da dívida externa. Aqui está a primeira inversão no esquema de análise do governo. É espantosa a omissão de qualquer medida direta, específica para reequilibrar a conta de serviços como, por exemplo, limitar mais a remessa de lucros.

Em segundo lugar, o déficit na balança comercial não resulta principalmente do crescimento deficiente das exportações. Levando em conta o

caráter capitalista dependente e subdesenvolvido do país e a crise da economia capitalista mundial, até que as exportações brasileiras têm mantido um crescimento razoável.

Em terceiro lugar, o crescimento das importações não resulta principalmente das importações de petróleo, mas das de equipamentos e insumos básicos. É preciso levar em conta também as importações, desde trigo até as de supérfluos, como carros de luxo, uísques, filmes estrangeiros, programas de tevê, perfumes.

### Quais são as causas da crise?

A reordenação dos fatores do desequilíbrio na balança de pagamentos já nos põe na pista de compreender que a questão não é o simples déficit na balança de pagamentos. Este é um efeito, a expressão de problemas mais profundos. A questão principal é o modelo de desenvolvimento adotado e baseado, por um lado, no mercado, nos capitais e na tecnologia externos, e por outro, na concentração da propriedade da terra e da renda nacional. Este modelo de desenvolvimento não só distribui de maneira muito desigual os sacrifícios e frutos do crescimento, como também, agravando a dependência externa do país, o torna mais vulnerável ao desenvolvimento cíclico da economia capitalista mundial. E assim, se durante algum tempo aproveitou a combinação excepcionalmente favorável de fatores internos e externos para atingir o crescimento de 10% durante vários anos, agora paga o preço de enfrentar uma conjunção desfavorável de fatores internos e externos. Neste sentido, além de a questão principal não ser o desequilíbrio no balanço de pagamentos, também não é justo atribuí-la exclusivamente a fatores externos, como a elevação dos preços do petróleo, queda no comércio mundial, desvalorização dos produtos primários de exportação, redução do movimento de capitais. Esses fatores externos existem, aceleraram e agravaram a crise do desenvolvimento brasileiro, mas esta já vinha se formando em virtude das características internas constitutivas do modelo, entre as quais ressaltam a limitação do mercado interno, de um lado, e a distorção na relação entre indústria de bens de consumo e indústria de bens de capital, e entre indústria e agricultura, por outro. Portanto, a verdadeira solução dos problemas que nos ameaçam não pode ser buscada em simples reajustes corretivos do mesmo modelo. Só será possível retomar e garantir o desenvolvimento econômico do país e ao mesmo tempo elevar o padrão de vida dos trabalhadores do campo e da cidade e reforçar a soberania nacional num mundo onde se avolumam as ameaças econômicas, políticas militares aos países subdesenvolvidos, se se adotar outro modelo.

São assim os genuínos interesse do desenvolvimento do país e de uma autêntica segurança nacional que exigem submeter o modelo a uma discussão e revisão.

### Uma alternativa

O principal erro que o governo deve combater em seus programas é, portanto, o de pensar que as soluções que adota são as únicas possíveis, já que são as únicas possíveis dentro do modelo adotado. Dentro

do modelo, as alternativas pensadas, mesmo que deem certo durante algum tempo, conduzirão a novas e mais graves crises. É uma consequência do duplo e contraditório efeito da penetração imperialista em um país dependente: imediatamente, acelera o desenvolvimento capitalista; mas o distorce e a prazo mais longo o freia e paralisa.

Qual é então a alternativa? Nenhuma solução pode surgir apenas da teoria. Algumas indicações são entretanto, já claras:

- A economia deveria apoiar-se no mercado interno e não principalmente no mercado externo: e num mercado interno de tipo popular.

Para isso, é necessário uma nova política salarial, voltada para elevar imediatamente e de forma significativa o nível de vida dos trabalhadores assalariados. É necessária também uma reforma agrária efetiva. Em ligação com essas medidas, impõem-se rever as prioridades da produção e desenvolver principalmente a produção agropecuária e a produção industrial voltada para o mercado interno popular. Vale lembrar que as necessidades de capitais e de tecnologia desses setores são menores, e também suas necessidades de importação de equipamentos e de insumos. Utilizam também mais intensamente força de trabalho. Tudo isso terá efeitos benéficos sobre o nível de emprego, a balança comercial etc. Aqui fica claro, agora mais do que nunca, que os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais coincidem. Coincidem o desenvolvimento econômico e o social, para ficarmos na terminologia corrente.

- Apoiar-se principalmente nos recursos internos e na capacidade criadora nacional. Para isso, preservar nossos recursos naturais e a poupança interna. E com esse objetivo, limitar as remessas de lucros, abertas e disfarçadas. Lutar, com os outros países subdesenvolvidos, por uma renegociação geral da dívida externa do Terceiro Mundo. Estimular a pesquisa científica e a tecnologia nacional. Ampliar o controle sobre os recursos naturais básicos da nossa economia, revendo concessões de jazidas. Buscar outras formas de ajuda técnica e financeira internacional.

- Controlar e selecionar mais drasticamente as importações. Eliminar os supérfluos. Estimular as soluções tecnológicas que poupem importações. Racionalizar o consumo de combustível. Introduzir uma drástica reviravolta na política de transportes e energia; intensificar a produção de equipamentos e insumos com base em firmas nacionais, estimular a criatividade de técnicos e trabalhadores, acelerar a utilização do xisto e do álcool.

- Fazer um esforço, não só para ampliar as exportações, mas também para valorizá-las e diversificar os mercados compradores. Nessê sentido aliar-se decididamente ao Terceiro Mundo e apoiar a formação de associações de produtores de matérias primas.

Não é possível mudar a política econômica sem mudar a política externa e vice-versa.

- É evidente que tal política, mexendo com interesses estabelecidos, suscitará resistências. Por isso é necessário e urgente avançar na reconstitucionalização do país e permitir que outras forças sociais e correntes políticas se manifestem em defesa dessa política. Só um regime baseado em ampla participação popular

saberá enfrentar o desafio que o momento exige. É preciso compreender que a questão central, prioritária, é o desenvolvimento político, o estímulo à participação popular. Com a mudança na situação política do país e a subordinação de todas as metas ao objetivo de elevação da vida mate-

rial e espiritual dos trabalhadores, não só será possível retomar elevadas taxas de desenvolvimento econômico, como também se poderá dar a ele um caráter novo, tornando-o independente duradouro, multilateral e mais profundo.

8-XII-75.

## 10. FAZENDO AS CONTAS

### O balanço de pagamentos do Brasil no primeiro semestre

O Banco Central divulgou os dados preliminares das contas externas do Brasil no primeiro semestre; eles mostram que a situação do país pouco melhorou em relação à do ano passado - houve um déficit de 3,4 bilhões de dólares nas trocas comerciais e de serviços do Brasil com o exterior. O déficit da balança comercial - a diferença entre importações e exportações - foi de 1,5 bilhão; o déficit de serviços - a diferença entre o que o país paga e recebe de juros, royalties, assistência técnica, seguros, turismo, transportes, remessas de lucros e dividendos - foi de 1,9 bilhão. A primeira conclusão que se pode tirar da leitura das informações do Banco Central, portanto, é a de que, ao contrário do que se poderia concluir do noticiário econômico habitual, o desequilíbrio nas contas externas do país não resultou principalmente de se ter importado mais que exportado e, sim, do saldo negativo na chamada conta de serviços.

Segunda conclusão: o déficit de serviços por sua vez não decorreu principalmente das viagens de brasileiros ao exterior; de acordo com o Banco Central, o Brasil gastou com viagens internacionais, no primeiro semestre, 150 milhões de dólares; no mesmo período, pagou 950 milhões de dólares pelos juros de sua dívida externa acumulada e despendeu mais 450 milhões de dólares com os fretes, em navios estrangeiros, das mercadorias que exportou e importou.

Terceira: o déficit da balança comercial também não pode ser atribuído

principalmente às exportações; estas até apresentaram um crescimento razoável, levando-se em conta o caráter capitalista dependente da economia brasileira e a crise da economia capitalista mundial; o problema foram as importações que, apesar das medidas restritivas, continuaram crescendo.

No entanto, a culpa por este crescimento das importações não pode ser jogada, principalmente, na conta do petróleo, como alguns costumam fazer; se a importação de petróleo consumiu 1,9 bilhão de dólares, as máquinas e equipamentos exigiram 2,1 bilhões e o trigo custou 250 milhões. Esta a quarta conclusão: o país não alterou a sua dependência de tecnologia e nem mesmo da produção de cereais do exterior.

O Banco Central informa ainda que o déficit semestral foi compensado pela entrada de capitais do exterior num montante de 2,7 bilhões de dólares fazendo com que o déficit da balança de pagamentos (que é a soma do déficit comercial e do de serviços com o saldo obtido entre a entrada e saída de capitais - investimentos e empréstimos) ficasse em 700 milhões de dólares. A informação não tranquiliza: apenas confirma que o governo brasileiro está tentando resolver os problemas criados pelo modelo de desenvolvimento apoiado no mercado, nos capitais e na tecnologia externos através de um recurso ainda mais amplo ao mercado, aos capitais e à tecnologia externos. Sair da crise atual por este caminho não é transferir para o futuro uma crise ainda mais grave? 16/VIII/76

## 11. POR UMA NOVA POLÍTICA SALARIAL

Cálculos da Fundação Getúlio Vargas indicam que a alta do custo de vida no Rio de Janeiro, em agosto, será de 4%, a maior deste ano, o que fará o aumento acumulado nos oito primeiros meses ultrapassar os 20%; os itens que mais subiram foram alimentação e habitação, justamente os que atingem mais os trabalhadores.

Enquanto isso, o índice de correção salarial, promulgado mensalmente pelo governo, vem caindo; foi de 44% em janeiro, desceu a 34% em agosto e estima-se que deverá cair a 28% em dezembro.

A queda da correção dos salários num momento em que a inflação volta a subir, está preocupando os tra-

balhadores, que têm novo declínio em seus salários reais, quando eles nem conseguiram ainda recuperar as perdas sofridas desde 1965. E um dado novo é que setores de comerciantes e industriais, apreensivos com a crise econômica e desejosos de fortalecer o mercado interno, começam a unir-se aos trabalhadores para reclamar o que denominam uma "política salarial realista". Não teria chegado a hora de reabrir um debate amplo sobre a política salarial?

A política salarial foi uma peçacchave no modelo econômico adotado pelo Brasil nos últimos anos; permitiu intensificar a acumulação interna de capital e atrair investimentos externos. Agora os impasses surgidos

da própria aplicação desse modelo, como também os riscos resultantes da crise econômica e política mundial em andamento, tornam mais urgente a busca de uma estratégia alternativa, que permita salvaguardar o nível de vida dos trabalhadores e defender a independência nacional.

Uma peça-chave dessa estratégia terá que ser também uma nova políti-

ca salarial, voltada para a redistribuição da renda e para o fortalecimento do mercado interno através da elevação decidida e constante dos salários reais. E um primeiro passo para essa recuperação é que os salários deixem de ser decididos autoritariamente por simples cálculos matemáticos de gabinete e voltem a ser fixados no livre confronto entre empregados e empregadores. 1-IX-75

dos países exportadores de petróleo voltou a cair. O Irã, que obteve com seu petróleo uma renda de 20 bilhões de dólares em 1974, prevê recolher este ano apenas 16 bilhões. Por isso amplia-se o círculo dos países subdesenvolvidos que tratam de intensificar e não relaxar sua vigilância e sua luta. E mesmo os que faziam concessões de áreas às empresas petrolíferas, como a Venezuela, estão revogando as concessões e nacionalizando suas jazidas. Ao contrário do general Albuquerque, para quem a

nova época exige uma solução distinta, a tendência é justamente seguir o exemplo da Petrobrás.

Das entrevistas do general, uma objeção fica de pé: o Brasil se encontra numa extrema dependência do fornecimento externo de petróleo (cerca de 75%). Mas a saída é a que foi aberta em 1953: o estrito monopólio estatal, combinado com a redução do consumo através de fontes alternativas de energia e de novas prioridades industriais e de transportes.

28-VII-75

## 12. O DEBATE SOBRE OS CONTRATOS DE RISCO

O petróleo, a Petrobrás e as empresas estrangeiras

“**E**m si, o capital e a técnica são neutros. O Estado é soberanamente forte. A Petrobrás é, hoje, uma empresa de grande porte. Possui um excelente corpo técnico, que teria condições de acompanhar e fiscalizar os contratos” - General Afonso de Albuquerque Lima à revista *Veja*, defendendo a adoção de contratos de risco entre a Petrobrás e firmas estrangeiras, para que estas possam explorar petróleo no Brasil, tendo participação nos resultados da exploração.

“Há 20 anos o Brasil era ainda um país distante dos mínimos parâmetros de desenvolvimento. O petróleo representava uma esperança vã sob a terra. Acontece que, graças à obstinação e à determinação dos brasileiros, o petróleo se tornou uma realidade, embora não alcançasse as necessidades de nosso desenvolvimento exigida. A Petrobrás, hoje é uma empresa de porte internacional. O Brasil transformou-se em um país em pleno desenvolvimento. Para épocas distintas, os problemas e suas soluções são distintos” - General A. A. Lima sobre o mesmo tema, à revista *Visão*.

As declarações do general Albuquerque Lima defendendo os chamados contratos de risco, fórmula encontrada para se contornar o monopólio estatal do petróleo, estão sendo amplamente exploradas. Depois de uma afirmação inicial pelos contratos, feita no prefácio de um livro, ele deu pelo menos duas importantes entrevistas reafirmando sua posição.

O seu raciocínio contudo parece desembocar neste evidente absurdo: o Brasil tornou-se independente, por isso pode voltar a ser dependente... A verdade é que nem o país é ainda totalmente independente, nem deve retroceder em nenhum de seus esforços para alcançar uma independência econômica que consolide sua independência política.

O general Albuquerque não mencionou os dados em que alicerça sua visão otimista. É uma pena, pois todos os estudos conhecidos até agora, dos levantamentos anuais de *Visão* às pesquisas minuciosas do economista suíço Jean Bernet, indicam que a influência do capital estrangeiro sobre a economia brasileira não diminuiu, mas se acentuou nos últimos anos. O capital externo, que já dominava o comércio de exportação e importação e a indústria de bens de consumo duráveis, transbordou para a indústria de bens de capital e de

bens de consumo não-duráveis; cresceu nos serviços, com os bancos de investimentos, as companhias de seguro, as empresas de turismo ou as firmas de consultoria; e está invadindo até redutos sagrados das empresas nacionais, como a indústria têxtil, o comércio interno e a agropecuária. Segundo o Banco Central, o total de investimentos estrangeiros saltou de 1 bilhão e 461 de dólares em 1969 para 5 bilhões e 100 milhões no ano passado, dos quais mais da metade correspondem a reinvestimentos dos lucros obtidos aqui mesmo.

Como aceitar, diante desse panorama, que o domador já cresceu bastante e o tigre está suficientemente envelhecido e desdentado para que se possa soltá-lo na sala de visita sem prejuízo?

O general Albuquerque esgrimiu outro argumento em suas entrevistas: “Há 20 anos, o Brasil era uma nação extremamente vulnerável e, portanto, sujeita a pressões externas. As nações subdesenvolvidas sofriam interferências em suas vidas nacionais por parte das nações mais poderosas. Hoje o mundo é diferente”. O general Albuquerque Lima tem razão, em parte. Os povos oprimidos conquistaram expressivas vitórias contra o colonialismo. Alguns países subdesenvolvidos estão adotando medidas em defesa de sua soberania estatal e de suas riquezas naturais. Nos próprios países capitalistas desenvolvidos, a opinião progressista condena cada vez mais a política intervencionista de seus governos. Não se pode ignorar também que a relação de forças entre os EUA e outros países capitalistas desenvolvidos, como o Japão, a Alemanha Ocidental ou a França, se alterou, alargando a faixa de manobra dos países subdesenvolvidos. Porém, não é menos certo que as grandes empresas internacionais continuam se expandindo e, através dos conhecidos processos de conglomeramento e multinacionalização, se tornaram até mais gigantescas. Tudo isso acarreta novos abalos à segurança e ao desenvolvimento dos países da Ásia, África e América Latina. A história do petróleo é exemplar. Depois de alguns sucessos, os países exportadores de petróleo foram submetidos a dura pressão diplomática e militar dos EUA para que não elevassem mais os preços. Enquanto isso, os grandes países ocidentais revalorizavam unilateralmente suas reservas de ouro e aumentavam os preços de suas exportações. O resultado é que a receita

## 13. AINDA O GEN. ALBUQUERQUE LIMA E OS CONTRATOS DE RISCO

Pessimismo ou entreguismo?

O general Albuquerque Lima, nas entrevistas que concedeu em defesa dos contratos de risco e que comentamos nas semanas passadas, disparava um argumento final: “O problema da exploração de petróleo em larga escala não é apenas um problema de recursos e de técnica. É também um problema de disponibilidade de equipamentos”.

Parece razoável que o petróleo não poderá ser trazido do fundo da terra sem equipamentos. Mas quem diz que os equipamentos necessários não podem ser obtidos no mercado internacional por simples contratos de compra ou de aluguel? Recentemente, *The Wall Street Journal* noticiava que a indústria norte-americana de equipamentos para exploração de petróleo não está encontrando o mercado que esperava e previa um excesso de oferta nos próximos dois anos, mesmo de equipamentos para perfuração marítima. O *Jornal do Brasil*, de 22 de julho, que publicou essa informação, acrescentava: “As plataformas semi-submersíveis estão sendo alugadas no mundo com uma certa facilidade. A Petrobrás, que no final do ano passado contratou uma dessas sondas, há pouco tempo abriu

concorrência para conseguir uma segunda semi-submersível e mais de 10 propostas lhe foram entregues”. Se não faltam equipamentos, o que falta?

E mesmo que, por má vontade premeditada dos fornecedores, a Petrobrás não conseguisse os equipamentos de que precisa, eles não poderiam ser produzidos internamente? Porque essa falta de fé na capacidade criadora da inteligência e do trabalho de nosso povo, se corretamente motivado e dirigido?

Não se justifica o pessimismo de hoje, como não se justificava o de ontem, que tentou impedir a criação da Petrobrás com argumentos bem parecidos. Os países subdesenvolvidos podem explorar suas riquezas naturais com suas próprias forças.

Na China também não existia petróleo, segundo os técnicos estrangeiros. O país dependia do petróleo soviético. Mas quando, constringida pela crise em suas relações com a URSS, a China se lançou resolutamente e com seus próprios meios, à exploração de seu petróleo, não só acabou garantindo o abastecimento interno, como se prepara para ingressar no clube privilegiado dos países exportadores.

4-VIII-75

## 14. CONTRA O TRUSTE

Em defesa dos recursos naturais do país

Depois de dois meses de discussão, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as atividades da empresa Minerações Brasileiras Reunidas na Serra do Curral, em Belo Horizonte.

O relatório da CPI já havia sido aprovado por unanimidade pela Arena e pelo MDB e o voto final da Assembleia também uniu o partido situacionista e a oposição. A decisão foi unânime e clara: as atividades do truste que une Azevedo Antunes à Hanna Mining Co., a Daniel K. Ludwig e a grupos japoneses na exploração do minério da Serra que cerca Belo Horizonte, são consideradas “altamente prejudiciais aos interesses de Minas e do País.” Raramente

uma causa pública obteve em tempos recentes no país tanta unanimidade. Os votos da Arena e MDB refletem um clamor público contra a empresa que está devastando uma das poucas reservas florestais do Estado, promovendo a poluição das águas de um município e pondo em risco a saúde da sua população, desorganizando o transporte ferroviário interurbano no eixo Rio-Belo Horizonte, prejudicando a Rede Ferroviária Federal, atrasando o desenvolvimento do país por exportar minério bruto quando prometera industrializá-lo e - por essa razão, e por colocar reservas estratégicas em mãos de estrangeiros - contrariando a Segurança Nacional. Se entendida a Segurança Nacional não só como a segurança da economia do país mas também a dos direitos de seus cidadãos,

as práticas da MBR poderiam ser qualificadas sem dúvida como crimes contra a segurança nacional.

Nas suas conclusões, a Assembléia Legislativa mineira pediu ao governo federal a cassação dos direitos de exploração do minério dados à companhia. Em 1834 a Saint John Del Rey Mining Co, adquiriu os direitos de exploração da área; em 1959 Juscelino Kubistchek a cedeu a Hanna Mining Co; em 1961 Jânio Quadros, depois de ampla campanha po-

pular, cassou a concessão; em 1967, Castelo Branco a devolveu a novos grupos estrangeiros. Agora, em 1975, a Assembléia Mineira pede que o governo federal a devolva aos reais interesses do país. O longo processo parece ter chegado ao fim de suas etapas: o crime está identificado; as vítimas, uma cidade e um Estado, depuseram e identificaram o culpado; e os juízes, eleitos pelo povo, já condenaram o réu por unanimidade. Resta fazê-lo cumprir a pena

## 15. A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Uma luta que continua

**A** libertação do Brasil do domínio colonial português é narrada, habitualmente, de cabeça para baixo. Por isso, a comemoração anual da fundação do Estado nacional brasileiro recomenda três reflexões: a primeira, para apontar o papel limitado e ambíguo de dom Pedro I; a segunda, para esclarecer o papel contraditório da elite dirigente da época; a terceira, para realçar o papel decisivo das camadas médias urbanas e do povo simples.

Certa tradição historiográfica bajuladora e superficial difundiu a versão que distorce a contribuição de Pedro I. A independência brasileira aparece quase como uma iniciativa pessoal e magnânima do príncipe português. Esquece-se até o fato elementar de que o príncipe regente proclamou a separação entre o Brasil e Portugal apenas 30 anos depois que Tiradentes foi enforcado e esquartejado por ordem de sua avó, a rainha Maria I; ou quatro anos depois que Domingos Martins, padre Roma e outros líderes da revolução pernambucana de 1817 foram executados por ordem de seu pai, João VI; ou um ano depois que ele próprio mandara que fosse dissolvida violentamente uma concentração popular a favor da independência e da monarquia constitucional no Rio de Janeiro, ou poucos meses depois que autorizara que fossem enforcados, em Santos, doze soldados que se haviam colocado à frente de um batalhão para reivindicar igualdade de soldo com os praças portugueses. Como entender a reviravolta da dinastia portuguesa sem levar em conta a crise do sistema colonial ibérico?

### Pedro I, a conciliação e o neocolonialismo

O sistema colonial tradicional repousava no monopólio comercial e na extorsão fiscal pela metrópole e, nas colônias, na grande propriedade fundiária, no trabalho escravo e na monoprodução exportadora. Este sistema tomou forma na época do capital comercial e seus fundamentos, na Europa, se encontravam nas relações feudais-mercantis e na aliança política entre os monarcas absolutistas e os grandes mercadores. Tal sistema, embora atendessem essencialmente aos objetivos metropolitanos, satisfazia durante muito tempo a certos grupos coloniais, oferecendo a base material para a conjugação de interesses entre as elites dominantes nas metrópoles ibéricas e nas colônias

americanas. A grata partilha era perturbada apenas por periódicas rebeliões de índios ou de escravos africanos ou por conflitos localizados de frações dominantes, como a Rebelião de Beckman ou a Guerra dos Mascates no Brasil, ou ainda pela disputa de mercados e de hegemonia entre as potências européias emergentes, como no episódio da ocupação holandesa do Nordeste açucareiro.

Porém, a partir de meados do século XVIII, a Europa começou a ser sacudida por transformações profundas. O novo modo de produção capitalista difundia-se e o capital industrial suplantava o capital mercantil. Sob os golpes das revoluções democrático-nacionais dirigidas pela burguesia ascendente, os Estados absolutistas vinham abaixo. E a relação de forças entre as potências européias começava a alterar-se drasticamente, despontando a Inglaterra como a nova potência hegemônica, para cuja órbita Portugal decadente escorregou pouco a pouco. Ora, a expansão do capitalismo industrial inglês requeria a ampliação do mercado mundial e chocava-se com o regime do monopólio mercantil e do trabalho escravo. Uma nova conjugação de interesses se esboça então entre as elites dirigentes da Inglaterra e do Brasil. Sob a pressão de sua aliada exigente, Portugal, colocado na incômoda posição de um intermediário cada vez menos necessário, vai cedendo: abre os portos do Brasil para a Inglaterra em 1808, assina um tratado desigual com a coroa inglesa em 1810 e alça o Brasil à condição de Reino Unido em 1815. A partir da Revolução do Porto, em 1820, no entanto, as Cortes Portuguesas buscam reagir, tentando reconstruir o Brasil. Mas já era tarde e os Braganças compreendem que a política mais sensata seria reconhecer a independência do Brasil, evitando que ele se separasse do Reino Unido e tratando de salvar, na medida do possível, os laços políticos, econômicos e culturais que ainda o atavam à metrópole portuguesa. É nesse sentido conciliador e neocolonialista que Pedro I atua durante o período que se estende do retorno de dom João VI a Lisboa, em 1821, até sua própria partida dez anos depois. Pedro I não esteve, portanto, na vanguarda do movimento emancipador; tentou colocar-se à sua frente para freá-lo, evitando que rompesse radicalmente com Portugal ou se voltasse contra a ordem social vigente. Isto fica nítido em sua correspondência com dom João VI e também nos atos que se seguiram à

proclamação de 1822: como a dissolução da Constituinte em 1823, a outorga da Constituição do "Poder Moderador" em 1824, o esmagamento da "Confederação do Equador" no Nordeste em 1824. Mas, diante da resistência popular crescente, Pedro I foi obrigado a abdicar em 7 de abril de 1831. Pode-se afirmar que, só então, se concluiu a emancipação brasileira do jugo colonial português.

Em seus manejos conciliadores, Pedro I contou durante muito tempo, com a ajuda da elite dirigente brasileira. Esta também queria a Independência, mas sem a República ou a Abolição; prestou sua contribuição à causa emancipacionista, sobretudo na fase final, mas a dirigiu no sentido de criar um Estado independente à sua feição, dirigido por uma monarquia conservadora e baseado na economia primário-exportadora e no sistema latifundiário-escravista intocados. Com isto impediu que a independência jurídica do Brasil se pudesse consolidar numa independência econômica, diplomática e cultural efetiva, que abrisse caminho ao desenvolvimento do país. E assim, enquanto Portugal saía pela porta da frente, a Inglaterra entrava pela porta da cozinha, com suas mercadorias, seus trens e seus empréstimos.

### A luta popular

Contra esse pano de fundo pode ser melhor avaliada a contribuição popular. As camadas médias das cidades, que cresciam, como os arte-

sãos, os mulatos e os escravos libertos, os profissionais liberais e funcionários públicos, os padres e letrados, os militares do segundo escalão, e mesmo, em certa medida, os escravos, os trabalhadores semilivres do campo e grupos de indígenas, todos deram uma contribuição decisiva à progressiva elaboração da independência. Foram a força principal na resistência armada aos holandeses, nas Conjurações Mineira de 1798 e Fluminense de 1794, nas Revoluções dos Alcaides em 1798 e de Pernambuco em 1817, e também na luta armada para expulsar as tropas portuguesas que resistiam à independência, destacando-se aí as guerras populares na Bahia e no Pará, em 1822 e 23. Estas forças queriam não só a independência, mas a República, a Abolição da escravidão, direitos democráticos para o povo, melhores condições de vida e de trabalho. A época não possibilitava, porém, que alcançassem o nível de consciência política e de organização necessário para imprimir sua direção ao movimento. E por isso não foram efetivadas as transformações sociais que teriam consolidado a independência.

A lição não deve ser esquecida. A emancipação estatal da nação brasileira foi um passo importante, mas a causa libertadora precisa ser levada adiante. E hoje mais do que em 1822, o combate pela independência completa não pode ser separado da luta por um regime autenticamente democrático e baseado na participação popular. Só o povo miúdo e trabalhador poderá ser o protagonista da nova independência.

8-IX-75

## 16. QUANDO O DESENVOLVIMENTO PODE AMEAÇAR A SEGURANÇA

O ministro Severo Gomes redescobre o imperialismo?

**D**iscursando na Convenção da Arena que ratificou sua candidatura à presidência, o general Ernesto Geisel esclareceu que a doutrina do movimento político-militar de 1964 pode ser resumida no binômio desenvolvimento e segurança. Posteriormente, na primeira reunião ministerial, voltou a insistir que seu governo permaneceria fiel à doutrina estratégica do desenvolvimento e segurança, acrescentando que deve ser "reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante".

Agora um dos ministros de Geisel, Severo Gomes, oferece nova contribuição ao aperfeiçoamento daquela doutrina. Em palestra na Escola Superior de Guerra, duas semanas atrás, o ministro da Indústria e Comércio alertou sabiamente que nem todo desenvolvimento fortalece o poder e a segurança nacionais corretamente entendidos. Ao contrário, um desenvolvimento dependente e concentrador de renda pode significar um sério risco para a soberania e segurança nacionais, particularmente num mundo em crise e quando as grandes potências ocidentais procuram transferir o fardo de suas dificuldades para os ombros frágeis dos países subdesenvolvidos. Advertiu o ministro gravemente: "Desenvolvi-

mento econômico não tem necessariamente conexão positiva com o fortalecimento do Poder Nacional. Pelo contrário até, pois o alcance dos objetivos estabelecidos para a Nação pode ser comprometido por certas distorções geradas pelo próprio dinamismo do processo; pela atrofiação de setores vitais; pela potencialidade de conflitos sociais produzidos pela concentração de renda ou pelo agravamento de um tipo de interdependência externa que mutila a capacidade de decidirmos sobre o nosso próprio destino."

O ministro lembrou que a crise mundial do capitalismo já está produzindo reflexos negativos sobre a economia brasileira. E argumentou que esses reflexos seriam menores se, nos últimos anos, o desenvolvimento brasileiro não tivesse se apoiado principalmente na exportação para o mercado mundial, por um lado, e na importação de capitais e tecnologia externos, por outro. Segundo seu ponto de vista, "os reflexos no nível de atividades internas decorreram, sobretudo, de que a economia nacional vinha operando segundo um processo de crescente abertura para o exterior e um modelo de consumo de bens modernos, favoráveis ambos à ampliação do grau de interdependência econômica. De fato, a indus-

trilização brasileira nos anos recentes se diferencia totalmente do modelo observado na década de 50".

Ora, o reordenamento da economia mundial em curso, ainda segundo o ministro, está tomando uma direção que não corresponde às necessidades dos países subdesenvolvidos. O Brasil deve, portanto, preparar-se para dificuldades maiores, procedendo a

um "reexame e revisão de conceitos, convicções e atitudes". Nas palavras do ministro: "No ano passado já havia mostrado que as grandes transformações ocorridas, dentro e fora do País, indicavam a necessidade de um reajustamento da política de desenvolvimento adotada pelo Brasil a imposições da história contemporânea. Apontava, então, a necessidade de redução da dependência externa

do fortalecimento do Poder Nacional. Verifica-se, agora, que a estrutura que no final virá a prevalecer para a economia internacional requererá esse fortalecimento."

As advertências do ministro Severo Gomes foram corajosas e oportunas. Mas deixaram algumas dúvidas. Uma: para enfrentar os desafios que despontam, seria suficiente in-

troduzir correções táticas dentro da mesma rota estratégica que o País vem seguindo, ou seria necessário buscar uma nova estratégia econômica? E a dúvida seguinte: toda reformulação de política mexe nos interesses estabelecidos e suscita resistências; seria possível uma nova política econômica sem um novo quadro de forças sociais e políticas para sustentá-la? 28-VII-75

## 17. MEDINDO A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

O Brasil já se transformou de país essencialmente agrícola num país industrial?

A Secretaria da Receita Federal divulgou em fevereiro, sob o título *Uma Contribuição Estatística à Substituição de Importações*, estudo sobre as importações brasileiras de produtos industriais em que procurou estabelecer a participação percentual da importação de cada produto na oferta global do mesmo em 1973 e 1974. O propósito era fixar a "margem de substituição" existente para equipamentos e insumos industriais considerados prioritários pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, localizando os produtos que têm elevada percentagem de importação e que deveriam merecer especial atenção dos empresários para que passem a ser produzidos no país. Mas com isto o estudo acabou proporcionando uma oportunidade rara de se avaliar o estágio de desenvolvimento econômico do país e a natureza ainda dependente de sua estrutura industrial. Pois o levantamento apurou que foram importados 94,1% dos motores e máquinas motorizadas vendidos no país nos anos referidos; 78% das aeronaves; 72,8% dos fertilizantes; 59,7% dos laminadores; 58,5% das máquinas de tecelagem; 54,1% das rodas hidráulicas e turbinas; 53,5% dos trilhos; 50,8% do óxido de titânio, e assim por diante.

O modo de produção de uma sociedade é constituído pela combinação entre determinadas forças produtivas e determinadas relações sociais de produção. Por isso, o estudo do caráter e do nível alcançado pelas forças produtivas de um país é um elemento indispensável à compreensão científica de sua formação sócio-econômica. Na época contemporânea, isso significa basicamente determinar o nível atingido pela industrialização do país. Isto porque, depois da "revolução neolítica" na pré-história, que deu origem à pecuária e à agricultura substituindo a simples economia de caça e coleta pela domesticação e criação de animais e pelo cultivo de plantas, e depois da "revolução urbana" na transição da pré-história para a história antiga, que separou da agropecuária o artesanato e o comércio e impulsionou a formação de cidades, desenvolvendo os ofícios artesanais, as funções mercantis e administrativas e o trabalho intelectual especializado, foi a "revolução industrial" o terceiro grande salto dado pelos homens no esforço de dominar a natureza. A grande indústria mecânica moderna, baseada em sistemas integrados de máquinas e no trabalho em comum de um número crescente de produtores diretos, é importante não só porque alar-

ga as possibilidades de criação de novos bens, de qualidade superior e em quantidades incomparavelmente maiores, e ao mesmo tempo alivia os trabalhadores, substituindo seu puro esforço físico pelo trabalho das máquinas, mas também porque, com o desenvolvimento da indústria urbana, é possível passar em seguida a uma remodelação técnica profunda da agropecuária, dos transportes, das comunicações. Da industrialização depende, por conseguinte, a modernização geral da economia. No mundo moderno nenhum país pode se desenvolver plenamente sem se industrializar plenamente, quer sob uma forma capitalista, quer sob uma forma socialista. Por isso nenhum país deve conformar-se com a vocação ingrata e pretensamente "natural" de permanecer agrário num mundo industrializado; pois só os países que dispõem de uma indústria desenvolvida, podem possuir inclusive uma agricultura desenvolvida.

### Os três indicadores

Portanto, a partir do século XVIII, desenvolvimento material tornou-se sinônimo de industrialização. A indústria se converteu no fator dirigente imprescindível à expansão econômica de qualquer país. Esta é a razão por que se deve tomar a industrialização como o fio condutor na análise das forças produtivas dos países contemporâneos. E nessa análise a questão central é determinar se um país ainda permanece agrário e atrasado, apoiando-se essencialmente na produção de alimentos, na criação de gado e na extração de minérios; ou já se transformou num país industrial avançado, possuidor de uma indústria, de uma agropecuária, de meios de comunicação e de transporte e de um sistema de defesa militar modernos e integrados; ou se encontra numa fase transitória entre uma condição e outra.

Para medir o grau de industrialização de um país, existem três indicadores fundamentais. O primeiro consiste em comparar o valor da produção industrial com o da produção agropecuária. É um critério básico, mas insuficiente e preciso averiguar em seguida se o país já possui, além de uma indústria de bens de consumo não-duráveis, como doces e tecidos, uma indústria de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos; e sobretudo se esta indústria de bens de consumo se abastece no próprio país das máquinas e equipamentos que formam sua

base material, ou importa seus meios de produção. Daí o segundo indicador, que compara o valor da produção da indústria de bens de consumo com o da indústria de bens produtivos (fabricante de máquinas e equipamentos). Contudo, a noção de indústria de bens de produção (também chamados bens de capital) é ampla demais e inclui, nas estatísticas comuns, a extração de minérios e a produção de energia; por isso é preciso examinar à parte a indústria mecânica - especialmente a indústria produtora de máquinas-ferramentas e de equipamentos - pois é ela que em última análise alimenta o sistema industrial e garante sua autonomia; nenhum país pode ter um sistema industrial integrado e independente sem uma importante indústria de máquinas e equipamentos. Daí o terceiro indicador, que procura medir se este setor industrial já se desenvolveu bastante para abastecer autonomamente a indústria do país. Em vista desses critérios, só merece ser considerado industrial o país em que não só a indústria predomina sobre a agricultura e a indústria de bens de produção predomina sobre a indústria de consumo, mas onde a indústria mecânica também já cresceu o suficiente para suprir o mercado interno com a quantidade e a qualidade das máquinas e equipamentos necessários. Agrário seria o país que não dispõe de indústria ou conhece apenas uma indústria muito rudimentar e inicial. Entre os extremos, estariam os países agrário-industriais, onde a agropecuária ainda prevalece, mas, já funciona um setor industrial significativo e em expansão; e os países industriais-agrícolas, cuja produção industrial já predomina sobre a agropecuária, mas cujo sistema industrial não é integrado nem independente, pois a indústria de bens de capital e notadamente a indústria mecânica ainda não se desenvolveram de forma satisfatória.

### A industrialização dependente do Brasil

Ao lado dos critérios fundamentais, convém empregar alguns indicadores complementares para precisar o ritmo e as particularidades com que se processa a industrialização de cada país. Entre esses indicadores subsidiários, os mais usados são a divisão da população em urbana e rural, a distribuição da força de trabalho entre a indústria e a agricultura e a composição da pauta de

exportações e importações do país. Aplicando-se esses critérios, qual é o perfil do Brasil que emerge dos dados disponíveis? Pelas estatísticas oficiais, a produção industrial brasileira passou à frente da agropecuária em 1956: 52% contra 48%. Desde então, o peso relativo do produto agrícola não cessou de declinar, estimando-se que esteja hoje em torno de 35% em comparação a 65% para o produto industrial; há quem calcule em 15% a participação relativa da agricultura porque a compara não só com a indústria mas também com todo o setor de serviços, cujo peso é muito grande. No entanto, se a produção industrial ultrapassou a agropecuária, a diferença entre elas ainda não é tão larga quanto nos países propriamente industriais, como na Inglaterra (94% contra 6%), na Alemanha Ocidental (93% contra 7%) ou nos Estados Unidos (92% contra 8%). Por outro lado, é necessário levar em conta que as estatísticas brasileiras incluem no cálculo do produto industrial a indústria extrativa, vegetal e mineral.

Mais nítido vai aparecendo o estágio atrasado da industrialização brasileira quando se confronta, em seguida, a indústria de bens de consumo com a de bens produtivos. Algumas estatísticas pretendem sustentar que a produção de bens produtivos já tenha suplantado a de bens de consumo de 1959; mas para isso enfiam na indústria de bens de capital, indevidamente, a ramos industriais inteiros, como os de material elétrico, mobiliário, borracha, química, que deveriam ser repartidos entre os bens de consumo e de produção. Adotando a classificação proposta pela CEPAL e que se fundamenta na destinação dos bens, um estudo do Ministério do Planejamento chegava, em 1969, a outra conclusão: a indústria de bens de capital representava, em 1964, 39,5% da produção industrial brasileira contra 60,5% da indústria de bens de consumo. Para comparação, registre-se que em 1965 a participação da indústria de bens produtivos na produção industrial total era de 65,7% no Reino Unido, 63,7% no Japão, 63,5% nos Estados Unidos, 61,3% na França, 60% na Alemanha Ocidental. Dados mais recentes do IBGE permitem estimar que, em 1970 a participação da indústria de bens de capital no valor total da produção industrial brasileira andava por volta dos 40%, nível ainda muito abaixo dos países industrializados.

Quanto à indústria mecânica, é o ramo industrial que tem apresentado o desenvolvimento mais difícil e flu-

tuante no Brasil. Segundo a conhecida pesquisa de Werner Baer, em 1920 representava 2% da produção industrial global; em 1940 subira para 5,8%; mas em 1950 caíra novamente para 2,2%. Nos últimos anos, recuperou-se, estando hoje em torno de 8% mas ainda assim não se encontra em condições de garantir o suprimento de equipamentos e insumos à indústria do país, que se abastece principalmente no mercado externo, conforme a pesquisa da Secretaria da Receita Federal veio comprovar mais uma vez. E seria preciso ainda lembrar como reconheceu recentemente o industrial Carlos Villares, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, que cerca de 60 a 70% deste setor é controlado pelo capital externo e 90% da tecnologia utilizada é estrangeira.

Passando aos indicadores complementares, não é menos cheio de contrastes o retrato que se forma. Para muitos, a população rural brasileira caiu de 64% em 1950 a 44% em 1970. Mas esses cálculos tomam por base a sistemática do Censo de 1970, que se valeu de um critério puramente administrativo, considerando "população urbana e recenseada nas cidades e vilas", independentemente de sua função econômico-social e mesmo de sua população (ver MOVIMENTO 29-9-1975); se for adotado, porém, o critério estatístico convencionado pela ONU, segundo o qual só deve ser considerada urbana a localidade com 20 mil ou mais habitantes, a população rural em 1970 representaria ainda 60% do total; e a percentagem se revelaria maior considerando-se cada região, pois em 1970 a população rural chegava a 76% no norte, 73% no nordeste, 73% no sul, 71% no centro-oeste e só no sudeste descia a 42%. Ainda mais reveladora era a distribuição da população economicamente ativa entre os três setores básicos da economia, conforme foi levantada pelo Censo de 1970: a agricultura ocupava 44%, os serviços 38% e a indústria apenas 18%. Enquanto isso, os Estados Unidos empregam somente 4,4% de sua população na agricultura.

#### Exportador agrícola, importador de máquinas

Também o comércio externo atesta a situação intermediária do Brasil. Nos últimos anos, a pauta das exportações brasileiras se diversificou muito; o café que arcava sozinho com 53% das exportações em 1964, caiu para 10% no ano passado. Ainda assim, em 1975, só a soja, o açúcar e o café, somados, representaram 38% da pauta exportadora; os produtos agrícolas, em conjunto, foram responsáveis por 60% das vendas externas; e se os minérios forem acrescentados aos produtos agropecuários, os bens primários chegariam a cerca de 80% das exportações; sem falar que muitos dos produtos "manufaturados" exportados não passam de matérias primas semi-elaboradas, como couro ou óleo de mamona. Já na lista das importações prevalecem largamente as máquinas e insumos modernos.

Que conclusão se impõe? O Brasil não pode mais ser considerado o país essencialmente agrícola do início do século. Mas também está muito distante dos países industriais avançados. É um país industrial-agrário subdesenvolvido.

O Brasil tem um território extenso, uma população volumosa e trabalhadora, amplos recursos naturais.

Poderia ser um país próspero e ainda prestar uma contribuição importante à emancipação e ao desenvolvimento de outros países pobres. No entanto, após décadas de industrialização, o Brasil ainda não conseguiu se desenvolver nem se industrializar plenamente. Não será porque a plena industrialização dos países subdesenvolvidos, na época contemporânea, exige um projeto de remodelação global da sociedade e não apenas um programa setorial, e deve começar por uma política que enfrente, por um lado, o capital estrangeiro e a concentração da propriedade da terra, e por outro reconheça o lugar na primeira linha que deve caber aos trabalhadores na vida política e cultural e no desenvolvimento econômico desses países?

## 18. PESCA DE VOTOS

A Arena fez um programa ou um anzol?

A Arena foi criada em 1965 e durante 10 anos não teve programa. Quando criticados, os arenistas se defendiam alegando que o partido não precisava de programa, porque seu programa era o do governo. Agora, a Arena decidiu adotar um programa. Por que?

Tudo indica que a redação do Programa arenista está vinculada ao desejo do governo de que o partido se recupere nas próximas eleições municipais. Uma contradição vinha engolindo as possibilidades eleitorais da Arena: como partido situacionista, é obrigada a defender o governo e o regime; porém, um número crescente de eleitores revelam inclinação a apoiar as teses oposicionistas. A solução imaginada foi que a Arena providenciasse um programa no qual, sem se afastar dos princípios gerais e da orientação básica do governo, com os quais tem "identidade", como assinalou o presidente Geisel, arvorasse, no entanto, algumas bandeiras parecidas com as da oposição para disputar a simpatia do eleitorado em condições mais favoráveis.

O Programa da Arena tem, portanto, uma natureza especial; que não pode ser negligenciada por quem pretenda analisá-lo. Não é um programa comum. Primeiro, porque a Arena não é um partido comum, mas antes uma frente política, e uma frente constituída menos para exercer o governo, do que para apoiá-lo. E depois porque, no processo político normal, elabora-se um programa definidor, em torno dele se funda e fortalece um partido, o qual disputa o poder para levar seu programa à prática. No caso da Arena, deu-se o itinerário inverso: primeiro houve o governo, depois o partido e, só agora, o programa. É evidente que não se trata de um programa político na acepção própria, mas antes de um guia eleitoral, destinado a unificar a campanha da Arena para facilitar sua pesca de votos.

Ora, a experiência indica que documentos dessa linhagem seguem uma tática especial de redação: concedem uma frase o que tiram com a outra; endossam princípios genéricos

e sedutores, mas contornam os problemas de atualidade em que esses princípios estão em jogo e não prevêm as medidas políticas indispensáveis para levá-los à prática.

#### A semelhança não é coincidência

Por isso, a exegese desses textos enfrenta dificuldades especiais e requer que se observem duas regrinhas também especiais: a primeira, mais importante do que nunca, é a de comparar as declarações com os atos passados e presentes dos patrocinadores do programa; a segunda é a de compreender que, nesses documentos, as afirmações principais são as secundárias ou seja, as ressalvas e omissões definem mais do que as próprias definições. Por exemplo: o mais importante no Programa da Arena não é a festejada definição pela "democracia representativa", mas a ressalva de que deve passar por uma "modernização institucional" e a falta de qualquer referência à revogação do AI-5. A aplicação cuidadosa das regrinhas ajudaria o leitor a captar a verdadeira posição da Arena, a defesa da "democracia moderna", e a perceber que, nesse caso como em outros, entre o programa da Arena e o programa da oposição qualquer semelhança não é coincidência.

A contradição entre o programa e a prática da Arena, em inúmeros

pontos, foi ressaltada pelos comentaristas nas últimas semanas. Realmente, tem um valor relativo comprometer-se com a "garantia, ao trabalhador, do direito de greve", quando se considera que o relator-geral do Programa foi o senador Jarbas Passarinho que, como ministro do Trabalho, não se destacou pelo incentivo ao exercício desse direito, nem à autonomia e dinamização dos sindicatos; ou quando se ouve logo em seguida o atual ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, também membro do Diretório Nacional da Arena, esclarecer que seu Ministério não está encaminhando nenhuma revisão legislativa para assegurar o direito constitucional de greve, o qual, segundo suas palavras, foi incluído no programa arenista apenas como uma "aspiração". E a divergência de Célio Borja e Dinarte Mariz com outros arenistas em torno das eleições diretas para governador em 1978, mal encerrada a Convenção, não revela a precariedade das definições formais que foram aprovadas? Essa impressão de precariedade não se reforça diante da curiosa justificativa do senador Petrônio Portela, para quem o programa da Arena é "dinâmico" e será revisto sempre que alguma "realidade emergente" o exigir? Será por isso que a Arena, depois de declamar seu apoio ao monopólio estatal do petróleo, está pensando em abrir um debate parlamentar sobre os contratos de risco?

6-X-75

## 19. PAPEL INVERTIDO

Associações para defesa das empresas nacionais ou estrangeiras?

A Associação Comercial de São Paulo, puxando uma fila que promete crescer, encaminhou ao presidente Geisel um requerimento extenso e veemente contra alegados excessos intervencionistas das empresas estatais e de escalões intermediários do governo. Entra, assim, em novo estágio a campanha contra a estatização que certos órgãos da imprensa vêm cultivando com zelo e carinho desde o começo do ano.

Num país onde a grande concorrente e devoradora da empresa privada nacional é a empresa privada estrangeira e não a empresa estatal, e num momento em que o governo anuncia medidas concretas para fortalecer as grandes empresas nacionais particulares, um observador menos atento teria dificuldades para compreender por que se condena com persistência uma possível "estatização crescente" e não se diz uma palavra contra a crescente penetração de capitais externos que submergiu a tantas firmas nacionais nos últimos anos. Afinal, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas, entre as 318 maiores sociedades anônimas da indústria de transformação e de mineração em 1973, a participação relativa das empresas estrangeiras era de 55,27% do faturamento líquido total, enquanto as empresas nacionais ficavam com 24,01% e as estatais com 20,72%.

Não parece claro que o problema básico da economia brasileira é a desnacionalização e não a estatização?

Mas nosso observador descuidado teria novos motivos para surpresa na semana passada. Em entrevista a VEJA, o presidente em exercício da

Associação Brasileira da Indústria Farmacéutica (Abifarma), Nelson Duarte, reconheceu que a entidade concede mais assistência e proteção às indústrias farmacêuticas estrangeiras do que às nacionais, justificando: "Quando a indústria farmacêutica é atacada em seu conjunto, a Abifarma vem em defesa da classe em seu todo. Como, no momento, em todos os setores, em todo o mundo, os ataques são projetados com mais luz sobre as multinacionais, é neste campo de defesa que a Abifarma mais se destaca."

Enquanto isso, brotava do Rio Grande do Sul a notícia de que a Federação local das Indústrias enviou a seus membros um questionário para fazer um cadastro de todas as firmas gaúchas que tenham intenção de associar-se com investidores estrangeiros. O propósito da Federação é oferecer-se como intermediária para facilitar as negociações entre as empresas gaúchas e os grupos internacionais interessados em associar-se a elas. Justificando a iniciativa pioneira, um porta-voz da FIERGS assegurou que "não será uma maneira de entregar a empresa gaúcha ao capital de fora, como muitos poderiam pensar, mas uma defesa de nossa indústria, em sua maioria representada por pequenas e médias empresas, cujos donos muitas vezes se deslumbram com os montes de dólares e fazem qualquer negócio".

Seria lógico esperar que uma das funções das associações patronais fosse a defesa intransigente dos interesses dos industriais e comerciantes brasileiros. Mas, algumas têm concepção muito original dessa defesa.

4-VIII-75

## 20. CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA

As lições da prisão de Tanaka

A prisão por suborno do ex-primeiro-ministro do Japão, Kakuei Tanaka, levanta várias questões sobre o combate à corrupção nos países capitalistas desenvolvidos. Quando foi acusado pela primeira vez, diante de vários assessores, Tanaka perguntou "Por que só eu?". A medida que o caso se desenvolveu, outras 14 figuras de relativa importância foram detidas. O caso da Lockheed, que levou Tanaka à prisão, é um de 135 processos semelhantes de empresas americanas que, de um modo geral, voluntariamente confessaram. O que se pode dizer das práticas comerciais das três dezenas de milhares de companhias dos EUA que têm no exterior negócios do mesmo tipo?

### Corrupção e penetração imperialista

Mas a corrupção administrativa não é, evidentemente, um privilégio dos países capitalistas desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos são ainda mais atingidos, pois suas estruturas econômicas são mais vulneráveis. É certo que dos males endêmicos que afligem os países subdesenvolvidos, a corrupção não é o principal; existem problemas mais fundamentais, como a dependência externa e a concentração da propriedade da terra. No entanto, a corrupção administrativa é também um problema importante, ainda mais porque seus efeitos agravam aqueles fatores básicos do subdesenvolvimento.

O desvio de verbas e de bens públicos, o favorecimento a grupos particulares e a funcionários protegidos, a realização de obras fastuosas e desnecessárias concorrem para acentuar a escassez dos recursos que os países subdesenvolvidos podem mobilizar para a luta contra seu atraso econômico. Por outro lado, em países de acentuadas desigualdades sociais, onde tantos trabalham arduamente para ganhar muito pouco, o enriquecimento fácil que alguns podem obter por esses métodos ilegais torna-se mais injusto e chocante. Contudo, os resultados da corrupção se mostram mais prejudiciais ainda quando se nota sua relação com os problemas fundamentais da dependência externa e do sistema latifundiário. A grilagem de terras, que em larga escala não é possível sem a cumplicidade de tabelões, juizes e delegados, serve como exemplo de corrupção que fortalece o poder econômico e político de grandes fazendeiros. Já o que está acontecendo nos Estados Unidos, onde a pressão da opinião pública obrigou poderosas empresas a reconhecer que subornam altos funcionários de governos estrangeiros como um método sistemático para facilitar seus negócios, ilustra como a corrupção pode favorecer a penetração imperialista.

Por isso, para abrir caminho à solução de seus problemas, os povos subdesenvolvidos têm que batalhar não só pela independência completa

de seus países e pela reformulação de sua estrutura agrária, mas também pela moralização da administração pública.

Mas que o combate à corrupção não é fácil, demonstra-o a experiência dos governos nacionalistas reformistas, que a sociologia latino-americana denomina "populistas". Estes governos, que estiveram à frente de muitos países subdesenvolvidos em distintos períodos, assim como não conduziram a bom termo a luta contra a dependência e pela reforma agrária, também não lograram erradicar da vida pública a endemia das negociatas e das irregularidades administrativas.

Por isso, ao serem afastados, foi possível desfraldar contra eles, entre outras, a bandeira da luta contra a imoralidade administrativa. No entanto, passados vários anos, alguns dos movimentos que os afastaram tiveram que reconhecer também seus insucessos na luta contra a corrupção.

É o que ocorreu, por exemplo, na Nigéria em 1975, onde o general Gowon, que subira ao poder em 1966 prometendo "a eliminação total da corrupção na vida nacional", acabou sendo apeado, nove anos depois de um poder quase absoluto, entre outros motivos por não ter sabido controlar a corrupção que se alastrou pelo país.

Experiências como estas sugerem que o método autoritário do controle exercido apenas de cima para baixo e através de punições decretadas em processos sumários e sigilosos, se revelou tão ineficaz no combate à corrupção quanto o método populista. Não é difícil perceber a razão: mesmo que o governo central esteja empenhado em eliminar a corrupção, ele não pode fiscalizar um país inteiro e, ainda que recorra a fiscais, de novo, quem fiscalizaria os fiscais? Só o povopodefiscalizar um país inteiro. A terapêutica autoritária se enreda, desta forma, num círculo vicioso, pois os métodos com que pretende combater a corrupção são os mesmos que possibilitam que ela se defenda, se dissimule e se propague.

Por que, apesar disso, muitos se deixam seduzir pela aparente eficiência dos métodos autoritários? Uma explicação talvez esteja no diagnóstico errôneo da falha anterior dos governos populistas. A falha não reside em terem eles recorrido a métodos democráticos de controle, mas justamente em não terem recorrido a esses métodos de forma genuína e até o fim — uma longa e variada experiência indica que só um regime político autenticamente democrático e baseado na participação popular pode oferecer um caminho para que os países subdesenvolvidos se livrem da corrupção e de outros males ainda mais importantes. Certamente, o povo também cometerá erros de avaliação. Mas, com o tempo e uma experiência mais rica, ajudado por uma imprensa independente e livre aprenderá a escolher e a fiscalizar seus governantes. 2-VIII-76

## 21. PARTIDO OU BODE EXPIATÓRIO?

Coitada da Arena, foi posta no pelourinho. Se a distensão não vai bem, a culpa é da Arena. Se o governo não conta com muitos eleitores, a culpa é da Arena, que não soube transmitir a mensagem oficial. Se a política brasileira atolou num imobilismo institucional que constribe, é da Arena a culpa, pois ainda não deu provas da "imaginação criadora" reclamada pelo Presidente. A Arena, prossegue o libelo impiedoso, não tem líderes competentes, está dividida, não renovou seus quadros, não soube atrair estudantes e trabalhadores a suas fileiras. Não conseguindo refletir os anseios populares e nem sempre interpretando corretamente o próprio pensamento do governo, tornou-se um partido inútil e inviável. Não se pode negar que algumas dessas acusações são verdadeiras.

Mas seria a Arena a única culpada? Como partido do governo, é obrigada a defender uma política institucional, econômica e externa que parece desagradar a parcelas significativas da população. Não estaria aí a raiz de suas dificuldades? Qualquer partido que apoiasse esta política, por mais bem administrado e imagnoso que fosse, não sofreria as mesmas vicissitudes?

Este pode ser o significado profundo da enigmática teoria que o Senador Dinarte Mariz e depois o deputado José Bonifácio se encarregaram de propagar na semana passada. Segundo estes parlamentares arenistas, pouco adiantaria dissolver o MDB e a Arena para formar novas agremiações. Porque, "se no Brasil existissem dez partidos, nove ficariam com o governo e o décimo, na oposição".

14-VII-75

## 22. SINDICATOS ASSISTENCIAIS OU SINDICATOS REIVINDICATÓRIOS?

Dirigentes sindicais de Minas descobrem que sindicato não é hospital

A legislação em vigor sobre o processo de reajustes salariais e o exercício do direito de greve limita as atribuições reivindicatórias dos sindicatos de trabalhadores, reduzindo o prestígio e o apoio de seus diretores. Por isso, a maioria dos dirigentes sindicais acolheu com satisfação, como uma alternativa, o Plano de Valorização da Ação Sindical lançado pelo governo Médici em 1970(1). Vislumbra-se o Plano a possibilidade de obter verbas para ampliar a assistência médica e odontológica a seus associados. E verdade que não se perguntaram se esse novo afastamento dos sindicatos de suas funções próprias não contribuiria para a concentração da renda nacional e o agravamento das condições de vida e de serviço dos trabalhadores assalariados. Cuidaram apenas dos frutos eleitorais que poderiam colher para prolongar suas carreiras sindicalistas.

Passados cinco anos, porém, estão se dando conta de que a política de transformar os sindicatos em entidades assistenciais e recreativas pode, como o rifle do ditado, disparar o tiro pela culatra. Os convênios com o INPS só cobrem metade dos gastos e os sindicatos estão acumulando déficits vultuosos. Apesar disso, os serviços médicos e odontológicos são insuficientes e precários, alimentando o descontentamento dos associados. E assim, ao contrário do que espera-

vam, muitos dirigentes sindicais apenas arrumaram uma nova fonte de aborrecimentos para corroer seu prestígio. Explica-se por que 55 líderes sindicais de Minas entregaram ao presidente Geisel, durante sua visita recente a Belo Horizonte, um memorial lamentando que os sindicatos, se quiserem manter os serviços médicos e odontológicos, "terão de aumentar o valor da contribuição dos seus associados, desgastando ainda mais a entidade junto a suas bases". E concluíam, fazendo uma descoberta tardia: "Assoberbadas com as obrigações até aqui assumidas, evidentemente que as entidades não poderão se comprometer a assumir gradativamente maiores responsabilidades na prestação desses serviços, sob pena de virem à falência. E não o farão, por entenderem que tal encargo é específico do INPS e não das entidades sindicais".

Essas queixas são apresentadas num momento em que os sindicatos patronais, por seu lado, redobram as iniciativas em defesa de seus associados. Um diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, por exemplo, resumiu para a revista *Veja* a missão das entidades de classe num verbo: "Reclamar". E justificando-se: "Nossa função é reivindicar e não jogar confetes". Enquanto isso, um dos candidatos à presidência da Associação Comercial de São Paulo baseava sua campanha nas

cenuras à gestão anterior por sua passividade e submissão; ele prometia, se eleito, manter um diálogo firme com as autoridades em defesa das pequenas e médias empresas. Chegou a hora de os trabalhadores também dinamizarem seus sindicatos?

Semelhante movimento de renovação sindical deveria receber o apoio de todas as correntes oposicionistas, inclusive dos "liberais". Experiências de países como os Estados Unidos, a Inglaterra ou a França atestam que mesmo o regime democrático liberal não é possível sem um movimento sindical reivindicatório e atuante; indicam também que, sob certas condições, um movimento sindical exigente pode perfeitamente coexistir com o desenvolvimento capitalista durante uma fase prolongada. O economista norte-americano John K. Galbraith, autor da "teoria do poder compensatório" (2), vai

mais longe e sustenta que um sindicalismo forte é até benéfico para o capitalismo contemporâneo, porque contrabalança o poder dos monopólios e do Estado, atenuando desequilíbrios que, entregues a si mesmos, só acelerariam as dificuldades do regime capitalista.

Por que, então, não devolver a assistência médica ao INPS e os serviços recreativos aos clubes e centros de esporte, reabilitando os sindicatos de trabalhadores na função que lhes é própria, em qualquer regime democrático, de proteger e reivindicar os interesses de seus associados?

8-III-76

(1) Movimento, n.º 34, 23 de fevereiro de 1976.

(2) John K. Galbraith expôs sua "teoria do poder compensatório" no livro *American Capitalism*, traduzido por Zahar Editores sob o título *Capitalismo*.

## 23. A CULTURA DAS CRUZINHAS

A doença cultural dos "testes objetivos"

De uns anos para cá, generalizaram-se no sistema escolar brasileiro os testes de múltipla escolha. Apresentados como "objetivos", esses testes colocam o aluno diante de uma lista fechada de opções. E assim, desde os primeiros anos do curso primário, o aluno é treinado a demonstrar que aprendeu simplesmente marcando com uma cruzinha a alternativa considerada correta pelo professor.

Os resultados devastadores desse processo simplista começam a aparecer. Aumentaram consideravelmente as dificuldades de expressão e redação da juventude, o que desperta agora a apreensão de numerosos professores e comentaristas. Mas não é só no aprendizado do idioma português que os testes simplificados revelam seus efeitos distorsivos. Também no estudo das ciências sociais, das ciências naturais e mesmo da matemática, o uso indiscriminado dos testes incute nos estudantes uma visão fragmentária, casuística e estática da realidade, reduzindo a capacidade de análise, de síntese e de generalização dos estudantes, e não cultivando neles os hábitos da reflexão, da crítica e da polêmica, sem os quais não é possível desenvolvimento cultural nem aprendizado autêntico.

Para alguns de seus defensores, no entanto, os testes, apesar de suas falhas didáticas, são insubstituíveis por causa de seu caráter "prático". São simples de preparar e mais simples de corrigir, ainda mais se é possível recorrer à ajuda de computadores eletrônicos, como acontece nos exames vestibulares. E os professores, que, para compensar seus baixos salários, são obrigados a dar numerosas aulas a turmas imensas, não podem servir-se de outros métodos de verificação de aprendizagem que, embora mais recomendáveis, exigiriam um tempo que não existe. A dificuldade é séria e denuncia uma nova manifestação da contradição básica em que o sistema escolar brasileiro se contorce atualmente: a expansão quantitativa da rede escolar,

nos últimos anos, foi acompanhada de um declínio grave na qualidade do ensino. De modo que hoje as escolas e faculdades brasileiras, além de não poderem atender quantitativamente a todos os jovens que as procuram, oferecem, em sua maioria, um ensino cada vez mais deficiente. Tais dificuldades práticas não afastam, porém, a inconveniência do emprego abusivo dos testes; apenas demonstram que só será possível reformular os métodos de verificação de aprendizagem dentro de um movimento mais amplo em que também sejam revistos o conteúdo e os métodos de ensino e sejam ampliadas as instalações escolares e o corpo de professores, para garantir que haja tanto uma expansão quantitativa quanto uma melhora qualitativa no sistema brasileiro de ensino.

Mas há outros defensores para os quais os testes são indispensáveis por uma razão mais profunda: por seu pretensível caráter "objetivo". Para os que pensam assim, as provas discursivas poderiam escorregar para inchadas dissertações sem conteúdo e sempre estariam expostas a critérios de julgamentos subjetivos por parte dos examinadores. É inegável que não se trata de restaurar as provas retóricas, de duvidoso gosto literário, dos tempos da cultura brasileira pré-científica e bacharelesca. É inegável também que os testes de múltipla escolha podem ser úteis, como método complementar e secundário, para a verificação do aprendizado de certas questões básicas e elementares, necessárias à compreensão de qualquer ciência. O que não parece correto é transformá-los no método principal, nem muito menos exclusivo, de apuração de conhecimento. Seu esquema de questões fechadas, que só admitem sim ou não, que não conhecem nuances, está longe de ser o mais objetivo e científico para dar conta de uma realidade natural e social de si mesma complexa, contraditória, matizada, em constante evolução. Além disso, os testes não deixam oportunidade para o debate, a troca de pontos de vista, ao passo

que não existe ciência acabada e total nem ciência que possa ser desenvolvida sem pesquisa e sem controvérsia; mas como discutir com um computador previamente programado? Enfim, o papel do aluno no processo de aprendizagem não pode ser entendido como puramente passivo, como se a sua única obrigação fosse decorar e repetir as lições que o professor, em nome da sociedade, lhe dita. Na realidade, o professor não ensina, o aluno é que aprende; o papel do professor é estimular e coordenar o processo de aprendizagem, que só pode ser realizado pelo próprio aluno. E o objetivo do ensino deveria ser menos o de tornar os alunos aptos a repetir as respostas que já foram dadas e são consideradas corretas, mas antes o de desenvolver sua capacidade crítica e criadora para encontrar novas respostas para os problemas, teóricos e práticos, que persistem ou que surgirão. Ora, como avaliar essa capacidade de crítica e elaboração através de testes de alternativas prévias e fechadas?

Descobre-se assim que, por trás dos testes das cruzinhas como método de apuração de conhecimento, existem não só dificuldades práticas para o emprego de outros métodos, mas a influência de uma concepção dogmática e autoritária da educação e do desenvolvimento científico e cultural. E natural: entre os métodos de verificação de aprendiza-

gem e os métodos de ensino, e entre ambos e a concepção geral da cultura, existem conexões necessárias. Por isso, sem romper com a concepção geral predominante entre nós, nos últimos anos, não há como curar a doença cultural de que os testes simplificados ou as dificuldades de redação são apenas dois sintomas. Pois, para curar tal doença, seria preciso, no processo educativo, estabelecer plenamente os direitos dos alunos ao debate e à divergência e no processo social, relacionar de maneira mais íntima a educação e o desenvolvimento cultural com o trabalho produtivo e com a participação política, para que esses três aspectos do desenvolvimento social se fecundassem mutuamente. E só isto permitiria encontrar novos critérios e novos métodos para a avaliação da formação dos alunos não só teórica mas prática, não só técnica mas social, avaliação que, embora coordenada pelos professores, não deveria ser feita apenas por eles.

Dirão que essas transformações reclamam esforços árduos e demorados para se tornarem possíveis. Mas isto apenas significa que o tempo não está para ser desperdiçado. Toda viagem longa começa com os primeiros passos. O debate sobre a redação no vestibular não poderia ser uma oportunidade para dar novos passos nessa acalentada viagem? 24-XI-75

## 24. PORQUE É O MARIDO QUE MANDA?

A luta pela emancipação da mulher e pela igualdade entre sexos

O governo enviou ao Congresso os projetos de Código Civil e de Código de Processo Penal. A se confirmar o regime de urgência - o prazo de 45 dias para apresentar emendas, debatê-las -, dentro de poucos meses deverão estar aprovados, sem grandes alterações. E assim, não prevalecendo o bom senso, mais duas peças essenciais da ordem jurídica nacional deverão ser substituídas a toque de campanha das mesas do Congresso e quase à revelia do país.

No entanto, um Código Civil e um Código de Processo Penal tocam nos interesses de todas as camadas da população. O Código de Processo Penal, com o Código Penal já aprovado e que o aguarda para entrar em vigor, definindo os delitos e as formas de puni-los, esbarram nos direitos de todos. É evidente sua importância, sobretudo num período tormentoso e em que diariamente são apontados excessos e arbitrariedades dos órgãos policiais. Um exemplo: o inquérito policial, que recebemos da metrópole portuguesa com outras instituições medievais, foi sendo substituído nos países mais avançados pelo sistema do Juiz de Instrução, que controla a investigação policial desde o começo do processo; no Brasil, apesar das críticas, que vêm do século XIX, ele se manteve no Código de Processo

Penal em vigor, elaborado sob a inspiração dos penalistas italianos de tendência fascista e baixado pelo chefe do governo em 1941 no exercício de poderes ditatoriais; o projeto atual o conserva. Por que?

É ainda mais clara a importância do Código Civil. Regula desde a liberdade de contratar ou o direito de propriedade, às sucessões e relações familiares. O Código Civil vigente, promulgado em 1916, teve como fontes doutrinárias principais o Código de Napoleão, de 1804, e o Código alemão de 1896. Traz assim a marca forte do individualismo jurídico, irmão gêmeo do capitalismo econômico e do liberalismo político. Pior ainda, teve que adaptar-se às características mais atrasadas da realidade nacional. Em 1916, o Brasil era um país essencialmente agrário, voltado para a exportação de produtos primários, notadamente o café. A industrialização engatinhava. As relações capitalistas de produção eram restritas e a classe operária, diminuta. As camadas médias urbanas estavam em formação. A larga maioria da população era integrada por camponeses, apenas saídos da escravidão e submetidos ao poder político dos coronéis e a formas econômicas semi-feudais, como a parceria. Na política nacional predominavam os grandes comerciantes e fazendeiros. E a in-

fluência das idéias e dos costumes patriarcal era poderosa em toda a sociedade.

Desde então, mudou bastante a fisionomia do mundo e do país. No terreno jurídico, sem mencionar as reviravoltas revolucionárias de países como a União Soviética em 1917 e a China em 1949, mesmo nos países do Ocidente democrático e capitalista esboçou-se uma reação geral ao individualismo jurídico, conhecida como "socialização do Direito". No fundo, pretende-se conciliar os interesses individuais com os interesses coletivos. Manifestações dessa tendência são as restrições ao direito de propriedade outrora absoluto, as limitações legais à liberdade de fazer contratos particulares e dispor dos próprios bens em testamento, ou a equiparação jurídica da mulher ao homem. Confrontando com os novos tempos, o velho Código brasileiro de

1916 foi sofrendo cirurgias parciais, até que ficou clara a necessidade de submetê-lo a uma revisão completa, iniciada no governo Goulart. Mas é democrático que seja concluída precipitadamente, sem um debate amplo e sem a participação popular?

O exemplo da condição feminina é esclarecedor. O movimento pela emancipação da mulher adquire novo alento nos dias atuais. Uma de suas reivindicações básicas é justamente a completa igualdade jurídica entre o homem e a mulher. No direito familiar, isto pressupõe a radical substituição da família patriarcal, baseada na propriedade privada e na supremacia do homem sobre a esposa e os filhos, por uma família democrática, fundada na igualdade entre o homem e a mulher, na proteção aos direitos dos filhos, e no trabalho comum e na ajuda mútua entre todos os membros da família. Como o projeto de Código Civil enfrenta este de-

safio? O artigo 1.476 define: "A direção da sociedade conjugal cabe ao marido, que a exercerá, com a colaboração da mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos". E o parágrafo único dissipa possíveis dúvidas: "As questões essenciais serão decididas em comum. Havendo divergências, prevalecerá a vontade do marido, ressalvada à mulher a faculdade de recorrer ao juiz, desde que se não trate de matéria personalíssima." A "Exposição de Motivos" dos autores do projeto, assinada pelo professor Miguel Reale, da Universidade de São Paulo, esclarece a orientação escolhida. Critica os "tradicionalistas" que julgam "um grave erro o abandono da natural preeminência que deveria ser assegurada ao marido".

Mas discorda também dos "defensores da absoluta igualdade entre os esposos". E argumenta impávido: "Entre esses dois extremos situa-se o

Anteprojeto, que põe termo ao poder marital, sem deixar, todavia, de reconhecer que a sociedade conjugal, como é próprio de toda sociedade, não pode dispensar a existência de quem, por ela e em razão dela, tenha competência para decidir, vem surgindo divergência entre seus membros". Raciocínio revelador. Por que toda sociedade, para ser organizada, precisa dividir-se em alguém que manda e outros que são mandados? Não existe a alternativa da direção coletiva e democrática? E ainda que esta premissa fosse verdadeira, porque, na sociedade familiar, o marido é que sempre deveria decidir surgindo divergência? Por que não a mulher? A posição do Código é tradicionalista, embora mitigada. É admissível que seja consagrada pelo Congresso sem que as mulheres tenham sequer oportunidade de expressar sua opinião?

7-VII-75

## 25. A FEBRE DO CONSUMO

"Viver é comprar", como sugere a tevê,  
ou viver é lutar, como disse o poeta?

Para muitos o Natal transformou-se num período em que se recebe e se dá presentes; entrou, assim, para a lista cada vez mais gorda dos Dias - dos Pais, das Mães, da Criança, da Professora - com que uma técnica inteligente de promoção de vendas vai impondo o costume de presentear os homenageados e, naturalmente, aumentar os lucros das lojas e das fábricas.

Comprar deixou de ser um ato pelo qual se adquire um bem ou um serviço de que se precisa realmente, para se transformar quase num fim em si mesmo. E na disputa para ver quem dá o melhor presente, constantemente se deixa de lado a utilidade real ou a qualidade do objeto; melhor presente passa a ser o presente mais caro ou aquele que a televisão propagou com mais insistência. E assim o 13º salário ou a gratificação anual se esvaem facilmente, ainda mais nesta fase de inflação intensa, sem que, ao final do compra-compra, fique muita coisa útil ou duradoura para os consumidores; de útil mesmo fica para as fábricas e as lojas a diminuição de seus estoques.

Onde se encontram as raízes deste "consumismo" desregulado? Uma nasce das próprias características do regime econômico atual. Nas tribos coletoras e nas comunidades des agrícolas primitivas, a conexão entre a produção e o consumo era direta e simples. O índio pesca para comer, não para guardar ou vender, faz de uma pele um novo agasalho quando o anterior de fato não presta mais. Não há excedente, não há comércio, quase não há divisão do trabalho. As pequenas comunidades produzem para seu próprio consumo, e naturalmente só produzem aquilo de que sentem real necessidade. As privações materiais, no entanto, são grandes e os homens primitivos não poupam esforços para ampliar seu domínio sobre a natureza hostil, com o que expandem suas forças produtivas. Com esta expansão, aparece um excedente: já nem tudo que é produzido precisa ser consumido imediata-

mente. Aprofunda-se a divisão social do trabalho e a especialização dos produtores torna indispensável a troca de bens entre eles, a princípio e o escambo ou a troca direta de um bem por outro, logo a troca indireta e finalmente monetária, através do dinheiro. As novas condições possibilitam que uma parte da sociedade viva às expensas do trabalho da outra parte, dando origem à divisão da sociedade em classes e às várias formas de propriedade privada e de expropriação do trabalho alheio. Além disso, tornam indireta a conexão entre a produção e o consumo, pois uma boa parte dos trabalhadores já não produzem para si mesmos, mas para o mercado; é através do mercado que a produção terá que ajustar-se ao consumo, às apalpadelas.

### Um estilo de vida

O capitalismo leva ao máximo esta inversão entre a produção e o consumo. Em sociedades como as escravistas ou feudais, os senhores de escravos ou de terras ainda arrancam trabalho gratuito de seus escravos ou servos basicamente para ampliar o próprio consumo pessoal: seu conforto, seu fausto, seu poder. A meta essencial do dinamismo capitalista, contudo, não é sequer a elevação do consumo pessoal do empresário capitalista; é alimentar a acumulação ilimitada do próprio capital. O capitalista, no fundamental, não acumula bens, mas dinheiro. A produção não está voltada para o consumo; o consumo é que deve servir à produção, sobretudo à produção de mais lucros, de mais capital. O capitalismo não se preocupa em pesquisar as necessidades reais dos trabalhadores, em estabelecer uma hierarquia entre elas, em produzir para atendê-las. O capitalismo se preocupa em produzir o que pode ser vendido com maiores lucros.

Tal dinamismo, se por um lado desenvolve as forças produtivas, desbrava novas terras, integra o mer-

cado mundial, inventa novos produtos, por outro lado concentra cada vez mais a propriedade dos meios de produção e a riqueza pessoal num grupo restrito de superempresários; desta maneira, como encontrar mercado para a produção crescente? Ora, se o mercado não pode crescer *extensivamente*, incorporando novos consumidores e elevando o consumo popular, pode crescer *intensivamente*, isto é, vendendo mais aos consumidores de maiores rendas. Daí a multiplicação dos produtos supérfluos, a sofisticação de suas marcas ou embalagens e sobretudo a montagem de um caríssimo aparato de vendas e publicidade, capaz de forjar necessidades artificiais e abrir saída para a produção suntuária das grandes fábricas. E vem a casa de campo, depois do apartamento decorado no loteamento de luxo; o carro da esposa e do filho, depois do carrão do pai; a televisão a cores, o aparelho de som, a lanchar de passeio e por aí afora. A "sociedade de consumo" seduz enquanto necessidades básicas de extensas parcelas da população - como alimentação suficiente, moradia condigna, educação primária - não são atendidas.

Para agravar, mesmo uma parcela dos trabalhadores acaba sendo apanhada pela rede sedutora do "consumismo". E que a pregação desses cigarros que não são cigarros mas "um estilo de vida", acaba entrando em suas casas através dos meios de comunicação de massa. E como o mecanismo da compra a prestações facilita, chega o dia em que o operário aparece em casa com um TV colorido, embora o velho aparelho de televisão ainda esteja bom; e depois que o vizinho comprou, o mecanismo social da imitação e do prestígio se encarrega de recrutar novos compradores.

Os trabalhadores são vítimas do "consumismo", portanto, duplamente. No primeiro momento, quando seus salários reais são contidos ou mesmo diminuídos para permitir a acumulação de capital e a concen-

tração de renda que estão na raiz do "consumismo". No segundo momento, eles próprios são seduzidos pela "onda consumista" e acabam sacrificando necessidades mais importantes para entrar na roda-viva do compra-compra. Assim, o operário que ainda não tem casa faz um esforço danado para comprar um carro. A empregada doméstica sacrifica tudo para poder adquirir a peruca e a calça US Top que as amigas já têm. O trabalhador bebe a água açucarada do refrigerante, mas não toma o copo de leite mais barato. Segundo pesquisa do DIEESE (Departamento-Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) entre 1958 e 1970, o consumo de cigarro passou a pesar 16 vezes mais no orçamento das famílias operárias de São Paulo, saltando de 0,2% do orçamento mensal para 2,9%; hoje a família operária de São Paulo gasta mais com a compra de cigarros do que com educação, higiene pessoal e limpeza doméstica. Outra pesquisa do DIEESE apurou que, no mesmo período, aumentou o número de famílias operárias de São Paulo com carro próprio e aparelhos de televisão; aumentaram também as despesas com a compra de outros aparelhos eletrodomésticos; no entanto, na quantidade de alimentos consumidos por pessoa registrou-se uma queda. Outra pesquisa descobriu que, nos dias em que se realizam partidas de futebol decisivas com seus ingressos caros, cai o consumo de leite no Rio e em São Paulo.

Em suma: não só não se concentram as energias e os recursos do país em satisfazer prioritariamente as necessidades fundamentais da maioria da população, como mesmo necessidades que já poderiam ser atendidas, deixam de sê-lo pelo efeito distorcivo das campanhas publicitárias. Alterar tais padrões não constitui tarefa fácil. Exige que a economia deixe de visar ao lucro das empresas para voltar-se ao atendimento das necessidades materiais e culturais dos trabalhadores. Requer um

plano central que subordine a produção ao consumo. E depende de um trabalho educativo vigoroso para que se difundam novos valores e novos ideais de vida. Certamente não se trata de pregar uma concepção ascética da vida que valorizasse a pobreza pela pobreza; o homem está chamado a dominar a natureza, a tornar desnecessário o trabalho penoso e arriscado, a criar uma era de abundância material que o libere para de-

dicar-se a atividades mais nobres. O problema, porém, é: os homens devem prosperar em conjunto, partilhando sacrifícios e benefícios, ou uma minoria tem o direito de retardar esta época curtindo uma vida dissoluta e improdutiva às custas do trabalho árduo e da existência penosa da maioria?

E enquanto se acumulam as forças sociais que um dia tornarão possível o novo modo de produção e de vida,

e que devem fazer os pequenos grupos que já se batem por esses objetivos?

Devem contentar-se com o "dualismo" dos que preconizam teoricamente uma nova civilização mas enquanto isso se enterram prazerosamente na civilização que condenam? Mais uma vez não se trata de resvalar a um moralismo de reclamar a pobreza pela pobreza ou de querer resolver problemas sociais indivi-

dualmente. Mas os problemas sociais não serão resolvidos sem um ardoroso e prolongado trabalho de educação, organização e mobilização das forças sociais que podem resolvê-los, e para realizar esse trabalho será inevitável fazer renúncias, levar uma vida mais simples, romper com a magia do "consumismo". "Viver é lutar", como dizia o poeta ou "viver é comprar, como dizem os anúncios coloridos da TV?" 20-XII-76

## 27. OS FILHOS DEVEM PAGAR PELOS PAIS?

A democratização da família

O projeto de Código Civil, enviado ao Congresso pelo governo, mantém a discriminação dos filhos em legítimos e ilegítimos. Essa distinção velha e cruel, que já estigmatiza as crianças desde o nascimento, sobrevive graças a interesses econômicos e preconceitos religiosos. Por um lado, busca-se preservar a propriedade privada familiar, limitando o acesso dos filhos ilegítimos à assistência material e à herança de seus pais. Por outro, teme-se arruinar o casamento monogâmico e indissolúvel reconhecendo o fruto de relações extra-conjugais. Mas o resultado é que os filhos extra-matrimoniais, que não têm responsabilidade pelas circunstâncias em que foram concebidos, são castigados pelo possível erro de seus pais e não recebem toda a proteção a que têm tanto direito quanto seus irmãos legítimos. Por isso a equiparação jurídica entre os filhos faz parte, ao lado da emancipação da mulher casada, dos esforços para substituir integralmente a família patriarcal por um Direito Familiar democrático.

No Brasil, o Código de 1916 diferenciava os filhos em legítimos, legitimados e ilegítimos. Legítimos eram apenas os filhos de pais casados. Legitimados eram os filhos de pais solteiros, depois que estes se casassem; a diferença não tinha nenhum sentido prático, pois o Código equiparava os filhos legitimados aos legítimos para todos os efeitos; mas é sintomático que insistisse em registrá-los. Quanto aos filhos ilegítimos, o Código ainda os subclassificava em simplesmente naturais, adulterinos e incestuosos. Os filhos naturais (de pais solteiros) podiam ser reconhecidos. Já os filhos adulterinos (quando o pai, ou a mãe, ou ambos eram casados com outras pessoas) e os incestuosos (quando os pais eram parentes em primeiro grau) não podiam ser reconhecidos, mesmo que os pais quisessem. Só faltou ao Código incluir os filhos sacrílegos e os duplamente sacrílegos, categorias de inspiração canônica, que ainda subsistem em legislações hispano-americanas, para caracterizar os filhos de sacerdotes ou de padre com freira... A resistência a essas discrimina-

ções injustas logo se manifestou e leis sucessivas foram remendando o Código. Primeiro, para eliminar dos registros de nascimento a qualificação dos filhos. Depois, para permitir o reconhecimento do filho adulterino após a morte ou desquite do cônjuge impedido. Enfim, para conceder ao filho ilegítimo reconhecido metade da herança que coubesse ao legítimo ou legitimado.

O projeto em discussão no Congresso incorpora essas emendas e até avança um pouco, quando possibilita o reconhecimento do filho adulterino não só após o desquite, mas também se o casal vive separado por mais de cinco anos. Ou quando, no artigo 2.018, dispõe que "os descendentes da mesma classe, legítimos, legitimados ou ilegítimos, têm os mesmos direitos a sucessão de seus ascendentes", embora o parágrafo único logo ressalve que, "se o filho ilegítimo for reconhecido na constância do casamento, a ele tocarão somente dois terços da herança cabível a cada um" dos legítimos ou legitimados. No entanto, apesar dessas correções parciais, no fundamental o

projeto da Comissão dirigida pelo professor Miguel Reale se conserva na posição tradicionalista, resguardando a discriminação de 1916 entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos e até se referindo a "filhos adulterinos" e a "filiação incestuosa".

Isto contraria a evolução do Direito contemporâneo e as recomendações das Nações Unidas, que vêm batalhando para ampliar a proteção aos direitos da criança. Ainda em 1969, o Brasil subscrevia, na Costa Rica, a Convenção Americana de Direitos Humanos que consagra, entre outros, o princípio de que "a lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos dentro do casamento, como aos nascidos fora dele". Pois, se biologicamente não existe um filho menos do que o outro, por que introduzir uma graduação jurídica e social que só prejudica os direitos do filho inocente?

Incumbe ao Congresso a tarefa democrática de reformular o projeto de Código Civil e estabelecer a plena igualdade entre os filhos. Afinal, as crianças deveriam nascer iguais pelo menos diante da lei... 18-VIII-75

# 2 AS OPOSIÇÕES BRASILEIRAS

*Um movimento amplo, integrado por correntes políticas que representam classes e camadas sociais distintas e defendem programas estratégicos diferentes, mas que se unem em torno do objetivo central no momento: a luta intransigente pela reconstitucionalização democrática do país, através da revogação da legislação excepcional, da promulgação de uma anistia ampla, da promoção efetiva das liberdades de opinião, de reunião e de organização, e da convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita.*



# 1. A OPOSIÇÃO NÃO ESTÁ NO GOVERNO

Em política como no futebol, os dois times não podem chutar para o mesmo gol

Um dos méritos do último discurso do presidente Geisel foi ter esclarecido, mais uma vez, que não existe conciliação possível entre a linha do governo e da Arena e o programa oposicionista do MDB. A advertência, apesar de óbvia, se tornara necessária porque a conduta e as declarações de certos setores "moderados" e "adesistas" do MDB vinham quase dando a impressão de que o MDB se encontrava no governo e a Arena resvalara para a oposição. Isto acontecia principalmente porque o MDB marchava para converter-se numa espécie de "partido da distensão", e o equívoco da palavrinha comum permitia esconder as profundas diferenças de objetivos e de caminhos entre o governo e a oposição.

A bem da justiça, deve-se reconhecer que o presidente Geisel sempre deixara muito claro que o objetivo final de sua política de "distensão" era institucionalizar e aperfeiçoar o regime atual, por ele considerado democrático. Enquanto isso, a proposição central do programa do MDB partia da tese de que o regime atual não é democrático. Não havia, portanto, como os dois objetivos pudessem ser confundidos. Se o deputado Ulysses Guimarães se enganou de rua e de repente foi apanhado na contramão, a culpa não pode ser atribuída ao presidente Geisel.

Desse ângulo, é uma questão secundária apurar se o governo mudou ou não sua prioridade tática da "dis-

tensão política" para a "social". Por que inegavelmente o governo não alterou seus objetivos *estratégicos* nem sua política *básica*, que sempre foi a de introduzir apenas "aperfeiçoamentos" e "reajustes" parciais, preservando o mesmo tipo de desenvolvimento econômico, social e político e de segurança nacional que vêm sendo administrados ao país desde 1964. Desde o começo, o governo Geisel adotou como sua diretriz básica a "continuidade estratégica sem imobilismo tático". Apenas aconteceu que, nos seus pronunciamentos iniciais, o Presidente insistiu nas mudanças táticas que julgava indispensável promover; e agora sentiu a necessidade de enfatizar a continuidade de rumos.

De qualquer modo, o governo trouxe sua contribuição para que as forças sociais e as correntes políticas se alinhem corretamente. Espera-se que o MDB corresponda e que vários de seus integrantes renunciem definitivamente à vergonha de serem da oposição. Ou de quererem desfrutar ao mesmo tempo as vantagens eleitorais de ser oposição e as comodidades administrativas de ser governo.

Do episódio não há por que sair desalentado ou pessimista. Bem ao contrário, dispôr e vestir adequadamente os times adversários não passa de um cuidado imprescindível para disputar qualquer partida séria de futebol. Os dois times não podem envergar a mesma camisa.

18-VIII-75

# 2. AS OPOSIÇÕES, SEU ACORDO ESSENCIAL E SEUS DESACORDOS

As possibilidades e os limites de um pacto democrático

Nas últimas semanas, novas vozes engrossaram o coro dos que pleiteiam a reconstitucionalização democrática do país. O presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior, admitiu a revogação do AI-5 e declarou enfático: "O empresário, ao contrário do que se fala, quer a liberdade, a democracia, as eleições diretas. O empresário ama o Estado de Direito e não aceita imposições de cima para baixo". No mesmo dia, o então ministro do governo e também empresário, Severo Gomes, discursava em defesa de uma "abertura política", para que todas as forças sociais possam manifestar suas reivindicações, tornando possível "um pacto de aceitação e não de submissão". Mais preciso, o ex-parlamentar e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal

Aliomar Baleeiro, em duas entrevistas divulgadas na mesma época, sugeriu a convocação de uma Assembleia Constituinte como saída para o impasse político-institucional. Argumentava o ex-ministro: "Uma Constituição é uma coisa tão importante que deve ser entregue a um órgão de natureza parlamentar que não se ocupe de outra coisa senão dela. Mas não basta convocar uma Constituinte para o mês que vem. Antes da convocação desta constituinte, é preciso fazer todo um trabalho preparatório, um exame de consciência da nação". E acrescentava incisivo: "Evidentemente que acho também que a anistia, a revogação dos atos de exceção, a eliminação do artigo 182, aquele que mantém o Ato nº 5, tudo isso deve ser feito antes. Porque uma Constituinte, pendente uma ameaça sobre a cabeça daqueles

que vão votar a Constituição, é um contra-senso".

## A controvérsia inusitada e suas três conclusões

Nos dias seguintes, sobretudo o discurso surpreendente de José Papa Júnior despertaria comentários de vários empresários, uns apoiando, outros combatendo. Cláudio Bardella, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, e José Mindlin, do grupo Metal Leve, invertendo um raciocínio corriqueiro nos meios empresariais, segundo o qual os regimes fortes e de exceção constituem garantia indispensável para a disciplina dos trabalhadores e o desenvolvimento econômico, considerariam a restauração das liberdades democráticas como a melhor opção para vencer as dificuldades econômicas atuais. Afinando com o novo diapasão, o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles, declarava: "É necessária uma maior participação do homem do campo nas decisões a ele atinentes, seja no aspecto econômico, seja no político". E acrescentava, esclarecendo a que homem do campo e a que democracia se referia: "Fica claro que os empresários têm dado provas, através da História brasileira, de uma dinâmica participação no processo evolutivo da democracia. É o empresário, sobretudo do setor agrícola, o homem que mais sofre com as crises institucionais". Noutro rumo, o banqueiro Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, diretor-presidente do Banco Mercantil de S. Paulo, embora pregando a necessidade de maior valorização dos políticos, mesmo oposicionistas, ressaltava que, na sua opinião, redemocratização não é palavra apropriada, pois já existe no país "um embrião de democracia", que se desenvolve "no sentido de normalidade". No Rio de Janeiro, o presidente da Associação Comercial, Pedro Veloso, fazia uma advertência mais enérgica: "Os empresários brasileiros precisam meditar seriamente e com bastante ponderação sobre esta pergunta: será que a hora é oportuna para se propor a extinção do AI-5? A leitura dos jornais nos mostra um mundo conturbado, em oposição ao Brasil, onde existe paz social e uma situação política relativamente tranquila. A situação política não pode ser conturbada de forma a conturbar ainda mais as soluções de ordem econômica". E, de Pernambuco, o governador Moura Cavalcanti protestaria contra o "tumulto partido do manifesto de uma parcela do empresariado de São Paulo". Mesmo a igreja entraria na discussão; dom Ivo Lorscheider, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, embora ressaltando que a hierarquia católica não tem competência específica "para apresentar um modelo político", defendeu que qualquer modelo precisa corresponder "a duas exigências de verdadeira política humana e cristã: liberdade e participação". Mesmo o pedido de demissão do ministro Severo Gomes no início da semana passada, no auge dos debates não parece ter feito cessar a polémica; já no dia seguinte ao seu afastamento, as declarações de um lado e outro prosseguiram.

Da inusitada controvérsia podem ser extraídas três conclusões mais importantes. A primeira é de que

não existe unidade entre os grandes empresários e fazendeiros na maneira de analisar a situação nacional; se alguns insistem nos métodos autoritários de controle, ainda mais no atual período de dificuldades econômicas, outros acreditam que a própria crise econômica torna aconselhável a passagem aos métodos liberais. E o ponto de vista de Papa Júnior, para quem "teve início um novo ciclo na história do Brasil", ciclo que exige "a instauração e consolidação das franquias democráticas, do sistema representativo, da participação popular na vida política nacional, inclusive como suporte da reformulação econômica que as contingências mundiais e nacionais impõem". Esses setores empresariais e de grandes proprietários de terra não pretendem mudar, no essencial, a estratégia econômica que vem sendo aplicada desde 1964; entendem, contudo, que essa estratégia não pode ser preservada, nas novas condições, sem reajustes no terreno político e social.

A segunda conclusão, por conseguinte, é que uma parcela dos grandes empresários e fazendeiros pode apoiar o objetivo básico do programa oposicionista, que é a luta pela reconstitucionalização democrática do país. Confirma-se, desta maneira, que o leque oposicionista é amplo: começa com as correntes populares, que representam operários urbanos e rurais, lavradores pobres e médios, camadas médias das cidades; passa pelas correntes nacionalistas, que expressam as aspirações de pequenos e médios empresários urbanos e de lavradores mais ricos; e chega até às correntes liberais, representativas de setores dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra.

## As contradições da frente

A terceira conclusão é fácil de deduzir: numa frente tão larga, as contradições são evidentes. Bastaria considerar que os grandes empresários sugerem reformular o modelo político justamente para preservar o modelo de desenvolvimento capitalista dependente e combinado com o monopólio da propriedade da terra; ao passo que a oposição popular busca substituir o modelo político para alterar o modelo econômico. Todo pacto democrático entre as correntes de oposição, portanto, é limitado pelo próprio objetivo essencial que o constitui - a luta pela reconstitucionalização democrática. Para além desse objetivo comum, as correntes oposicionistas divergem, quer na compreensão do regime democrático a ser estabelecido e do caminho para alcançá-lo, quer na política econômica, social e externa que um futuro governo de oposição deveria aplicar.

Essas divergências, contudo, não impossibilitam, no momento atual, um pacto democrático entre as várias correntes da oposição. Desde que, porém, esse pacto se construa sobre os objetivos mínimos e comuns excelentemente indicados pelo ex-ministro Aliomar Baleeiro: a luta intransigente pela reconstitucionalização democrática do país, através da convocação de uma Assembleia Constituinte que, para ser representativa, só poderá ser eleita depois que tenham sido revogadas as leis de exceção, promulgada uma anistia ampla e garantidas efetivamente as liberdades de opinião, de reunião e de associação. A essa Assembleia caberá resolver, soberanamente, as divergências entre as várias correntes de opinião, segundo o nível de consciência e organização alcançado pelo

eleitorado popular. E sejam quais forem as suas decisões, certamente não porão fim à disputa entre as várias forças sociais e políticas do país; apenas essa disputa assumirá, necessariamente, novas formas.

Nas circunstâncias atuais, portanto, a oposição popular está chamada a desenvolver sua luta em dois planos. Ao lado das outras correntes oposicionistas, deve concentrar esforços na luta pela reconstitucionalização democrática. Ao mesmo tempo, tem que realizar um trabalho

próprio e independente de mobilizar as camadas populares em torno de suas reivindicações diretas mais sentidas e de elevar sua educação política e sua organização. Assim estará contribuindo, não só para a reconstitucionalização do país, mas também para que esta reconstitucionalização não seja um simples retorno ao regime constitucional estabelecido em 1946, e sim abra caminho a uma democracia mais avançada, baseada na participação popular ativa, consciente e organizada.

### 3. AS DEMOCRACIAS

Toda democracia tem necessidade de um adjetivo

O discurso do ministro Armando Falcão em Recife, no dia 13 de agosto, serviu para atizar o debate, sempre atual, acerca do conceito de democracia e das perspectivas políticas do país. O ministro da Justiça condenou a "democracia liberal" como ultrapassada e defendeu, na linha do Programa da Arena, uma "democracia moderna" - com Executivo forte, eleição indireta do presidente da República, "presença atuante das Forças Armadas" e "normas especiais de defesa do Estado ao lado das normas constitucionais". A fala ministerial e as críticas liberais que recebeu, sugerem algumas reflexões.

1

O ministro sustentou que nunca existiu um Estado plenamente democrático. Tem razão. Qualquer Estado é como uma moeda: a democracia é uma de suas faces. A Grécia por exemplo. É celebrada pelo pensamento liberal como o berço da democracia. Mas o ministro recordou, com oportunidade, que na Atenas de Péricles apenas um décimo dos homens adultos tinham acesso aos direitos democráticos, dos quais estavam privados os escravos, que justamente sustentavam a prosperidade ateniense. Seria preciso acrescentar que as mulheres também estavam afastadas da vida política e que mesmo a participação dos pequenos comerciantes e trabalhadores livres era muito limitada. Para encontrar uma democracia plena, seria preciso recuar às tribos que viviam da coleta e às comunidades agrícolas primitivas; mas nessa é época ainda não surgira o Estado na sua acepção própria, com um aparelho governamental destacado da sociedade civil; todos participavam das decisões políticas e todos empunhavam as armas; por outro lado, todos tomavam parte no trabalho coletor ou produtivo e os instrumentos e os frutos do trabalho comum eram repartidos entre todos. Tratava-se de comunidades muito pobres, mas igualitárias e existiram há muitos milhares de anos. Desde que se institucionalizaram, porém, as desigualdades econômico-sociais, todos os tipos históricos de Estado sempre combinaram liberdades mais ou menos amplas para certos setores da população com restrições

mais ou menos pesadas para outros setores.

2

O ministro negou que a democracia liberal possa ser considerada uma democracia plena e apontou algumas de suas limitações. Novamente o ministro está certo. Bastaria ficar no exemplo, lembrado por ele, dos Estados Unidos, indiscutivelmente uma república liberal. No entanto, todo o liberalismo dos Países Fundadores não impediu que a democracia americana convivesse, por muito tempo, com a escravidão negra! Todos os cidadãos americanos nasciam iguais, como dizia a Declaração de Independência: porém os negros nasciam menos iguais...

3

Se não há Estado que seja plenamente democrático, existem contudo, Estados que não podem ser considerados democráticos sob nenhum título. incluem-se neste caso, por exemplo, o regime nazista da Alemanha de Hitler, o regime fascista da Itália de Mussolini ou os regimes de Franco na Espanha e de Salazar e Marcelo Caetano em Portugal.

4

A crítica justa à democracia liberal deve, portanto, visar à substituição do modelo liberal de democracia por um regime democrático mais avançado que, em países subdesenvolvidos, com economias dependentes e setores pré-capitalistas, tem de basear-se numa participação popular ativa e estar voltado para livrar a economia nacional do controle dos monopólios, especialmente dos monopólios estrangeiros, e para promover uma reforma profunda no sistema de posse e uso da terra, abrindo caminho para a libertação social dos trabalhadores.

Sem dúvida, um regime desses ainda não seria plenamente democrático.

Mas nenhum estaria mais próximo do ideal democrático e republicano, cujo princípio básico é a doutrina da soberania popular, segundo a qual o poder deve ser constituído pelo povo e exercido em seu benefício.

5

A controvérsia em torno do significado da democracia levanta ainda,

dentro da oposição, um interessante debate: que tipo de democracia querem os vários setores da oposição ao governo? Tome-se, por exemplo, o caso do MDB, que é um setor da oposição brasileira, se excluídos os adeptos. Existem divergências dentro da oposição quanto ao que deve ser o futuro do país. Alguns emedebistas elogiam as virtudes da social-democracia, tipo de regime como o da Alemanha Ocidental, ou como o proposto pelo Partido Socialista Português, de Mário Soares; o elogio corresponde a algumas articulações que estão sendo feitas, visando a unificar um setor da oposição parlamentar em torno do modelo social-democrata. São conhecidas também as posições de deputados do MDB que defenderam para o país um regime nacionalista reformista, como foi o de Velasco Alvarado no Peru, sem dúvida muito diferente do modelo alemão. Por outro lado, e continuando ainda apenas dentro do MDB, seria possível classificar um ou outro dirigente da oposição parlamentar como defensores da democracia liberal, bem como enfilar alguns deputados na corrente - que também pode ser dividida em várias outras - dos que acre-

ditam na necessidade de se aumentar a participação popular nas decisões públicas, desde já.

O debate em torno do discurso do ministro Falcão demonstra que não há coincidência total entre os setores oposicionistas brasileiros na caracterização do regime democrático pelo qual se batem. Mesmo assim, é benéfica e possível a união desses setores de oposição. Para isso, devem ser obedecidas duas condições:

a. que, a despeito de suas divergências quanto ao futuro, no momento todas as correntes permaneçam de acordo quanto ao programa mínimo que as une e que, no caso do MDB, tem seu centro na luta pelas liberdades democráticas e pela reconstitucionalização do país,

b. que essas várias correntes se coloquem de acordo quanto a uma forma democrática de resolverem suas divergências futuras, depois de conseguirem os seus objetivos imediatos e comuns, forma que pode ser a convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita, que definiria o rumo do país de acordo com o nível de consciência política e de organização alcançada pelo povo.

28 - VIII - 76.

### 4. HÁ DEMOCRACIAS E DEMOCRACIAS

A história registra vários tipos de democracias; qual delas é a mais democrática?

Depois que o ministro Severo Gomes afirmou que "desestatizar significa desnacionalizar", que o senador arenista Eurico Resende declarou ser favorável à existência de uma "esquerda democrática" no país e que até o senador Dinarte Mariz confessou sua simpatia inesperada por um "socialismo escandinavo", o presidente em exercício da Federação do Comércio de São Paulo, José Barreto Filho, achou que estava na hora de retirar do arquivo os velhos argumentos liberais para recordar a todos os interessados que o liberalismo político e o liberalismo econômico são inseparáveis.

Partindo do princípio de que "a liberdade de empreendimento é a mais produtiva e promissora de todas as liberdades" e lembrando que "a socialização, quer por meios brandos, quer por meios violentos, implica sempre na eliminação da iniciativa privada, ainda que gradativamente", o empresário José Barreto Filho concluiu que, convertendo-se o Estado no detentor único dos meios de produção, a democracia se torna impossível, pois quem não tem poder econômico, não tem poder político nem liberdade efetiva. Com tal fecho o presidente da Federação do Comércio impregnava sua argumentação com uma contradição clássica: em regime capitalista a iniciativa privada é uma iniciativa privativa dos empresários, vivendo os trabalhadores assalariados afastados da propriedade dos meios de produção e da possibilidade de qualquer iniciativa econômica; não tendo poder econômico, não estariam os trabalhadores

privados de poder político e de liberdade efetiva? Sendo assim, o liberalismo econômico não tornaria inviáveis os generosos propósitos do liberalismo político de garantir liberdade e igualdade para todos?

Justamente nessa contradição básica da doutrina liberal se apoiaria o escritor católico Alceu Amoroso Lima para, em artigo publicado dias depois no "Jornal do Brasil", revidar que "não há nenhuma ligação intrínseca entre democracia e capitalismo. Muito pelo contrário. A verdadeira democracia é de tipo trabalhista e não capitalista. E, portanto, muito mais na linha do socialismo do que do capitalismo". Partindo da compreensão de que "a democracia é um conceito político que deriva de causas políticas, e que o capitalismo é um conceito econômico que derivou de causas econômicas", e argumentando que "a democracia é um conceito político baseado na desconcentração do Poder", enquanto "o capitalismo é uma forma de concentração do poder", Alceu Amoroso Lima arrematava seu artigo de maneira bem diferente da nota da Federação do Comércio de São Paulo: "Não só rejeito a inseparabilidade do liberalismo econômico e do liberalismo político, como só acredito do futuro da democracia na medida em que ela se separa do capitalismo, em seus moldes clássicos e mesmo do neocapitalismo".

Embora pareça surpreendente, tendo em vista as diferenças de ponto de vista entre o pensador católico e o presidente da associação comercial, a razão está em parte com Alceu Amoroso Lima e em parte com José

Barreto Filho. Alceu toma uma pista certa quando sustenta não haver incompatibilidade entre uma economia socialista e os direitos democráticos do povo trabalhador; não só isso é verdade, como nenhum país pode construir um socialismo autêntico sem promover uma participação cada vez mais ativa e consciente de seus trabalhadores em todos os aspectos da vida nacional; se os trabalhadores da cidade e do campo não gozam das liberdades de debate, de organização e de atuação, o socialismo se burocratiza e retrocede ao capitalismo. No entanto, Alceu cai numa armadilha quando pretende deduzir daí que o liberalismo político pode separar-se da economia capitalista de mercado; neste ponto a razão passa para José Barreto Filho. Reparando bem, o problema é que o debate está mal posto e escorrega toda hora do conceito de "democracia" para o de "liberalismo", como se eles se equivalessem. José Barreto Filho alega, com razão, que o liberalismo político-econômico não podem separar-se e *por isso* conclui, sem motivo, que o socialismo não pode ser democrático. Alceu defende, com acerto, que o socialismo pode combinar-se com a democracia *por isso* conclui, equivocadamente, que o liberalismo político pode subsistir sem o liberalismo econômico. Qual é o fundo do "quiproquó"? É que se identifica a democracia com uma das suas formas históricas, a democracia liberal; isto acontece porque se trabalha com as noções de um Estado "neutro" e de uma "democracia pura"; concepções que decorrem de se pretender separar a dimensão econômica da dimensão política do desenvolvimento social.

A estrutura econômica, a estrutura política e a estrutura cultural de qualquer sociedade são distintas mas interdependentes e inseparáveis. Não é correto, portanto, afirmar que

"o socialismo é um sistema econômico" e a "democracia é um sistema político". O capitalismo, como o socialismo, constituem sistemas sociais que combinam subsistemas econômico, político e cultural distintos mais interligados. O capitalismo e o socialismo, por conseguinte, não são meros regimes econômicos; designam sociedades globais, tipos distintos de civilizações. Pelo mesmo motivo, o desenvolvimento da democracia e de suas formas só pode ser compreendido em conexão com o desenvolvimento do capitalismo e do socialismo. Porque o desenvolvimento político da humanidade não pode ser entendido à parte de seu desenvolvimento econômico é que se contesta a possibilidade de um Estado "neutro", ou que seja "puramente democrático" ou "puramente ditatorial". Todo Estado, sem exceção, combina aspectos democráticos com aspectos autoritários, liberdade para uns e restrições maiores ou menores para outros. E por isso a história não conhece nenhum regime democrático "puro" ou "em geral"; registra, sim, diferentes modalidades de democracia, vinculadas a distintos regimes econômicos.

Partindo de tais premissas, vê-se que a "democracia liberal" é de fato inseparável de "economia capitalista de mercado", mas também que o sistema socialista é igualmente inseparável de uma "democracia proletária" ou "popular". Com isso, o debate estaria longe de encerrar-se, mas se deslocaria para seu verdadeiro eixo: não a comparação doutrinária e abstrata entre uma democracia *falsa* e outra verdadeira, mas o confronto histórico e concreto entre tipos de democracia; o verdadeiro desafio consiste em determinar qual dessas democracias é a mais avançada e realiza melhor as exigências de progresso da humanidade. 9-XII-76.

## 5. QUE DEMOCRACIA ESTÁ MORRENDO?

Não é correto identificar democracia com democracia liberal

**A** revista norte-americana "U.S. News and World Report" publicou e o "Jornal da Tarde", de São Paulo, reproduziu uma série de oito depoimentos de historiadores e cientistas políticos sobre o tema "A Democracia está morrendo?"

Os pensadores liberais têm motivos para estarem preocupados com o futuro de seu modelo democrático. É cada vez mais reduzido o número de países subdesenvolvidos em que funcionam Congressos ou em que governos civis podem ser escolhidos através de eleições livres e diretas; e em quase todos os países subdesenvolvidos vigoram pesadas restrições às liberdades populares de pensamento, de reunião e de organização, inclusive de organização partidária. Mesmo nos países capitalistas desenvolvidos agrava-se o desequilíbrio entre o Poder Executivo e os Poderes Legislativos e Judiciário; reforça-se a participação das Forças Armadas na vida política; amiam-se as denúncias de corrupção administrativa e de excessos policiais. Além disso a legislação sobre direitos civis e liberdades públicas está sendo submetido a revisões.

criando-se novos obstáculos ao exercício do direito de greve, como na Inglaterra ou nos Estados Unidos, ou à liberdade de opinião e de manifestação, como na Alemanha Ocidental ou na França. E como esta crise política vem superpor-se a uma nova crise econômica e social, que se aprofunda, a desilusão e o descontentamento com os sistemas econômico e político vigentes são cada vez mais fortes entre as camadas populares dos países ocidentais.

Mas, se os pensadores entrevistados concordam facilmente que as democracias ocidentais de base capitalista atravessam um período de sérias dificuldades, o acordo entre eles é menor quando tratam de apontar as causas e propor remédios para a crise incômoda. Alguns destacam *causas ideológicas*: a a) a perda de fé nos valores liberais e na economia de mercado; a atmosfera de intolerância e reivindicações, com a falta de espírito conciliatório. A solução, naturalmente, estaria numa nova cruzada de arregimentação. Trata-se de um diagnóstico e de uma terapêutica muito superficiais. Seus advogados deveriam perguntar-se: porque existe uma crise de fé

nas virtudes da democracia liberal? Há motivos para esta descrença?

Um exemplo só: o entrevistado Max Beloff, partidário ardoroso da interpretação ideológica da crise, depois de sustentar que "temos de fazer uma tentativa genuína para despertar a opinião pública", conclui com uma observação tão reveladora e tão pouco liberal como esta: "As vezes penso que, se apenas fosse possível fechar o *New York Times* e o *Washington Post* durante um ano ou dois, os Estados Unidos estariam muito bem".

Outros tentaram aprofundar a análise, salientando *causas institucionais*. Friedrich Hayek, por exemplo, declarou: "Devemos distinguir entre a democracia como tal e as instituições específicas que as nações ocidentais vêm usando para realizar a democracia. É a falha dessas instituições que tende a desacreditar a democracia hoje". Mas o problema das democracias capitalistas seria apenas institucional, organizativo? Para resolvê-lo, bastaria uma boa imaginação jurídica? Este ponto de vista é igualmente superficial. E Max Beloff, embora pretendo apoiá-lo, deixou claro que a crise das democracias liberais não é formal mas social: "A dificuldade que ninguém previu as mudanças que eram necessárias para fazer instituições que funcionavam bastante bem em uma sociedade liberal, oligárquica, aristocrática, funcionar em uma democracia de massas".

Mais próximos da explicação verdadeira andaram os entrevistados que indicaram *causas econômicas* para o declínio das democracias liberais. Samuel Huntington, por exemplo, sustentou que o tipo de desenvolvimento econômico ocorrido em certos países subdesenvolvidos não teria sido possível sob regimes democráticos liberais: "Em países com um nível um pouco superior de desenvolvimento, que estão começando a mover-se mais ativamente na modernização e na industrialização, há indícios substanciais de que os sistemas democráticos podem agir para nos últimos sete ou oito anos. Teria grande dificuldade em conseguirlo com um regime democrático".

E referindo-se aos países capitalistas avançados, Robert Heilbroner desenvolveu uma linha de raciocínio peregrina: "Temos uma safra de problemas - energia, transportes, inflação, desemprego, para começar - para os quais não consigo ver nenhuma solução realista a não ser uma tentativa de aumentar o grau de direção e controle por autoridades centrais. Ninguém vai substituir o mecanismo do mercado em grande escala, mas o fluxo de recursos, preços, salários e lucros será influenciado por controles de vários tipos". Por isso, "o que vejo são fortes tendências empurrando as empresas e o governo juntos para uma espécie de ca-

pitalismo estatal planejado. Isso não vai acontecer amanhã, porque ainda há grande quantidade de incompreensão e hostilidade entre grupos empresariais e grupos do governo. Mas calculo que dentro de uns 25 anos existirá um estabelecimento comércio-governo muito mais unido do que hoje".

Ora, no contexto deste capitalismo monopolista de Estado, a democracia liberal do tempo do capitalismo competitivo se tornará cada vez mais imprestável. Ainda mais porque tal estrutura econômica acentuará os conflitos sociais; pois, conforme ressaltou R. Heilbroner, "embora nosso sistema econômico tenha produzido resultados extraordinários medidos em produto nacional bruto, em prosperidade material, ele não resolveu os problemas sociais; antes agravou-os. E, além das desigualdades dentro de cada país capitalista, intensificaram-se também os desníveis entre os países capitalistas avançados e os países coloniais e dependentes da Ásia, África e América Latina. Ora, será cada vez menos viável manter esse sistema desigual de relações sociais e internacionais segundo os métodos democrático-liberais do século XIX. Aqui está a raiz de toda a crise do pensamento liberal e do modelo liberal de democracia. Se a época do capitalismo competitivo e liberal passou, como manter sua moldura política e ideológica? A tendência será, cada vez mais forte, para substituir o liberalismo econômico e a democracia liberal por novas ideologias e novas formas políticas.

Isto, porém, não deveria constituir motivo para nenhum pessimismo quanto ao futuro da democracia. Se a democracia liberal está murchando, a democracia pode refflorir sob uma forma ainda mais avançada e participante. Os pensadores liberais têm dificuldade para enxergar tal processo porque, de acordo com sua posição sócio-econômica e sua visão filosófica, identificam o regime democrático com uma de suas modalidades históricas, a democracia liberal. Quem, porém, compreendesse que o desenvolvimento político das sociedades não pode ser desvinculado de seu desenvolvimento econômico e que, portanto, não existe uma "democracia em geral", ser combinada indiferentemente com qualquer regime econômico, deixaria de discutir a democracia para examinar tipos de democracia. Assim, poderia compreender que o futuro do regime democrático está definitivamente entrelaçado à participação popular, e por isso o nobre combate pelas liberdades democráticas não pode mais ser dissociado da árdua luta pela independência das nações e pela igualdade social. Se se observa uma perda de fé na democracia liberal, sente-se em quase todos os povos uma exigência energética de liberdade e um anseio poderoso de participação!

31-V-76

## 6. O BACHAREL, O TÉCNICO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Três métodos para resolver problemas sociais

**A**s denúncias se acumulam nas pastas da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Defesa do Consumidor. Alimentos deteriorados ou fabricados com matéria prima de baixa qualidade; produtos que podem intoxicar pela mistura de aditivos, corantes e pesticidas; pneus que se gastam mais rapidamente porque têm menos lonas; lâmpadas que se queimam com facilidade e logo têm de ser trocadas; bujões de gás que não estão cheios como deviam — são alguns exemplos das irregularidades de que são vítimas os consumidores. E se a qualidade das mercadorias decaí, seus preços não cessam de subir, ainda mais agora com o recrudescimento da inflação. Com o inverno, eleva-se também a poluição do ar nas grandes cidades, onde as reservas de água potável dão sinais de uma contaminação crescente. Como solucionar tantos problemas: os baixos salários, a carestia de vida, a poluição ambiental, a má qualidade dos produtos, a falta de escolas, as deficiências no transporte coletivo?

A tradição de bacharelismo continua tão enraizada entre nós que a muitos não ocorre outra solução senão pedir imediatamente uma nova lei ou um novo regulamento. É como se as leis boas pudessem cair do céu e não dependessem, para sua elaboração e depois para sua aplicação, do pensamento e da iniciativa dos interessados. O bacharel tem a tendência de acreditar no poder mágico das leis, como se bastasse gravar no papel uma bela norma jurídica para que ela, por si mesma, resolvesse as contradições sociais. Que se observa, porém? O direito incha, as leis se tornam cada vez mais numerosas e mais casuísticas e, no entanto, os problemas básicos persistem, se acentuam. E as boas intenções e as disposições jurídicas mais generosas

não saem do papel. Primeiro, porque boa parte de nossa legislação foi simplesmente transplantada de outros países, não levou em conta os interesses da maioria, nem as particularidades de nossa formação social e histórica; então é impossível aplicá-la. Segundo, porque, quando se encontram prescrições legais justas e adequadas a nossa situação e ainda que elas tenham sido elaboradas com a participação consciente e o esforço da maioria da população, não existe forma de aplicá-la eficazmente sem a participação ativa dos interessados. Portanto, as leis não podem ser encaradas como ponto de partida para a solução dos problemas sociais. Elas somente são úteis se se limitam a normas gerais e se decorrem de uma elaboração coletiva e ampla, onde sobretudo a voz da maioria da população, os trabalhadores da cidade e do campo, não pode deixar de ser ouvida. É impossível colocar a lei adiante da vida social! Ou ela não seria boa, ou não seria obedecida.

### Sai o bacharel, entra o técnico

As deficiências da lei como remédio isolado para os problemas sociais são tão notórias que, à medida que o capitalismo se desenvolve e a ciência e a técnica modernas se difundem num país, sempre aparece a tendência de substituir o bacharelismo pelo tecnicismo. Diante de um problema, o primeiro impulso já não é pedir a algum jurista notável que providencie um projeto de lei; constitui-se um grupo de trabalho, uma comissão de peritos e especialistas, para encaminhar um parecer e propor soluções. Mesmo quando uma das sugestões finais é a promulgação de uma nova lei ou de um novo decreto, eles resultam das recomendações dos técnicos. Mas, para formular seus diagnósti-

cos e recomendar suas soluções, esses técnicos, em geral, se encerram em gabinetes, folheiam grossos volumes, recorrem aos computadores e aos arquivos estatísticos; não sentem a necessidade de realizar investigações locais ou de consultar os interessados, sobretudo quando se trata de gente humilde e tida por ignorante. Assim, suas proposições ou não correspondem aos interesses da maioria, ou não são viáveis e vão engordar os arquivos dos planos natimortos ou as gavetas dos projetos que aguardam despacho.

### Mobilização popular e Liberdades democráticas

A experiência mostra que o verdadeiro caminho para resolver qualquer problema social, grande ou miúdo, começa pela mobilização dos interessados. E preciso ir até eles, conviver com eles, suscitar suas opiniões, aprender com sua larga experiência. A princípio, suas sugestões podem parecer desencontradas, podem ser transmitidas numa linguagem imprecisa; eles também precisam ser ajudados a elevar sua consciência; mas, com o tempo e o aprofundamento da pesquisa, com o amplo debate dos problemas, é daí que brotam as soluções mais justas e mais adequadas à realidade concreta. Sem que as autoridades e os especialistas, sejam quais forem, se disponham a aprender com o povo simples, é impossível respeitar os interesses da maioria, chegar a um exame multilateral dos problemas e encontrar as soluções corretas e exequíveis. As leis, para corresponderem às necessidades atuais, não podem ser alinhavadas sem a participação popular. Os grupos de trabalho, para realizarem um trabalho proveitoso, não podem esconder-se em seus gabinetes ou em suas bibliotecas. A ou-

tra vantagem de se começar por uma ampla mobilização do povo para que opine sobre os problemas é que, por este caminho, à medida que toma forma a solução mais apropriada, toma corpo também a força social, consciente e organizada, capaz de garantir seu cumprimento.

No entanto, o povo não pode ser mobilizado se não estiver organizado e unido. Aqui é preciso evitar a armadilha de organizações forçadas e artificiais, nascidas de cima para baixo. É outra tendência que se manifesta quando se começa a reclamar a participação popular. Em vez de incentivar a iniciativa independente do povo e respeitar as organizações nascidas de seu próprio esforço, pretende-se implantar organizações improvisadas, sem raízes na base, cujos dirigentes se preocupam logo em levantar sedes luxuosas, adquirir carros próprios, contratarem funcionalismo excessivo e ocioso; mas do povo mesmo se mantêm distantes. Organizações assim só podem servir como cabides de emprego ou como trampolins eleitorais para alguns escolhidos. A Associação Nacional para a Defesa dos Consumidores, que se teria formado no Rio de Janeiro, não corre o risco de amargar esse triste destino? Em vez de inventar novas entidades, não seria mais proveitoso dinamizar e garantir o funcionamento livre dos sindicatos urbanos e rurais das comissões operárias de base, das sociedades de bairro ou de povoado, dos diretórios estudantis, dos centros intelectuais, das associações femininas, das reuniões de pequenos e médios empresários?

É preciso injectar na velha árvore da democracia representativa a seiva nova desta democratização de base. É preciso atacar os problemas pela raiz, não pela copa da árvore!

28-II-77

## 7. OS INTELLECTUAIS, OS TRABALHADORES MANUAIS E OS LIVROS

Que utilidade pode ter uma teoria que não é transmitida a quem interessa ou um pensamento que nunca sai dos livros para enfrentar o desafio da interpretação e da transformação da realidade concreta?

**C**oncluídas as férias, professores e alunos estão de volta às aulas, aos debates e aos livros. Não seria uma boa hora para refletir sobre o papel dos livros no desenvolvimento das ciências e na educação da juventude?

Os homens não pensariam se não falassem; mas pensam sem escrever. Pensamentos e linguagem se desenvolveram de braços dados e tendo por base o esforço conjunto dos homens primitivos para dominar a natureza hostil e melhorar suas condições de vida. Trabalhando, os primeiros homens não só modificaram suas relações com o meio natural e

entre si, mas modificaram também a si mesmos, tornando-se capazes de pensar e de comunicar-se. Portanto, trabalho, pensamento e linguagem são inseparáveis. A escrita, porém, não é imprescindível e só apareceu muitos séculos mais tarde na vida dos homens. Ainda assim, a linguagem escrita, embora tardia e menos importante, facilitou tanto a transmissão e a conservação da cultura e estimulou tanto a procura de métodos mais disciplinados e mais rigorosos de pensamento que a sua invenção foi adotada para repartir a caminhada dos homens em tempos pré-históricos ou pré-letrados e tem-

pos históricos e documentados.

Contudo, a criação dos sistemas de escrita coincidiu, em traços gerais, com a aparição da propriedade privada e a divisão das comunidades primitivas em classes, e assim logo se transformou num instrumento de manipulação política e cultural e no ofício privilegiado de grupos restritos da sociedade. O trabalho manual e o trabalho intelectual separaram-se, e consequentemente a cultura popular e oral se afastou cada vez mais da cultura erudita e escrita.

O estágio do desenvolvimento técnico dificultava a difusão da cultura letrada. Os trabalhadores eram obri-

gados, desde crianças, a dedicar seu tempo quase inteiro à dura labuta para assegurar sua sobrevivência e o progresso material da sociedade. Por outro lado, foi preciso aguardar muitos séculos até que os primeiros textos, raros e custosos, copiados à mão em tábuas de madeira ou em peças de argila, depois em rolos de papiro ou nos códices de pergaminho, pudessem ser substituídos pelo papel, introduzido na Europa pelos árabes, e pela impressão tipográfica, inventada pelos chineses no século IX e recriada na Europa por Gutemberg no século XV. Ainda assim, mais alguns séculos teriam que passar até que os

primeiros livros impressos em papel, os famosos incunábulo com suas iluminuras e suas edições caras e restritas, cedesse lugar aos modernos livros de bolso, editados em milhões de exemplares e vendidos por preços mais acessíveis.

Esse divórcio secular entre o trabalho produtivo e a atividade intelectual prejudica igualmente aos cientistas. O conhecimento humano só dispõe de uma fonte para alimentar-se: a prática transformadora da natureza e da sociedade. O conhecimento não brota dessa prática de maneira imediata e espontânea, é certo; percorre um ciclo que vai da prática transformadora ao conhecimento sensível, do conhecimento sensível parcelado e superficial ao conhecimento racional profundo e unificador, e deste novamente à prática e ao confronto com a realidade. O conhecimento da realidade objetiva pelos homens não dispensa, por conseguinte, sua atividade mental: o esforço para proceder ao levantamento mais fiel e mais rico possível de dados, a elaboração desses dados segundo uma perspectiva teórica e metodológica correta e o teste e o enriquecimento da orientação teórico-metodológica com as novas descobertas. Mas, se o desenvolvimento das ciências naturais e sociais depende de que o pesquisador adote o sistema teórico, o método de análise e as técnicas de pesquisa mais avançadas que a humanidade já produziu, ele depende acima de tudo de que o pesquisador entre em contacto direto com a realidade e participe pessoalmente da prática transformadora da natureza ou da sociedade. Quer desenvolver uma teoria sem experiências práticas é tão insensato como pretender levantar-se do chão puxando os próprios cabelos. Cortada a prática, a teoria murcha, apodrece; se ainda cresce, será uma inchação doentia e desregulada de textos que giram em torno de si mesmos, que se extraviam nos detalhes ou nos problemas falsos, que complicam a linguagem sem trazer nenhum conhecimento novo nem muito menos introduzir qualquer progresso na realidade objetiva. Manter o divórcio entre o movimento prático e o movimento teórico de nossa sociedade é, portanto, duplamente prejudicial: condena os trabalhadores manuais a um ativismo ineficaz e os intelectuais a um teorismo estéril. Para que o divórcio tenha fim e a teoria e a prática se fecundem e se corrijam mutuamente, é preciso levar a ciência aos trabalhadores manuais e os cientistas ao trabalho.

Este imperativo é cada vez mais urgente porque, nas condições da época atual, ressurgiu a possibilidade e a necessidade de eliminar novamente a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Ora, nesse esforço, o livro joga um papel contraditório de instrumento e obstáculo ao mesmo tempo. Redigido com clareza e concisão, sobre temas relevantes, o livro é um meio insubstituível: resume os conhecimentos já alcançados, divulga-os, incentiva à ação e às novas descobertas. Por isso, é preciso colocá-lo nas mãos de todos. Mas, se o livro se converte de instrumento auxiliar do conhecimento num fim em si mesmo, transforma-se num pernicioso empecilho ao progresso autêntico das ciências e dos cientistas.

Infelizmente, os sintomas dessa doença cultural do culto aos livros

ainda podem ser observados em setores expressivos de nossos meios intelectuais e estudantis. Corre-se atrás dos livros como se ler mais fosse necessariamente saber mais. Quem não está em dia com os últimos lançamentos, é olhado com desprezo. Não se tem tempo para pesquisas de campo, para o trabalho em equipe, para participar em atividades produtivas ou acompanhar a atualidade política; porque é preciso ler, ler sem interrupção. Discute-se cada vez menos sobre a realidade e mais sobre os textos. Polêmicas se travam em torno de textos que interpretam textos. Pormenores cada vez menos atuais prendem a atenção dos que, concentrando-se nas árvores, não enxergam a floresta. Até autores importantes, em cujo pensamento a união entre a teoria e a prática ocupa um lugar central, não escapam a uma espécie de nova tradição talmúdica: seus textos são mexidos e remexidos, fragmentos inéditos de sua obra são esmiuçados, edições e traduções de seus livros são comparadas minuciosamente, como se dessa pura exegese dos textos, sem investigações concretas, sem experiências práticas, pudesse advir a solução para os problemas que eles deixaram abertos. Nesse circuito fechado de um saber prisioneiro dos livros, as modas intelectuais se criam e se destroem com a maior rapidez. E como entre iniciados a clareza de expressão não parece tão importante, a linguagem se empola, se aristocratiza, e muitas vezes isto ocorre para encobrir o conteúdo vazio por debaixo de uma forma aparatosa; fala-se e escreve-se muito porque se tem pouco o que dizer. A hierarquia entre a realidade e o pensamento e entre o pensamento vivo e a linguagem escrita se inverte a tal ponto que um livro, para não ser considerado superficial, tem que ser longo, e só é profundo se for difícil de entender.

Como o livro é o novo critério de saber, esses leitores recordistas têm que exibir também seus artigos e seus livros. Mas como prepará-los, sem pesquisas novas e sem uma experiência prática mais rica? Escrevem-se então livros sobre livros. O saber se transmuda na repetição comentada e logo distorcida do que já fora descoberto antes; o que é uma contradição incômoda pois os cultores do último livro valorizam muito a novidade e a originalidade por si mesmas; o jeito, então, é mudar aqui a terminologia, alterar ali a ordem da apresentação dos elementos de uma tese e fabricar assim as escolas acadêmicas e os autores da moda, que se disputam sem grandes divergências mas com uma intolerância cómica. Os cultores do último lançamento não levam a sério também o caráter social e cumulativo do conhecimento; imaginam que os gênios nasceram feitos e criaram as obras primas encerrados em seus gabinetes e entregues a uma meditação solitária; por que então iriam se preocupar em aprender com as gerações anteriores? Preferem arrombar portas que já foram abertas... E se o livro é critério de saber, que contribuição se poderia esperar de pessoas que, se muito, leram dois ou três livros na vida?

O erro dos que sucumbem ao culto desenfreado dos livros, é profundo. Primeiro, porque é a prática que transforma a natureza e a sociedade, e não o pensamento ou os livros por si mesmos. Assim, que utilidade pode ter uma teoria que não é transmitida a quem interessa ou um pensamento que nunca sai dos livros

para enfrentar o desafio da interpretação e da transformação da realidade concreta? Segundo, não se aprende só nos livros; estudar os livros é uma forma indispensável de aprender a teoria e pesquisar a realidade; mas não é a única, nem a principal. Todo conhecimento novo nasce da experiência direta. Um homem, naturalmente, não pode ter experiência direta de todas as coisas, e por isso seus conhecimentos são formados em parte por sua experiência direta e em parte pela experiência indireta, que ele recolhe através de livros e relatos. No entanto, o que é experiência indireta para um homem, é experiência direta para outros; e nenhum homem é capaz de assimilar os livros e a experiência de outros se ele próprio não tiver alguma experiência direta e alguma participação pessoal na prática transformadora do mundo. Aos intelectuais que só estão interessados em ler e publicar livros, participar dessa prática pode parecer perda de tempo ou um desvio de suas nobres funções; no

entanto, só assim eles fertilizariam sua inteligência; além de que, assumindo uma parte dos encargos manuais, permitiriam que os trabalhadores manuais também pudessem ler e escrever, com o que todos sairiam beneficiados e a capacidade geral de produção científica da sociedade se elevaria incomparavelmente.

Felizmente, amplia-se a cada ano o número dos estudantes e dos intelectuais que buscam uma orientação nova para o trabalho teórico. Esforçam-se por conjugar o estudo da teoria com a realização simultânea de pesquisas concretas, e ambos com uma atuação prática permanente. Empenham-se também em trabalhar em equipe e escolhem seus temas não por mera predileção pessoal, mas pela urgência e importância social que encerram. É ainda um movimento inicial e cercado de dificuldades; mas é o que merece apoio e que afinal prevalecerá, sem dúvida.

1-III-76

## 8. MDB: A LUTA INTERNA

O partido oposicionista não se enfraquece em virtude de sua animada disputa internas, mas sim se buscar a conciliação interessada e o apaziguamento compulsório.

Às vésperas da Convenção Nacional, animada disputa movimentava as fileiras do MDB. É um bom sinal de saúde política. No entanto, existem órgãos da imprensa que não pensam assim. Prefeririam a unanimidade forçada da Arena?

Alguns desses órgãos chegam a distorcer os objetivos dos "autênticos". Pretendem que não haja diferenças políticas relevantes entre "autênticos" e "moderados" e atribuem aos líderes "autênticos" ambições puramente pessoais e eleitorais. Ora, o deputado Alencar Furtado recordou muito bem, em entrevista, os motivos de fundo da contenda. Quanto ao programa, esclareceu, os "autênticos" reclamam que o MDB persista, sem compromissos e sem vaivéns, em sua luta pelo retorno do regime democrático e que preste, além disso, uma atenção maior aos temas nacionalistas e às reivindicações econômicas dos trabalhadores. Quanto aos métodos de direção, propõem que o MDB dê exemplo de democracia em sua vida interna, ativando os organismos partidários e observando a direção coletiva. Nessa linha, criticam que o Diretório e a Executiva não se reúnam com regularidade e discordam que um número restrito de dirigentes, na prática o presidente, o secretário-geral e os líderes no Senado e na Câmara, absorvam todas as decisões. Lembrem, de forma especial, que o presidente Ulysses Guimarães por duas vezes — com sua proposta de reforma constitucional e com a nota sobre os discursos do presidente Geisel — tomou posições graves e públicas sem consultar o partido. Enfim, quanto ao caminho para o fortalecimento do MDB e para a luta por seus objetivos programáticos, defendem que o esforço principal não deve ser dirigido para os entendimentos de aproximação com o governo, mas sim para reforçar a ligação do partido com seus eleitores, multiplicando e ati-

vando os diretórios de base, e também organizando e dinamizando a ala jovem, os departamentos trabalhistas e femininos e os institutos de estudos. A própria atividade parlamentar, hoje tão limitada, deveria estar a serviço desses objetivos. Como se verifica, "autênticos" e "moderados" coincidem no objetivo básico do MDB, de pugnar pelo estabelecimento de um Estado de Direito democrático; mas divergem em suas perspectivas gerais e em seus métodos de atuação. É, portanto, inteiramente justo que os "autênticos", antigos e novos, saiam em defesa de seus pontos de vista e procurem ganhar para eles os setores ainda indefinidos do partido oposicionista.

### Porque os autênticos do MDB devem lutar por cargos

Certos jornais não desconhecem as diferenças de origem, de concepção e de método que opõem "autênticos" a "moderados". Mas lamentam que os "autênticos" estejam brigando por cargos, quando, num gesto de "grandeza" e "desprendimento", deveriam batalhar apenas por idéias. Estes conselhos, quando não são dados de má fé, refletem notória falta de uma visão concreta das coisas. Não existe lei moral mais elevada do que a lei que manda querer os meios necessários quando se quer realmente os fins. E em política não se pode lutar por idéias sem lutar pelo poder que permita levá-las à prática. Assim sendo, ao apontar novas alternativas ao MDB, os "autênticos" têm todo direito e dever de lutar pelos postos de direção que possibilitem traduzi-las em realidade prática, e para tanto, desde que não sacrifiquem nenhuma posição básica, podem e devem estabelecer as alianças necessárias. Além disso, está em jogo a representatividade democrática das várias tendências da oposição;

e esta representatividade não pode ser medida apenas pelo número de parlamentares e de convencionais do MDB - número condicionado por tantas restrições conjunturais que o próprio MDB condena - mas deve ser calculada em relação com o eleitorado e a base social de sustentação do partido: à direção do MDB deve caber a sua tendência mais avançada e mais representativa do eleitorado oposicionista.

### A briga interna do MDB pode fortalecê-lo

Há jornais enfim que se queixam de que a "briga" dentro do MDB só servirá para enfraquecê-lo e ao conjunto da oposição. Este pessimismo lamurioso não compreende que os partidos se desenvolvem e se fortalecem através dos problemas que surgem das lutas para resolvê-los. A conciliação interesseira e o apaziguamento compulsório é que asfixiam qualquer partido. Portanto, é preciso não esquecer que a briga de correntes dentro dos partidos é um reflexo necessário das brigas entre as classes e camadas na sociedade, e que este reflexo é ainda mais inevitável no MDB, que não é propriamente um partido mas antes uma frente política, unida em torno de um programa imediato, mas formada por adeptos de distintas origens sociais e diferentes perspectivas. Num movimento democrático assim constituído, é evidente e correto que as relações sejam simultaneamente de união e de luta. Na situação política do país e nas condições particulares do MDB, a união em torno do combate pela democracia entre as tendências "popular", "nacionalista" e "liberal" da oposição é possível e benéfica. Contudo, esta união não exclui a briga para encontrar o melhor caminho para a conquista dos objetivos comuns. Bem ao contrário, as propostas melhores só prevaleceram através de muita discussão e de lutas políticas pacíficas mas firmes.

A saudável competição que se desenrola no MDB deve ser aplaudida por todas as forças sinceramente oposicionistas. Desde que corretamente conduzida, esta competição só trará benefícios à oposição. É evidente, contudo, que ela precisa ser bem conduzida. Os "autênticos" se fixaram três condições. Primeira: centralizar a luta na clara defesa de posições políticas, métodos de atuação e representatividade popular, e não em rivalidades ou retaliações pessoais. Segunda: adotar métodos democráticos de competição, baseados no debate sério de alternativas políticas e na disputa leal e respeitosa de influência. Ainda desse ponto de vista, sem renunciar às exigências justas, manter as portas abertas a um entendimento com os "moderados". Terceira: não perder de vista que o obstáculo principal para o desenvolvimento do MDB é representado, não pelos "moderados", mas pelos "adesistas", principalmente pelos grupos "adesistas" de Chagas Freitas no Rio de Janeiro e de Ney Ferreira na Bahia. Por não concordarem com o programa oposicionista, os "adesistas", abertos ou encapuçados, se encontram no partido errado e deveriam ser ajudados a se transferirem para a Arena; eventuais perdas imediatas seriam amplamente compensadas por uma purificação da imagem do MDB e por seu maior enraizamento no eleitorado oposicionista.

Essas três condições, se mantidas ao longo da "briga" dentro do partido, conduzirão muito bem a disputa. O MDB deve estender seus vínculos com as camadas populares e aprofundar a luta entre as tendências que coexistem dentro dele, se deseja realmente colocar-se, algum dia, à altura de seu programa e de seu nome, convertendo-se num movimento amplo, pelo regime democrático, pelo desenvolvimento independente da economia nacional e por um padrão de vida melhor para nosso povo.

1. IX.75

## 9. MDB: A CONTRADIÇÃO ENTRE O PROGRAMA E A DIREÇÃO

O arranjo insustentável dos "moderados" com os "adesistas"

Após dois meses de acalorada e oportuna disputa, o MDB conseguiu enfim reunir sua Convenção Nacional e eleger uma chapa de compromisso. Mas, se todas as correntes partidárias ficaram contentes, nenhuma pode considerar-se satisfeita.

Os Autênticos saíram da refrega engrandecidos. Pelejaram com firmeza e desprendimento. Ergueram bandeiras justas, trabalharam pela unidade, acumularam maior experiência. Os fatos confirmaram que sua luta é imprescindível e proveitosa ao partido. Aparentemente foram derrotados; porém se o resultado final for comparado não com o acordo rompido, mas sim com a situação partidária que havia anteriormente,

a única conclusão possível é que os Autênticos avançaram e com eles o MDB. Não alcançaram ainda a participação que merecem na direção partidária, mas demarcaram com maior nitidez a fronteira que os separa dos Adesistas, colocaram os Moderados diante da necessidade de definir-se e conquistaram posições mais favoráveis para prosseguir sua luta meritória.

A primeira vista, os Moderados foram os grandes vencedores. Deram a palavra final, ampliaram sua participação na direção partidária. No entanto, emergiram da contenda bem chamuscados. Líderes expressivos dos Moderados faltaram à palavra empenhada, resvalaram a métodos de disputa poucos honrosos, se viram

ultrapassados pelos acontecimentos. Além disso, esboçou-se uma divisão, aliás positiva, entre os verdadeiros Moderados, liberais por convicção, partidários da luta sem compromissos pela normalização democrática e da unidade com os Autênticos, e Adesistas de tipo novo que, na crista da distensão e das eleições de 74, se insinuaram nos arraiais moderados. São esses Adesistas fardados de Moderados que propalam uma coincidência impossível entre o programa de democratização do MDB e a política de distensão do governo, política que parte do princípio oposto de que o regime atual é democrático, e ainda assim lentamente; e são eles que se inclinam para uma aliança com os Adesistas declarados, afastando-se dos Autênticos e engavetando os compromissos assumidos com o eleitorado oposicionista. Não deixa de ser um saldo positivo da briga que esse casamento equivocado entre verdadeiros e falsos Moderados comece a desfazer-se.

Quanto aos Adesistas, devem estar esfregando as mãos. Mas talvez antes da hora. É certo que conseguiram frustrar o acordo inicial entre Autênticos e Moderados e cavaram alguns cargos a mais na direção. Contudo, pagaram um preço elevado. Foram constrangidos a manifestar um pouco mais suas posições contrárias ao programa oposicionista do MDB e ofereceram novas provas de quanto estão distantes dos métodos democráticos de disputa, recorrendo a manobras e ataques divisionistas. E no final perderam terreno. O senador Danton Jobim, do grupo "chaguista", por exemplo, despenhou da vice-presidência para um simples cargo de vogal. E a participação geral dos Adesistas na direção se reduziu. Até se pode afirmar que teve início um processo de isolamento dos Adesistas nas fileiras do MDB; se irá à frente, é outra história.

A briga do MDB terminou assim num empate, em que todos saíram perdendo e ganhando alguma coisa. Os resultados são claramente transitórios e a briga tende a ser retomada com mais vigor. As decisões mais importantes da Convenção Nacional atestam a contradição básica em que o MDB está metido: por um lado, reafirmou o programa oposicionista e o plano de dinamização do partido,

que refletem uma aliança entre Autênticos e verdadeiros Moderados; mas por outro elegeu uma direção em que predominam os Moderados e Adesistas. Quem não percebe que tal arranjo é insustentável? Ou prevalece o programa, e o partido se unifica em torno dele, os Adesistas são afastados e os Autênticos recebem a participação a que têm direito; ou prevalece o adesismo, o programa é arquivado ou abertamente reformulado, e os Autênticos com os Moderados sinceros e o eleitorado oposicionista terão de buscar novas alternativas.

Por ora, é justo que os Autênticos continuem brigando, dentro e fora do partido, dentro e fora do parlamento, em Brasília e em todos os Estados, para unir-se aos Moderados e alçar o MDB à altura de seu programa e de seu nome. Neste sentido, Autênticos e Moderados sinceros não devem embarcar na caravela furada do "terceiro partido". Se os Adesistas afinal reconhecem que estão no partido errado e querem apoiar o governo no o desgaste de ingressar na Arena, que formem seu "terceiro partido". Mas os Autênticos e os Moderados devem manter-se unidos no MDB, levando adiante a luta por um regime democrático, por um desenvolvimento independente e por uma vida melhor para nosso povo, e caminhando juntos para estreitar seus laços com as camadas populares e as outras correntes oposicionistas. Seria errôneo dividir o MDB em nome de um princípio abstrato de pluralismo partidário sem referência à situação concreta do país. Colocar um pretenso pluralismo partidário antes da normalização democrática não seria a melhor maneira de cindir a oposição, enfraquecer seja suas tendências "popular" e "nacionalista", seja sua tendência "liberal", e no final das contas retardar tanto a normalização democrática quanto a realização de um genuíno pluripartidarismo? A experiência tem mostrado que o caminho da oposição deve ser a unidade de ação entre distintas camadas sociais e diferentes correntes políticas em torno de um programa amplo, centrado na luta pelo regime democrático; e não sua pulverização, mesmo que em nome de extemporâneas e suspeitas bandeiras "socializantes". Como diz o povo: "Esmola grande demais, cego desconfia".

22-IX-75

## 10. IÇAR AS VELAS E CONTINUAR A VIAGEM

A fracassada - e estranha - aliança entre "autênticos" e "adesistas"

A Convenção Nacional do MDB guardava uma surpresa de última hora: a estranha tentativa de uma chapa de compromisso entre um grupo de Autênticos e setores Adesistas do Rio de Janeiro. Tratou-se, evidentemente, de um erro tático dos Autênticos. Se, em política não se pode lutar por idéias sem lutar pelo poder que permita levá-las à prática, também não é correto lutar pelo poder independentemente das idéias. Uma aliança dos Autênticos com os Moderados e mesmo com os setores ainda indefinidos do MDB é compreensível

e proveitosa; mas sobre que base poderia ser estabelecida uma aliança entre Autênticos e Adesistas? Não se pode perder de vista que o MDB se divide em três, e não apenas duas, tendências básicas, e o problema principal da condução da briga interna, no momento, não é a relação entre Autênticos e Moderados, mas a relação de ambos com os Adesistas que, como corrente governista, representam a principal anormalidade de um partido definido como oposicionista. Também não se pode esquecer a relação da briga interna do MDB com a briga mais geral da opo-

sição, ou exagerar os fatores internos da crise partidária e não dar o devido peso aos fatores externos; seria enganoso imaginar que os problemas internos do MDB, como os problemas gerais do povo brasileiro, possam ter soluções rápidas e fáceis; os Autênticos não podem esquecer que sua jornada será inevitavelmente acidentada e longa. Estariam preocupados demais com êxitos imediatos? Teriam se deixado envolver pelas decepções e deslealdades ou pelas intrigas de certa imprensa? Mas política se faz com o coração quente e a cabeça fria.

O escorrego de alguns Autênticos foi evitado, felizmente. Mas uma de suas consequências mais perigosas é que certos setores do MDB, que ainda passam por Moderados, podem aproveitar-se dele para selar uma unidade com os Adesistas, isolando a ala mais combativa do partido. E o que já se anuncia no Rio de Janeiro com um propalado acordo entre "amaralistas" e "chaguistas". E assim o MDB vai escorregando cada vez mais para o buraco sem saída do adesismo, no preciso momento em que a Arena, malandramente, começa a hastear algumas bandeiras parecidas com as da oposição. Quem não vê que, por esta rota, a buliçosa caravela do MDB, viaja para um naufrágio eleitoral? Poderá o MDB chegar aos governos municipais e estaduais se o preço para tanto for a renúncia a seu programa e o afastamento de seus eleitores? Não seria esta uma proposta contraditória e impossível? Para defender a política do governo, mesmo fazendo críticas secundárias e cuidadosas, já existe a Arena. E afinal de contas, o que interessa mais ao MDB: se abo-

letar no poder de qualquer jeito ou garantir a realização de seu programa?

As condições internas e externas não permitiram ainda resolver os dois grandes problemas que entravam o avanço do MDB: a presença de Adesistas na tripulação e o predomínio de Moderados no comando da caravela. Paciência. Por ora, não existe outro barco disponível, e é neste quadro de crise que os Autênticos devem prosseguir sua viagem, com firmeza e serenidade, enxergando longe, não se preocupando em ser voto vencido e minoria por muito tempo. Devem preocupar-se, isto sim, em demarcar campo principalmente com os Adesistas e trabalhar ao mesmo tempo pela unidade com os Moderados sinceros, sobre a base das três condições apresentadas desde o início: fidelidade ao programa partidário e dinamização da atividade oposicionista do partido; democratização da vida interna; e maior vinculação com as camadas populares. E ao mesmo tempo que desenvolvem, dentro das fileiras partidárias, a polêmica e a crítica, devem igualmente pregar pelo exemplo como seria o novo caminho que propõem ao MDB, não se esquecendo jamais de subordinar toda a briga interna à verdadeira briga da oposição. É através desta que o MDB poderá se recompor.

Mantendo-se unidos entre si, trabalhando com os Moderados em todas as questões comuns e resguardando suas opiniões e sua ação independente nas questões divergentes — assim é que os Autênticos poderão contribuir para o desenvolvimento da oposição e para que a própria caravela do MDB não se cobre e vá em frente. 29-IX-75

## 11. MDB: SONHOS MUITO SEDUTORES E DESILUSÕES MUITO AMARGAS

Não se pode exagerar o poder do MDB, mas oposição não está em condições de desperdiçar nenhuma possibilidade de esclarecimento e atuação

**D**urante um ano e um mês, o MDB alentou sonhos ambiciosos. Contava fazer numerosos prefeitos em 1976, eleger os governadores dos principais Estados em 1978 e em 1983, quem sabe, escolher quem deveria instalar-se no Palácio do Planalto. Sonhou tanto que até começou a esquecer compromissos assumidos com o eleitorado popular em 1974. Bruscame, foi despertado pelas cassações dos deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano e pelos acontecimentos que afetaram as possibilidades de propaganda política e eleitoral do partido.

Quanto mais sedutor é um sonho, mais amarga é a desilusão. Por isso se nota em comentaristas políticos e em setores do MDB a perigosa tendência para escorregar de um otimismo ingênuo a um pessimismo injustificado. Se antes se exagerava o papel do MDB, agora é como se ao partido não restasse muito o que tentar. E se antes, num raciocínio simplificador, eram dadas como certas as vitórias eleitorais do MDB em 1976 e 1978, agora já se pretende con-

siderar como inevitável sua derrota. Quem não tem uma rota clara ou não analisa com apuro as condições do tempo, condena-se a navegar ao sabor dos ventos e das borrascas.

Tudo indica que vai se tornar mais difícil a vida do partido oposicionista. Até certo ponto, é lógico. Como consequência, o MDB será forçado a rever sua tática de atuação e seus planos de campanha, o que poderá arremessá-lo numa nova crise. Toda crise, porém, encerra perigos e dificuldades, mas oferece igualmente possibilidades de amadurecimento e de avanço. Se a uns embota, a outros tempera e purifica. Os novos obstáculos que desafiam o MDB podem fazê-lo recuar, mas podem também levá-lo a dar um passo à frente, livrando-o de ilusões adesistas, precisando o seu programa democrático e estreitando seus vínculos com as camadas populares. Para o MDB, pode ser uma crise benéfica. Como alertava o nosso Gonçalves Dias: "Viver é lutar./ A vida é combate./Que aos fracos abate./Que aos bravos, aos fortes./Só pode exaltar".

Também não parece acertado esti-

mar que, se a próxima campanha eleitoral for coibida, os resultados serão necessariamente desfavoráveis ao MDB. Os resultados eleitorais de 1974 ainda estão aguardando uma análise multilateral e profunda. Causas secundárias, como o uso da TV, têm sido apontadas como os fatores mais importantes da vitória oposicionista. É isto que leva a cometer equívocos não apenas na interpretação dos resultados passados, mas também na previsão dos pleitos futuros. Pode-se afirmar que foram três os fatores básicos da vitória do MDB em 1974. O primeiro, e mais importante, foi a acentuada tendência dos eleitores a votar contra o governo; esta tendência, porém, não surgiu nas últimas eleições; as novidades de 1974 consistiram em que, por um lado, a tendência oposicionista se ampliou, inclusive com o aparecimento de contradições importantes no seio da Arena, e por outro lado, uma grande parte dos eleitores que vinham se abstendo, votando em branco ou anulando o voto, decidiu apoiar o MDB. Para isto concorreu o segundo fator: uma disposição mais combativa de expressivos setores do MDB, que se aproximaram do eleitorado oposicionista e de suas aspirações e empuharam com energia bandeiras de grande ressonância popular. E isto foi facilitado, é inegável, pelo terceiro fator: uma liberdade relativamente maior concedida ao MDB na escolha de seus candidatos e na execução de sua campanha.

Para 1976, como anda a correlação entre esses fatores? Existem indicações numerosas de que a possibilidade de escolha dos candidatos oposicionistas e a liberdade de campanha do MDB não serão como em 1974. Por outro lado, a própria natureza local das eleições municipais e a existência de sublegendas tornam mais difícil que o MDB que possa se beneficiar das contradições no seio da Arena e dos grupos sociais que apoiam o governo. No entanto, o fator básico continua intocado: nada aponta uma inversão de tendência política na maioria do eleitorado. Portanto, saber se os votos nulos e brancos e as abstenções vão novamente derrotar ou não o MDB, depende acima de tudo do próprio MDB e, é claro, da correlação de forças internas entre suas correntes "autêntica", "moderada" e "adesista". Se o MDB, apesar das dificulda-

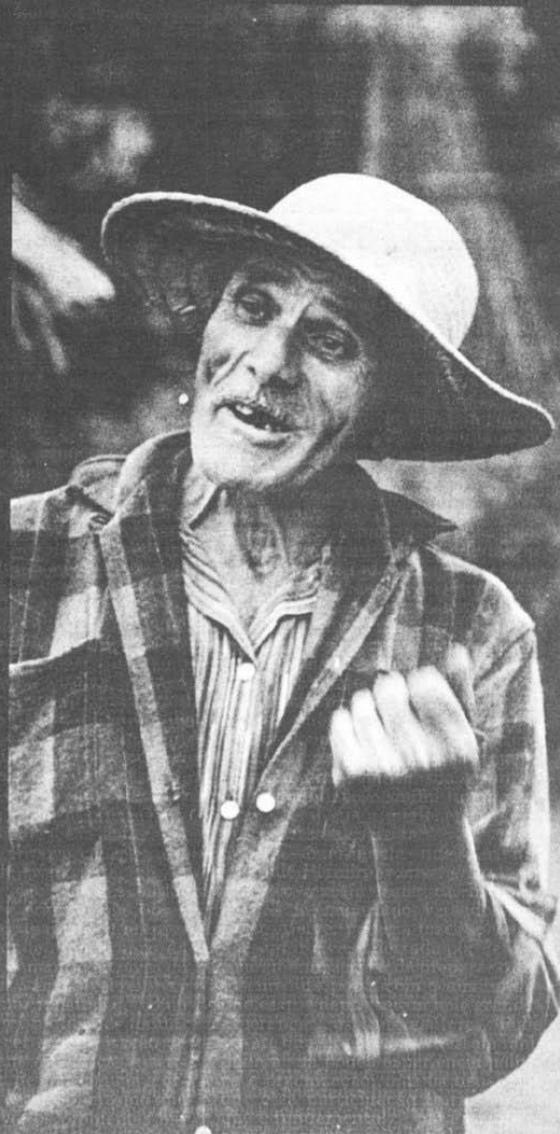
des e de sacrifícios eventuais (quem pode querer ganhar uma guerra sem perder soldados?), preservar seu espírito combativo, resguardar sua fidelidade ao programa comum da oposição e persistir na aproximação com o eleitorado popular, não há porque admitir, desde já, que não sairá das urnas municipais vitoriosos mais uma vez.

Pelas amostras iniciais há esperanças de que o MDB resista bem às provas que lhe estão reservadas este ano. Através de suas vozes mais expressivas, não retroceder nem se deixou intimidar com os últimos acontecimentos. Que siga em frente: navegar é preciso. A hora é de fortalecer a unidade entre "autênticos" e "moderados", reafirmar o programa partidário, combinar os objetivos gerais com as reivindicações locais, multiplicar os diretórios municipais, dinamizar os institutos de estudos, os setores jovens, as alas femininas, os departamentos trabalhistas. Não convém exagerar o poder de decisão do MDB, mesmo vencedor. Ainda assim, na caminhada pela reconstitucionalização democrática e pela emancipação nacional da sociedade brasileira, o MDB pode cumprir um papel proveitoso na conscientização, organização e unificação de relevantes parcelas da população.

Por isso, se o MDB perseverar na luta sem compromissos pela reconstitucionalização democrática do país e, além disso, dedica uma atenção maior aos temas nacionalistas e às reivindicações dos trabalhadores; se aplica, cada vez melhor, métodos democráticos de vida interna e de trabalho com os eleitores, não há motivo para qualquer força oposicionista lhe recusar apoio. Certamente, a bem da própria causa oposicionista, esse apoio deve ser condicional e seletivo, e voltar-se para fortalecer os setores "autênticos" e "liberais sinceros" do partido. Mas não deve ser esquecida, por outro lado, a grande lição da anti-campanha presidencial realizada pelo anti-candidato Ulysses Guimarães em 1973: a oposição não está em condições de desperdiçar nenhuma possibilidade de esclarecimento e atuação. Neste caso vale a sabedoria dos velhos coronéis possedistas: "A adversário não se pede nem demissão". Se a oposição pode andar com as duas pernas, por que capengar com uma só? 2-II-76

# 3 OS CAMINHOS DA OPOSIÇÃO

*Ao lado de se empenharem em ações comuns por objetivos parciais, as correntes oposicionistas mantêm seus objetivos gerais próprios; divergem em política econômica, em política externa, mesmo na concepção do regime democrático por que lutam, e também nos caminhos que propõem para alcançá-lo. Qual desses caminhos conduzirá, efetivamente, à democratização da sociedade brasileira e criará a possibilidade de transformações sociais mais profundas?*



# 1. "UNIÃO NACIONAL", TROCA DE LÍDERES, OU PARTICIPAÇÃO POPULAR

O MDB do Rio Grande do Sul diante das duas táticas que acabaram levando o barco do partido oposicionista nacional à deriva

Qualquer movimento político que deseje alcançar o poder e exercê-lo coerentemente, precisa preencher três condições. A primeira é ter um programa claro, saber aonde quer chegar. A segunda é ter uma tática firme, saber aplicar o programa em cada situação nova e ser capaz de encontrar as formas de atuação e de organização que permitam conquistar o apoio popular e reunir as forças necessárias para tirar o programa do papel para a vida. A terceira condição é realizar esforços prolongados e persistentes, sem deixar-se abater pelas dificuldades, intimidar pelas ameaças ou desorientar pelos vênus inevitáveis da política; o êxito de um programa justo não se obtém da noite para o dia, não cai do céu como o maná de Moisés; exige empenho, tempo, perseverança, sem desviar-se do rumo estabelecido.

São conhecidas as circunstâncias em que o MDB veio à luz. Depois do parto forçado, o agrupamento a que estava destinado o papel de oposição atravessou um período de vida incerta e vegetativa, sem um programa oficial, sem uma tática definida. Em 1972, ganhou um programa, graças aos esforços do grupo "autêntico", ajudado por um tribuno liberal e combativo como Oscar Pedroso Horta. Era um programa amplo, mas democrático; acolhia reivindicações econômicas dos trabalhadores, indicava medidas nacionalistas e, acima de tudo, desfraldava a bandeira da luta pela reconstitucionalização democrática. Em 1973, o MDB deu um novo passo à frente quando se lançou na "anticampanha para presidente da República". Parecia ter encontrado finalmente sua tática de atuação: aproximar-se das camadas pobres, unir-se a todas as forças oposicionistas e embora mantendo-se nos limites permitidos, não deixar de defender seu programa e esgotar todas as possibilidades legais de denúncia e de arregimentação. Veio assim a consagração de sua legenda nas eleições parlamentares de 1974, quando, de 24 milhões de votos, o MDB recebeu mais de 14 milhões.

Mas justamente a partir daí o MDB empacou, depois começou a transigir e retroceder. Uma infecção de adesismo se alastrou pelas entranhas do agrupamento; e a direção moderada, longe de combatê-la, preferiu seguir a terapêutica desastrosa da conciliação, talvez porque ela própria já estava contaminada pela sedução adésista, como depois ficaria claro. Por outro lado, a corrente mais combativa do MDB, a dos autênticos, marginalizada por dentro e cercada por fora, perdeu o rumo; sem paciência diante das oscilações do centro do partido, depois de uma tentativa também desastrosa de aliança com os setores adésistas para derrubar o grupo moderado capitaneado por Ulysses Guimarães, per-

deu a unidade e cedeu terreno. Sem direção, sem uma oposição interna mais firme e esclarecida, a caravela do MDB passou a navegar ao sabor da corrente e, o que é pior, no oceano encapelado dos problemas nacionais decorrentes da crise econômica e política.

## A saída da "união nacional"

Essa desorientação fica mais clara quando são examinadas as táticas das duas correntes principais do MDB a nível nacional. Para a direção moderada, a saída para os problemas que o país atravessa, passa por uma união de esforços entre o governo e a oposição; é a tese da "união nacional", que volta às tribunas e páginas dos jornais sempre que a rotina política é abalada por algum acontecimento mais forte.

Não há dúvida de que a união nacional é uma grande causa; dada a extensão dos problemas que o país enfrenta, nada melhor que todos se unissem para solucioná-los. A questão, porém, é que governo e oposição têm métodos e caminhos diferentes para realizar esse objetivo. Como disse o jornal "O Estado de S. Paulo" em editorial há algum tempo: "Entre os dois partidos não há nem mesmo identidade de princípios e conceitos. O senador Paulo Brossard não reza pelo conceito de democracia moderna do credo do ministro Armando Falcão; e a heresia lhe cai muito bem. A participação do Estado na vida econômica, que o senador Roberto Saturnino aplaude, merecerá a mais viva repulsa do senador Luis Cavalcanti. A liberdade de imprensa pedida pelo senador Franco Montoro jamais caberá dentro da declaração de princípios do senador Eurico Resende quando da aprovação do Decreto-lei 1.070". É conclusiva: "A tese da reconciliação nacional parte de um falso suposto de solidariedade" e "essa solidariedade não existe, nem entre nem dentro dos dois partidos".

De fato, como a direção do MDB poderia levar o partido a unir-se ao governo sem rever o seu programa? Considere-se a questão central da democracia, de que fala "O Estado". O governo repete, de forma coerente e sistemática, que o regime atual é democrático e precisa apenas ser aperfeiçoado; quer aprimorá-lo e institucionalizá-lo, não substituí-lo. O programa do MDB parte do ponto de vista oposto, de que o regime vigente é de exceção e precisaria ser substituído por um regime democrático; o programa do MDB não fala, por exemplo, em incluir a legislação especial de segurança na Constituição, mas sim em revogá-la. O MDB, portanto, só poderia unir-se ao governo se sua liderança revisse o seu programa sem avisar os eleitores.

O erro da corrente moderada provém da sua concepção de que o caminho para a união nacional é curto e pode ser percorrido sem dificuldades. O contrário, porém, é o que acontece. A nação não está desunida por má vontade de seus habitantes, mas sim devido a grandes e graves problemas sociais. É o caminho para alcançar a união é longo e áspero, porque exige a solução prévia desses problemas. A união nacional não é possível numa sociedade cujos membros ocupam posições sócio-econômicas contrapostas; eles são levados, inevitavelmente, a ter visões distintas dos objetivos, das prioridades e dos métodos, tanto em política interna, quanto em política externa.

Nessas circunstâncias, a conciliação não seria um benefício, seria um mal, porque retardaria a solução dos problemas, e só resolvendo as contradições sociais será possível chegar a uma verdadeira união nacional. Numa sociedade marcada por profundas desigualdades econômico-sociais, a união nacional só é possível na hipótese de uma agressão armada por outro país, quando a salvaguarda da nação se sobreporia temporariamente às contradições internas. Não é o caso atual do Brasil, evidentemente.

Sem resolver as contradições sócio-econômicas que dividem uma nação, é impossível uni-la. As propostas de união, neste quadro, são objetivamente inviáveis. Se unem por um lado, desunem por outro.

As dificuldades do MDB têm-se acentuado porque a ala que combate com razão essas propostas inviáveis de união com o governo, tem frequentemente procedido como se a direção do MDB fosse a principal culpada pela situação atual e como se a solução para a oposição fosse simplesmente trocar os líderes atuais por outros.

## A saída de trocar os líderes

O erro de alguns setores autênticos acaba se transformando no mesmo erro que incide a direção moderada do partido: acreditar que a solução dos problemas cruciais que a nação enfrenta no momento depende fundamentalmente de personalidades hábeis e decididas. É o erro correspondente ao de acreditar que uma solução duradoura para a crise nacional depende exclusivamente do próprio MDB.

Excessivamente voltados para a vida interna do partido e do parlamento, mesmo a corrente da oposição parlamentar mais próxima dos interesses populares se esquece de que a democracia tem que ser construída de baixo para cima, como um edifício; do contrário, desaba. O alicerce da democracia é a soberania popular; e só um povo consciente e organizado pode exercer, de fato, a sua soberania. Não é que o parlamento não represente ou não possa desempenhar um papel útil ao progresso da sociedade e ao avanço da democracia. Ao contrário, através do parlamento não só é possível resolver alguns problemas imediatos, como sobretudo debater problemas fundamentais, favorecer a delimitação de posições e correntes políticas e estimular a tomada de consciência e organização da população; mesmo que não possa resolver os problemas básicos, a luta parlamentar ajuda a preparar sua solução.

Mas enquanto desenvolve a luta parlamentar, também difícil na situação atual, o oposicionista autên-

tico não deve esquecer que só do trabalho de mobilização e organização do povo pela base é que sairá uma democracia autêntica e duradoura para o país. E, nesse sentido, não deve poupar esforços para elevar e generalizar a educação política do povo e para, em torno de seus problemas mais imediatos e sentidos, mobilizá-lo e organizá-lo; e não só em órgãos do partido, como os institutos de estudos, os departamentos trabalhistas, femininos e estudantis, mas também em torno de outros núcleos independentes como diretórios estudantis, sociedades de bairro, sindicatos e associações de classe, comissões operárias de base.

## A saída do MDB do Sul

Como o MDB do Rio Grande do Sul tratou os problemas que acabaram levando o barco oposicionista nacional à deriva? Por um lado, a direção moderada do MDB do Sul conseguiu evitar o adesismo, e por outro, a ala autêntica gaúcha procurou aliar-se com o centro e, ao mesmo tempo, desenvolver um trabalho mais amplo de mobilização popular.

Os resultados dessa política se revelaram na eleição de 1976: o setor mais combativo do MDB conseguiu em Porto Alegre, pela primeira vez na história do partido, eleger um número de representantes que lhe deu condições de orientar toda a bancada.

As dificuldades atuais que a bancada emedebista da Câmara de Vereadores de Porto Alegre enfrenta decorrem fundamentalmente do fato de que a caminhada para a solução dos problemas nacionais é difícil e demorada e, numa primeira etapa, as dificuldades se avolumam à medida que o caminho começa a ser corretamente percorrido.

No entanto, se persistir em suas linhas principais, o setor mais combativo do MDB gaúcho não tem porque se deixar abater. A fragilidade do mandato parlamentar, nas condições atuais, está mais do que demonstrada. Mas essa fragilidade deve ser vista também de outra forma: para mostrar que o parlamento não pode mesmo ser o centro da atividade oposicionista. As palavras que saem do parlamento são pouco efetivas, são pouco divulgadas e, mesmo que sua divulgação fosse mais ampla, possivelmente não acarretariam mudanças radicais no estado de ânimo dos eleitores, nem os mobilizariam decididamente para a luta democrática; de um modo amplo, o povo não aprende com discursos, nem toma posições políticas exclusivamente pelo que ouve; para a sua organização e mobilização, influi fundamentalmente a sua experiência prática dos processos sociais.

Uma experiência que Antônio Cândido Ferreira, o ex-engraxate de Bagé, o terceiro líder da bancada gaúcha na Câmara dos vereadores de Porto Alegre, poderia fazer se viesse a assumir a vaga deixada por Perez e Klassmann, seria a de preparar o seu discurso de posse com o auxílio daqueles que depositaram nele grandes esperanças: os seus eleitores. Pode ser até que eles o aconselhassem mal, dada a sua pouca experiência política e organização; mas os benefícios que essa participação traria para o que é fundamental, - para a mobilização, a organização e a elevação do nível de consciência política do povo -, na certa superariam os prejuízos que o novo líder poderia eventualmente enfrentar.

## 2. O CONGRESSO ESTÁ DE VOLTA. OS GRANDES TEMAS TAMBÉM ?

O papel do Congresso na luta oposicionista

O Congresso reabriu suas portas. E os congressistas? Voltaram das férias decididos a recuperar o prestígio abalado da instituição enfrentando os grandes dilemas que atormentam o país?

O Congresso custa caro à nação. Cada congressista ganha mensalmente entre rendimentos fixos e variáveis não menos de 28 mil cruzeiros. Desfrutam de facilidades de moradia, de assistência médica, de transporte e de comunicação. Para assisti-los em seus trabalhos, contam com um sistema vasto e dispendioso de assessores, funcionários, máquinas modernas e instalações confortáveis. É natural que os contribuintes tenham o direito de esperar dos congressistas mais empenho e mais iniciativa no cumprimento de suas atribuições.

É problema é que não falta para merecer as energias dos senadores e deputados. Acima de todos, brilha o problema institucional, o desafio da normalização institucional democrática. O Congresso é um foro privilegiado para o debate institucional; no entanto, esse debate vem se processando mais fora do que dentro de suas conchas. Por que? Seria recomendável também que os congressistas não se cansassem numa discussão interminável para saber se a normalização tem que ser gradual ou não. Mais importante é apontar para a nação um claro porto de destino. Aonde o Congresso pretende arribar? Qual é, para senadores e deputados,

a relação legítima entre regime democrático, participação popular e segurança nacional? E como o País poderia reencontrar a plena vigência de um Estado de Direito democrático: através de uma ampla reforma constitucional promulgada pelo atual Congresso? Pela sua transformação em Assembléia Constituinte? Ou pela convocação especial de uma Constituinte livremente eleita?

São definições que a opinião pública aguarda dos congressistas. Delas depende a fixação de um roteiro eficaz para que a nação escape do impasse institucional em que está metida. Mas, além de uma rota geral, há problemas específicos que reclamam a atenção imediata dos congressistas, se querem ajudar a ir desbravando o caminho que conduza o Brasil a um regime democrático voltado para o aprimoramento da participação popular na vida política, econômica e cultural do País.

Está na ordem do dia a reforma do Judiciário. O Congresso precisa opinar se deve ser primordialmente técnica, envolvendo redefinição de competências, reestruturação de órgãos e melhoria das condições de seu funcionamento, ou se deve ser acima de tudo política, subordinando os aperfeiçoamentos técnicos à restauração do habeas-corpus, das garantias constitucionais dos juizes e da plena competência do Judiciário para apreciar qualquer ato do Executivo. E já que se está falando em revisão de instituições, os projetos de Código Civil e de Processo Penal não deve-

riam ter um encaminhamento mais demorado e ser submetidos a uma discussão mais ampla? Enfim, o Congresso julga possível haver aperfeiçoamento democrático sem que se estimule a participação da juventude estudantil e a revitalização de suas entidades ou a independência e dinamização dos sindicatos trabalhistas?

O problema institucional tem primazia por condicionar a solução dos demais obstáculos que desafiam a iniciativa criadora do povo brasileiro. Porém, urgentes problemas econômicos e sociais gritam por uma corajosa e lúcida tomada de posição dos congressistas. Como a ação das empresas estrangeiras em nosso desenvolvimento. Quando a CPI das multinacionais concluirá os seus trabalhos? Está atenta para não se dispersar em infundáveis incidentes particulares? Mais importante do que apurar a ação ilegal das empresas transnacionais, é uma nítida definição quanto a seu papel: o capital estrangeiro é realmente indispensável e benéfico ao desenvolvimento do País? Do esclarecimento desta questão básica é que jorrará a luz para dirimir controvérsias candentes como o Acordo Nuclear assinado com a Alemanha Ocidental, ou os falados contratos de risco entre a Petrobrás e companhias estrangeiras, ou ainda a situação da indústria e do comércio de remédios, ou mesmo a defesa de nosso mar territorial de 200 milhas, do qual pouco se voltou a falar. E a

política externa de alinhamento não-automático, por que ainda não foi submetida pelo Congresso a uma radiografia rigorosa e sistemática? E vai sair um debate sobre as consequências das geadas no sul e das enchentes no norte, e sua relação com a política econômica?

A discussão sobre o desenvolvimento independente puxa a necessidade de distribuir melhor seus frutos e seus sacrifícios. O governo atual reconhece que não basta fazer o bolo, é preciso repartir melhor suas fatias. Mas preconiza como via principal a chamada "redistribuição indireta", através de previdência social, saneamento básico, assistência médica, doação de alimentos ou difusão do ensino. Ora, as ferramentas decisivas para a redistribuição não seriam a política salarial e a reforma agrária sempre adiada? Que pensa o Congresso a respeito? Que fim levou a CPI sobre Proterra? E sobre os problemas ambientais que se agravam em várias capitais, tem o Congresso alguma coisa a dizer? E ou não é possível desenvolver sem poluir? E a política de transportes urbanos, não está pedindo uma reformulação drástica?

São conhecidas as limitações que cercam o funcionamento atual do Congresso. Ainda assim, ele pode desempenhar um papel valioso como tribuna de debate e esclarecimento da opinião pública. Mas isto se os congressistas se decidirem a enfrentar as questões relevantes, de forma relevante. 4-VIII-76

## 3. ELEIÇÕES E DEMOCRACIA

Uma contradição marca o papel histórico dos processos eleitorais; constituem mecanismo indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade, mas não têm se revelado um mecanismo apto para resolver os seus problemas fundamentais

Nenhuma democracia pode dispensar a realização periódica de eleições. Pois, nas democracias, por definição, compete aos eleitores habilitados decidir a política a ser seguida e escolher os governantes e legisladores que devem executá-la. Por isso, entre os direitos políticos mais importantes do cidadão, figuram seus direitos de votar e de ser votado.

No entanto, quando se estuda a história, descobre-se que as relações entre regime democrático e processo eleitoral não são simples. Pois, se a história não registra a ocorrência de democracia sem eleições, oferece em compensação numerosos exemplos de eleições sem democracia. Um dos mais conhecidos se deve a Hitler que não impediu, mesmo sob o regime do nazismo, a realização de eleições.

O que se observa portanto ao longo da história é um processo de intera-

ção e aperfeiçoamento recíproco entre os regimes democráticos e seus procedimentos eleitorais. E como as diferenças entre os regimes democráticos não são apenas quantitativas, mas também qualitativas, pois as modalidades de democracia variam de acordo com os regimes econômicos-sociais, pode-se afirmar que cada democracia tem as eleições que merece; nenhuma, porém, realiza a "democracia ideal e neutra" dos tratados, na qual todo cidadão teria o direito de votar e de ser eleito e a vontade da maioria, manifestada após uma campanha política intensa e sem nenhuma restrição, seria cumprida sem ressalvas. Quando se passa dos livros à história real, o que se aprende é que as desigualdades socio-econômicas provocam conflitos políticos cada vez mais agudos e estes suscitam mecanismos de defesa das ordens sociais existentes, os

quais determinam restrições maiores ou menores aos direitos políticos dos cidadãos.

### Eleitores de gravata

Começam as limitações pelos que podem votar. Não só existem, sempre, cidadãos privados, individualmente de seus direitos políticos, como também classes ou grupos sociais inteiros são postos à margem do processo eleitoral. Nos séculos passados, isto se fazia recorrendo, em geral, ao sistema de sufrágio restrito ou censitário; além dos escravos, também a maior parte dos trabalhadores livres se viam destituídos de direitos políticos, porque a lei exigia, como condição para usufruir do direito de votar, uma renda mínima anual, que, no Brasil, durante o Império, era de 100 mil réis para os eleitores de 1º grau e de 200 mil réis para os de 2º grau; estavam excluídas ainda ou-

tras categorias sociais, como os empregados domésticos e os soldados e praças. O resultado é que, até 1889, quando a República foi proclamada, só 1,5% da população brasileira gozava do elemental direito político de votar.

Compreende-se porque até um político conservador como Nabuco de Araújo desabafou na época essa confissão constrangida: "A liberdade existe para nós, homens de gravata lavada, e não para o povo." Com a República, o Brasil, seguindo o exemplo de outros países, substituiu o censo pecuniário pelo censo literário, isto é, embora se proclamasse que o direito de votar e de ser votado era universal, de fato ele só era atribuído aos que sabiam ler e escrever; até hoje esta exigência de alfabetização é mantida no Brasil e em numerosos Estados americanos, por exemplo. Pretende-se justificá-la em nome da

incapacidade de julgamento político dos analfabetos.

Um autor brasileiro difundido como Paulino Jacques, em seu Curso de Direito Constitucional, publicado em 1956, ainda argumentava assim: "O sufrágio universal absoluto é uma monstruosidade política, porque permite, ou obriga, a escolha a quem não tem capacidade para fazê-lo." E propondo um sistema de sufrágio desigual, em que seria atribuído um voto ao analfabeto, 2 votos a quem soubesse apenas ler e escrever, 3 a quem tivesse instrução primária, 4 a quem tivesse instrução secundária e 5 a quem tivesse curso superior, concluía: "A democracia não sofreria, em absoluto, com tal sistema, porque ela não se caracteriza pelo nivelamento dos homens - obsessão contrária à natureza - porém pelo tratamento igual dos iguais e desigual dos desiguais." Nada, contudo, autoriza estabelecer semelhante relação mecânica entre o grau de instrução formal e o nível de consciência política, que não passa de um preconceito aristocrático e intelectualista. E como o analfabetismo tem raízes sociais, seu efeito prático é afastar do processo eleitoral a uma grande parcela de trabalhadores pobres do interior e das capitais.

### Corrida de obstáculos

Além das restrições sociais ao direito de voto, a história conhece outras limitações que tomam por base o sexo, a idade, a raça, ou a religião. No Brasil, por exemplo, as mulheres só conquistaram o direito de voto em 1932 e, ainda assim, até hoje nenhuma mulher conseguiu chegar à Presidência ou a um Ministério da República ou mesmo a governar um Estado da Federação. Nos Estados Unidos, só recentemente a idade mínima para votar foi reduzida de 21 para 18 anos, e em alguns Estados americanos, até os dias atuais, grande número de negros são impedidos de votar sob os disfarces dos "testes de alfabetização" ou da cobrança de "imposto eleitoral".

Se pesam restrições à possibilidade de votar, mais severas são ainda as limitações que a história documenta ao direito de ser eleito. No império brasileiro, quando vigorava o sufrágio oficialmente restrito, a renda mínima anual exigida para qualquer eleitor poder se candidatar era ainda mais alta, de 400 mil réis. E se requeria também a prática da religião católica, então religião oficial do Estado. Outra medida de restringir o direito de ser votado tem sido impedir o registro de candidatos avulsos e exigir que todos se apresentem através de partidos; na medida em que a possibilidade de organizar partidos também se encontra restrita, esta exigência afasta do processo eleitoral importantes correntes de opinião, ainda mais se aos candidatos dos próprios partidos for exigida a apresentação de atestados negativos de antecedentes policiais.

Além do reconhecimento irrestrito a todos os cidadãos, do direito de votar e de ser votado, uma democratização mais avançada do processo eleitoral requer que o debate político permanente e a propaganda eleitoral imediata possam se desenvolver sem empecilhos legais e econômicos. Ora, em todos os países que declaram adotar o regime democrático, ocorrem variados expedientes para restringir os temas em debate e para dificultar que a discussão seja estendida a amplos setores da população. Quando não se recorre a proibição legais expressas, ou a pressões policiais

camufladas, há o controle dos meios de comunicação por grupos econômicos poderosos, reduzindo a liberdade de informação e debate. Assim, os eleitores são impedidos de tomar decisões mais conscientes, pois não podem conhecer todas as alternativas possíveis de solução para os problemas nacionais. E o processo desvirtuador da vontade popular mais se agrava quando certos candidatos ou partidos políticos recorrem ainda por cima, à coação sobre os eleitores humildes, ou à compra de votos, ou à troca de favores e empregos oficiais.

No final desta verdadeira corrida de obstáculos que é o processo eleitoral, ainda resta o perigo de que seus resultados não sejam respeitados. Ou porque se lance mão de fraudes, fabricando eleitores fantasmas, violando urnas de votação, falseando atas de apuração; ou porque se anulem os pleitos ou se afastem candidatos-eleitos. Existe também a possibilidade de alterar as regras do jogo eleitoral, para prevenir novas surpresas. Um exemplo sempre lembrado ocorreu na França: nas eleições parlamentares de 1946, o Partido Comunista Francês obteve 182 cadeiras; a lei eleitoral foi então modificada, alterando-se a distribuição dos distritos eleitorais, e em 1951 as cadeiras parlamentares do PCF se reduziam a 103; como, porém, em 1956 o PCF elegeu novamente 150 parlamentares, a legislação foi novamente alterada e em 1958 o número de cadeiras do PCF caiu bruscamente para 10.

É esse quadro de limitações que é preciso ter em mente quando se pensa na contribuição que as eleições podem dar à construção da democracia em um país. Uma contradição marca o papel dos processos eleitorais historicamente, constituem mecanismo indispensável ao funcionamento de qualquer democracia, mas parecem servir apenas para dirimir divergências secundárias, não tendo se revelado um mecanismo apto para resolver os problemas fundamentais de nenhuma sociedade. Por seu caráter limitado, as eleições não vão contribuir tanto para o aperfeiçoamento da democracia no país quanto o aumento da participação popular pode contribuir.

É também no sentido de incentivar a participação popular que as eleições podem desempenhar um papel útil ao progresso da sociedade. Mesmo imperfeitas, além de permitirem resolver alguns problemas menores imediatos, sobretudo ajudam a participação popular: possibilitam o debate de problemas fundamentais, favorecem a delimitação de posições e correntes políticas e estimulam a tomada de consciência e a organização do eleitorado; mesmo que não possam resolver os problemas básicos, ajudam a preparar a sua solução.

O que parece necessário é encarar as eleições não como um ato isolado, que se esgote em si mesmo, mas como o trecho de uma caminhada maior. O exame das relações históricas entre regime democrático e processo eleitoral demonstra que o aperfeiçoamento ou o enfraquecimento do valor das eleições depende mais do fortalecimento ou do enfraquecimento da democracia, do que a democracia das eleições.

O fato de que é a democracia que aperfeiçoa as eleições, e não o contrário, é natural: a democracia, como um edifício, tem que ser construída de baixo para cima; do contrário, desaba. Ora, o alicerce da democracia é a soberania popular; no entanto, só um povo consciente e organizado

pode exercer de fato a sua soberania. Por isso, a luta pela democratização da sociedade e pelo próprio aperfeiçoamento das eleições não pode restringir-se ao processo e ao período eleitoral propriamente ditos; ao contrário, é preciso combinar a participação nas eleições com a continuação do trabalho político permanente, não poupando esforços para elevar e generalizar a educação política do povo e, para, em torno de seus problemas mais imediatos e sentidos, mobilizá-lo, e organizá-lo em sindicatos de trabalhadores, em diretórios estudantis, em sociedades de bairro, em associações profissionais e

de classes. Os dois processos não se contradizem; ao contrário, bem conduzidos, se estimulam e fortalecem um ao outro.

Por isso, em sua caminhada pela reconstitucionalização democrática e pela emancipação nacional do país, assim como pela melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, o movimento oposicionista brasileiro deve: lutar pela realização das eleições; lutar pela democratização e o aperfeiçoamento das eleições, procurando fazer com que a organização e a participação eleitoral no MDB e outras formas de organização populares se ajudem mutuamente. XI-76

## 4. AS ELEIÇÕES AMERICANAS

Um exemplo de democracia. Mas, de que tipo de democracia?

**D**urante meses, as peripécias das eleições americanas vencidas na semana passada por Jimmy Carter ocuparam o noticiário da imprensa em quase todos os países. Primeiro, veio a batalha para a indicação dos candidatos a presidente e a vice-presidente pelas Convenções Nacionais dos Partidos Republicano e Democrata. Em seguida, desenrolou-se a movimentada disputa entre Carter e Ford. Concorreram também dois candidatos independentes, mas naturalmente não mereceram a mesma atenção dos eleitores e dos meios de comunicação.

A primeira vista, foi um período de animadas discussões e de intensa participação democrática. Foram distribuídas as plataformas políticas dos candidatos, difundiram-se folhetos e cartazes, canções foram compostas e cantadas, houve comícios, desfiles, debates pela televisão, polêmica pelos jornais. Ao final, esportivamente, o vencedor cumprimentou o concorrente derrotado e este se inclinou diante da vontade soberana da maioria.

### Liberdade, mas nem tanto

O espetáculo pouco comum fascina os países que ainda vivem privados destes elementares e saudáveis costumes políticos. É compreensível; como é lógico também que políticos e pensadores liberais corram a festejar a vitalidade e as virtudes da democracia americana. Não há, porém, o risco de se incorrer numa visão idílica, superficial e unilateral do sistema político do país de Kissinger e Westmoreland, da democracia que alimentou as manipulações de Watergate ou as propinas da Lockheed? Não se trata de negar o lado positivo dos valores liberais que ainda persistem no sistema político americano; suas liberdades partidárias e eleitorais, embora sejam limitadas e em boa parte apenas formais, constituem um passo adiante no processo histórico de democratização e criam um ambiente mais favorável mesmo para os que lutam por um regime democrático superior. No entanto, é preciso encarar também a outra face, dissimulada, defeituosa, da demo-

cracia americana. Só assim, as eleições norte-americanas representam um exemplo: das virtudes e das limitações da democracia liberal, de base capitalista.

Para começar, mesmo do ponto de vista jurídico-formal, as liberdades políticas que a democracia americana consente não são plenas, irrestritas. O direito básico de votar sofre restrições. Seis Estados exigem o pagamento de uma taxa eleitoral; dezessete impõem que sejam efetuados testes de alfabetização; três proíbem de votar as pessoas que vivem às custas da assistência pública. As mulheres só conquistaram o direito de votar em 1920. Só recentemente a idade eleitoral foi reduzida de 21 para 18 anos. E até hoje os americanos de cor lutam contra as barreiras disfarçadas que muitos Estados opõem a seus direitos políticos, tais como o imposto eleitoral, os testes arbitrários de alfabetização realizados por funcionários brancos racistas ou a pura e ostensiva intimidação para que os negros não se alistem.

Por outro lado, não existe uma Justiça Eleitoral e, pela Constituição, cada Câmara é o juiz das eleições, apurações e condições eleitorais em suas áreas, podendo recusar a posse a membros legalmente eleitos mas tidos por inaceitáveis por vários motivos, entre os quais o de serem impatriotas (conceito bem relativo) ou polígamos. Além disso, as eleições legislativas se fazem, na maioria dos Estados, por distritos eleitorais, segundo o princípio da representação geográfica e não proporcional ao número geral de votos. Ora, este sistema de um representante por distrito, sabidamente, dificulta a representação das correntes políticas de oposição ao regime, que são necessariamente minoritárias no começo e não dispõem de currais eleitorais ou dos favores da máquina governamental. O voto distrital permite também que as assembleias legislativas estaduais realizem deliberadas manipulações na demarcação dos distritos eleitorais, dando maior peso ao eleitor rural mais conservador em prejuízo do eleitorado urbano mais independente e, nas cidades, restringindo a expressão eleitoral relativa dos bairros periféricos e populares.

Também o sistema de eleição em

dois turnos possibilita desvirtuar a votação direta do primeiro turno. Pois o candidato que vence num Estado, ainda que por uma margem muito apertada, fica com todos os votos a que o Estado tem direito no Colégio Eleitoral, ou seja, no segundo turno, indireto, da eleição; a votação dos candidatos derrotados, ainda que tenha sido expressiva no Estado, desaparece no cálculo final. Assim um candidato a presidente que obtenha uma vitória apertada nos 12 Estados de maior população, que tem direito a 275 votos no Colégio Eleitoral, estará eleito mesmo que sofra uma derrota fragorosa em todos os outros Estados, ou no cômputo global dos votos. Este caso extremo ainda não ocorreu, mas 8 presidentes foram eleitos sem que tivessem alcançado a maioria absoluta na votação direta do primeiro turno e a vitória final de muitos outros assumiu um caráter espetacular, fora de toda a proporção com os votos que tinham no primeiro turno. Os sistemas de votação por distrito para as eleições legislativas e da votação em dois turnos para presidente ajudaram a consolidar o regime elitista bipartidário dos Estados Unidos, dificultando o aparecimento de outros partidos ou a vitória de candidatos independentes.

**Liberdade formal não é liberdade real**

Contudo, ainda mais importante do que essas restrições formais, é a falta de condições econômicas e culturais em que se encontra a maioria do povo americano para exercer as liberdades que a lei lhe assegura. Deste ponto de vista, o sistema político dos Estados Unidos é um exemplo frisante da contradição básica de toda democracia liberal, que dá com a mão das liberdades jurídicas o que tira com a mão das desigualdades econômicas e culturais.

Legalmente, podem ser formados novos partidos e podem ser registrados candidatos sem partido; não há censura prévia aos jornais e revistas ou aos materiais de propaganda; observadas certas formalidades, é possível organizar comícios e manifestações públicas; e qualquer candidato pode incluir um anúncio na imprensa ou comprar horário nas cadeias de televisão. Mas desde que tenha os recursos para pagar os elevados preços: e aqui está todo o problema! Quem tem recursos para contra-

tar disputados especialistas de propaganda, imprimir sofisticados folhetos e cartazes, comprar horário ou espaço nos meios de comunicação, manter vasta rede de funcionários por tempo integral nos escritórios de campanha, bem localizados e bem instalados e, por fim, dispor de um sistema próprio e caríssimo de aviões, helicópteros, carros e aparelhos de som para se deslocar rapidamente e multiplicar os comícios e contatos diretos com os eleitores? Os custos de uma campanha presidencial nos Estados Unidos já são tão elevados que mesmo os dois grandes partidos precisam atrair os grandes capitalistas e angariar fundos especiais, celebrando para isso, é claro, os necessários acordos e compromissos, e oferecendo assim aos "reis" do petróleo, do aço ou de Wall Street um canal a mais para influenciar o sistema democrático americano... Como os candidatos independentes, sobretudo se forem candidatos saídos do meio do povo simples e trabalhador, poderão enfrentar uma batalha tão desproporcional?

E a competição desigual não se restringe à propaganda eleitoral imediata. É preciso levar em conta o sistema educacional, as grandes editoras, os grandes jornais e as grandes redes de rádio e televisão. Mesmo não tendo um caráter partidário, ou não apoiando explicitamente candidatos, esses instrumentos de formação de opinião preparam o terreno para os dois grandes partidos e seus candidatos, a incutir permanentemente as mesmas idéias e valores que eles defendem e que naturalmente não correspondem às teses apoiadas por possíveis candidatos ou partidos populares.

**A atmosfera do conformismo**

A influência desse aparelho ideológico é tão profunda que até as correntes americanas de crítica e contestação ao sistema não deixam de sofrer seus efeitos; depois de momentos auspiciosos na luta pelos direitos civis das minorias negras ou contra a intervenção americana no Vietnã, apresentam hoje um quadro de desnorreamento e dispersão. Há setores que se agarram a um extremismo doutrinário e sectário e não encontram o caminho para pugnar por objetivos finais justos a partir do processo político e econômico em anda-

mento nos Estados Unidos; outros setores, embora bem vinculados ao povo americano e às suas tradições, se refugiam em ações isoladas, caem no imediatismo e insistem na recusa anarquista da teoria, da participação na vida política ou de qualquer forma mais ampla de organização.

A esses fatores de ordem ideológica é preciso ainda acrescentar a absorção do movimento sindical, outrora tão combativo, pelo sistema estabelecido e, na base de tudo, o alto desenvolvimento alcançado pelo capitalismo nos Estados Unidos, quer pela imensidão de seu território, sua variedade de recursos naturais, sua localização geográfica bem favorável, seu potencial demográfico, quer pela intensa exploração de seus trabalhadores e dos povos e países que foram colocados sob sua dependência. O desenvolvimento econômico atingido possibilitou melhorar significativamente a vida material de extensos setores da população, criando a atmosfera propícia ao conformismo e à edificação de uma sólida superestrutura política e cultural, que só uma crise econômica e social profunda poderá abalar.

Por isso, apesar de toda a largueza de suas liberdades formais, a democracia americana é um jogo de cartas marcadas. A disputa, por mais acalorada que pareça, se desenrola dentro de limites prévios firmemente guardados, desde o século XIX, por dois grandes partidos, o Republicano e o Democrata, que representam, em última instância, a visão e os interesses dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra, mesmo que sejam obrigados, pelo jogo eleitoral, a incorporar reivindicações secundárias das camadas médias ou dos operários urbanos e rurais. Entre esses partidos não há diferenças programáticas ou estratégicas significativas; suas contradições são secundárias e recaem mais sobre questões táticas ou de prioridades e métodos de trabalho. Não é por outro motivo que as disputas eleitorais terminam sempre se concentrando, como ainda agora, nas qualidades pessoais dos candidatos, em suas habilidades de aproveitar os defeitos do competidor ou na exploração, nem sempre honesta, de incidentes que tenham marcado sua vida política e pessoal ou sua própria campanha. As questões de fundo, que desafiam a sociedade americana, estiveram ausentes do debate eleitoral, e dele esteve

afastada também a voz independente das camadas inferiores da população.

**No topo da pirâmide o complexo industrial-militar**

As eleições dos EUA confirmam, portanto, a indicação de Wright Mills de que o modelo americano de democracia se estratificou na forma clara de uma pirâmide. No topo, um círculo restrito de grandes financistas e industriais e de altos funcionários civis e militares - o complexo industrial-militar apontado por Eisenhower em sua última mensagem ao Congresso - toma as decisões fundamentais, longe das campanhas eleitorais e por cima das disputas secundárias dos partidos. No meio da pirâmide, as camadas médias urbanas, setores intelectuais e estudantis, diretorias de sindicatos trabalhistas se entusiasma com as campanhas eleitorais e participam do debate de questões menores e específicas; é o que dá, a eles próprios, a impressão de uma democracia ativa.

Por fim, na base da pirâmide, a larga maioria da população permanece apática e desorganizada, vota sem espírito crítico, sem uma decisão política, ou então nem se sente estimulada a votar, donde a elevada taxa de abstenção, entre 30 a 50%, que se vem registrando nas últimas eleições.

É que o melhor momento da velha democracia americana e do velho império capitalista do Norte já passou. Apesar do otimismo ensaiado de Carter, sérios problemas espreitam a grande nação. A crise que ronda os Estados Unidos poderá ser, no entanto, muito saudável, arrancando o povo americano de seu conformismo e de seu torpor, estimulando novamente o espírito crítico e criativo de que ele já deu provas e incentivando-o de novo a organizar-se e agir. E se as novas correntes políticas que então se fortalecerão, souberem preservar a parte boa e permanente da tradição democrática americana, os Estados Unidos, que já foram exemplo de democracia liberal, poderão também vir a ser, no futuro, exemplo de uma democracia nova e mais avançada, baseada não no controle de uma elite endinheirada, mas na participação ativa e consciente de seus trabalhadores. 8-XI - 76

**5. AS RAZÕES DOS VOTOS**

Não basta que o voto seja livre: é preciso também que seja consciente

O voto é um dos direitos democráticos essenciais; votar, embora não seja a única, é uma das formas pelas quais o cidadão participa do governo, apoiando um programa político e escolhendo os representantes e os administradores que lhe parecem mais capazes de defendê-lo e levá-lo à prática. Nenhum sistema democrático funciona sem o respeito ao direito de voto dos cidadãos e sem que estes tenham a liberdade de debater os problemas nacionais, de apontar soluções para esses problemas e de es-

colher sem entraves os candidatos que melhor representem essas soluções. E um sistema político será tanto mais democrático e representativo quanto mais livre e consciente for o voto da maioria de seus eleitores.

Por isso é importante conhecer as razões que levam os eleitores a apoiar um partido e não outro, ou a preferir este candidato àquele. Com esse propósito têm sido realizados muitos estudos de "sociologia eleitoral" (1). A que conclusões já permitem chegar?

Excluído o caso extremo do voto

forçado, onde não ocorre decisão pessoal do eleitor, pode parecer, à primeira vista, que o fator decisivo das escolhas eleitorais seja a propaganda: venceriam o partido e os candidatos que realizassem a propaganda mais hábil e mais intensa. Inegavelmente, a propaganda tem importância e sua influência na disputa política aumenta à medida que se desenvolve o capitalismo num país, quebrando os laços de sujeição pessoal dos trabalhadores, elevando seu nível cultural, generalizando o sufrágio, aguçando as contradições so-

ciais. Apesar disso, a propaganda não é o fator mais relevante; o processo de formação de correntes políticas obedece a causas mais profundas, as quais a própria propaganda tem que levar em conta se quer ser eficaz.

Muito mais significativa tem se mostrado a relação do voto com a posição sócio-econômica do eleitor. Em sociedades como a nossa, integradas por classes e camadas sociais contrapostas, cada uma com suas necessidades e aspirações próprias, os programas políticos correspondem ne-

cessariamente a uma ou outras dessas classes e camadas;consequentemente, elas tendem a se inclinar para os partidos e os candidatos que desfraldam as bandeiras que respondem a suas aspirações.

No entanto, este encontro das classes e camadas sociais com os partidos e candidatos que podem representá-las não é imediato, mecânico; requer tempo e esforços persistentes; depende, por um lado, de que os eleitores conheçam os partidos, seus programas, seus candidatos, e por outro lado, de que eles próprios tomem consciência de sua posição econômico-social e de seus interesses.

Por isso, conforme as pesquisas de sociologia eleitoral têm comprovado, as *determinações básicas* do voto, como aliás de toda a atuação política, incluem, além da posição econômico-social dos eleitores, seu nível de consciência político-ideológica. O jogo político será tanto mais genuíno e representativo quanto mais cada classe e camada social tomar consciência de si mesma e defender posições políticas que correspondam a suas posições econômico-sociais. Seguindo a moda, seria possível traduzir essa lei básica da vida política numa fórmula matemática muito simples: posições políticas = posição econômico-social + consciência político-ideológica.

Ora, como as posições políticas decorrem não só da posição econômico-social dos cidadãos, mas também de seu nível de consciência, a *propaganda* desempenha, naturalmente, um papel ativo e pode acelerar ou retardar a tomada de consciência das forças sociais e consequentemente seu alinhamento correto. Contudo, mesmo do ponto de vista dessa tomada de consciência, a *experiência prática* de cada classe e camada, os problemas econômicos e políticos que tem de enfrentar no dia-a-dia, são mais importantes do que a propaganda.

É a razão por que, nos períodos em que se multiplicam as restrições ao debate político, à criação cultural, ou à pesquisa científica, ainda assim pode ocorrer uma conscientização intensa do povo, sempre que o desenvolvimento econômico se encarregar de educá-lo agravando suas condições de vida e de trabalho. Por isso, embora seja indispensável realizar todos os esforços para generalizar e aprofundar o debate dos problemas nacionais, mais importante ainda é mobilizar as camadas populares, a partir de questões imediatas e sentidas, para ajudá-las a viver uma *experiência política direta* e assim se motivarem e educarem por si mesmas.

E que o povo brasileiro tem elevada sua educação política, apesar de todos os empecilhos, demonstra-o o exercício cada vez mais aprimorado do direito de voto; eleição após eleição, parcelas crescentes do povo manejam com mais clareza e habilidade esta arma política, substituindo as formas rudimentares de voto por modalidades mais avançadas.

**1. O voto de cabresto:** É o voto por coação, com o qual, sobretudo na República Velha, de 1889 a 1930, os

"chefes políticos" dos Estados e os "coronéis" do interior distorciam completamente o processo democrático formal. Às vezes, nem era preciso transportar os eleitores para votar; nesses tempos das "eleições a bico de pena", muitas atas de votação eram fabricadas no próprio prédio da prefeitura ou num cartório amigo. Mais frequentes ainda eram as "marmitas": os eleitores recebiam dos prepostos do "coronel" um envelope já fechado com a chapa do candidato em que deviam votar sem nem sequer conhecê-lo - afinal, o voto era "secreto"... Um historiador testemunha: "Realizar eleições no interior era coisa simples. Mais fácil era o governo ganhar o pleito. Inicialmente, não era preciso ninguém votar. As atas são feitas nas prefeituras e nas coletorias. Os mortos votam e os meninos recém-nascidos contribuem para a vitória dos detentores do poder. E se aparece algum ingênuo em querer sufragar o nome do opositor, tudo é resolvido da melhor maneira... No caso de se tratar de um telegrafista, geralmente casado com a professora, ameaçam-no de remoção. Se é alguém da irmandade religiosa, o vigário pode fazer muita coisa... E se o sujeito é mesmo valente e teimoso, matam-no. O fato é que o governo nunca perde eleição. Eu mesmo, colhido pela fraude, com 15 anos, fui eleitor do coronel Anastácio Braga, freguês da barbearia de meu pai. Nunca entrei num colégio eleitoral, nunca assinei uma ata, mas votei, sem saber em quem." (2)

A partir da década de 20, intensa luta se travou para acabar com esses costumes. Hoje, o "voto de cabresto" está em declínio; mas ainda se conserva em áreas importantes do interior, como as notícias de violência e fraude no último pleito indicam; e além dos "currais eleitorais" dos "coronéis", é preciso não esquecer os votos forçados de trabalhadores urbanos, temerosos de perder o emprego, ou esta outra modalidade de "eleitores de cabresto", ainda bem difundida, que são a mulher e os filhos obrigados a votar no candidato do "chefe da família"...

**2. O voto comprado:** Generalizou-se à medida que a dependência extra-econômica do camponês foi sendo substituída pela dependência econômica do operário e que o dinheiro foi impondo seu reino com a difusão da economia mercantil e capitalista. O voto pode ser comprado diretamente do eleitor, em troca de dinheiro vivo ou de formas mais sutis de pagamento, como roupa, condução gratuita e comida no dia das eleições; dinheiro para a certidão de nascimento e foto para o título de eleitor; compra de livros e uniformes escolares para os filhos, aviamento de receitas médicas para a esposa doente etc. O voto pode ser adquirido também indiretamente, de "cabos eleitorais" que se comprometem a aliciar os eleitores. No último dia 15, em São Bernardo, em São Paulo, grave agitação envolveu 3 mil "cabos eleitorais" de um dos candidatos da Arena a prefeito; depois de termi-

nada a votação, eles ocuparam dois quarteirões em frente ao comitê de Aldino Pinotti, exigindo o pagamento de Cr\$ 150,00 que o candidato lhes prometera pelo dia de trabalho.

**3. O voto por gratidão:** À medida que o país se urbanizava e industrializava, que aumentavam as camadas médias e operárias, tornou-se indispensável combinar o "coronelismo" do interior com a formação de "clientelas eleitorais" nas cidades. Surgiram então os médicos-deputados, com suas consultas gratuitas; os advogados que prestam assistência jurídica sem cobrar; o governador que nomeia para emprego público; o diretor de escola oficial que consegue matrícula em troca de apoio político; o secretário de Educação que garante bolsa de estudos para o filho; o vereador que providencia o internamento do pai num hospital público, e assim por diante. As próprias condições difíceis em que o povo labuta, tornam possível tecer essa rede complexa de favores e troca de votos; e o povo, sem se dar conta de que não tem o que agradecer, apóia "por gratidão" uma política que, mantendo-o na dependência econômica e política, alimenta novamente esse círculo vicioso do "clientelismo"...

Mas, com o crescimento continuado das cidades, além da política dos favores "individuais" que persiste, foi necessário recorrer também à política dos "favores coletivos" - a rede de água, a iluminação pública, o calçamento da rua, conseguidos através do "vereador do bairro", do "administrador regional", ou do presidente da Sociedade de Amigos da Vila, "cabo eleitoral" de algum deputado... E o povo acaba recebendo como um "favor", que merece o "voto por gratidão", o que não passa de um direito seu e de uma obrigação elementar da administração pública.

**4. O voto por simpatia:** Mas como atender aos pedidos cada vez mais numerosos das cidades que não param de crescer, em população e em problemas? Apareceram assim novos "métodos de campanha": os candidatos que granjeiam apoio porque são "simpáticos", "famosos", têm muitos "amigos", "falamos bem", ou são vizinhos, colegas de serviço, e assim por diante, sem que os eleitores sequer procurem saber que posições políticas esses candidatos defendem, a que forças sociais estão ligados ou como pretendem exercer seus mandatos. Não nasceram assim as votações maciças de radialistas populares, atrizes de TV, jogadores de futebol?

Outra forma de voto por "simpatia pessoal" é escolher um candidato simplesmente por ser "bom", "honesto" ou "trabalhador", sem levar em conta a política a que sua "honestidade" ou sua "dedicação ao trabalho" estão servindo...

**5. O voto Cacareco:** Cacareco era o nome do rinoceronte que recebeu, anos atrás, uma votação expressiva em São Paulo. Voto-Cacareco ficou sendo todo voto-desabafo: constitui uma forma de protesto, mas incoerente, pois não oferece alternativa. Decorre da decepção de muitos eleitores, quando se dão conta de que foram repetidamente manipulados pe-

los compradores de votos, fazedores de clientelas ou administradores de fãz-clubes e torcidas organizadas. No entanto, esses eleitores confundem politicagem com qualquer política e, em vez de substituir uma política por outra, um método de luta política por outro, acabam contentando-se com o desabafo e refugiando-se na omissão.

**6. O voto por posições políticas:** É o critério essencial para votar ou deixar de votar. Votar bem é escolher, quando eles existem, os partidos e os candidatos que defendem realmente as posições políticas mais corretas - as que farão o país avançar na solução de seus problemas sociais, na consolidação de sua independência, na emancipação de seus trabalhadores. É em função dessas posições políticas que podem ser avaliadas, num segundo momento, as qualidades pessoais dos candidatos; devem ser escolhidos os candidatos mais capazes de levá-las à prática.

Ora, examinando-se a nossa história, verifica-se que duas tendências marcam o comportamento eleitoral do povo brasileiro, apesar de todas as dificuldades: a tendência a votar cada vez mais por posições políticas e a de relacionar cada vez mais as posições políticas dos partidos e dos candidatos com as posições econômico-sociais que elas refletem. Certamente, a delimitação de campos político-sociais não se tem dado em torno de questões doutrinárias, escolhidas arbitrariamente em algum manual, mas sim dos problemas colocados na ordem do dia pela própria vida, como a redistribuição da riqueza, o desenvolvimento independente, a luta pela terra, a luta por uma nova política salarial, a renovação da democracia através da participação popular. É certo também que a delimitação ainda está longe de ser satisfatória. Seria um equívoco, por exemplo, avaliar toda a votação do MDB como sendo expressiva de posições políticas conscientes; e seria superficial toda análise da votação do MDB que não procurasse demarcar nela a correlação de forças eleitorais entre as várias tendências políticas que integram a oposição. De qualquer modo, observa-se um inegável avanço político das camadas populares e este avanço evidencia quanto são parciais as acusações sumárias de que "o povo brasileiro não sabe votar" ou "não está preparado para a democracia".

22-XI-76

(1) Ver, por exemplo, sobre as eleições de 1974, a obra de vários autores, coordenadas por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, *Os Partidos e as Eleições no Brasil, edição conjunta da Paz e Terra e do Cebrap, Rio, 1975*; e a edição especial da *Revista Brasileira de Estudos Políticos, publicada pela Universidade Federal de Minas Gerais, nº 43, Belo Horizonte, julho de 1976*.

(2) *Edmar Morel, Padre Cícero, o Santo do Juazeiro, Editora Civilização Brasileira, 2ª edição, Rio, 1966*.

# 4 OS POVOS E OS PAÍSES POBRES

*Assim como no Brasil, os povos dos outros países lutam por seus direitos democráticos, por uma participação na vida política, pela independência de suas nações, por um padrão de vida superior para seus trabalhadores.*

*Os povos aprendem uns com os outros; suas lutas se apoiam e se estimulam mutuamente.*

*É proveitosa também a luta diplomática de um grande número de países subdesenvolvidos em defesa de sua soberania estatal, contra a intervenção de outros países em seus assuntos internos, e por uma nova divisão de poder e da riqueza mundiais.*



# 1. OS TERCEIROS MUNDOS

Entre os países subdesenvolvidos atuais não pode haver unidade ideológica, mas pode haver uma unidade de ação diplomática em torno de alguns objetivos imediatos

**A**V Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados começa seus trabalhos neste dia 7 de agosto em Colombo, capital do Sri Lanka, antigo Ceilão. Foi nessa mesma cidade que se celebrou, de 28 de abril a 2 de maio de 1954, a Conferência de Colombo, convocada pelo primeiro-ministro cingalês, e que reuniu os chefes de Estado ou de Governo da Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão. Teve por objetivo coordenar a cooperação econômica entre os países participantes, contribuir para a distensão entre Leste e Oeste, apoiar o reconhecimento diplomático da República Popular da China e procurar um meio de colaborar, à margem da Conferência de Genebra, para a solução dos problemas coreano e indochinês. Um dos seus resultados mais importantes foi a decisão de preparar uma Conferência governamental afro-asiática, que se realizaria em Bandung, cidade da Indonésia, de 18 a 24 de maio de 1955, com a participação de 29 países, sob a Frente Nacional de Libertação da Argélia. Pela primeira vez, um grupo de países subdesenvolvidos se reúne e adotava resoluções de tanta importância inteiramente à margem das chancelarias das grandes potências.

Entre a modesta reunião de Colombo, em 1954, e a atual Conferência dos Países Não-Alinhados, o número e importância política das nações subdesenvolvidas cresceram ininterruptamente, levando à constituição, ao lado da luta fundamental dos povos, de uma frente diplomática dos países subdesenvolvidos contra o colonialismo e o neocolonialismo pelo desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, que vem criando empecilhos crescentes à ação imperialista das grandes potências. Por que surgiu essa segunda frente de luta?

## O desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros

Uma tentativa de compreensão deve remontar ao final do século XV, quando teve início o ciclo moderno das grandes navegações e das grandes descobertas, que espalharam os navegadores, os missionários e naturalmente os comerciantes europeus pelos cinco continentes. Com as navegações, as descobertas e as conquistas que se seguiram, as potências européias da época — inicialmente Portugal e Espanha, depois também a Holanda, a Inglaterra e a França — dividiram entre si boa parte do mundo e organizaram o sistema colonial antigo baseado no domínio político direto e na exploração comercial, através do regime de clausura dos portos e monopólio do comércio exportador e importador, da pilhagem dos recursos naturais, das monoculturas de exportação e, por último, do iníquo tráfico negreiro.

Esta primeira expansão colonial, anterior ao aparecimento do modo de produção capitalista, teve por base econômica um sistema feudal-mercantil, isto é, a associação entre o capital comercial e o feudalismo eu-

ropeu já em transição; por base social, a aliança entre a nova burguesia mercantil e um setor da velha nobreza em declínio, e por instrumento político, os Estados monárquicos nacionais em formação, em geral absolutistas. Essa expansão colonial da Europa contribuiu, de maneira decisiva, para a constituição do mercado mundial, para a acumulação de gigantescos capitais comerciais e usurários no Velho Continente e para acelerar a formação de grandes contingentes de trabalhadores livres dos vínculos feudais mas também privados dos meios de produção — os três processos que criaram as condições para a revolução industrial e capitalista que marca o final do século XVIII na Europa.

Mas foi através dessa mesma expansão colonial européia que imensa parcela da humanidade, que habitava principalmente no sul do planeta, começou a ser submetida a uma posição subordinada no sistema político e econômico mundial, ocorrendo o morticínio das populações indígenas das Américas, o saque e a escravização dos povos africanos ou o entrave e a deformação no desenvolvimento de nações asiáticas milenares e, nesse período, ainda relativamente avançadas e prósperas, como a Índia e a China.

Entre 1775, ano em que Watts inventa a máquina a vapor, e 1870, marco da formação dos grandes monopólios capitalistas, o mundo atravessa um período de transição, caracterizado por uma evolução contraditória. Por um lado, registra-se a primeira crise no sistema colonial, com a série de lutas anticolonialistas ibéricas da América Latina. Mas, por outro lado, é a época em que surge e se consolida o novo modo de produção capitalista na Inglaterra; em que esse modo de produção se difundiu pela Europa, pela América do Norte e pelo Japão; em que o capitalismo passa de seu período inicial, competitivo, para a fase monopolista, entre 1860 e 1880; em que os monopólios transbordam de nacionais para internacionais; e em que, com base nesse transbordamento dos monopólios, entra em cena o imperialismo, que descercadeia, no final do século XIX, a segunda expansão colonial; o mundo inteiro é então repartido em colônias, ou esferas de influência das grandes potências.

Com o imperialismo, as formas de domínio político se diversificam, pois as potências imperialistas, embora continuem recorrendo ao colonialismo como método principal de subjugação até a II Guerra Mundial, sobretudo na África e no Extremo Oriente, passam a utilizar também os métodos neocoloniais do domínio indireto, da influência econômica e cultural, da aliança política com as classes dominantes locais, através dos quais submetem as nações formalmente independentes da América Latina, a China e certos países árabes. As formas de exploração econômica também se diversificam, pois, com o desenvolvimento da indústria e o aparecimento de capitais excedentes nos países avançados, a importância dos países atrasados, como se dizia então, aumenta não só

como mercados consumidores, mas também como fontes de matérias-primas e áreas de aplicação de capitais. Desta maneira, a exportação de mercadorias se acrescenta à exportação de capitais pelos países imperialistas, e à exploração comercial e fiscal antiga se soma a nova exploração financeira, através de empréstimos e investimentos diretos. Assim, os países que, no começo do século XX, por diversas razões internas, ainda não haviam realizado sua revolução industrial e capitalista, foram consolidados numa posição dependente e complementar dentro do novo sistema econômico mundial que então se constituiu: o capitalismo imperialista. E por isso, mesmo alguns desses países, que depois conheceram certo grau de industrialização, como este processo se faz sem ruptura com o sistema imperialista mundial, não conseguem alterar sua posição estrutural dentro do sistema, e apenas acrescentam a seu antigo papel de complementação agrário-mineral das economias desenvolvidas um novo papel de complementação industrial. O que indica que, na nova época histórica, a industrialização independente e o desenvolvimento pleno dos países coloniais e dependentes não mais serão possíveis sem mudanças políticas e sociais muito mais profundas do que as que foram suficientes para a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão no século XIX.

## Da luta dos povos subdesenvolvidos à dos países subdesenvolvidos

Naturalmente, a formação do sistema capitalista mundial que levou, simultaneamente, as nações da Europa, os Estados Unidos e o Japão a se tornarem capitalistas e desenvolvidos, e os países da Ásia, da África e da América Latina a se tornarem subdesenvolvidos, não se fez sem forte oposição da classe operária nascente e dos povos prejudicados.

Ao contrário do que a historiografia oficial leva a acreditar, a colonização e a escravização dos povos subdesenvolvidos não se fez sem uma resistência ininterrupta e cada vez mais poderosa. As rebeliões indígenas, as insurreições de escravos, as guerras de independência, as revoltas camponesas, e mesmo revoluções, como as de 1910 no México e de 1911 na China, o atestam.

O surgimento do imperialismo só aprofundou esta prolongada resistência dos povos subdesenvolvidos à sua opressão política e à espoliação de seu trabalho e dos recursos naturais de seus países. No início do século XX, a luta popular contra o imperialismo tomou um impulso ainda maior, não só pelo exemplo de novos caminhos de desenvolvimento e relacionamento internacional que se abriram, com a vitória da Revolução de Outubro, na Rússia, em 1917, mas também pela possibilidade de contar com apoios até então inexistentes.

No entanto, até o fim da II Guerra Mundial, não se pode falar na abertura, no Terceiro Mundo, de uma frente diplomática de resistência ao lado da frente popular interna. A maioria dos países africanos e asiáticos esta-

vam submetidos à dominação colonial. E mesmo os países subdesenvolvidos que já eram formalmente independentes, como ocorria na América Latina, encontravam-se rigidamente alinhados com alguma grande potência e não constituíam um polo diplomático autônomo. Foi depois de 1946 que esse panorama passou a sofrer alterações.

Em primeiro lugar, porque, com a vitória de revoluções populares na China, no norte da Coreia e no norte do Vietnã, esses países completaram as transformações anticolonialistas e anti latifundiárias e iniciaram a construção do socialismo.

Em segundo lugar, porque vários países asiáticos e africanos se livraram do jugo colonial, como a Índia ou a Indonésia, ou de monarquias conservadoras como o Egito, e em vários deles foram estabelecidos governos nacionalistas, partidários de certas reformas sociais e de uma política externa independente.

Em terceiro lugar, porque, com o aprofundamento da luta dos povos subdesenvolvidos, a crise na hegemonia mundial dos Estados Unidos e o agravamento das dificuldades econômicas dos países pobres, houve uma tendência inevitável para que mesmo os governos dos países onde não se observaram mudanças nas bases sociais do Estado, tendessem a uma política mais autônoma em relação às grandes potências e a uma posição mais reivindicativa na reorganização do sistema imperialista mundial.

Tendo por moldura esses processos, é que se foram constituindo os blocos diplomáticos do que passou a chamar-se o Terceiro Mundo, começando pela formação do grupo afro-asiático e pela revitalização da Liga Árabe nos anos 50, ampliando-se com a constituição do grupo não-alinhado em 1961, da Organização de Unidade Africana em 1963, e avançando para a constituição de um grupo de mais de 100 países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina a partir das Conferências sobre o Desenvolvimento e o Comércio promovidas pela ONU. Até onde pode ir a unidade diplomática desses países subdesenvolvidos? Como relacionar sua atuação com a luta dos povos subdesenvolvidos que prossegue?

## Terceiro mundo sem terceiro-mundismo

Depois da Conferência de Bandung, houve quem exagerasse a unidade dos países subdesenvolvidos. Foi então que se difundiu a expressão "Terceiro Mundo" num sentido originalmente incorreto, pois os países subdesenvolvidos não formavam um "terceiro mundo" isolado do mundo capitalista e do socialista, mas faziam parte do mundo capitalista, representavam historicamente a sua periferia. Por isso, também careciam de base real as pretensões de que o "Terceiro Mundo" pudesse formular uma "terceira via" de desenvolvimento entre o capitalismo e o socialismo e fugir assim à opção que afinal nossa época impõe a qualquer país.

Hoje, em contrapartida, a tendên-

cia é para se negligenciar as características comuns, que distinguem os países subdesenvolvidos dos países desenvolvidos, capitalistas ou socialistas. Com isto se nega, corretamente, a possibilidade de uma "ideologia terceiro-mundista", mas se omite a possibilidade de uma ação diplomática comum dos países subdesenvolvidos, mesmo como estão constituídos atualmente, em torno de alguns objetivos imediatos, como a oposição ao colonialismo ou ao racismo, o combate ao intercâmbio desigual ou a defesa do mar territorial de 200 milhas.

O correto seria compreender que os países do Terceiro Mundo tanto apresentam traços comuns quanto distintos. As características comuns mais importantes são o atraso econômico em relação aos países industrializados e a dependência política e econômica em que se encontram ou se encontraram em relação a países

industrializados, dependência que está, como se viu, na origem de seu subdesenvolvimento relativo. Mas, ao mesmo tempo, eles se distinguem pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, por suas formações econômico-sociais (há países subdesenvolvidos socialistas e países subdesenvolvidos capitalistas ou pré-capitalistas) e acima de tudo pelo estágio em que se encontra seu movimento de libertação nacional e social.

Desse último ponto de vista, é possível agrupá-los, inicialmente, em países que ainda se encontram sob domínio colonial, um grupo hoje muito reduzido, e países já formalmente independentes. Estes, por sua vez, podem ser distribuídos, em traços gerais, em países sob governos oligárquicos-conservadores e que aplicam uma estratégia de desenvolvimento capitalista dependente; países sob governos nacionalistas bur-

gueses, reformistas ou revolucionários, que tentam levar à prática uma estratégia de desenvolvimento capitalista autônomo; países sob governos populares revolucionários, que seguem uma estratégia de desenvolvimento socialista e independente.

É claro que, entre países assim tão distintos, só pode haver uma unidade diplomática limitada, em torno de alguns objetivos convergentes e mais imediatos. Esta unidade, porém, evita o isolamento diplomático dos países subdesenvolvidos mais progressistas; divide e debilita o campo imperialista; pode aliviar dificuldades políticas e econômicas dos países subdesenvolvidos, mesmo que temporariamente; em certa medida, contribui para a conscientização dos povos subdesenvolvidos; e pode ainda reforçar o apoio diplomático à luta de libertação dos povos de certos países subdesenvolvidos, como ocorre atualmente com o apoio à OLP ou

aos movimentos negros do sul da África.

No entanto, é claro que, em perspectiva e de forma coerente, não pode haver uma estratégia comum a todos os países subdesenvolvidos atuais. Por isso, por mais importância que tenha a frente diplomática dos países subdesenvolvidos, o problema de sua emancipação e de seu desenvolvimento é essencialmente interno e terá de ser resolvido, independentemente, pelo povo de cada país. E se algum ensinamento deve ser extráido da longa experiência de sofrimento e de luta dos povos do Terceiro Mundo é o que pode ser contido na seguinte lei: quanto maior é a participação popular no poder político e na vida econômica e cultural de um país subdesenvolvido, mais possibilidade ele tem de assegurar sua independência e promover seu desenvolvimento efetivo e continuado. 9-VII-76

## 2. DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL

Um falso dilema

As lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de emprego e por sua libertação nacional e social conseguiram vitórias expressivas nos últimos 30 anos, especialmente nos países subdesenvolvidos. Com essas vitórias, mudou a feição do mundo, alterou-se substancialmente a correlação de forças internacional. Surgiu um grupo de países empenhados na construção do socialismo. Quase todas as colônias das grandes potências se emanciparam. Aprofundou-se a luta dos povos e dos países subdesenvolvidos para defender sua independência política e acelerar seu desenvolvimento econômico. Os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos, conseguiram, em geral, melhorar sua situação econômica, fortalecer sua organização sindical, ampliar sua influência na vida política. As próprias contradições entre os países e os grupos imperialistas se acentuaram, dificultando sua ação conjunta. É certo que houve também insucessos na caminhada dos trabalhadores. A partir dos anos 60, o campo socialista se desagregou e o movimento operário se dividiu novamente. Em vários países, o movimento democrático e anti-imperialista sofreu derrotas pesadas. No entanto, apesar das dificuldades, dos vai-e-vens, a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos dependentes continuou crescendo.

Justamente por isso, vem ressurgindo, em todo o campo imperialista, as tendências históricas para as guerras de agressão e para os regimes fascistas. Um exemplo da primeira tendência foi a guerra obstinada que os Estados Unidos sustentaram contra a resistência popular no Vietnã, no Laos e no Camboja. Exemplos da segunda tendência são os regime repressivos da Indonésia ou do Chile. Mesmo nos países capitalistas de regime político ainda predominantemente livre observam-se claros sinais de um quadro de transição: reforça-se, por um lado, a mobilização e a

participação popular, difundem-se as idéias progressistas; mas, por outro lado, prega-se abertamente a necessidade de restringir as liberdades democráticas e as garantias constitucionais dos cidadãos, reorganizam-se grupos fascistas, retrocedem-se conquistas históricas. Na Inglaterra, introduziram-se modificações restritivas na legislação sobre o direito de greve e a liberdade sindical. Na Alemanha, sucedem-se as perseguições por motivos ideológicos nos meios universitários e científicos. Nos Estados Unidos, descobrem-se os graves desmandos cometidos pelos organismos de espionagem e polícia.

Tais métodos agravam as dificuldades dos trabalhadores para elevar sua consciência política e sua organização e para tomarem parte nas decisões nacionais. Contudo, reforçam por outro lado o movimento em defesa das liberdades democráticas e da integridade dos presos políticos, atraindo para ele novos setores sociais e políticos. É neste contexto que se explica a importância que assumiram, nos últimos anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pelas Nações Unidas em 1948, e atividade, de cunho liberal e humanitário, de instituições como o Tribunal Bertrand Russel, a Anistia Internacional, a Associação de Cristãos pela Abolição da Tortura e outras.

### Defesa dos direitos humanos ou da hegemonia americana ?

Os Estados Unidos, por serem a nação imperialista hegemônica, foram naturalmente os primeiros a serem atingidos pelo avanço do movimento democrático e anti-imperialista e mesmo pelo acirramento nas disputas comerciais e políticas entre as grandes potências. Externamente,

não lograram impor sua vontade na Coreia, em Cuba, na Indochina e, mais recentemente, nas antigas colônias portuguesas da África. Internamente, viram crescer uma oposição popular e liberal, a partir do movimento pelos direitos civis dos negros, a que se seguiram os movimentos pela paz na Indochina, contra os métodos ilegais de governo exemplificados no incidente de Watergate e, por último, contra as interferências da CIA e das corporações americanas na vida de outras nações. Aos embaraços políticos vieram somar-se as dificuldades de uma nova crise, em andamento, na economia capitalista mundial. E assim, apesar de todo o seu poderio bélico, viu-se o velho Tio Sam empurrado, pouco a pouco, para uma situação de defensiva, interna e externa.

Foi então que os seus estrategistas políticos imaginaram que uma forma de os Estados Unidos refazerem sua "autoridade moral" e recuperarem o apoio interno e a iniciativa externa seria a de se apropriar da bandeira dos "direitos humanos" e desfaldá-la com vigor. A bandeira dos "direitos humanos" se prestava a essa operação política por sua origem liberal e por ser, em si mesma, ambígua; centrada em definições genéricas e abstratas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser objeto de mais de uma interpretação e um país de regime político ainda predominantemente liberal, como os Estados Unidos, pode muito bem usá-la para colocar em apuros a regimes tão distantes do liberalismo como o soviético ou os de muitos países do incómodo bloco diplomático do Terceiro Mundo. A bandeira serviria, além do mais, para atrair a simpatia de importantes setores do movimento democrático, dentro e fora dos EUA. Argumentavam os estrategistas americanos: se a URSS ganhava pontos apresentando-se como advogada da "independência nacional", e da "solidariedade antiimperialista" os EUA se apre-

sentariam como "campeões da paz, da democracia e dos direitos humanos". O presidente Carter explicou numa entrevista coletiva no dia 9 de março: "É muito conveniente que nosso país adote uma posição de líder e que o mundo possa dizer que o foco da compreensão e proteção dos direitos humanos está nos EUA".

### No fundamental, nada mudou

A campanha de Carter em defesa dos "direitos humanos" não é, portanto, ditada por "considerações morais ingênuas", ou por "inexperiência administrativa" ou por uma "diplomacia improvisada". A tática da utilização dos direitos humanos foi esboçada já na administração Ford, começou a ser posta em prática pela delegação americana nas Nações Unidas e apenas encontrou na figura do pastor batista Jimmy Carter, cercado por outros pastores evangélicos, o líder apropriado e decidido a levá-la adiante. É um erro querer analisar a política americana a partir das palavras estudadas ou das intenções, generosas ou não, de Jimmy Carter, Andrew Young e Brady Tyson, por exemplo. O caminho apropriado é o inverso. É necessário partir da estrutura sócio-econômica dos Estados Unidos, país capitalista monopolista, de sua posição imperialista no mundo, da crise que atravessa sua hegemonia interna e externamente, para entender o papel desempenhado por Carter, sejam quais forem suas intenções subjetivas. Os EUA, a menos que passem por transformações sociais profundas, não podem defender os direitos democráticos dos trabalhadores e dos povos dos países dependentes, ou a liberdade de ação das correntes políticas que os representam e por isso se opõem ao imperialismo norte-americano. O sentido geral da política de Carter é imperialista, não democrático.

Internamente, prossegue a crise econômica e a elevada taxa de desemprego; não é o emprego um dos

direitos fundamentais proclamados na Declaração das Nações Unidas? E as desigualdades sociais gritantes? E a dura repressão ao movimento negro e estudantil - já foram punidos os responsáveis? Carter aceitará dissolver a CIA, como reclamam os setores mais consequentes do movimento democrático americano? Não; Carter procura apenas confundir esses setores; falsifica a bandeira dos direitos democráticos dos povos, que eles levantaram com razão contra a guerra do Vietnã ou pelos direitos civis dos negros americanos, por exemplo.

No plano internacional, retirada a retórica dos "direitos humanos", fica patente que nada mudou na estratégia fundamental dos EUA e em seu caráter intervencionista. Carter aceita o compromisso de não serem os EUA os primeiros a usarem armas nucleares? Pretende retirar as bases, as frotas e as tropas que os EUA mantêm no estrangeiro? Está disposto a reconhecer o direito do povo portorriquenho à independência, o direito de o Panamá governar soberanamente na zona do Canal? Está decidido a retirar qualquer apoio aos regimes racistas? Aceita uma redistribuição da riqueza e do poder político mundiais a favor dos países pobres?

Bem ao contrário. Discursando para os funcionários do Pentágono, em 3 de março, Carter fez uma profissão de fé hegemônica e garantiu que, enquanto ele estiver na Casa Branca, os EUA nunca terão um poder inferior ao de qualquer outro país. Numa entrevista coletiva, a 9 de março, aludindo ao Oriente Médio, esclareceu que um acordo de paz deve implicar em "uma retirada substancial de Israel dos territórios ocupados" em 1967, mas também na atribuição a Israel de "fronteiras defensáveis"; portanto não só omitiu completamente os direitos nacionais do povo palestino, que constituem o problema básico do Oriente Médio, como nem sequer apoiou as justas reivindicações do Egito e da Síria pela devolução integral de seus territórios ocupados à força por Israel em 1967. Sobre o que pensa das reivindicações econômicas dos países subdesenvolvidos, Carter deu uma idéia ao aconselhar, por uma cadeia de rádio e televisão, que "a melhor maneira de provocar uma redução no preço do café nos EUA é reduzir o consumo desta bebida". Sobre a ajuda aos países pobres, discorreu assim no mesmo programa: "Só gastamos 0,3% do nosso PIB em ajuda externa, o que é a metade do que outros países, como a França e a Alemanha, dedicam a isso. Não quero, necessariamente aumentar esta proporção. Acho que nosso atual nível de ajuda externa é adequado". E elucidando mais: "Ao invés de dar presentes, o que é ruim como filosofia básica, sou favorável a contribuir para o capital das instituições internacionais de empréstimos. Teremos melhor retorno de nosso capital. Pela minha própria experiência nesse assunto, sei que o FMI e o Banco Mundial são bastante rigorosos com os países que recebem o empréstimo. Forçam esses países a equilibrar seus orçamentos, muitas vezes ajudando a eliminar a corrupção, fazem-nos avaliar cuidadosamente suas políticas comerciais. Portanto, a prática de empréstimos é melhor que a de doações na questão da ajuda externa".

O governo Carter não está, como se viu, empenhado em defender os direitos econômicos e políticos dos

trabalhadores e dos países pobres. Preocupa-se com os interesses e com a "imagem" dos EUA. Tenta reconstruir a unidade interna do país e recuperar sua iniciativa internacional, para salvaguardar a hegemonia americana. Com o mesmo propósito, procura fortalecer, no Leste europeu e nos países subdesenvolvidos, as correntes liberais aliadas dos Estados Unidos.

Este sentido imperialista de sua política é tão forte que o próprio método com que o governo americano pretende defender os "direitos humanos" é intervencionista e arrogante. Carter escreveu em sua carta ao físico soviético Andrei Sakharov: "O povo americano e nosso governo continuarão seu firme compromisso de promover o respeito pelos direitos humanos não apenas em nosso país mas também fora dele".

### Defesa do socialismo?

Uma das consequências nocivas da campanha de Carter é que ela pode prejudicar a genuína luta dos trabalhadores por seus direitos democráticos. E o que pode acontecer na União Soviética e no Leste europeu.

A campanha de Carter está dirigida principalmente contra a URSS. Seu propósito básico é colocar o regime soviético na defensiva e incentivar sua divisão interna.

A avaliação da sociedade soviética é um dos pontos mais controvertidos da atualidade internacional. Para os que sustentam, como os dirigentes soviéticos, que a URSS é um país socialista avançado, as acusações do governo americano e o movimento dos dissidentes russos representam uma conspiração reacionária e anti-socialista.

Outras correntes políticas, como os Partidos Comunistas oficiais da Itália, da Espanha, da França, embora apoiem a URSS como um país socialista, opinam que o regime vigente neste país está marcado por deformações burocráticas e autoritárias. Para essas correntes, o socialismo seria perfeitamente compatível com as liberdades democráticas, como são entendidas e praticadas nas democracias liberais do Ocidente; assim sendo, os dissidentes liberais do Leste europeu não ameaçariam, antes favoreceriam o aprimoramento do socialismo.

No extremo oposto, outras correntes opinam que a URSS deixou de ser um país socialista; o socialismo teria sido substituído por uma modalidade de capitalismo burocrático de Estado; e tratando-se de um país avançado e poderoso, a URSS estaria hoje empenhada num esforço expansionista, de caráter imperialista. Para os que pensam assim, socialismo e democracia liberal não poderiam coexistir; mas o socialismo também não sobreviveria sem garantir os direitos democráticos dos trabalhadores e sem promover sua participação cada vez maior na vida política, econômica e cultural dos países socialistas. É a posição proclamada pelos Partidos Comunistas da China e da Albânia, por outros partidos comunistas menores e por grupos de intelectuais como o de Charles Bettelheim na França, ou de Paul Sweezy, nos Estados Unidos. Para esses, há vários tipos de opositores soviéticos: revolucionários lutando pela restauração do socialismo; opositores que refletiriam os protestos de minorias nacionais que se julgam marginalizadas e oprimi-

das; e dissidentes anti-socialistas, que não cogitam de apelar para a força de seus próprios povos, que depositam suas esperanças nas pressões diplomáticas das grandes potências capitalistas do Ocidente, mas que, afinal de tudo, seriam liberais e pacifistas que condenam os métodos autoritários do governo soviético e os riscos de sua política externa; nesses limites, argumentam os defensores deste tipo de análise, poderiam cumprir um papel positivo durante algum tempo.

Qual é a análise mais justa do ponto de vista dos trabalhadores e dos povos dos países dependentes? Não é a intervenção de Carter que deslindará essas linhas cruzadas.

### Defesa da soberania nacional

A ingerência do governo americano pode ainda distorcer a luta dos povos subdesenvolvidos por suas liberdades democráticas.

A campanha do governo Carter não teria autoridade moral, nem atrairia a simpatia do povo americano se não investisse também contra os governos de países aliados dos Estados Unidos que desrespeitam as liberdades democráticas e a integridade de seus opositores presos. Já que não pode evitar tomar uma posição, o governo Carter procura fazê-lo com tato, com moderação. Manteve a ajuda econômica a todos os países aliados. Confirmou a ajuda militar para a maioria. Apenas reduziu a ajuda para alguns países e a cancelou para um grupo ainda menor. Quanto aos relatórios encaminhados pela Presidência ao Congresso americano sobre a situação dos direitos humanos nos países que solicitaram ajuda militar dos Estados Unidos, representam um bom exemplo da concepção tendenciosa que o governo Carter tem desses direitos. Os relatórios justificam, mais do que condenam, as violações. Enquanto regimes repressivos como os da Coreia do Sul, da Indonésia e da Tailândia são classificados como "parcialmente livres", a Etiópia, por estar se afastando da esfera de influência americana, é incluída entre os "países não-livres". Isso demonstra como quaisquer iniciativas que pretendam assegurar a liberdade ou a independência dos povos subdesenvolvidos, passando por cima deles, por mais "humanitárias" ou "internacionalistas" que pareçam, só podem conduzir a novas modalidades de controle imperialista.

O Chile ilustra um dos resultados da interferência americana. Os militares chilenos, que não recusaram a ajuda do governo e das grandes empresas americanas para destituir o governo constitucional de Allende, agora invocam os princípios da soberania e da não-intervenção para resistir às pressões de Carter. Mas a política de um governo não é uma colcha de retalhos, não pode ser julgada por atos isolados. Tem unidade e deve ser avaliada em função de seu sentido geral. A defesa da soberania nacional é compatível com um modelo de desenvolvimento baseado na participação essencial dos capitais, da tecnologia e dos mercados externos? É compatível com a soberania nacional uma política externa fundada na divisão do mundo em blocos político-militares e na adesão a um desses blocos? Acima de tudo, na época contemporânea, a soberania dos países subdesenvolvidos pode ser defendida efetivamente

sem a participação decisiva das forças populares na vida política, econômica e cultural desses países?

A autêntica segurança nacional não pode desvincular-se do estabelecimento de um regime democrático avançado, alicerçado na ativa participação das camadas populares e, portanto, no respeito aos direitos econômicos, políticos e culturais da gente simples e de seus representantes. A luta pela soberania nacional e pela igualdade de direito de todos os países, por um desenvolvimento econômico independente e voltado para a elevação do nível de vida dos trabalhadores exige a participação das camadas populares e que elas possam exercer plenamente suas liberdades de opinião, de reunião e de associação. Não há, porém, outro caminho para os trabalhadores levarem adiante essa luta se não o de se apoiar principalmente em seus próprios esforços, em sua ação independente.

Isto não elimina, é claro, a solidariedade entre os povos. As lutas populares de vários países se apóiam e se estimulam mutuamente. Os povos têm sempre o que aprender uns dos outros. A ajuda recíproca é indispensável, inclusive entre o povo americano e soviético. Na atual quadra de graves restrições às liberdades democráticas e aos direitos dos presos políticos, é valiosa também, a atuação de entidades de caráter amplo e liberal.

Por último, mesmo a ação diplomática dos Estados pode ser legítima e benéfica, desde que se faça sob condições e dentro de certos limites. O princípio básico é que cada povo deve decidir seu próprio destino e libertar-se por si mesmo. Em segundo lugar, vem a mútua ajuda entre os povos. Quanto às relações entre os Estados, têm outra natureza. Neste caso, os princípios fundamentais que devem reger são os do respeito mútuo à soberania e à integridade territorial de não agressão recíproca, de não intervenção nos assuntos internos de cada país, a ação diplomática dos Estados progressistas, portanto, deve ter por objetivo prioritário o princípio de não intervenção, a fim de quebrar a política imperialista de ingerência e controle e favorecer a auto determinação de cada povo e o desenvolvimento independente e multilateral de todos os países. Contudo, o princípio de não intervenção não é absoluto. Está vinculado ao de auto determinação popular. E a Revolução sobre o Genocídio, adotada pelas Nações Unidas reconhece a existência de crimes contra toda a humanidade, que justificam a aplicação de sanções internacionais. Por outro lado, entre os propósitos constitutivos das Nações Unidas, figuram não só o de "preservar a humanidade do flagelo da guerra", mas também o de promover os direitos fundamentais do homem e o progresso social. E os Estados Membros, ao subscreverem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, se comprometeram a cumprir-la "em cooperação com a Organização das Nações Unidas".

Portanto, no caso de ocorrerem violações graves e sistemáticas a direitos fundamentais por um governo, justifica-se a ação coletiva dos Estados Membros contra o governo transgressor. Porém, ainda nesta hipótese, o objetivo não deve ser o de substituir o povo do país, mas precisamente o de apoiar e incentivar sua ação independente.

# 3. O DIREITO AO MAR

A briga por uma nova partilha dos mares e oceanos

**E**stá reunida em Nova York, desde 15 de março a 7 de maio, a 4ª Sessão da III Conferência sobre o Direito do Mar, promovida pelas Nações Unidas. Participam os 156 países membros da ONU, dos quais aproximadamente 115 são considerados subdesenvolvidos. A 1ª Sessão da atual Conferência foi realizada em Nova York, em 1973, e limitou-se a acertar o temário e o regimento das negociações. A 2ª Sessão celebrou-se em Caracas, em 1974, e serviu para esclarecer as posições de princípio das delegações participantes. A 3ª Sessão, ocorrida em Genebra, em 1975, passou às negociações concretas, possibilitando que fossem elaborados os anteprojetos de convenções que serão agora debatidos. Anteriormente, a ONU já organizara duas outras Conferências sobre o Direito Marítimo: a primeira, em Genebra, em 1958, e a segunda, ainda em Genebra, em 1960. No entanto, apesar dessa prolongada disputa diplomática e dos resultados parciais que possam ser obtidos em Nova York, a luta dos povos e dos países subdesenvolvidos por um novo Direito do Mar terá que prosseguir se eles quiserem de fato salvaguardar sua segurança e suas riquezas naturais, garantir a exploração conjunta do alto-mar em benefício de toda a humanidade e terminar com a hegemonia marítima das grandes potências.

## A importância do mar

A importância econômica e militar dos mares e oceanos é cada dia maior; por isso a disputa pelo seu controle e utilização se torna mais e mais acirrada. Os mares e oceanos representam 70% da superfície do globo. Já na pré-história começaram a ser usados como a via mais fácil de comunicação e como fonte importante de alimentos. Hoje 90% dos transportes mundiais são feitos por mar. Do mar os homens retiram anualmente milhões de toneladas de pescado. E nos últimos anos, enquanto as reservas continentais de combustíveis e minérios se esgotam, vai-se descobrindo que recursos naturais imensos ainda estão guardados no solo e no subsolo dos mares e oceanos. Uma parcela crescente do petróleo mundial já é extraída de poços submarinos. Do fundo do mar já se retira ferro na Finlândia, carvão no Canadá, enxofre nos Estados Unidos, diamantes na África do Sul, estanho na Indonésia. Enormes jazidas de fosfato foram localizadas ao longo da América, da África e da Austrália. Foram descobertos também bilhões de nódulos polimetálicos, estranhas "batatas" enegrecidas que atapetam o leito dos oceanos e são formadas por manganês, níquel, chumbo, cobre, ferro, cobalto. Os nódulos, o lodo metalífero dos mares quentes e os veios metalíferos em cadeias de montanhas submersas representam novas e surpreendentes fontes de minérios cada vez mais raras nos continentes. Há ainda os minerais em suspensão nas águas marítimas e a possibilidade de transformar muitas plantas submarinas em preciosos alimentos.

E como se não bastasse essa potencialidade econômica redobrada, os

mares e oceanos conservam todo o seu valor estratégico, pois continuam sendo a principal via de transporte e comércio entre os continentes e permanece de pé o aforismo de que "quem controla os mares, controla o mundo". É fácil entender por que se trava há séculos uma luta inflamada pelo controle dos mares.

## O velho Direito do mar

Esta luta, naturalmente, se intensificou com a expansão das navegações e a chegada dos europeus a novos continentes a partir do século XV. As grandes potências da época, as cidades italianas até o fim do século XV e a Espanha e Portugal até meados do século XVI, tentaram se apropriar dos oceanos e dos mares interiores para seu uso exclusivo. Veneza quis exercer a soberania sobre o mar Adriático. E em 1494 uma bula do papa Alexandre IV dividiu os oceanos entre as coroas católicas da Espanha e Portugal. Com base nessa bula, os colonizadores portugueses pretenderam impedir que outras nações comerciassem no Oceano Índico. Pregava-se então o princípio do "mare clausum" (mar fechado), que advogava a submissão dos mares inferiores e de vastas extensões do alto-mar à soberania de certos Estados.

Mas a "revolução comercial" se propagava pela Europa e logo novas potências, como a Holanda, a França, a Inglaterra, entravam na competição pelo mercado mundial e pelos oceanos, numa guerra em que não faltaria sequer o recurso à pirataria oficiosa, como a história do Brasil registra. Passando da nova prática a uma nova teoria, o jurista holandês Hugo Grotius, no século XVII, levantaria contra a doutrina do "mare clausum" o princípio oposto do "mare liberum" (mar aberto), o qual preconizava a internacionalização dos mares, reservando-se apenas uma faixa costeira ao domínio dos Estados litorâneos. Para isso propunha a distinção, até hoje vigente, entre o *mar territorial*, sobre o qual o país ribeirinho exercia sua soberania de acordo com o princípio "a terra domina o mar", e o *alto-mar*, para o qual defendia o regime de liberdade de navegação e de pesca, naturalmente para os países que pudessem praticá-las... A estas liberdades se acrescentariam nos séculos XIX e XX os direitos de colocar cabos e oleodutos e de sobrevoar.

A doutrina de Grotius foi levada adiante, no século XVIII, por outro jurista holandês, Cornelius van Bynkershoek, que introduziu o critério do "alcance de um tiro de canhão" para delimitar o mar territorial, conforme o princípio de que "o poder da terra" termina onde termina "o poder das armas". Baseando-se na tecnologia militar da época, o italiano Ferdinando Galiani calcularia esse "alcance" em três milhas. Com isto estava delineado o velho Direito Marítimo, baseado no princípio da "liberdade dos mares" para as grandes potências, com exceção de um pequeno mar territorial de 3 milhas para países costeiros. Ainda assim, esses países deviam reconhecer o "direito de livre passagem inocente" pelo seu mar territorial aos navios de

comércio das grandes potências; só o trânsito dos navios de guerra estaria sujeito a autorização; e os estreitos, mesmo que não ultrapassassem 3 milhas, eram considerados vias internacionais.

A medida que a Inglaterra, senhora da indústria e dos mares a partir do final do século XVIII, firmou sua supremacia mundial, este regime marítimo desigual se impôs, acabando por ser aceito pelas outras potências. No século XX, a Alemanha primeiro e depois os Estados Unidos disputariam com a Inglaterra a hegemonia dos oceanos, mas sempre dentro da regra áurea de ampla liberdade da navegação, pesca, pesquisa e espionagem para as nações mais fortes.

Se o Direito Marítimo sistematizado a partir de Grotius passou da época do capitalismo comercial e do antigo colonialismo à época do capitalismo industrial e do imperialismo, e chegou quase incólume até 1958, é porque ele se revelou um valioso instrumento de colonialismo e neocolonialismo, favorecendo a expansão militar e o desenvolvimento unilateral de um grupo restrito de nações poderosas às custas da maioria das nações ribeirinhas, que ficavam apenas com uma faixa estreita e vulnerável de mar territorial, e às custas também dos países sem litoral que se viam privados de quase todos os benefícios que os mares podem proporcionar.

No entanto, uma série de transformações iniciadas com a II Guerra Mundial iria desencadear a briga atual por uma nova partilha dos mares, que se distingue das brigas anteriores porque não se processa mais entre as grandes potências, mas se trava primordialmente entre elas e os países subdesenvolvidos, inclusive os países socialistas subdesenvolvidos.

## A luta por um novo Direito Marítimo

Essas transformações foram de dupla natureza. Por um lado, ocorreu um desenvolvimento extraordinário nos transportes marítimos e nas frotas de guerra. A pesca saltou do estágio artesanal e aleatório, em que se encontrava há milênios, para uma fase industrial e científica, em grande escala, que arrisca extinguir espécies inteiras de peixes. Apareceram novas possibilidades de exploração do fundo do mar, estimuladas mais ainda pela escassez crescente de combustíveis e minérios. E essa corrida desordenada aos mares, somando-se a todo tipo de despejo que é arremessado em suas águas, originou terrível poluição que ameaça os oceanos com um desequilíbrio ecológico profundo. Desta maneira, se as possibilidades de aproveitamento econômico do mar são alentadoras, é sério o risco de uma ação espoliativa e predatória por parte das grandes potências e das empresas multinacionais, o que agravaria as condições de vida já penosas da maioria da humanidade.

Ora, enquanto essas transformações técnicas e econômicas se sucediam, um número cada vez maior de países subdesenvolvidos conquistavam a independência estatal e lançavam-se à luta por sua emancipação econômica. Era inevitável que, na

defesa de sua soberania marítima, empurrados por seus povos, eles se chocassem com as pretensões políticas e econômicas das grandes potências.

A luta por um novo Direito Marítimo foi iniciada pelos países latino-americanos. Já em 1947 o Peru estabelecia uma "zona de pesca" de 200 milhas sob sua jurisdição. Em 1952, a Declaração de Santiago assinada pelo Chile, Peru e Equador, proclamava a extensão das águas territoriais desses países a 200 milhas marítimas. Os barcos estrangeiros que desrespeitavam essa Declaração, começaram a ser apreendidos e multados. E assim irrompeu em 1956 a primeira "guerra do atum" entre os EUA e o Peru. Em 1958, a luta se estendeu à Europa com a "guerra do bacalhau" entre a Inglaterra e a Islândia, que se prolonga até hoje.

Foi neste contexto que a ONU convocou sua I Conferência sobre o Direito do Mar, em 1958. Os países subdesenvolvidos obtiveram então sua primeira vitória, pois a Conferência reconheceu o direito dos países ribeirinhos à exploração exclusiva do solo e do subsolo de sua "plataforma continental", definida como área "adjacente à costa até à profundidade de 200 metros". No entanto, os países subdesenvolvidos independentes ainda eram poucos e a Conferência foi manipulada pelas grandes potências, sendo reafirmado que "o mar territorial e a zona contígua" não poderia estender-se "além de 12 milhas". Em consequência, os choques prosseguiram. E em 1960 se celebrou a II Conferência; ainda controlada pelas grandes potências mas já enfrentando uma resistência crescente dos países pobres, a Conferência não chegou a nenhum acordo importante, tendo apenas reconhecido, em princípio, o direito dos países ribeirinhos a fixar uma "zona de pesca" sob sua jurisdição.

A partir daí se multiplicaram as "guerras" em salvaguarda dos cardumes: a "do atum" entre os EUA e o Japão, a "do arenque" entre a Noruega e a Guatemala e até uma "guerra da lagosta" entre a França e o Brasil, em 1963. Ao mesmo tempo, alargava-se a frente diplomática de apoio aos direitos marítimos dos países subdesenvolvidos. Em 25 de março de 1970, o Brasil ampliou seu mar territorial para 200 milhas. Em 8 de maio de 1970, em Montevideo, 9 países latino-americanos aderiram à tese das 200 milhas. Em 7 de junho de 1971, em São Domingos, os países das Caraíbas preconizaram o direito de cada país ribeirinho a delimitar, além de seu mar territorial, um "mar patrimonial" que não ultrapassasse de 200 milhas. Finalmente, em novembro de 1971, 77 países subdesenvolvidos reunidos em Lima proclamaram em conjunto o direito dos países costeiros a determinarem, soberanamente e em função de suas condições particulares, um mar territorial até 200 milhas.

Ao mesmo tempo, numerosos países da Ásia, África e mesmo da Europa iam estendendo suas águas territoriais de 3 milhas para 4, 6, 9, 12, 50 e até 200 milhas. Introduziram também a nova figura de *zonas econômicas exclusivas* entre o mar territorial e o alto-mar. E novos problemas vi-

nham enriquecer a pauta de revisões. Em 1967, Malta propôs à ONU que o fundo dos oceanos fosse declarado "patrimônio comum da humanidade" e fosse explorado por um organismo internacional. Em 1971, a Malásia, Singapura e Indonésia declararam assumir em comum o controle dos estreitos de Maláca e de Singapura; e o Panamá passou a reclamar a devolução de seu Canal controlado pelos EUA. A Argélia levantou a tese, que encontra cada vez mais ressonância, de que "o Mar Mediterrâneo deve pertencer aos países mediterrâneos", e Sri-Lanka propôs que o Oceano Índico fosse declarado "uma zona de paz" e dele fossem retiradas todas as bases e frotas das grandes potências. A convocação de uma nova Conferência Internacional sobre o Direito Marítimo tornou-se, assim, inevitável.

### Situação atual

Hoje, EUA e URSS insistem que o mar territorial não ultrapasse 12 milhas e que a navegação pelo alto-mar continue sem restrições; mas já admitem a criação de uma "zona econômica exclusiva" até 200 milhas. Defendem, porém, que os direitos desta zona sejam limitados à pesca, ao petróleo e aos minérios, e não impeçam a passagem de seus submarinos e navios de guerra. Os EUA buscam paralelamente tornar inócua a ampliação do mar territorial dos países subdesenvolvidos através de acordos de pesca e de inversões estrangeiras na plataforma continental. Quanto ao fundo dos oceanos, os EUA e a URSS já aceitam uma "autoridade internacional" para administrá-los; mas os EUA propõem que ela se restrinja a conceder licenças de exploração a companhias privadas, enquanto a URSS sugere que esta entidade seja soberana sobre as empresas privadas mas não sobre as estatais. Quanto aos estreitos, tanto os EUA como a URSS reivindicam o direito de livre

trânsito e opõem-se ao controle dos estreitos pelos países ribeirinhos, alegando que tal medida prejudicaria o movimento de suas frotas e sua segurança. Mas nenhum país necessita, para sua defesa, de manter bases e frotas de suas fronteiras. Pode haver um expansionismo naval que não seja um instrumento de expansionismo político e econômico?

Com suas novas posições, os EUA e a URSS procuram inverter a maioria da Conferência, utilizando as debilidades dos governos de certos países subdesenvolvidos e as contradições existentes entre países costeiros e países sem litoral. Em face desse desafio, os países subdesenvolvidos devem cerrar sua unidade e, independentemente da criação de "zonas econômicas exclusivas, insistir no direito de cada país ribeirinho fixar seu mar territorial soberanamente, até um limite de 200 milhas; o caso de países muito próximos pode ser objeto de acordos regionais.

A luta por um novo Direito do Mar faz parte dos esforços pelo estabelecimento de uma nova ordem internacional; será longa e acidentada. As bandeiras de um mar territorial de 200 milhas e de exploração conjunta do alto-mar são justas; as forças progressistas dos países subdesenvolvidos não devem consentir que elas lhes sejam arrebatadas. Ao contrário, devem empunhá-las com firmeza e, dando um passo à frente, devem ressaltar que pouco adiantaria alargar o mar territorial se ele não fosse efetivamente defendido e explorado com recursos nacionais. Devem também alertar que os países subdesenvolvidos só conseguirão resistir às pressões econômicas e militares das grandes potências contra sua soberania marítima se, no plano externo, estreitarem sua união e seu apoio mútuo, e, no plano interno, se apoiarem na força de seus povos.

12-IV-76

## 4. A LIÇÃO DE NAIRÓBI

Prioridade para o comércio exterior ou para o desenvolvimento interno?

**A**lém da documentação imensa e tocante que reuniu sobre o sistema desigual de relações comerciais e financeiras entre os países capitalistas desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, a maratona de reuniões das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento só conseguiu até agora magros resultados. A IV UNCTAD, apesar da posição moderada dos países subdesenvolvidos é um exemplo.

Em Nairóbi, os países subdesenvolvidos mais combativos conseguiram derrotar o Plano de Seis Pontos do secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, baseado na criação de mais um Banco Internacional de recursos. O Banco fora apresentado em contraposição à proposta dos subdesenvolvidos de criação de um fundo comum para financiar estoques reguladores e assim estabilizar os preços das matérias-primas que vendem; mas a margem de vitória foi estreita: 33 votos contra, 31 a favor, 44 abstenções, 45 países ausentes. E não foi aprovado também o Programa de Ação proposto pela "Carta de Manilha". Quanto ao

fundo regulador, chegou-se a um meio-termo entre a reivindicação dos 112 e a proposta americana, defendida também pela Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e Japão: será preparada uma conferência negociadora especial até março de 1977, mas enquanto isso serão realizadas negociações sobre produtos específicos. Ainda assim, logo após a Conferência, uma nota americana insistia que os Estados Unidos não tinha assumido um compromisso de participar da conferência sobre o fundo comum, mas apenas de seus "trabalhos preparatórios", após os quais tomariam uma decisão. Quanto à dívida externa dos países subdesenvolvidos, outra das grandes questões da conferência, os países credores se negaram a conceder uma moratória geral ou a anulação de dívidas, mesmo em favor dos países mais pobres; recusaram também uma negociação global do endividamento dos países subdesenvolvidos, que, segundo eles, deve ser examinado país por país, bilateralmente; apenas concordaram em reexaminar em 1977 o problema, de acordo com a evolução da situação financeira do Terceiro Mundo. Os países de-

envolvidos não aceitaram também elaborar imediatamente um novo código para transferência de tecnologia; apenas consentiram na criação de um comitê de peritos para preparar uma futura conferência negociadora. Quanto à União Soviética, alegando não ser responsável pela difícil situação dos países subdesenvolvidos, não quis assumir nenhum compromisso concreto e multilateral. Em suma, as UNCTADS têm sido negociações que apenas levam a novas negociações, numa espiral interminável de propostas, viagens e discursos! Com várias fórmulas, os países subdesenvolvidos vêm repetindo, sem êxito, as mesmas reivindicações mínimas: estabilização dos preços dos produtos primários; sistema de preferências generalizadas, não-recíprocas e não-discriminatórias para os produtos manufaturados dos países subdesenvolvidos; renegociação de sua dívida externa, que saltou de 10 bilhões de dólares em 1955, para 40 bilhões em 1966 e 130 bilhões em 1975; e aumento da ajuda financeira e tecnológica ao desenvolvimento.

Por que, após tantos anos de esforços para levar à prática a via do "desenvolvimento interdependente" e das "soluções negociadas", os resultados são tão exíguos? Para encontrar a resposta, é útil recuar até 1960.

### A luta contra

#### o comércio desigual

Foi em 1960 que as Nações Unidas proclamaram a I Década de Desenvolvimento. Tomava-se consciência de que o fosso entre os países industrializados do Ocidente e as nações pobres da África, Ásia e América Latina vinha se alargando, perigosamente, desde 1950. Por isso crescia a justa resistência dos povos subdesenvolvidos ao imperialismo, e também a luta diplomática dos governos de certos países subdesenvolvidos pelo direito de todos os povos à independência e ao desenvolvimento.

A estratégia da Década de Desenvolvimento, contudo, fundava-se na ajuda das nações ricas às pobres; seu objetivo primordial era elevar os empréstimos e as doações oficiais dos países desenvolvidos à taxa modesta de 1% de seus PIB. Ora, os países subdesenvolvidos vinham sofrendo, a partir de 1952, uma acentuada deterioração em seu comércio exterior. Enquanto os preços dos produtos industriais, que eles importavam, subiam constantemente, os preços dos produtos agropecuários, dos minérios e dos combustíveis, por eles exportados, caíam ou subiam menos. Além disso, reduzia-se sua participação no comércio mundial, por vários fatores. Primeiro, a desvalorização relativa dos produtos primários, já mencionada, que diminuía a receita de suas exportações e sua capacidade de importar. Segundo, a tendência do progresso tecnológico a economizar matérias-primas ou a substituí-las por produtos sintéticos, como no caso da borracha ou fios têxteis, o que freava a demanda relativa de produtos primários. Terceiro, com a descolonização, muitos países europeus passaram a produzir internamente os bens primários que antes importavam de suas colônias; por exemplo, cresceu a produção de arroz na França ou de açúcar de beterraba em toda a Europa. Desta maneira, muitos países subdesenvolvidos puderam convencer-se de que pouco serviriam os empréstimos ou doações enquanto persistisse a piora nos termos de seu intercâmbio com os países desenvolvidos. A possível ajuda que entrasse por um lado, sairia pelo outro, através do comércio.

Foi então que cunharam o lema: "Better trade than aid" (E melhor o comércio do que a ajuda). Argumentavam com razão: se se queria ajudar o desenvolvimento dos países africanos, asiáticos e latino-americanos, o primeiro passo seria inverter a tendência histórica para a piora em suas relações comerciais com os países desenvolvidos e estancar a sangria de seus capitais provocada pelo comércio mundial. Mas seria isto possível sem desmontar os mecanismos essenciais do sistema capitalista mundial? De qualquer modo, com este propósito ambicioso é que se convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, à qual seria dado mais tarde, em Genebra, um caráter permanente.

### Apoiar-se no mercado internacional ou em si mesmos?

A UNCTAD já realizou quatro laboriosas sessões. Uma II Década do Desenvolvimento foi proclamada. A frente diplomática da luta dos países subdesenvolvidos contra o intercâmbio desigual e por seu desenvolvimento até se ampliou com a VI e a VII Sessões Extraordinárias da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as Matérias-Primas e o Desenvolvimento, em abril de 1974 e setembro de 1975, e com a Conferência Norte-Sul ou sobre a Cooperação Econômica Internacional, reunida em Paris desde dezembro de 1975. No entanto, a brecha entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos continua se alargando. As tendências essenciais do comércio internacional não se alteraram. E mesmo o objetivo mínimo de uma ajuda oficial ao desenvolvimento que correspondesse a 1% do PIB dos países desenvolvidos não foi atingido. Em 1974, esta ajuda representou apenas 0,33% do PIB daqueles países; e no caso dos Estados Unidos caiu de 0,45 em 1960 para 0,31 em 1970.

Uma das causas pelas quais o Terceiro Mundo avançou tão pouco é a pouca disposição dos países capitalistas desenvolvidos em fazer concessões aos subdesenvolvidos, o que demonstra que o desenvolvimento de uns e outros não é tão "recíproco" como se apregoa. Mas a outra causa é que a maioria dos próprios países subdesenvolvidos persegue objetivos contraditórios: quer acelerar seu "desenvolvimento" e ao mesmo tempo aumentar sua "integração" no comércio mundial; quer "industrializar-se", mas com base na "transferência" de recursos e de tecnologia dos países desenvolvidos. Ora, como estão organizados atualmente, o mercado mundial de mercadorias, de capitais e de tecnologia funcionam inevitavelmente em prejuízo dos países subdesenvolvidos: para desenvolver-se, o caminho dos países subdesenvolvidos não pode consistir em "integrar-se mais" nesse mercado que os subdesenvolve; mas sim em "separar-se" dele tanto quanto possível, em voltar-se para si mesmos, até que a economia mundial seja reorganizada em outras bases. Não devem contar com o mercado externo, mas com suas próprias forças, e estas são seu povo e seus recursos naturais. Da dependência à interdependência autêntica, baseada na igualdade e na ajuda mútua—esta é a rota. Essa rota implica: a reconversão interna das economias subdesenvolvidas; a nacionalização de seu comércio exterior, para que possam ser aproveitadas da melhor maneira as escassas disponibilidades; e a forma-

ção de cartéis e outras organizações de países subdesenvolvidos para lutar em comum pela valorização de suas exportações. Só em seguida as negociações com os países desenvolvidos poderiam ter alguma perspectiva de êxito.

No entanto, a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento não é um problema técnico, mas social e político. Por isso, a formulação de uma nova estratégia de desenvolvi-

mento para os países da Ásia, África e América Latina ainda depender da passagem pela mobilização, conscientização e organização de seus povos, para que se criem as condições sociais e políticas que permitam tomar as decisões necessárias. Até certo ponto, a luta diplomática do Terceiro Mundo pode contribuir para esta tarefa; mas a luta popular em cada país é que pode finalmente resolvê-la. 5-VIII-76

## 5. A LÓGICA DO IMPERIALISMO

"Façam o que eu mando, mas não façam o que eu faço"

Discursando na IV Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que se realiza em Nairóbi, no Quênia, Henry Kissinger voltou a advertir os países subdesenvolvidos de que não devem formar associações para a defesa dos preços de exportação de suas matérias primas. Declarou com arrogância: "Os Estados Unidos, melhor do que quase qualquer outra nação, poderiam sobreviver a um período de guerra econômica. Podemos resistir a confrontações e ataques retóricos se outras nações escolhessem esse caminho. E podemos ignorar propostas irrealistas e exigências prementórias". O secretário de Estado norte-americano aconselhou os países subdesenvolvidos a procurarem a solução de seus graves problemas não em sua união e resistência, mas na boa vontade dos países capitalistas desenvolvidos. Justificando-se, Kissinger advogou a surpreendente teoria de que "a força dos países industrializados deve ser considerada a mola do progresso de todos" e, por isso, "os países em desenvolvimento só ferem a si próprios se enfraquecem esta força através da criação de situações de escassez, cartéis, embarcos ou apropriação arbitrária de propriedades".

Desconhece-se em que elementos de convicção se baseou o secretário norte-americano para enunciar semelhante tese de que a prosperidade dos países capitalistas desenvolvidos conduz automaticamente ao desenvolvimento dos países coloniais e dependentes; toda a história do século XX mostra justamente o contrário. É tanto isso de verdade que, apesar de suas declamações de boa vontade, o secretário dos Estados Unidos não avançou nenhuma proposta mais concreta para auxiliar os países subdesenvolvidos a não ser a criação de mais um banco internacional para apoiar os "investidores estrangeiros" e a "nação anfitriã". Não admira, portanto, que o secretário-geral da Organização de Unidade Africana tenha respondido que "a idéia de um banco constituído por capitais privados, que por sua própria natureza buscam inversões rentáveis, quando não usurárias", não resolveria os problemas dos países subdesenvolvidos e apenas significaria "a transformação de uma operação de solidariedade e justiça em questão especulativa". Por outro lado, choca observar que, enquanto Kissinger se opõe a que os países pobres se unam em cartéis ou associações de produtores para defender os preços de suas exportações, 580 cartéis de exporta-

ção", constituídos por empresas multinacionais e abrangendo quase todos os principais produtos do comércio internacional, funcionam legalmente nos Estados Unidos e nos demais países capitalistas desenvolvidos; e os Estados Unidos, desde a II Guerra Mundial, apoiaram a criação de blocos econômicos e mercados regionais sempre que isto lhes era favorável.

Mas os cartéis não constituem o único caso de posição contraditória por parte da diplomacia americana. O protecionismo é outro exemplo. Os Estados Unidos pregam o "livre comércio internacional" e combatem como "discriminatórias" quaisquer medidas fiscais ou creditícias dos países subdesenvolvidos visando a facilitar suas exportações e dificultar a penetração de mercadorias estrangeiras em seus mercados internos. No entanto, os Estados Unidos não hesitam em fixar quotas de importação e impor sobretaxas a qualquer produto estrangeiro que esteja derrotando suas empresas na concorrência pelo vasto mercado americano. E enquanto eleva sem cessar os preços dos principais produtos que exportam, os Estados Unidos tudo têm feito para frear ou mesmo diminuir os preços das mercadorias que adquirem, alegando que não podem admitir que outros países ameacem a prosperidade americana; e os outros países - devem admitir que os Estados Unidos impeçam sua prosperidade?

Um caso extremo é o do petróleo. Os países subdesenvolvidos exportadores de petróleo, unidos na OPEP, vêm lutando para assegurar preços mais compensadores para sua fonte quase única de acumulação de capital; no entanto, Kissinger já chegou ao ponto de insinuar ameaças veladas de intervenção militar a fim de assegurar não só o suprimento de petróleo mas a queda relativa de seus preços, pois o dólar continua se desvalorizando e os preços das manufaturas subindo. Mesmo o argumento de que não seria justo permitir que os países árabes recorressem ao petróleo como instrumento de pressão política, é difícil de ser aceito quando parte dos Estados Unidos. Pois o governo americano não vem usando, há anos, suas disponibilidades de créditos ou programas como o de "Alimentos para a Paz" como poderosas armas de pressão diplomática? E não foram os Estados Unidos quem, desde a II Guerra Mundial, lideraram a organização de bloqueios comerciais a vários países por motivos exclusivamente políticos? E agora não se comenta que os Estados Uni-

dos estariam se preparando para usar seus estoques de cereais como ameaçadora arma militar e diplomática? Discursando no Senado americano, no início deste ano, Kissinger destilou seu recado: "Todos e cada um dos países em desenvolvimento devem compreender que nossas relações bilaterais dependem de sua conduta para conosco nos foros internacionais e, particularmente, da forma como votem sobre assuntos de grande importância".

É interessante que os Estados Unidos se queixem também da "tirania da maioria" que se teria formado nas votações internacionais, com a aliança entre os países subdesenvolvidos e o apoio eventual de alguns países desenvolvidos. Pois, durante anos, os Estados Unidos não impuseram às Nações Unidas a "tirania" da "maioria automática" controlada por eles? Não foi essa "maioria automática" que impediu, durante anos, que as Nações Unidas reconhecessem a República Popular da China ou adotassem medidas efetivas contra o colonialismo português ou o racismo da Rodésia e da África do Sul? E, pimenta nos olhos dos outros é colírio...

O propósito de Kissinger é evidente: intimidar e dividir os países subdesenvolvidos. Sua lógica se parece

com a do cara que invade sua casa e ainda por cima não quer que você grite ou resista... Mas, se os países subdesenvolvidos fortalecerem sua união no plano internacional e, no plano interno, recorrerem decididamente à força e ao entusiasmo de seus povos, eles não têm por que temer as reprimendas arrogantes de *herr Kissinger*. Precisam, sim, determinar com clareza se as suas divergências com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos podem ser resolvidas apenas por meio do "diálogo diplomático" e das declarações de "boa vontade". Aqui interfere uma lei objetiva e irrecorrível: o método para resolver uma contradição depende da natureza da contradição. Ora, as contradições sociais são antagonicas, quando não podem ser conciliadas e a solução depende de que um lado ou outro da disputa prevaleça; ou não-antagonicas quando, sobre a base de uma identidade fundamental de interesses, as divergências secundárias podem ser resolvidas mediante compromissos e de forma gradual. Os métodos do debate e da negociação só podem resolver contradições não-antagonicas. O desafio, então, é saber: a contradição entre os países que formam os polos do sistema capitalista mundial pode ser conciliada? 17-V-76

## 6. A ONU, AS GRANDES POTÊNCIAS E OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A luta pela democratização e fortalecimento das Nações Unidas

A Assembleia Geral das Nações Unidas abriu sua 31ª Sessão Ordinária no último dia 21 de setembro; no dia 27 teve início a fase do debate geral.

As avaliações sobre o papel e o trabalho das Nações Unidas oscilam entre duas tendências extremadas. Para alguns, a ONU já é quase um "governo mundial", o núcleo de uma "comunidade internacional" unificada e pacífica; na ONU eles depositam suas maiores esperanças de preservar a paz, intensificar a cooperação internacional e promover o desenvolvimento econômico e até o progresso social de todos os países. Para outros, ao contrário, a ONU não tem nenhuma serventia. Ou não toma decisões, ou adota decisões muito vagas e inócuas, ou suas decisões simplesmente não são cumpridas. Declarou-se comprometida com os direitos fundamentais do homem, com a igualdade de direitos entre homens e mulheres e entre nações grandes e pequenas, com a auto-determinação dos povos, e no entanto conviveu tranquilamente com o colonialismo, o racismo e a opressão feminina durante muitos anos; e até hoje quantos de seus países-membros respeitam esses princípios? Assumiu o compromisso de "promover o progresso econômico e social de todos os povos", contudo, de modo geral, as desigualdades entre países, regiões e classes sociais continuam se agravando. Não teria a ONU fracassado?

É preciso ponderar sem unilateralismo. Se a ONU não evitou todas as

guerras e agressões injustas, em compensação ela forneceu um canal diplomático que limitou alguns dos efeitos dessas guerras e facilitou a negociação de uma solução final para elas. Desde a "Declaração do Direito à Independência dos Territórios Portugueses e Povos Sujeitos ao Domínio Colonial", aprovada em 1960, tem contribuído também para a luta contra o colonialismo e o racismo. Em menor escala, tem trazido ultimamente alguma contribuição aos esforços para acabar com a dependência e o subdesenvolvimento dos países pobres, para eliminar a situação de inferioridade e opressão das mulheres ou promover os direitos democráticos dos povos. E preciso levar em conta ainda que, além de suas decisões, recomendações e atividades, a ONU tem oferecido com suas assembleias e conferências uma tribuna para a defesa de teses justas, concorrendo em certa medida para elevar a consciência dos povos e aglutinar as forças progressistas do mundo. Enfim, não se deve perder de vista que o mundo avançou muito desde 1945. A ONU será ainda a mesma de quando foi fundada?

Os membros fundadores, que se reuniram na Conferência sobre Organização Internacional, em São Francisco, nos Estados Unidos, de 25 de abril a 26 de junho de 1945, e que nesta última data assinaram a Carta das Nações Unidas, concordaram em atribuir à Organização três objetivos básicos. O primeiro, essencial, seria o de "manter a paz e a segurança in-

ternacionais", preservando "as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes durante a nossa vida infligiu à humanidade sofrimentos indizíveis". Mas a paz não se preserva apenas com apelos, tratadas ou propostas de desarmamento; é preciso descer às causas das guerras, eliminá-las. Os conferencistas de São Francisco deviam estar atentos a isso, pelo menos em intenções, pois acrescentaram ao primeiro objetivo o compromisso de garantir "a igualdade de direitos das nações grandes e pequenas", "promover o progresso econômico e social de todos os povos" e "elevar o nível de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade". E como a independência nacional e o progresso econômico e social não se promovem sem a participação popular, os signatários da Carta de São Francisco afirmaram também a disposição de lutar pelos "direitos fundamentais do homem", pelas "liberdades fundamentais de todos" e pela "igualdade de direitos entre homens e mulheres".

### Três fases

Três grandes e nobres objetivos: a paz, a independência e a liberdade! Mas como conquistá-los? Eles dependem principalmente do sistema social de cada país e da política interna e externa de seus governos. Ora, às Nações Unidas, como organização voluntária de Estados soberanos, não cabe determinar o sistema social ou a política de seus países-membros; ela trabalha, portanto, dentro de limites traçados fora de sua competência. E aqui está a sua contradição: ela preconiza objetivos cuja plena consecução não depende dela mesma, mas depende principalmente da iniciativa popular, que deve escolher soberanamente o sistema social e o governo de cada país.

Quando a ONU nasceu, a influência das grandes potências, em particular dos Estados Unidos, em suas decisões e atividades era decisiva. De 1945 a 1962, ela esteve sob o controle de uma "maioria automática americana". Sob o comando dessa maioria, a ONU atravessou algumas de suas crises mais graves: a partilha da Palestina e a criação do Estado de

Israel em 1948, a intervenção armada na Coreia para apoiar o regime de Seul, de 1950 a 1953; a intervenção no antigo Congo belga, de 1960 a 1964. Esta última já enfrentou forte resistência de muitos países-membros e assinalou o fim das grandes operações armadas, feitas sob a bandeira da ONU mas de fato iniciadas pelos EUA. Outro sinal de desagregação da "maioria mecânica" a favor dos EUA foi a decisão tomada em 1961 de incluir novamente a questão chinesa na agenda de debate da Assembleia Geral, coisa que vinha sendo impedida pelos EUA desde 1951; no entanto, o projeto favorável ao reconhecimento da República Popular da China foi derrotado por 48 votos contra, 36 a favor, 20 abstenções; só em 1970 a votação se inverteria. É que o número de membros das Nações Unidas se multiplicava com a independência de várias nações africanas, asiáticas e latino-americanas. Mesmo entre os países subdesenvolvidos independentes há mais tempo, uma nova tendência se manifesta, a partir da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em 1964, para lutar por reivindicações econômicas próprias e afastar-se do alinhamento automático com os Estados Unidos. Por outro lado, cresce a influência militar e diplomática da URSS, iniciando-se a política de "détente", uma política de entendimento e aproximação entre a URSS e os EUA.

### A maioria só agora é "tiranica"

Mas o número, a combatividade e a união dos países subdesenvolvidos crescia. Em 1970, o projeto favorável ao ingresso da República Popular da China com a exclusão do governo de Chiang Kai-shek obteve, pela primeira vez, 51 votos a favor e 49 contra; no ano seguinte, conseguiria os dois terços necessários a sua aprovação definitiva. Ainda em 1970, pela primeira vez, os EUA eram obrigados a utilizar seu direito de veto no Conselho de Segurança para impedir a aprovação de uma resolução que condenava a Inglaterra por não usar a força contra o regime racista da

## AS MUDANÇAS NA ONU

O que cada bloco (1) representava na ONU em 1960 e o que representa em 1975, em número de países, área, população e produção de aço. (Em %)

Os BLOCOS na ONU	Em NÚMERO de países		Em ÁREA		Em POPULAÇÃO		Em produção de AÇO	
	1960	1975	1960	1975	1960	1975	1960	1975
OCIDENTAL	43	37	44	41	47	32	67	63
NÃO-ALINHADO	48	54	31	33	40	36	7	2
SOCIALISTA (URSS e Leste europeu) (Albânia e China)	9	9 (7,5)	25	26 (19)	12	32 (10/22)	26	35 (20/4)

De 60 a 75, o número de países não alinhados tornou-se maioria na ONU; o Bloco Ocidental tornou-se relativamente menor em número, área, população e produção de aço; e o antigo Bloco Socialista dividiu-se em dois. Ao mesmo tempo em que constituíram o bloco mais numeroso e mais populoso da ONU, as nações não alinhadas do Terceiro Mundo viram agravado o seu subdesenvolvimento relativo: sua participação na produção de aço dos países das Nações Unidas caiu de 7 para 2%.

(1) Até 1960, antes do rompimento público da China com a URSS, podia-se falar de um Bloco Socialista, sob liderança da URSS. Os números dentro dos parênteses dão as porcentagens separadas para URSS e Leste europeu (acima) e a China e Albânia (abaixo).

Rodésia. Para além das grandes potências, formara-se na ONU uma "nova maioria", que os EUA só agora se lembram de denunciar como "tiranica" ou "imoral". Quando em 1974 essa maioria suspendeu a África do Sul da Assembleia Geral, convidou o presidente da Organização de Libertação da Palestina a falar no debate geral e, no ano seguinte, condenou o sionismo como uma forma de discriminação racial, aí os EUA passaram a fazer ameaças de retirar-se da Organização ou pelo menos suspender sua contribuição financeira.

Sinal de que novas forças e nova orientação começa a prevalecer na ONU. Quanto a seus propósitos, a nova orientação é muito mais fiel à Carta de 1945 do que a antiga política de força e de hegemonia que vinha prevalecendo. No entanto, a influên-

cia das grandes potências ainda é muito grande sobre a ONU e algumas de suas agências especializadas, em virtude da estrutura pouco democrática da ONU — onde o Conselho de Segurança predomina sobre a Assembleia Geral e os membros permanentes, com seu direito de veto, predominam sobre o conjunto do Conselho de Segurança.

Ora, a ONU só poderá cumprir um papel positivo na luta por uma nova ordem internacional — luta árdua e prolongada, que se desenvolve em várias frentes — se aumentar em seu âmbito o poder dos países interessados, em grau maior ou menor, nessa nova ordem. Daí a importância da luta já iniciada por uma reforma e democratização da entidade, com base nos princípios e propósitos da Carta e em particular no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.

4-X-76

## 7. MODELO ECONÔMICO E INFLAÇÃO

Como os países ricos transferem suas dificuldades econômicas

O aumento no preço do petróleo, instituído pela OPEP, recentemente, não agravaria a inflação nos países pobres se os países conhecidos como desenvolvidos aceitassem a transferência internacional de renda que ele implica. O impacto desse aumento também seria substancialmente reduzido nos países subdesenvolvidos importadores de petróleo se eles pudessem compensá-lo aumentando o preço das matérias-primas e gêneros alimentícios que exportam, e se os países conhecidos como desenvolvidos aceitassem essa segunda transferência de renda entre as nações. O problema é que os países desenvolvidos não estão dispostos a admitir

essa redistribuição internacional da renda e ver assim sua posição vantajosa na economia mundial alterada em benefício das nações pobres. Por isso, ao novo aumento do petróleo eles responderão como no passado: elevarão o preço das mercadorias que exportam, cobrarão juros mais altos pelos empréstimos que fazem, estabelecerão fretes mais caros para seus navios e aviões, revalorizarão seus estoques de ouro. Com o tempo, o aumento real do petróleo importado pelos países desenvolvidos será bem espremido e os países subdesenvolvidos importadores de petróleo é que sofrerão triplemente: com os aumentos no preço do petróleo, com o aumento nos preços da mercadorias ex-

portadas pelos países desenvolvidos e com as dificuldades maiores para obter empréstimos incrementar suas exportações.

É indiscutível, portanto, que uma parte da inflação atual da maioria dos países subdesenvolvidos é "importada". As questões mais relevantes, porém, consistem em saber porque os países desenvolvidos podem transferir suas dificuldades econômicas para os subdesenvolvidos, como se realiza esta transferência e de que maneira ela poderia ser evitada.

### Dependência e inflação

Os países capitalistas desenvolvidos podem passar adiante sua crise

porque a maioria dos países subdesenvolvidos continua integrada no sistema capitalista mundial; depende do mercado, dos capitais e da tecnologia dos países capitalistas centrais; e adota uma estratégia de desenvolvimento que só reforça essa dependência.

### Desenvolvimento independente e sem inflação

São várias as portas pelas quais as pressões inflacionárias externas podem penetrar numa economia subdesenvolvida dependente. A primeira e mais fácil de perceber é a das importações. Se um país subdesenvolvido compra no exterior os produ-

tos de que carece por preços mais altos, em princípio ele é forçado a elevar também os preços internos desses produtos. No caso brasileiro, tem-se falado muito no efeito inflacionário da majoração do preço do petróleo que o país importa. Mas é preciso levar em conta que o Brasil gasta ainda mais com a importação de bens de capital e insumos básicos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, cujo preço tem aumentado mais do que o do petróleo. Além disso, o Brasil importa também alguns gêneros alimentícios, principalmente trigo, mas conjuntamente até carne e feijão, como ocorreu este ano. Um aumento no preço externo do trigo, por exemplo tem um impacto grande na mesa do brasileiro, pois o trigo aparece no pão, no biscoito, no macarrão e em outros alimentos; por isso, o trigo é subsidiado pelo governo federal, que paga, com dinheiro dos impostos, uma parcela de seu preço real para torná-lo mais acessível no entanto, diante da necessidade de reduzir os gastos orçamentários para conter a inflação ascendente, o governo poderá ser levado a abaixar ou mesmo suprimir o subsídio ao trigo importado, aumentando sua influência altista sobre o custo de vida. Isso mostra porque um país como o Brasil

não pode defender-se do impacto inflacionário dessas importações sem ampliar resolutamente os esforços para localizar e explorar por conta própria o seu petróleo, para implantar sua própria indústria de bens de capital e de insumos básicos, e para plantar e colher seu trigo.

A outra porta pela qual a inflação externa entra num país subdesenvolvido é, paradoxalmente, a das exportações. Se os preços externos dos produtos exportados por um país subdesenvolvido sobem muito, eles acabam puxando também os preços internos, pois os setores interessados tratam de aumentar as vendas externas em prejuízo do abastecimento interno, gerando-se artificialmente uma escassez que pressiona os preços. Isso ocorreu no Brasil em 1972, com a falta de óleo comestível, provocada pela grande exportação de soja. Ocorreu também com a carne do boi e está acontecendo agora com o café, cujo preço interno vem dando saltos nos últimos anos; o café, com a quebra de produção, se tornou escasso e, segundo a lógica do modelo exportador, é preciso encarecê-lo para reduzir o consumo interno e possibilitar maior exportação. Em 1974, Tião Maia, grande pecuarista e dono de frigorífico, declarou: "O povo

deve ser educado para comer outros tipos de carne que a bovina, visto ser este um alimento nobre que deve ser exportado". Em 1975, o delegado da Sunab em São Paulo disse aos jornais: "O café é para exportar e não para o povo ficar bebendo em detrimento da economia nacional. O povo deve estar disposto a se sacrificar pela grandeza do país".

A terceira forma pela qual a inflação externa pode transformar-se em inflação interna ocorre quando, em decorrência dos preços vantajosos de certos bens no mercado externo, sua produção interna é incrementada mesmo em prejuízo da produção de gêneros essenciais ao abastecimento interno; é o que tem ocorrido no Brasil com o feijão, abandonado, enquanto a soja recebe toda a assistência e subsídios. É claro que, em seguida, o produto negligenciado vem a faltar, seu preço sobe e ele pode acabar sendo importado, agravando-se as dificuldades para equilibrar a desequilibrada balança de pagamentos.

É cada vez mais amplo o consenso em reconhecer que uma parte da inflação persistente e aguda dos países subdesenvolvidos se deve à "transfe-

rência" para eles das dificuldades internas e externas dos países capitalistas desenvolvidos. Mas por que, então, não tampar os canais pelos quais essas dificuldades podem ser "transferidas"? Não é contraditório repetir que a inflação é "importada" e querer combatê-la reforçando os mecanismos que farão com que mais inflação seja "importada"? Não seria preciso admitir que o modelo de desenvolvimento capitalista baseado nos capitais na tecnologia e no mercado externo é por si mesmo, inflacionário?

Para garantir a continuidade do desenvolvimento nos países pobres e eliminar a inflação que desorganiza a maioria deles, parece indispensável, portanto, adotar uma nova estratégia econômica, que baseie o desenvolvimento desses países, primeiro, em seu mercado interno popular dinamizado pela elevação constante dos salários reais dos operários, empregados e funcionários públicos, e por uma reforma profunda na estrutura agrária; segundo, na força de trabalho, nos recursos naturais e na poupança interna deles mesmos; e terceiro, na tecnologia criada por seus próprios cientistas e trabalhadores. 3-1-77

## 8. OS AUMENTOS DE SALÁRIOS CAUSAM INFLAÇÃO?

O absurdo das teorias do Fundo Monetário Internacional e de seus seguidores

Ou

porque se deve admitir que, ao contrário do que dizem certos economistas, a diminuição dos salários é que causa inflação

Segundo estimativas, a taxa oficial de inflação no Brasil este ano pode chegar a 50%. É a taxa mais alta desde 1965. Equipara-se à dos períodos inflacionários mais intensos de nossa história econômica. Segurar essa alta acelerada dos preços passou a ser uma tarefa prioritária para o governo.

Mais uma vez, porém, há setores dentro e fora do país que querem conter os preços às custas dos salários dos trabalhadores. Um relatório recente do Fundo Monetário Internacional sobre a situação das finanças brasileiras aponta, como uma causa básica do recrudescimento da inflação no Brasil em 1976, os reajustamentos salariais "liberais" que teriam sido concedidos em 1975. Embora sem a forma taxativa do pronunciamento do FMI, vozes brasileiras já se fizeram ouvir, preconizando também, em nome do combate à inflação, uma política salarial mais "austera".

Quanto aos índices para os reajustes salariais, fixados mensalmente pelo governo, revelam a mesma inquietadora tendência. Em 1975, esses índices tinham sido, em média, ligeiramente superiores à taxa de aumento do custo de vida, recompondo uma pequena parte do poder aquisitivo perdido pelos salários a partir de 1965. Nos últimos meses, contudo, o fator fixado pelo governo para os reajustes salariais voltou a ser inferior à elevação do custo de vida.

Está de regresso à vida brasileira, portanto, a velha tese de que os salários causam inflação e por isso precisam ser diminuídos para que se pos-

sa reduzir a taxa inflacionária. Essa teoria, porém, já foi refutada claramente pela experiência econômica não só do nosso, mas de numerosos países nos últimos anos.

### Reajuste não é aumento

Em primeiro lugar, a tese de que os preços sobem porque os salários sobem, já começa falsa porque atribui aos salários um peso exagerado na formação dos preços das mercadorias. Embora não se disponha de estatísticas precisas, há estimativas razoáveis de que a renumeração dos trabalhadores no Brasil representa apenas entre 10 a 20% dos custos de produção. Sendo assim, na pior hipótese, um aumento de 100% nos salários ocasionaria um aumento no nível geral dos preços de somente 20%.

Ora, tem acontecido, em regra, o inverso: o aumento da inflação é superior à elevação dos salários; os aumentos de preços, não se devem, portanto, a outros fatores?

Em segundo lugar, não se deve confundir reajuste com aumento de salários. Responder ao FMI, o próprio ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, disse no começo de novembro que, no Brasil, "o que tem ocorrido são meros reajustes salariais". É que o salário pode ser medido pelo seu valor nominal, expresso em moeda, ou pelo seu valor real, representado pelo conjunto de bens e serviços que ele permite adquirir. Ora, quando os preços dos bens e serviços sobem, o valor da moeda diminui; mil cruzeiros já não compram tudo que compravam antes; nestas

condições, embora o valor nominal dos salários permaneça o mesmo, seu valor real decresce. Quando, meses depois, os trabalhadores conseguem que seus salários sejam "aumentados", este aumento nominal só será um aumento real, se for superior à elevação dos preços ocorrida no período; se for igual, terá ocorrido apenas um reajuste dos salários reais, isto é, uma reposição do seu poder aquisitivo comido pela inflação. No Brasil, como reconheceu o ministro, tem ocorrido em geral, apenas reajuste dos salários, isto é, os aumentos dos salários nominais apenas restabelecem, quando restabelecem, os salários reais anteriores. Como então atribuir a inflação aos aumentos inexistentes de salários?

Em terceiro lugar, mesmo os reajustes salariais são concedidos normalmente uma vez por ano. Enquanto isso, os preços das mercadorias e serviços, como o preço do feijão, do leite ou do ônibus, não cessam de subir. E, logo depois que os trabalhadores obtêm, a duras penas, um reajuste salarial, os preços voltam a subir novamente. Os salários estão sempre correndo atrás dos preços; como então alegar que os salários é que puxam os preços?

Por último, é frequente que os reajustes salariais sejam inclusive inferiores ao aumento do custo de vida; isto é, não chegam a repor o salário real de um ano atrás. Nestas condições, embora o salário nominal aumente, o salário real diminui. Não há aumento, nem mesmo reajuste, mas de fato queda dos salários, medidos em poder aquisitivo. No Brasil, segundo cálculos do Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, de São Paulo, o salário mínimo real caiu de um índice de 100 em 1964 para 55 em 1974, ou seja, reduziu-se mais ou menos à metade. E é preciso alertar que as estatísticas sobre salários trabalham, geralmente, com os salários urbanos; a evolução dos salários agrícolas foi ainda mais desfavorável e também a dos ordenados e dos vencimentos do funcionalismo público. Não fica patente que os salários não constituem uma causa de inflação, nem mesmo complementar, pois os trabalhadores assalariados lutam apenas para recuperar seu poder aquisitivo perdido?

E se alguém ainda alimenta alguma dúvida quanto à completa impropriedade da teoria de que o salário é causa da inflação, a experiência brasileira aí está: os salários vêm sendo contidos há quase doze anos e nem por isso o índice inflacionário deixou de crescer substancialmente. A experiência do Chile é outra prova contundente: desde o golpe militar de 1973, os salários estão praticamente congelados; no entanto, a inflação continua arrasadora. O mesmo vem ocorrendo na Argentina, desde que o general Videla assumiu o poder.

### De uns para outros

A experiência acumulada é tão clara, tão incisiva, que não é razoável que alguém ainda defenda a teoria de que os salários causam inflação porque está preocupado com o perigo de aumentos salariais excessivos. Na realidade, o que se pretende combater não são improváveis au-

mentos de salários, mais precisamente os reajustes salariais. Isto é, pretende-se que os reajustes sejam inferiores ao aumento do custo de vida, ou em outras palavras, pretende-se reduzir os salários reais para conter a inflação e superar a crise econômica às custas dos trabalhadores assalariados, justamente aqueles que não têm nenhuma responsabilidade por essas dificuldades econômicas. No Brasil o professor Eugênio Gudín chegou a exprimir esse ponto de vista com toda clareza num artigo escrito na década de 50. Segundo o professor, para frear a inflação que então ganhava velocidade, seria indispensável "realizar pelo menos uma pausa salarial, fazendo com que os reajustes de salários nunca excedam - e sejam mesmo um pouco menores do que a elevação do custo de vida".

Fica evidente, portanto, o papel da inflação como mecanismo de concentração dissimulada da renda, através do qual se transfere renda dos setores sociais que recebem salários ordenados e vencimentos, para os setores que recolhem lucros, juros e rendas imobiliárias, e mesmo entre estes setores, dos setores mais débeis para os setores monopolistas. A inflação, portanto, redistribui a renda nacional, só que às avessas: como escreveu um economista, "começa confiscando os pobres em proveito dos ricos e acaba confiscando pobres e ricos em proveito exclusivo dos muito ricos". Isto acontece porque a inflação não se processa nem simultaneamente, nem igualmente para todas as classes e camadas sociais. A corda quebra do lado mais fraco. Uns preços sobem primeiro, outros sobem

depois; uns sobem mais, outros sobem menos. A inflação, portanto, não é neutra. Se os preços de todas as mercadorias assim como os salários subissem ao mesmo tempo e com a mesma velocidade, ficaria tudo na mesma; ninguém sairia ganhando ou perdendo; mas para que serviria então a inflação? Se a inflação é um fenômeno social duradouro, como se apresenta nos países subdesenvolvidos, é porque ela serve para transferir renda de uns setores sociais para outros, sem que eles percebam facilmente. Na raiz do processo inflacionário, o que se trava é uma luta pela redistribuição da renda nacional; a alta dos preços é apenas o instrumento dessa redistribuição. Em linguagem econômica, a inflação sistemática é um método que surgiu em certa etapa do desenvolvimento do capitalismo pelo qual se tornou possível, sem reduzir os salários nominais dos trabalhadores, ou até aumentando-os, reduzir seus salários reais, extrair assim lucros extraordinários e concentrar esses lucros nos grupos de empresários e latifundiários capitalistas mais poderosos. Este é o abc da inflação.

O que complica é que a inflação tem uma dinâmica própria. Uma vez desencadeada, não é possível mantê-la indefinidamente num patamar modesto. Pois os setores sociais prejudicados lutam para reajustar os preços de suas mercadorias ou de sua força de trabalho; os grupos poderosos, para manterem sua vantagem, têm que elevar novamente os preços de suas mercadorias e serviços; e assim a inflação, como método de transferência de renda, vai-se alimentando a si mesma. Ora, converti-

da em acelerada, logo em galopante, a inflação já não beneficia a ninguém, a não ser a um reduzido grupo de especuladores. Nesta altura, mesmo do ponto de vista dos grupos poderosos que a desencadearam, torna-se necessário, não eliminá-la evidentemente, mas reduzi-la - para recomeçar a história novamente. No entanto, mesmo nesse momento, os grupos capitalistas mais poderosos tratam de reduzir a inflação à custa dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários.

Os trabalhadores, por conseguinte, perdem duplamente: durante a inflação ascendente e quando se decide combatê-la. Para elevar seu nível de vida e sua participação nos frutos de seu trabalho, eles têm, portanto, que lutar pelo aumento de seus salários reais e pela eliminação, e não só redução, da taxa inflacionária. E tanto uma coisa como outra só serão possíveis se o combate à inflação for feito não às custas dos salários, mas às custas dos lucros, dos juros e das rendas imobiliárias. Fica evidente que não constitui uma luta fácil.

### A diminuição dos salários pode agravar a inflação

O que é incontestável, porém, é que os aumentos de salários não podem ser responsabilizados pelo recrudescimento da inflação. Ao contrário, a diminuição dos salários é que constitui um fator complementar de inflação. Pois, com a queda dos salários reais, contrai-se o mercado dos gêneros de primeira necessidade e dos artigos de consumo po-

pular. Desestimulada, a produção desses bens declina, ocorrendo então uma maior escassez, que leva ao aumento dos preços. Não é o que se observa com o feijão, o leite e os tecidos de algodão ou os sapatos mais simples? Em contrapartida, há um incentivo à produção de certas mercadorias, como a soja, para o mercado externo, ou de bens suntuários, como automóveis de luxo ou televisores a cor, para uma faixa restrita de consumidores privilegiados.

Ao final, portanto, o exame aprofundado do problema inflacionário sugere uma teoria paradoxal em face das versões correntes. Pois não só o salário não causa inflação, como sua diminuição é que pode agravar a alta de preços, ao reforçar os fatores estruturais da inflação. Conseqüentemente, não só é possível combinar o combate antiinflacionário com a elevação dos salários reais, como só uma política resolvida de elevação dos salários reais e de redistribuição da renda nacional em benefício dos trabalhadores permite atacar as causas profundas da inflação. Seria um equívoco profundo, portanto, que as correntes oposicionistas pretendessem, em nome dos esforços necessários contra a inflação, suspender sua luta por uma nova política salarial. Seria conceder ao professor Gudín e a seus discípulos a "pausa salarial" que eles reclamam para preservar sua estratégia geral de desenvolvimento, a qual levará adiante a novo surto inflacionário e a novo pedido de "pausa". Do ponto de vista da oposição popular, a luta pela erradicação da inflação é inseparável da luta por uma nova política salarial. 3-1-77

## 9. OS POBRES DOS PAÍSES RICOS (I)

Fala-se tanto na "sociedade de consumo" que existiria nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e são tão patentes as dificuldades econômicas dos países subdesenvolvidos que, às vezes, pode-se perder de vista que nem todos são pobres nos países pobres e nem todos são ricos nos países ricos

Além das desigualdades existentes entre os países centricos e os países periféricos do sistema capitalista mundial, há desníveis também na repartição do trabalho e da riqueza dentro de cada um desses países. Dois estudos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne os países de-

seenvolvidos do Ocidente mais o Japão, trazem novas confirmações estatísticas a esta verdade fácil de comprovar.

O primeiro estudo da OCDE (ver Quadro I) compara o número de pessoas muito pobres com as despesas em assistência e previdência social realizadas pelos países-membros da OCDE (as despesas com assistência

médica e hospitalar foram excluídas porque alguns países adotam o sistema da gratuidade).

Para que o relatório da OCDE possa ser avaliado com cautela, é preciso levar em conta as dificuldades para realizar estudos estatísticos como esse. Frequentemente não se encontram os dados necessários nos serviços oficiais de estatística; outras vezes, os dados estão distorcidos por declarações falsas de renda; e os critérios adotados para recolhê-los e classificá-los variam muito de país para país. Uma dificuldade ainda maior reside na noção de pobreza. Não se pode estabelecer de uma forma absoluta, válida para qualquer época e país, o que seria um pobre. Seria um equívoco, por exemplo, tentar estabelecer uma relação mínima dos bens que uma pessoa deveria ter ou consumir para deixar de ser pobre. A noção de pobreza é essencialmente relativa a cada época histórica e a cada formação social. Os ricos senhores de Roma e de Atenas teriam inveja das comodidades de que dispõe um simples médico ou um engenheiro inglês. Muitos pobres de Chicago ou de Nova York terão geladeira, carro e televisor, mesmo que comprados em segunda mão ou a custa de prestações extorsivas. E o que é pobreza na Alemanha pode passar por um nível de vida razoável em Nápoles ou Lisboa, para não fa-

lar em Recife ou Calcutá.

Para contornar essas dificuldades, os especialistas da OCDE convencionaram que "um indivíduo seria pobre se sua renda for inferior a 66% da renda média disponível em seu país". É um critério útil e aproximativo, mas a expressão "pobre", no caso, não parece apropriada e pode levar ao equívoco de pensar que as outras faixas de população são "ricas". Na realidade, o trabalho da OCDE examina a situação das pessoas "muito pobres", que abrangem, conforme o trabalho esclarece, operários desempregados ou subempregados, pessoas de idade aposentadas, mulheres viúvas e sem profissão etc. Mas a faixa seguinte de trabalhadores, embora disponha de uma situação material mais favorável, deve também ser considerada "pobre", em comparação com as condições de vida dos grandes banqueiros e industriais ou dos altos funcionários de Estado e das empresas multinacionais.

Por isso, o outro estudo da OCDE (ver Quadro II) é um complemento indispensável à discussão, pois a coloca no seu verdadeiro terreno, o da distribuição desigual da riqueza acumulada pelos países capitalistas desenvolvidos.

Os relatórios da OCDE sugerem três conclusões mais importantes:



"muito pobres", apurada pela OCDE, pode parecer pequena quando comparada à situação social dos países subdesenvolvidos. No entanto, é preciso levar em conta alguns fatores que ajudam a pesar o alcance do índice da OCDE. Primeiro, a percentagem está subestimada; outros estudos, igualmente oficiais, apontam taxas mais altas; na França, por exemplo, a proporção de "muitos pobres" chegaria a 20%; na Irlanda um inquérito oficial calculou que ela seria de 24%. Segundo, a Revolução Industrial capitalista já tem 200 anos de idade. Terceiro, a produtividade do trabalho nos países capitalistas desenvolvidos é muito elevada. E o quarto, os países capitalistas desenvolvidos têm se beneficiado com os superlucros que obtêm da exploração comercial financeira e tecnológica das nações subdesenvolvidas.

Nestas condições, o cálculo de que 10% em média da população da OCDE, ou seja, 73 milhões de pessoas, ainda são "muito pobres" assume um peso sério, ainda mais se reforçada pela elevada concentração geral da renda que o outro estudo assinala.

2 - Os relatórios da OCDE constatarem que, "depois da guerra a pobreza absoluta regressou" nos países-membros; no entanto, a pobreza relativa, depois de ter recuado em alguns países, durante algum tempo, estaria novamente tendendo a se ampliar. Segundo as estimativas da OCDE, este recrudescimento da pobreza, entre 1962 e 1970, já foi de 2,5% no Canadá e é de 4,2% na Grã-Bretanha.

Não estariam aí novas e insuspeitas indicações de que existe no desenvolvimento capitalista uma tendência inerente a acumular a riqueza num polo e pobreza em outro?

3 - Os estudos da OCDE não contém nenhum dado que autorize a idéia de que as desigualdades na distribuição da renda possam ser corrigidas espontaneamente.

Ao contrário, os países capitalistas que apresentam uma repartição menos desigual da riqueza não são os mais desenvolvidos. Nada indica, portanto, que exista uma relação automática entre o nível de desenvolvimento de um país capitalista e a redistribuição da renda, como se, crescendo o bolo, ele necessariamente se

dividisse melhor.

Os relatórios da OCDE também não confirmam a idéia de que a renda possa ser redistribuída simplesmente pelos chamados "mecanismos indiretos". Quanto aos impostos, a OCDE apurou que o imposto de renda reduziu a parte dos 20% mais ricos em apenas 1% da renda total, e aumentou a parte dos 20% mais pobres em apenas 0,5%. Quanto aos gastos em assistência e previdência social, o Quadro I mostra que não existe nenhuma relação automática entre o aumento desses gastos e a diminuição da pobreza. A França e a Alemanha destinam a mesma percentagem de seu PIB a despesas para cobrir os riscos de doença, desemprego e velhice; no entanto, apresentam proporções bem diferentes de pessoas "muito pobres" em sua população. Este resultado pareceu tão surpreendente aos especialistas da OCDE que eles resolveram promover uma investigação especial para tentar esclarecê-lo. Puderam verificar que isto acontece por dois motivos. Primeiro, porque o aumento das despesas sociais dos países da OCDE, nos últimos dez anos, se deveu, na maior parte, ao crescimento do número de pessoas idosas e à extensão dos direitos previdenciários a categorias de trabalhadores ainda não atendidas, e não ao aumento das prestações; deveu-se, portanto, à extensão dos beneficiários das prestações e não a um crescimento da generosidade das instituições sociais. Em segundo lugar, a maior parcela das despesas sociais não se destina aos grupos de renda-menor, isto porque as prestações mínimas são muito baixas e inferiores ao nível de pobreza, e também porque os regimes de segurança social adotam o princípio de prestações proporcionais aos rendimentos dos beneficiados. Nestas condições, os sistemas de assistência e previdência não corrigem, mantêm as desigualdades.

Não se vê, portanto, como as desigualdades possam ser reduzidas enquanto não forem atacados os mecanismos fundamentais de concentração da riqueza, a saber: a oposição entre os lucros, juros e rendas imobiliárias, por um lado, e os salários, por outro lado; e, subordinada a esta, reafirmando-a, a outra oposição, entre

## II — A CONCENTRAÇÃO DA RENDA NOS PAÍSES CAPITALISTAS DESENVOLVIDOS

Parte da renda nacional que cabe aos 20% mais pobres da população	País	Parte da renda nacional que cabe aos 20% mais ricos da população	Coefficiente de desigualdade (Relação entre a parte dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres)
4,2%	França	47,1%	11,2
4,2%	Espanha	45,0%	10,7
4,9%	EUA	42,1%	8,6
5,2%	Canadá	40,5%	7,8
6,5%	Alemanha	46,3%	7,1
6,1%	Reino Unido	39,3%	6,4
7,1%	Japão	41,9%	5,9
6,6%	Noruega	36,9%	5,6
7,3%	Suécia	35,0%	4,8
9,1%	Países Baixos	36,3%	4,0

## III — A REPARTIÇÃO DOS TIPOS DE RENDA ENTRE OS VÁRIOS GRUPOS DE FAMÍLIAS (em %)

GRUPOS DE FAMÍLIAS	Transferências sociais	Salários	Frutos da propriedade	Rendimentos da empresa
40% de famílias mais pobres	53,1	14,2	15,7	11,9
50% de famílias intermediárias	37,4	64,2	38,1	41,3
10% de famílias mais ricas	9,5	24,6	46,2	46,8

Fonte: OCDE - La Répartition des Revenus dans Les Pays de l'OCDE, Paris, 1976 E. Dezembro - P. 114 e Anexo III - Programmes de Garantie de Ressources - Paris, 152

salários altos e baixos. Uma indicação de que mexer nesses mecanismos seria a única solução eficaz, encontra-se no Quadro III, que permite formar uma idéia de onde provém a renda das várias camadas sociais nos países membros da OCDE.

Henry Kissinger, para justificar sua oposição às reivindicações econômicas dos países subdesenvolvidos, alega que o governo americano tem a obrigação de defender a "prosperidade" do país. Diante dos dados da OCDE, cabem duas perguntas. Primeira: a "prosperidade" que Kissinger defende, beneficia a todo o povo americano? E a segunda: se os

Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão tomassem outro caminho, não poderiam continuar "prosperando" e ainda prestar uma ajuda efetiva ao desenvolvimento dos países pobres? Em suma, a adoção de um novo modelo de desenvolvimento tanto nos países capitalistas desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, não é o que corresponde aos interesses reais dos trabalhadores do Norte rico e dos do Sul desprovido? A quem a presente ordem internacional beneficia? E a quem pode mais interessar uma ordem realmente nova, senão aos trabalhadores de lá e de cá? 4-XI-76

# 10. OS POBRES DOS PAÍSES RICOS (II)

Pobres e ricos de um país capitalista avançado não só vivem, como morrem de modo diferente.

A medida que o modo de produção capitalista se difundiu e se tornou dominante em extensas áreas do mundo, ele introduziu um controle populacional *gradativo e diferenciado* segundo os países e as regiões. Esta conclusão central de estudos realizados sobre o crescimento da população do mundo tem um complemento necessário na conclusão de que, dentro de cada país ou região, o crescimento da população também não se dá de modo uniforme e natural, mas é, da mesma forma, *gradativo e diferenciado* segundo as classes e camadas sociais criadas pelo modo de produção capitalista. Uma ilustração significativa dessa segunda conclusão são as estatísticas sobre as taxas de mortalidade das várias camadas so-

ciais na Inglaterra, nas últimas quatro décadas, preparadas pelo pesquisador Richard G. Wilkinson e apresentadas na publicação britânica *New Society* (1).

Para sintetizar suas conclusões, Wilkinson preparou uma tabela com as porcentagens em que as taxas de mortalidade dos 25% mais ricos e dos 25% mais pobres da população se afastavam da média; através da tabela, se vê que, além de existir uma diferença sensível entre as taxas de mortalidade dos "pobres" e dos "ricos", esta diferença na Inglaterra, depois de 200 anos de desenvolvimento capitalista, vem aumentando com o tempo.

Wilkinson mostra que a clara relação existente entre renda e taxa de mortalidade deve-se à uma segunda

relação direta que existe entre a dieta alimentar e a renda. E adianta ainda a pista para a interessante conclusão de que, nos países capitalistas avançados, onde a renda dos trabalhadores lhes permite adquirir alimentos em quantidades aparentemente suficiente - e onde os pobres, ao contrário do que ocorre no Terceiro Mundo, são geralmente mais gordos que os ricos - o problema é a qualidade dessa dieta.

"O pobre come 56% menos fruta do que o rico, 19% menos vegetais frescos, 28% menos queijo, 21% menos leite, 31% menos carne fresca, 8% menos gordura. Em compensação, o pobre come 57% mais batata, 33% mais produtos feitos com cereais, especialmente pão, 32% mais açúcar". (Na classificação de Wil-

kinson, "os ricos são os que em 74 ganhavam o equivalente a mais de 8.500 cruzeiros por mês e os "pobres", menos de 2.000 cruzeiros por mês).

Para Wilkinson, são seis os pontos de diferença entre as dietas de pobres e ricos que explicam as taxas de mortalidade mais altas entre os pobres: "Primeiro, as pessoas que têm peso excessivo tendem a morrer mais cedo e são particularmente atingíveis por doenças do coração, pressão sanguínea, colapsos e diabetes. Muitos mais pobres são mais gordos que os ricos. Mas isso não se deve ao fato de que eles ingerem muitas calorias. É que eles comem as calorias erradas. Nos anos recentes, as dietas dos grupos de baixas rendas contiveram uma média de apenas duas calorias a

mais por pessoa do que a dos ricos, a despeito de suas elevadas quantidades de batata, pão e açúcar. Essas dietas, desproporcionalmente elevadas em carboidratos refinados, estão também associadas a alguns tipos de câncer.

Segundo, o pobre come menos fibras que o rico. Isto vai causar não apenas taxas mais altas de desidratações como também aumento das doenças do coração, arteriosclerose e apendicite.

Terceiro, o rico obtém a maioria das vitaminas em maiores quantidades. Isto lhes dá mais resistência à maioria das doenças e pode coibir os estágios iniciais de alguns tipos de câncer.

Quarto, o mais alto consumo de açúcar do pobre leva não apenas à

decadência mais rápida dos dentes, mas provavelmente eleva o risco das doenças do coração, arteriosclerose e diabetes.

Quinto, há um bom número de diferentes teorias que ressaltam a importância para a saúde de uma boa quantidade de uma variedade grande de doses mínimas de substâncias que são comumente encontradas em frutas, vegetais, leite e carne, maiores nas dietas dos ricos.

Sexto, há evidências de que diversas vitaminas que ocorrem em maior quantidade nas dietas das classes altas desempenham um papel anti-esclerótico.

(1) *New Society*, 16-XII-76; páginas 567 e 568.

10-I-77

## 11. RICOS E ANALFABETOS

Um americano em cada quatro não sabe mais ler pequenos anúncios, escrever uma carta ou trocar dinheiro. Esqueceu por causa da televisão, do telefone, do cheque

Uma elevada proporção de habitantes analfabetos sempre foi considerada um indicador de subdesenvolvimento. No entanto, a partir de 1960, a maioria dos países subdesenvolvidos lançou-se a campanhas de alfabetização de adultos. Avaliando os resultados dessas campanhas, a UNESCO verificou que, embora o número absoluto de analfabetos continue crescendo, estimando-se que 800 milhões de pessoas no mundo em 1970 ainda não sabiam ler nem escrever, a taxa de analfabetismo mundial declinara para um terço dos adolescentes e adultos com mais de 15 anos. Por isso, não deixa de surpreender a descoberta de que, no mesmo período, ocorria um aumento de pessoas semi-analfabetas em países capitalistas desenvolvidos.

Nos Estados Unidos, a taxa oficial de analfabetismo é de apenas 1%. Duas pesquisas recentes, porém, uma promovida pela Universidade do Texas e outra pelos serviços de educação do governo federal, apuram uma regressão alarmante na capacidade de ler, escrever e contar de muitos americanos tidos por alfabetizados. Pela amostragem levantada, 20% dos americanos brancos seriam praticamente analfabetos e incapazes de resolver problemas elementares da vida quotidiana; a proporção chegaria a 44% entre os negros e porto-riquenhos. 86 milhões de americanos não saberiam calcular o consumo de gasolina de seus carros; 52 milhões não conseguiriam ler corretamente ofertas de emprego; 48 milhões não saberiam dar troco; 39 milhões seriam incapazes de entender as deduções de sua folha de pagamento. A maioria dos americanos não lê mais romances; vê filmes. Não consulta jornais; sabe das notícias pelo rádio e pela televisão. Não escreve para os amigos e parentes; comunica-se por telefone. Nestas condições, explica um sociólogo americano, "é perfeitamente possível imaginar que se possa viver muito bem sem ser alfabetizado. Basta que se tenha um amigo

que saiba ler e escrever e que ajude de vez em quando a resolver alguns problemas".

Esta nova modalidade de analfabetismo regressivo não parece limitar-se aos Estados Unidos; começa a ser observada em outros países capitalistas desenvolvidos. Na Grã-Bretanha, um relatório oficial acaba de estimar em 1 milhão o número de analfabetos. E depois de advertir que esse número tende a estabilizar-se ou a piorar, o relatório acrescenta: "É possível que 20% dos adultos, mesmo que tenham aprendido a ler, sejam incapazes de ler corretamente os jornais, as instruções distribuídas em seu trabalho ou as variadas informações da vida quotidiana". Na França, uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos constatou que os jovens, "solicitados por uma sociedade de espetáculos - a televisão, o disco, o rádio, o cinema - lêem cada vez menos". Outra pesquisa, efetuada em bibliotecas públicas de bairros populares em Paris e em Lille, averiguou que, há 15 anos, havia sempre 20 a 30 candidatos à leitura dos livros mais conhecidos; hoje a lista passa de 1 ou 2 leitores. Segundo comentário do sociólogo que coordenou a pesquisa, "depois do automóvel que permite sair da cidade para passear, depois da televisão que ocupa o resto do tempo disponível em casa, o pessoal não lê mais". A "sociedade da abundância", do "consumo em massa", estaria criando assim um produto imprevisto - uma camada de trabalhadores bem alimentados e bem vestidos, com televisão, carro e casa própria, mas analfabetos?

### Capitalismo e cultura

As pesquisas são fragmentárias e não permitem ainda conclusões mais consistentes. No entanto, sugerem a hipótese de que a relação entre o modo capitalista de produção e a difusão da cultura científica percorreria três fases. De início, enquanto o novo regime de produção ainda se

apóia primordialmente no prolongamento e na intensificação da jornada de trabalho, o grau de instrução dos trabalhadores não é decisivo. Como nos modos anteriores de produção, fundados numa técnica pré-científica e rotineira, transmitida na prática e oralmente, a instrução formal dos trabalhadores ainda não é necessária economicamente.

A medida, porém que o capitalismo se consolida e se expande num país, ele introduz sua forma específica de incrementar a produção e a taxa de lucro, vale dizer, o recurso à técnica científica para elevar a produtividade dos trabalhadores sem precisar aumentar o tempo ou o ritmo de trabalho. Ora, a nova tecnologia exige, pela primeira vez na história, um trabalhador cada vez mais instruído e qualificado; daí o incentivo aos programas de alfabetização e de treinamento profissional. A consideração que os dados atuais parecem suscitar é que, ultrapassada certa fronteira no desenvolvimento capitalista, com a mecanização e a automação crescentes dos processos produtivos, não só diminui a necessidade de mão-de-obra, mas também decresce a importância da habilitação pessoal da maioria dos trabalhadores. Se a isto se somam as novas técnicas de comunicação e de lazer e mesmo novas tendências no esporte, que empurram o público para uma posição de espectador passivo e não de participante, é fácil chegar à modalidade de analfabetismo regressivo e de retrocesso cultural dos trabalhadores que se delineia: agora nos próprios Estados Unidos, o país técnico e cientificamente mais desenvolvido até agora na história humana.

Os remédios para esse embrutecimento de uma parcela expressiva da população dos países capitalistas desenvolvidos devem ser buscados com cautela. Não se trata de cair num saudosismo agrário e artesanal e agarrar-se desnecessariamente a formas tradicionais de criação e transmissão da cultura. Por que insistir numa carta demorada e incerta se o recado pode ser transmitido por telefone rapidamente? Por que um professor deveria desprezar os modernos recursos audiovisuais e gastar-se numa descrição difícil de ser assimilada pelos alunos se pode mostrar uma paisagem típica ou um animal pré-histórico com um simples diapositivo? E por que não valer-se da mecanização e da computação eletrônica a fim de libertar os homens de uma série de atividades repetitivas e esgotantes e canalizar suas energias para trabalhos mais nobres? A televisão, o cinema, o rádio, o disco, bem utilizados, não poderiam cumprir um papel importantíssimo na elevação da cultura científica e política de extensas camadas da população? Ainda assim, é preciso reconhecer que uma parte essencial da cultura humana continua sendo acumulada e transmitida através de livros e periódicos. Além disso, as técnicas de redação e de leitura guardam características particulares, muito valiosas para o desenvolvimento cultural: estimulam métodos mais rigorosos de pensamento, exigem espaço para a reflexão pessoal, oferecem a possibilidade de um recuo para a compreensão crítica dos acontecimentos. Por isso mesmo, o processo que se observa nos países capitalistas de-

envolvidos não é tanto a substituição generalizada de uma forma de transmissão da cultura por outra, mas sim uma polarização cultural. Pois, se 57 milhões de americanos não concluem a escola primária e 40 milhões não lêem nem escrevem regularmente, uma minoria de universitários se instrui cada vez mais, frequenta numerosos cursos no país e no exterior, consome um número considerável de livros caros e revistas sofisticadas, assiste a espetáculos considerados de vanguarda e escreve sem cessar.

### A polarização cultural

Reproduz-se desta maneira, na cultura, a polarização que Wright Mills observara na vida política dos Estados Unidos. Segundo este sociólogo, o modelo político americano se estruturou na forma acentuada de uma pirâmide. As decisões fundamentais são tomadas por um círculo restrito de grandes financistas e industriais, de governantes e funcionários de nível superior e de altos comandantes militares - o famoso "complexo industrial-militar" denunciado pelo próprio presidente Eisenhower. Das decisões secundárias e específicas participa uma faixa intermediária, mais ampla e barulhenta, de diretorias de sindicatos, juntas de vizinhos, comitês de cidadãos; é o que dá a impressão de uma democracia ativa. Mas, na base da pirâmide a larga maioria da população permanece apática e desorganizada, espiando sua televisão e comendo seus sanduíches, à margem de qualquer participação. Tal descompasso acarreta um sério empobrecimento espiritual dos trabalhadores, mesmo que tenham um bom emprego e recebam um salário satisfatório. Mas constitui um grave risco também para a elite ilustrada. Pois, assim como a produção de bens e serviços estanca se não encontra quem os consuma, a criação científica e artística, cortada da prática produtiva e da vitalidade popular, perde o fôlego, se extravia. Um exemplo é a arte considerada de vanguarda e que se debate na armadilha da criatividade por si mesma e de um experimentalismo formal e vazio. Portanto, mesmo que o capitalismo, após certo estágio avançado, não precise mais de um número elevado de trabalhadores instruídos para funcionar, estes continuam precisando instruir-se para assegurar sua emancipação e o progresso da sociedade.

Segundo recomenda o ditado, "quem vê as barbas de seu vizinho arder, ponha as suas de molho". Os países subdesenvolvidos não devem confundir seu desenvolvimento com a transplantação necessária do modelo econômico e dos valores culturais dos países hoje desenvolvidos. Nem mesmo devem interpretar seu progresso como uma luta apenas pela elevação do nível de bem-estar material dos trabalhadores. Na realidade, devem empreender seu desenvolvimento como a luta pela criação de um novo padrão de vida, material e espiritual, baseado, sem dúvida, num desenvolvimento ainda mais acelerado da ciência e da técnica modernas, mas para isso baseado também na participação de todos no trabalho produtivo, nas decisões políticas e na criação cultural. 29-III-76.

# 5 POLÍTICA: CIÊNCIA E ARTE

*A história avança a partir das condições econômico-sociais, mas através das lutas políticas. A política é, portanto, a ciência e a arte de transformar o possível em real. Não é apenas a arte do que é possível imediatamente, como a definem os oportunistas; o que não é possível hoje, pode ser viável amanhã: o que não é exequível por si mesmo, pode tornar-se possível com sacrifício e esforço. A Política é, portanto, a ciência exigente e a arte militante de descobrir e realizar o futuro.*



# 1. A POLÍTICA DE FUGIR DOS PROBLEMAS

A história não se faz automaticamente

Um partido político não é um clube de debates sobre a sociedade; é uma ferramenta de ação para transformá-la. Por conseguinte, redige um programa para levá-lo à prática, não para decorar as paredes de sua sede. Ora, quais são as tarefas mínimas que se impõem a um partido se ele almeja realmente tirar seu programa do papel para a vida?

A primeira é conquistar o apoio de todos os setores sociais a cuja defesa o programa se destina, conseguir que eles se encontrem no programa e o adotem como seu; a segunda é ajudar esses setores a se unirem e organizarem para lutar pela realização do programa. Mas um partido não conquista a adesão de forças sociais expressivas nem as organiza através de uma pregação puramente doutrinária ou em torno de objetivos genéricos; tem que partir do dia-a-dia econômico e político, formular reivindicações imediatas e utilizar cada acontecimento novo para mostrar as diferenças entre seu programa e o programa adversário, para comprovar a correção de suas propostas e para ampliar a organização e a iniciativa de seus adeptos e amigos. A política é competitiva como o futebol, e tanto em um quanto na outra o jogo se decide no campo, não nos vestiários. Se um time não mantém o gol adversário sob assédio permanente e se a sua defesa, ainda por cima, quando o ataque rival investe, bate em retirada para fora do gramado, como poderá ganhar partida e esperar os aplausos de sua torcida? E uma direção técnica que impusesse à sua equipe uma tática tão insensata não deveria ser convidada a procurar outro emprego?

O MDB não é propriamente um partido, mas um movimento amplo que interpreta, até certo ponto, os anseios comuns dos setores sociais e das correntes políticas oposicionistas, particularmente sua exigência de revogação da legislação excepcional e de reconstituição democrática do país. Possui, portanto, um programa e deve brigar pela sua concretização; não pode esperar que a Arena vá realizar o programa do MDB. Sendo assim, como entender que a direção do MDB, em sua maioria, prefira recolher-se sempre que vislumbra o risco de um confronto e não aproveite episódios decisivos, como as recentes cassações de parlamentares e o andamento dos contratos de risco para exploração de petróleo ou a viagem de Kissinger à América Latina, a fim de esclarecer suas opiniões, compará-las com as do governo ou da Arena, reforçar seu prestígio e incentivar a organização de suas bases? Não é justamente nos momentos de crise que a opinião pública mais necessita de orientação e estímulo? E não são precisamente os casos mais delicados, porém mais relevantes, os que melhor permitiriam ao povo compreender as diferenças entre o programa do MDB e o da Arena? Como o MDB poderá ganhar apoio e contribuir para a realização do programa oposicionista sem esforço, sem confronto, sem riscos?

No entanto, tem prevalecido na direção emedebista o juízo de que o melhor que o partido pode fazer pela causa oposicionista é evitar as crises, reduzir a temperatura da disputa política, aguardar tempos melhores. Em defesa da tática de inação, de vestiário, dois argumentos são lembrados com mais insistência.

O primeiro, uma mistura ingênua de espontaneísmo e triunfalismo, parte da premissa de que o jogo político já está decidido a favor do MDB e a vitória da oposição é apenas uma questão de tempo: para que, então, botar tudo a perder precipitando o amadurecimento natural? É difícil compartilhar esse otimismo. Talvez alguns dirigentes do MDB entendam por vitória da oposição a simples eleição de seus candidatos em 1976 e 1978; isto explicaria a tese de que o "objetivo supremo" da oposição, no momento, ao qual todos os outros deveriam ser sacrificados, seria garantir a realização das eleições municipais. É uma opinião desastrosa. Primeiro, porque a vitória dos candidatos do MDB nas eleições municipais não está garantida. E, segundo, porque do ponto de vista que interessa, o da realização do programa oposicionista, mesmo a eleição de candidatos do MDB pouco serviria se eles não quisessem ou não pudessem cumprir as metas oposicionistas. Portanto, o êxito das teses oposicionistas não depende apenas da realização de eleições em 1976 e 1978, nem da simples escolha dos candidatos do MDB; depende do fortalecimento geral da oposição, coisa que não está assegurada nem será jamais uma dádiva espontânea da história. O tempo, em si mesmo, não trabalha nem para o MDB nem para a Arena.

Por trás deste erro de tática política talvez se esconda, assim, uma incompreensão teórica sobre a maneira como a história avança, a mesma incompreensão que se encontraria na raiz de outra teoria, muito parecida, que circula atualmente entre intelectuais. Trata-se de uma versão nova e mais sofisticada da concepção economicista e fatalista da história, que não leva a sério o papel motriz dos homens nas transformações sociais. Invocando "leis de bronze" da economia capitalista, pretende-se sustentar que o desenlace da história contemporânea, tanto no mundo, quanto no Brasil, já está assegurado; "mais cedo ou mais tarde" os trabalhadores festejariam sua vitória, que a economia, generosamente, se incumbiria de preparar no lugar deles. Ora, a história dos homens é feita em condições dadas e que cada geração recebe independentemente de sua vontade; mas é feita pelos homens. O estágio do desenvolvimento econômico, indiscutivelmente, determina os limites objetivos do poder criador dos homens e mesmo o horizonte até onde pode alcançar seu conhecimento do universo num momento dado; além disso, o estágio do desenvolvimento econômico, criando necessidades e interesses materiais distintos, atribui às diferentes classes e camadas sociais papéis específicos; dentro dessas

fronteiras, porém, tudo está por ser feito; possibilidade objetiva não é resultado fatal. Portanto, a história avança a partir de condições econômico-sociais determinadas, mas através da ação consciente e organizada dos homens que, pela sua posição sócio-econômica, são chamados a levar a história adiante. Ora, se a ação desses homens decorre por um lado de sua posição sócio-econômica, depende por outro de sua consciência político-ideológica e do grau de sua organização e de sua iniciativa; para assumirem seu papel, eles têm que estudar, interpretar corretamente o processo em andamento, se organizar, traçar planos, se mexer; do contrário, a história não irá para a frente por si mesma, não se sabe por que truque fantástico; a história poderá simplesmente atolar num período de impasse e de gradual ruína. Portanto, para transformar a sociedade, como para dominar a natureza, é preciso trabalhar, lutar, sacrificar-se, correr riscos.

Uma segunda defesa é apresentada para a tática de espera passiva seguida por setores do MDB: é preciso lutar, reconhecer esses setores, mas é preciso também evitar participar das "crises", alegam. Raciocina-se como se pudesse haver luta sem crises, ou como se toda crise fosse necessariamente prejudicial; como se a história pudesse marchar suavemente, sem tensões e sem turbulências. Novamente esta é uma concepção que não encontra apoio nos conhecimentos que a ciência acumulou sobre o desenvolvimento da natureza e das sociedades humanas. Indica a ciência que em todos os

fenômenos e processos, naturais ou sociais, há contradições e há lutas para resolvê-la e através dessas contradições e dessas lutas é que as coisas nascem, crescem e se transformam. Os exemplos são numerosos. Na eletricidade briga o pólo negativo com o positivo, no imã, o pólo norte com o pólo sul. E um boi não poderia deslocar-se do curral para o pasto, do pasto para o riacho, sem lutar constantemente contra a posição que ocupa; se pára de lutar, pára de andar. Não, nem a natureza nem as sociedades humanas conhecem desenvolvimento sem contradições e sem crises. E as crises ocorrem justamente quando os problemas se aproximam de uma solução. Portanto, bem conduzidas, as crises não são prejudiciais; são benéficas, são promissoras. Nesse sentido, esfriar uma crise seria apenas retardar sua solução. Pois como resolver uma contradição sem mergulhar nela profundamente, sem desenvolvê-la, sem aprofundá-la? E sem aprofundar e resolver as contradições pendentes, como passar a um estágio superior de desenvolvimento? Das contradições nascem as crises, mas nasce também o progresso. "A vida é combate", cantava o poeta.

Os dirigentes do MDB que advogam a política de jogar água fria em toda disputa mais acalorada, poderiam refletir com proveito sobre a experiência prática das cozinheiras. Pois toda cozinheira sabe que é preciso ferver a água para preparar o café; se toda vez que a água começasse a esquentar, a cozinheira jogasse mais água fria no caburé, quando é que o café ficaria pronto? 1/III/76

## 2. OS HOMENS QUE FIZERAM O SECULO XX?

Se Colombo tivesse naufragado, a América ainda não teria sido descoberta? E se George Washington tivesse mudado de campo durante a Revolução americana, os Estados Unidos ainda seriam uma colônia inglesa?

Mao Tsetung, Chu En-lai, Ho Chi-minh, Nasser, Nehru, Perón, João XXIII, de Gaulle, Churchill, Chiang Kai-shek, Kennedy, Krushov estão mortos.

Num período anterior desapareceram Lênin, Trotsky, Stálin, Franklin Roosevelt, Hitler, Mussolini. Dos líderes iniciais do século atual, o século de transformações mais profundas em toda a história, poucos continuam ativos, como Josip Broz Tito, da Iugoslávia.

Alguns se perguntam se surgirão novos líderes à altura dos que se foram. Por trás da pergunta podem esconder-se duas incompreensões. A primeira é que os líderes hoje celebrados não se forjaram da noite para o dia, nem foram reconhecidos facilmente, sem duras provas e sem

passar algum tempo; quem garante que os novos líderes não estão emergindo das refregas atuais, embora ainda não desfrutem do prestígio de seus antecessores? Em segundo lugar, não deve ser exagerada a função dos grandes homens. As personalidades progressistas do século XX não fizeram a história contemporânea, por mais relevante que tenha sido sua contribuição; não é o líder de uma grande revolução de libertação nacional, por exemplo, que pessoalmente liberta um país e o transforma numa nação independente; é o povo deste país quem realiza essa façanha, embora lutando e trabalhando sob a orientação e o incentivo do líder; esta orientação, por sua vez, o grande homem não a formula isoladamente, mas em estreita ligação com as opiniões e as experiências de

seu partido político e de seu povo. Um grande líder não inventa orientações, sintetiza idéias e experiências; não cria a história arbitrariamente e sozinho, mas apenas coordena e dirige os esforços de milhões de companheiros e trabalhadores. Em última análise, ao longo de toda a história humana, sempre foram as massas trabalhadoras a força principal na transformação da natureza e das sociedades, mesmo quando os frutos da luta não ficaram com elas.

É preciso, portanto, não confundir o papel dirigente dos grandes líderes com o papel criador das massas trabalhadoras; e, em seguida, não perder de vista as condições econômico-sociais que determinam o rumo da atividade dos trabalhadores. Evidentemente, é inestimável a contribuição de um dirigente lúcido e firme, que interprete de modo correto as necessidades do desenvolvimento social e atue sem hesitações de acordo com essas necessidades. Seu papel mobilizador e organizador é indispensável para que as massas trabalhadoras possam despertar, aglutinar-se, agir. Por isso, merece gratidão e estima. E por isso, se falta um líder à altura, um movimento progressista pode sofrer reverses temporários ou seguir uma trilha mais sinuosa do que seria necessário. No entanto, mais cedo ou mais tarde, todo movimento histórico profundo acaba forçando os líderes de que precisa. Como escreveu um autor, "graças às particularidades de sua inteligência e de seu caráter, as personalidades influentes podem fazer variar o aspecto individual dos acontecimentos e algumas de suas consequências parciais, mas não podem fazer variar sua orientação geral, que é determinada por outras forças" (1).

Assim sendo, as apreensões quanto ao desaparecimento dos grandes homens, se considerado o problema de longo prazo, não têm justificativa e indicam simplesmente quanto permanece arraigada no pensamento contemporâneo a velha concepção da história como uma sucessão apenas de grandes nomes e grandes acontecimentos.

### Três concepções de história

A concepção da história como produto da atividade consciente de alguns homens excepcionais reinou nos estudos históricos de forma quase absoluta até o século XIX. A partir de 1820, os historiadores franceses da época da Restauração, como Guizot, Mignet e Thierry, começaram a defender uma nova concepção, segundo a qual a história seria um processo regulado por leis objetivas, que incumbia à ciência histórica descobrir. Mas esses historiadores acabaram resvalando para o extremo oposto. Procurando ressaltar a ação das causas gerais, passavam por alto a importância das particularidades individuais dos personagens históricos e o papel dos episódios acidentais. A história do Império Romano não teria tomado outro rumo se o nariz de Cleópatra fosse mais curto e não tivesse chamado a atenção de Marco Antônio; mas sem dúvida várias de suas características secundárias seriam diferentes; portanto, não é justo afirmar que a atividade das grandes personalidades em nada modifica o movimento histórico. O erro de fundo da nova escola, como da escola precedente, era contrapor a ação dos homens às leis históricas, como se fosse necessário escolher entre uma ou outras; não levavam em conta que

a história, embora seja um movimento regido por leis, é realizada pelos homens; e que, por conseguinte, as leis históricas não atuam automaticamente, por si mesmas, mas através dos homens; são leis que regem justamente a atuação dos homens.

Foi preciso que surgisse uma nova corrente filosófica, na segunda metade do século XIX, para que o problema da relação entre as leis históricas e a atividade dos homens, por um lado, e o problema da relação entre a ação das massas trabalhadoras e a dos grandes homens, por outro, tivessem uma solução científica. Segundo esta concepção, trata-se de reconhecer que existe entre esses elementos uma relação dialética, pois são ao mesmo tempo distintos e inseparáveis e agem uns sobre os outros. Deve-se partir de dois princípios. O primeiro é que a história dos homens é feita pelos homens. Mas por que é feita de certa maneira e não de outra? Isto acontece, e aqui entra o segundo princípio, porque os homens fazem sua história em condições dadas, segundo determinadas leis, que cada geração recebe independentemente de sua vontade.

Essas condições consistem, basicamente, na época histórica geral e na formação social particular de cada país; esta, por sua vez, combina sempre uma base econômica determinada com uma superestrutura política-ideológica determinada. Este quadro objetivo circunscreve os limites do poder criador dos homens e mesmo o horizonte até onde pode alcançar o conhecimento humano num momento dado; além disso, atribui às classes e camadas sociais papéis específicos, de acordo com suas necessidades e interesses diferentes. Por isso, estudando as condições objetivas e suas contradições internas, é possível descobrir não só a direção geral do processo histórico num momento determinado, mas também as forças sociais que estão chamadas a movê-lo para a frente.

Porém, se a história avança a partir de condições objetivas, segundo determinadas leis, ela só pode fazê-lo através da ação das classes e camadas sociais interessadas em levar a história adiante. Ora, essas classes e camadas sociais, para agir, para se transformarem em forças sociais, precisam tomar consciência de si mesmas, descobrir as leis históricas, se unir, se organizar, interpretar corretamente o processo em andamento, traçar planos, se mexer. Para isso precisam contar com a ajuda de seus elementos mais avançados e em particular de um grupo de líderes capazes e decididos. Em suma: embora as massas trabalhadoras constituam a força que move a história, para entender sua ação é preciso levar em conta que elas se dividem em determinadas classes de acordo com a época histórica e a formação sócio-econômica de cada país; que as classes são geralmente representadas por partidos políticos; e que os partidos políticos, em regra, são dirigidos por grupos mais ou menos estáveis de líderes. Só é possível apreender a dinâmica histórica correlacionando acertadamente a influência das condições econômico-sociais, por um lado, e a atuação das massas, classes, partidos e líderes, por outro. As condições econômicas determinam em última instância todo o processo social e por isso a atividade dos homens só pode ter êxito se se apoia nas leis objetivas; no entanto, a história se movimenta através da interação de todos esses elementos e cada um desempenha um papel próprio e indispensável.

Não é contraditório afirmar que existem leis históricas necessárias e ao mesmo tempo insistir na importância da atuação dos homens? Não seria absurdo fundar um partido para lutar pela realização (inevitável) de um eclipse da lua? De fato seria, mas porque a atividade humana não figura entre as condições cuja conjunção é indispensável para que se produza um eclipse. Ora, não é isto que acontece com os fenômenos sociais; no domínio social, entre as condições necessárias para que um fenômeno se produza, está sempre incluída a atividade humana.

### O papel dos grandes homens na história

A existência de leis históricas também não impede a liberdade dos homens; apenas a condiciona, a disciplina. E é na medida em que conhecem e reconhecem as leis históricas, que os homens poderão exercer de fato seu poder criador e sua iniciativa. O homem conseguiu voar apoiando-se na lei da gravidade e não a desconhecendo!

Enfim, numa história regulada por leis necessárias e movida principalmente pela atividade das massas trabalhadoras, ainda haveria algum lugar para os grandes estadistas, os grandes cientistas, os grandes artistas? Sem dúvida que sim. No caso dos dirigentes políticos, sua ação é necessária para ajudar as forças progressistas a elevarem sua consciência, se organizarem, encontrarem o caminho certo para cumprir sua missão histórica; e quanto mais um dirigente for capaz e dedicado, mais rapidamente e com menores tropeços esta missão será cumprida. Como escreveu o autor já citado, a existência de uma lei histórica significa que "o fenômeno A tem que se produzir necessariamente se existir uma determinada soma de condições S". No entanto, isto não pode conduzir ao fatalismo e ao desinteresse, porque "a soma S, necessária para a realização do fenômeno A, compreende também minha atividade". Se não cumpro meu papel, "pode-se dar que meu lugar seja ocupado por outro homem". Mas, "se sou um líder hábil e capaz e ninguém me substituiu, então a soma S não estará completa e o fenômeno A dar-se-á mais tarde do que tinha sido calculado, mas se produzirá plenamente ou não se produzirá em absoluto".

Portanto, os grandes homens exercem uma influência considerável sobre a história. No entanto, é indiscutível que sua ação tem limites e que tende a diminuir com o avanço da história.

Em primeiro lugar, os grandes homens podem influir no ritmo, nas formas e em algumas consequências dos processos sociais (e isto é importante!), mas não podem alterar seu conteúdo básico, sua marcha geral. Se Rafael, Miguel Ângelo e Leonardo da Vinci tivessem morrido quando crianças, sem dúvida muitas particularidades da história da arte seriam diferentes; mas quem se atrevera a sustentar que o movimento da Renascença não teria ocorrido? Se Colombo tivesse naufragado, a América ainda não teria sido descoberta? E se Washington tivesse mudado de campo durante a guerra da independência americana, os Estados Unidos ainda seriam uma colônia inglesa?

Em segundo lugar, por mais valor que tenha um homem, sua ação só será realmente grande e eficaz se ele

interpretar corretamente as exigências do progresso social em seu tempo, agir segundo essas exigências e se ligar às forças sociais em ascensão. Um grande homem não faz o que quer com a história; é apenas um pioneiro, alguém que vê mais longe, deseja mais fortemente e se empenha pela transformação mais do que os contemporâneos. É preciso também que haja correspondência entre as qualidades que o caracterizam e as necessidades de sua época. Napoleão teria morrido como o simples coronel Bonaparte se o Antigo Regime tivesse durado na França mais 75 anos.?

Em terceiro lugar, os grandes homens não nascem feitos. As qualidades de caráter de um homem não são inatas, são adquiridas pela sua prática e pelas influências que ele sofre. Os conhecimentos de um homem também não vêm impressos em sua cabeça ao nascer; decorrem de sua experiência pessoal e da experiência de outros que ele seja capaz de assimilar. Portanto, antes de influenciar sua época, um grande homem é influenciado e modelado por ela. Não é um gênio predestinado por Deus ou pela natureza, não se sabe por que capricho, para cumprir uma missão excepcional. O grande homem não nasce, se faz - às custas da herança cultural de sua sociedade e de muitos esforços pessoais; e um homem será tanto mais genial quanto mais for capaz de aprender com os outros e de sintetizar ricas e vastas experiências coletivas.

Em quarto lugar, justamente porque os grandes homens não são gênios natos é que não existem homens insubstituíveis. Se Santos Dumont não tivesse inventado o avião outros não o teriam feito? Os talentos aparecem sempre que se reúnem as condições sociais favoráveis ao seu desenvolvimento. Sem a revolução francesa, quem imaginaria que tantos artesãos, camponeses, tipógrafos, barbeiros, tintureiros, merceiros, atores eram gênios políticos e militares em potencial? E aqui é preciso estar atento para o que um autor chamou de "ilusão ótica". Sempre que uma necessidade social é preenchida por um grande homem, seu talento se transforma numa força desfavorável à manifestação de outros talentos. Para que pesquisador uma vacina contra a raiva se Pasteur já a descobriu? A partir daí, não é difícil exagerar a capacidade dos grandes homens e vê-la como inteiramente excepcional, sem considerar que podem ter existido ao lado deles outras capacidades semelhantes que não se transformaram de potenciais em reais, porque não tiveram a possibilidade de viver os desafios e as experiências que as desenvolveriam. Por isso, o "homem necessário" - César Augusto, Cromwell ou Napoleão - acabou sendo achado sempre que a história precisou dele.

Em síntese, o papel dos grandes homens na história é necessário e muito importante; mas não é decisivo. No fundo, é mais a história que faz os grandes homens do que os grandes homens que fazem a história. E como a tendência da história é para uma democratização, para uma participação cada vez maior dos trabalhadores no poder político e na vida econômica e cultural, isto significa que a tendência da história é para reduzir as diferenças entre os homens e, portanto, para diminuir a necessidade dos grandes homens II-X-76.

(1) Ver o ensaio "O papel do indivíduo na história" do filósofo G. Plekhanov, Editora Paz e Terra, 1974).

### 3. COMO SAIR DO IMPASSE?

A disputa política é como uma partida de futebol: é competitiva e opõe sempre dois lados fundamentais. Nela, não pode existir gol neutro; o que beneficia um time, necessariamente prejudica o outro

**A**lguns políticos opositores voltaram a declamar o refrão de que o importante é mexer-se, sair do impasse institucional; para que lado não os preocupa muito.

Essa teoria se assemelha à tese difundida pelo escritor e político alemão Eduard Bernstein no final do século passado e resumida por ele próprio na máxima famosa: "O movimento é tudo e o objetivo final é nada". Ora, objetivo e movimento não podem separar-se, pois todo movimento se faz em direção a algum objetivo, claro ou implícito. Por isso, em regra, a teoria de que o movimento é mais importante do que o objetivo significa apenas que os objetivos foram mudados; é, como no caso de Bernstein, uma defesa encoberta e indireta de novos objetivos.

Uma versão intermediária da teoria que acha mais importante a viagem em si do que o porto de destino é a denominada "política do mal menor". Nos períodos de dificuldades, quando a história não avança, se arrasta, sempre surge alguém para argumentar que, não sendo realizáveis no momento os objetivos mais justos que se desejaria, a única alternativa "realista" e "prática" é aceitar, das soluções propostas, a menos ruim, até que se consiga retomar, em condições mais propícias, a luta pelos

objetivos mais avançados. Todo o problema, contudo, reside em saber se depois as condições serão de fato mais favoráveis e, portanto, se o "mal" proposto é realmente "menor".

A resposta não é simples. Os advogados da "política do mal menor" julgam que é, porque incorrem num erro metodológico duplo: procedem a uma avaliação imediatista e unilateral dos efeitos dos acordos propostos. Imediatista, porque contempla apenas alguns benefícios imediatos e secundários que poderiam ser obtidos por um dos lados, mas sem levar em conta que deveria pagar por eles o preço inadmissível de renunciar a partes fundamentais de seu programa. E o imediatismo é facilitado porque a análise é também unilateral: pondera os possíveis benefícios de um lado, mas não toma em consideração seus prejuízos certos; quanto ao lado oposto, acentua as concessões que fará, mas negligencia as vantagens que o beneficiarão.

Manifesta-se aqui um erro grave de concepção. A disputa política é como uma partida de futebol: é competitiva e opõe sempre dois lados fundamentais. Em ambas, não pode haver gol neutro; o que beneficia um time, necessariamente prejudica o outro; o que fortalece um lado, ao outro debilita inevitavelmente. Toda avaliação de uma política deve ser

realizada, por conseguinte, pesando seus efeitos tanto para um lado quanto para o outro, e não apenas seus efeitos imediatos, mas sobretudo seus efeitos futuros e duradouros. A questão de fundo, no final das contas, é saber que time sai ganhando com o acordo, ou seja, que lado, através da política proposta, se aproxima de seus objetivos essenciais e que lado se afasta deles.

Pesada assim a "política do mal menor" pode descobrir-se que ela não apenas sacrifica os objetivos programáticos que diz defender a discutíveis vantagens imediatas, mas também, mesmo do ponto de vista imediato, ao adotar uma tática pessimista e defensiva, termina fortalecendo mais o lado adversário do que seu próprio lado. Com isto, afasta, em vez de aproximar, os objetivos considerados mais justos. Não é, portanto, um "mal menor".

Muitas vezes a crítica à política derrotista do "mal menor" é embarrada porque se tem a impressão de que a alternativa para ela seria a política voluntarista e não menos errônea do "tudo ou nada". Mas isso não é verdade. Essas duas políticas não passam de produtos que, embora opostos, são complementares, pois decorrem da mesma metodologia de pensamento e ação que separa objetivo final e movimento. Os partidários da "política do tudo ou nada"

apegam-se, doutrinariamente a objetivos em cuja direção "não sabem mover-se; caem no imobilismo e na expectativa; já os defensores da "política do mal menor" se perdem em movimentos que não conduzem aos objetivos teoricamente afirmados.

A alternativa verdadeira é a "política de acumulação de forças", que articula os objetivos finais com o movimento atual. Não perde de vista as metas programáticas; mas, ao mesmo tempo, leva em conta a correlação de forças a cada momento e não se recusa a formular objetivos parciais de acordo com as condições objetivas e subjetivas existentes. No entanto, na formulação desses objetivos imediatos, observa duas condições: primeira que os objetivos parciais estejam na direção dos objetivos finais e não em contraposição a eles; e segunda, que a maneira de lutar por eles contribua para elevar o nível de consciência, de organização e de unidade das forças progressistas, fazendo-as avançar no rumo de seus objetivos básicos. Justamente nesses critérios é que a "política do mal menor" naufraga: pois, não só preconiza acordos que rompem com a linha programática declarada, mas além disso, para defendê-los, embaralha os times e desmenciona, deseduca, desorganiza e divide o próprio time.

### 4. POLÍTICA E INTENÇÕES

Os homens devem ser julgados acima de tudo pelo que fazem e não pelo que dizem, nem mesmo pelo que pensam honestamente de si.

**N**o recente debate sobre a distensão brasileira, muitos analistas escorregaram em conclusões que agora se revelam precipitadas e subjetivas. Risco idêntico correm vários comentaristas da distensão mundial; tomando ao pé da letra as declarações dos Estados Unidos e da União Soviética, não se dão conta de que o mundo pode estar caminhando, não para uma "geração de paz", mas para uma nova fase de confrontos.

Os exemplos ilustram a lição de que, para se orientar no jogo emaranhado da política, não basta armazenar informações; é preciso elaborá-las com métodos apropriados. Se muitos observadores incorrem em equívocos sérios, é porque ainda estão enleados com dois critérios errôneos de análise: em vez de se concentrarem no exame das posições políticas e de sua base social, perdem-se em elogios às qualidades pessoais deste ou daquele líder, ou então, quando se detêm nas posições políticas, pretendem avaliá-las pelas intenções e pelos pronunciamentos e não pelo seu conteúdo objetivo e pelos seus resultados práticos.

É evidente que não se pode apreciar as qualidades pessoais de um homem desvinculadas da política a que ele serve. Por si mesmas, suas qualidades não esclarecem se ele está contribuindo para uma causa justa ou jogando um papel nocivo. Se

um homem batalha por uma política correta, é ótimo que tenha um caráter íntegro, que seja inteligente, organizado, despreendido, assíduo no trabalho, ou seja afável, comunicativo, atencioso. Mas se ele trabalha por uma política errada, não seria até melhor - não causaria menos prejuízo - se não fosse tão ativo, tão competente ou tão simpático? Quem julga apenas pelas características pessoais, pelas virtudes interiores, acaba se metendo num beco sem saída: pois homens generosos e bem intencionados em geral se encontram nos dois lados da luta política; como então saber quem tem razão, que lado merece apoio? O julgamento está de cabeça para baixo.

Se é preciso apreciar as qualidades pessoais dos homens em relação com a política a que servem, não é menos necessário aferir suas verdadeiras posições políticas pela prática que desenvolvem e não apenas pelas declarações que fazem ou por suas supostas intenções. Por definição, as intenções subjetivas são difíceis de apurar. Quanto às palavras, podem ser enganosas. E não apenas nos casos de má fé; também pode ocorrer que um homem esteja equivocado sobre a situação histórica e sobre seu papel objetivo; ao falar, expressará com a maior das sinceridades convicções que não correspondem à realidade. Considere-se o complicado panorama internacional do momento:

regimes tão distintos como os da União Soviética, China, Cuba, Iugoslávia, Portugal, Argélia e Congo, ou líderes tão diferentes como Brezhnev, Mao Tsetung, Fidel Castro, Alvaro Cunhal, Mário Soares e Enrico Berlinguer, podem ser todos socialistas, todos marxistas? Quem toma apenas as palavras como sua bússola, condena-se à perplexidade e à desorientação. É preciso cortar as palavras com os atos e ambos com o processo político em andamento no mundo e em cada país. O papel objetivo que se desempenha nesse processo político; eis o critério decisivo para julgar os homens, os partidos políticos e as correntes de idéias.

Na raiz dos critérios subjetivistas de análise política se encontra uma concepção duplamente idealista da história que exagera, no processo social, o poder da ação política; e na ação política, exagera o peso dos fatores conscientes e individuais. É como se a história fosse feita premeditadamente por grandes líderes políticos, de cujas virtudes tudo dependeria. Na realidade, a atuação política dos homens se desdobra dentro de limites objetivos, que eles não podem ultrapassar e que no entanto muitas vezes desconhecem. Dentro desses limites, os homens podem concorrer para acelerar ou retardar as transformações históricas, para que elas sigam um caminho mais retilíneo ou mais sinuoso, para que se-

jam feitas com sacrifícios menores ou mais pesados; não podem, porém, alterar as tendências profundas da história. E frequentemente desencadeiam processos dos quais não têm inteira consciência.

Portanto, o bom método da análise política recomendaria começar pelo estudo das características e do estágio em que se encontra o desenvolvimento econômico de uma sociedade, para em seguida delinear as forças sociais que nascem desse desenvolvimento, cada uma com suas aspirações e objetivos próprios. Só então seria possível desvendar as alternativas políticas reais que se abrem para a sociedade a partir da relação entre as forças sociais existentes e seus objetivos. E contra este pano de fundo, é que se poderia apreciar corretamente a função histórica dos indivíduos, pois o julgamento essencial a ser feito consiste em determinar a que forças sociais eles se vinculam; a partir daí seu pensamento e sua ação individuais já estarão condicionados em grande parte.

Arrematando: os homens devem ser julgados acima de tudo por suas posições políticas e estas devem ser verificadas, em última análise, não pelo que eles dizem, nem mesmo pelo que pensam honestamente de si mesmo, mas sim pelo que fazem, pelo papel efetivo que representam na peça histórica em andamento. 11 VIII-75.

## 5. POLÍTICA E MATEMÁTICA

O melhor ministério é uma boa equipe de computadores?

O ministro Mário Simonsen, além de economista, tem fama de bom matemático. Comenta-se que seria o autor das engenhosas fórmulas da política salarial e da correção monetária. O próprio Ministro sempre enaltece as virtudes da matemática aplicada à análise econômica e até à política. Em maio, por exemplo, deu aos participantes do Seminário de Salzburgo esta definição precisa da política salarial brasileira: "Os reajustes de salários não são mais decididos na base de pressões e greves, mas por um rápido cálculo matemático".

No momento os números não estão ajudando o Ministro. A taxa de aumento do PIB declina, enquanto a inflação dispara novamente. A fórmula salarial que prestou serviços tão úteis à acumulação do capital, agora dificulta a realização desse mesmo capital, porque o mercado externo entrou em crise e o mercado interno está contido. No aperto, o Ministro é obrigado a consentir que suas criações sofram remendos. A fórmula do cálculo matemático dos salários já foi alterada. E agora é a correção monetária que principia a ser corrigida, introduzindo-se, em sua pureza matemática, conceito tão pouco exato como o de "altas acidentais".

As vicissitudes do Ministro demonstram, mais uma vez, que os cálculos econômicos não têm o valor absoluto e a objetividade imparcial que se divulga: são construídos em função de opções políticas prévias.

O valor dos números é relativo, e quem toma as estatísticas ao pé da letra e não trabalha com elas apenas como indicações aproximativas de tendências gerais comete erros frequentes. Não só porque os dados ainda são apurados e tabelados de forma imperfeita, e às vezes até tendenciosa, mas além disso a maioria dos índices e taxas estatísticas não passam de números construídos através de um sistema de pesos e médias; se estes pesos e médias são escolhidos arbitrariamente, a taxa final estará distorcida. É o que acontece com o índice do custo de vida que, além de ser levantado apenas no Rio de Janeiro, se baseia numa escala que atribui pesos baixos à alimentação, moradia e transporte, justamente os itens que mais atormentam a maioria da população. Outras vezes utiliza-se um conceito inadequado que deforma inteiramente o cálculo estatístico. O exemplo mais frisante está ocorrendo com as estatísticas sobre população urbana e rural no Brasil. Desde que a Sinopse do Censo de 1970 divulgou que a população urbana atingira 56% e a rural decrescia a 44%, todos passaram a repetir que a maioria dos brasileiros já vivem em cidades e muitos viram aí uma confirmação do elevado desenvolvimento que o país alcançou nos últimos anos. No entanto, se tivessem o cuidado de esclarecer o que os recenseadores computaram como população urbana, encontrariam na própria Sinopse esta definição surpreendente: "Considerou-se popula-

ção urbana a recenseada nas cidades e vilas", independentemente de sua função econômico-social e mesmo de sua população. Sabe-se que o critério funcional é o mais apropriado para diferenciar as cidades do campo; contudo, dadas as dificuldades técnicas para sua aplicação, pode-se aceitar o critério estatístico convenção pela ONU e segundo o qual só deve ser considerado urbana a localidade com 20 mil ou mais habitantes. O Censo brasileiro de 1970, porém, adotou um critério puramente administrativo, classificando como urbana a população de 3.649 cidades e 3.882 vilas com menos de 20 mil habitantes, algumas até com 200 habitantes. Se os dados fossem organizados de acordo com o critério seguido internacionalmente, a população urbana brasileira em 1970 representaria ainda 40% do total. Quem não percebe que os números não dispensam interpretação se queremos desvendar a realidade e não apenas sobrevoá-la?

Há, porém, uma razão mais profunda para servir-se dos cálculos matemáticos com discernimento crítico. É que, em última análise, a matemática estuda os aspectos quantitativos dos fenômenos e processos, naturais e sociais. Obviamente, o estudo desses aspectos é imprescindível, ainda mais porque as mudanças quantitativas, acumulando-se, levam sempre a mudanças qualitativas. Quem não lembra logo o exemplo da água que, de grau em grau de aquecimento, se transforma em vapor? Ou que cientista político pode ignorar que os grandes movimentos de transformação social sempre foram preparados por ações pequenas, mas persistentes? No entanto, os aspectos decisivos a examinar são os aspectos qualitativos. Por exemplo, conhecer a taxa de desenvolvimento econômico de um país é menos importante do que saber de que desenvolvimento se trata e que consequências acarretará. Se as fronteiras da matemática, como método de conhecimento, são claras, muito maiores são as suas limitações como método de solução dos problemas sociais. Os adeptos das "soluções matemáticas" omitem o fato de que a realidade social é contraditória, principalmente em países como o nosso; sendo contraditória, a solução que beneficia a uns, a outros necessariamente prejudica; a política que alguns aplaudem, outros são forçados a combater. O próprio conhecimento dos problemas sociais não é um processo puramente intelectual, inocente e pasteurizado; depende da posição social do pesquisador, de sua formação ideológica; relaciona-se com os interesses econômicos, as disputas políticas, as polémicas culturais; é um processo inevitavelmente conflitivo. Nestas condições, não existem soluções imparciais, que satisfaçam a todos indistintamente e possam ser encontradas apenas com paciência e estudo. Uma política boa não é fruto principalmente da competência dos especialistas, assim como uma política má não resulta apenas de avaliações apressadas ou informações deficientes. A primeira condição para traçar uma política justa é escolher o time certo na partida em andamento.

Portanto, se toda decisão política, para ser levada à prática, precisa ser detalhada tecnicamente, toda solução técnica, por sua vez, pressupõe uma decisão política, expressa ou implícita; as soluções técnicas aparentemente neutras não passam de opções políticas e ideológicas habilmente encadernadas. Ora, para ob-

ter decisões políticas acertadas, não existe atalho tecnocrático; por mais laborioso que seja, é preciso recorrer ao método político do confronto de opiniões e da briga entre as forças sociais e suas representações partidárias.

Se os problemas sociais pudessem ser resolvidos por simples cálculos matemáticos, o melhor ministério seria uma boa equipe de computadores eletrônicos.  
29-IX-75

## 6. POLÍTICA E EMOÇÃO

A política é ao mesmo tempo uma ciência e uma arte, e só pode ser feita de cabeça fria mas coração quente

Frequentemente, nas discussões políticas se diz que o debate deve ser "técnico e não emocional", e que as soluções devem ser adotadas "sem nacionalismos exacerbados e sem paixões". Esta ideia de que as decisões políticas devem ser tomadas racionalmente e sem emoções, apesar de muito repetida, esbarra em duas objeções sérias.

Em primeiro lugar, a experiência indica e a psicologia científica confirma que toda ação humana constitui uma mescla inexplicável de razão, vontade e sentimento. Um desses aspectos predomina, mas nenhum pode estar ausente. Como então pretender que possam existir decisões, ainda políticas, e principalmente sobre temas cruciais, "despidas de qualquer conteúdo emocional"? Toda opção política tem que ser também emocional. Além disso, numa realidade social contraditória, como a nossa, não só o conhecimento social é inevitavelmente contraditório, mas também as decisões políticas e as emoções que elas suscitam: a decisão que alegra a alguns, a outros desagrada; em uns provoca entusiasmos, desperta em outros indignação. Não pode haver, portanto, decisão política formulada como a operação insensível de um computador. Ao contrário, quanto mais relevante for um problema, mais apaixonado será o debate que mobilizará.

A segunda objeção corta ainda mais fundo, pois ressalta o papel positivo das emoções no processo de conhecimento e de transformação da realidade. A teoria de que a política não deve ter coração, parte do preconceito racionalista de que as emoções necessariamente obscurecem a inteligência, impedem o exame objetivo da realidade e empurram para soluções falsas. Isto não é verdade. Ao contrário, esclarecida pela razão e comandada pela vontade, a emoção joga um papel imprescindível para que a razão não se desoriente na interpretação da realidade, nem a vontade desfaleça em sua refrega com os obstáculos.

O conhecimento da realidade objetiva pela inteligência humana não é um reflexo mecânico num espelho passivo. Implica sempre uma certa seleção e interpretação dos dados empíricos pela inteligência e exige dela um ponto de vista determinado, uma tomada de posição, a escolha de um esquema básico de princípios e de conceitos sem o qual a apreensão da realidade pela inteligência é impossível. Tais esquemas não são estáticos, nem inatos; são elaborados historicamente, desenvolvem-se; nas sociedades contraditórias, há forçosamente esquemas básicos contraditórios, um que permite avançar na compreensão da realidade, outro que

paralisa o conhecimento e o distorce. A adesão a um ou outro desses sistemas de princípios e conceitos fundamentais depende de um processo complexo e acidentado, em que entram a posição social de cada um, seus interesses materiais, sua formação cultural, as experiências de vida que acumulou e, como expressão concentrada de todos esses fatores, os sentimentos que sedimentaram em seu íntimo. Se esses sentimentos, e os valores que eles refletem, estão de acordo com a marcha da história, longe de prejudicarem o conhecimento objetivo da realidade, representam uma ajuda valiosa à inteligência, mantendo-a na estrada correta. Neste sentido, se o trabalho metódico da razão, apoiado na prática, completa e controla uma primeira apreensão intuitiva e emocional da realidade, as emoções, por sua vez, preparam e afiam o trabalho da razão. Pois as opções ideológicas são sempre profundamente emocionais. Por isso todo debate de princípios é inconfortavelmente emocional. E muitas vezes preconizar que um debate não seja "emocional" leva apenas a quebrar a vigilância e a fugir das questões de princípio para induzir a conclusões que de outra maneira não seriam aceitas.

Estas considerações explicam porque um trabalhador simples, com pouca instrução formal, mas educado por dura e variada experiência prática, pode desenvolver um faro, um "instinto de classe" - verdadeira modalidade de conhecimento intuitivo - que lhe possibilita agarrar as questões centrais e não se desorientar diante dos processos mais complexos, mesmo que não consiga expressar suas opiniões de forma concatenada e satisfatória. Ao passo que um intelectual, com todo seu cabedal de informações, seu aparato refinado de análise, sua linguagem rica, pode oscilar de um sistema a outro de princípios e perder-se no processo emaranhado. E que o decisivo para o conhecimento da realidade é contar com princípios justos e firmes, e para isso as emoções podem dar uma boa ajuda, pois entre a prática e a teoria se insere o elo valioso das boas emoções.

Ainda maior é a contribuição das emoções ao árduo trabalho de transformação da realidade. Seu papel mobilizador é indispensável. A política jamais será uma arte neutra e fria, que possa ser urdida por uma inteligência distante e uma vontade impassível. Se a inteligência ilumina o mar encapelado e a vontade segura o leme na rota certa, são as emoções que sopram o veleiro da história para a frente.

Em conclusão, a política é ao mesmo tempo uma ciência e uma arte, e só pode ser feita de cabeça fria mas coração quente.  
17-XI-75.

# 6 A POPULAÇÃO MUNDIAL: GENTE DEMAIS OU DESENVOLVIMENTO DE MENOS?

*É a humanidade que deve condicionar seu crescimento e suas aspirações às necessidades implacáveis da acumulação do capital, ou é o prosseguimento de qualquer modo de produção que deve estar subordinado às exigências históricas do processo humano? Deve-se cortar o pé para caber no sapato ou deve-se fazer um sapato maior?*



# 1. O DISPARATE DEMOGRÁFICO

Os pobres são pobres porque têm muitos filhos?

**S**egundo cálculos da Agência de Informações Demográficas do governo americano, o número de moradores da Terra alcançou em março passado a extraordinária cifra de 4 bilhões (1). Divulgada a estimativa, uma nova safra de artigos e editoriais alarmistas invadiu a imprensa. No Brasil, alguns jornais aproveitaram a oportunidade para reivindicar, mais uma vez a adoção de uma política oficial de controle da natalidade.

Por ironia, na mesma época, o tema que ganhava as capas de revistas e as primeiras páginas de jornais na Europa era bem diferente. Informava-se que o número de nascimentos, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, se tornou menor do que o número de mortes na Alemanha Ocidental, na Austria, na Bélgica, na Dinamarca, na Suécia; e alertava-se que os demais países capitalistas desenvolvidos se aproximam da mesma situação, pois suas taxas de natalidade continuam em queda acentuada; na França, por exemplo, o número médio de filhos por casal já é inferior a dois, o que significa que a reposição natural da população, a longo prazo, não está garantida. Enquanto a "explosão demográfica" ainda assusta a Índia ou Bengala, o novo fantasma que ronda a Europa é o risco do "esvaziamento" e de uma "implosão demográfica".

## Neomalthusianismo e neocolonialismo

Os dois extremos da cadeia tornam evidente a impossibilidade de ordenar o crescimento demográfico do mundo sem ordenar antes seu desenvolvimento econômico. No entanto, ainda há quem sustente que o objetivo prioritário dos países subdesenvolvidos, para resolver seus problemas sociais, deveria ser a limitação dos nascimentos. Esta tese neomalthusiana, que surgiu em 1950, quando se agravou a contradição econômica e demográfica entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, tomou novo impulso com a Mensagem do Presidente Johnson ao Congresso americano em 1967, o Relatório Pearson às Nações Unidas em 1969, o Informe do Clube de Roma em 1970, a Conferência de Estocolmo sobre Poluição em 1972 e o Relatório McNamara ao Banco Mundial em 1974. Em comum, esses documentos reconhecem a distância crescente entre os países capitalistas desenvolvidos e os países subdesenvolvidos; mas pretendem atribuí-la não ao comércio desigual, à pilhagem dos recursos naturais ou à remessa de lucros sofrida pelos países subdesenvolvidos; não levam em conta também os regimes de posse e uso da terra vigentes nesses países ou o modelo de desenvolvimento industrial subsidiário e deformado a que são forçados; para os discípulos contemporâneos de Malthus, "o obstáculo principal" ao desenvolvimento dos países da Ásia, África e América Latina seria a expansão muito rápida de suas populações. Essa expansão, depois de 1970, passou a ser responsabilizada também pela produ-

ção insuficiente de alimentos, pelo esgotamento do petróleo e dos minérios, pelos problemas psicológicos e de saúde pública das grandes cidades ou pelo risco de uma nova guerra mundial. No fundo, é o mesmo requisito de Malthus quando pretendia, no final do século XVIII, que os trabalhadores deveriam ser considerados "a causa principal de seus sofrimentos" por terem muitas relações sexuais e muitos filhos; a diferença é que, enquanto o puritano Malthus só admitia como saída virtuosa a abstinência sexual dos trabalhadores, hoje as empresas farmacêuticas multinacionais estão aí para vender suas pilulas e seus preservativos de borracha...

Se a pregação neomalthusiana ainda consegue alguma audiência, é porque parte de alguns fatos reais. É indiscutível que a população mundial cresceu vertiginosamente nos dois últimos séculos e que ainda se multiplicará por mais algum tempo. É inquestionável também que essa rápida expansão demográfica agravou as contradições do sistema capitalista mundial, ainda mais porque ocorre principalmente nos países mais pobres. Um levantamento que acaba de ser feito por uma revista francesa delinea, com nitidez, o desequilíbrio demográfico e social que divide o mundo (veja tabela). O equilíbrio é, além de profundo, crescente, por causa das tendências de aumento acelerado da população nos países subdesenvolvidos e de seu decréscimo rápido nos desenvolvidos. Mas que conclusões se deve extrair desses fatos? A explosão demográfica é causa ou efeito do subdesenvolvimento? Mais ainda: poderá ser contida sem que os países pobres se desenvolvam?

## Uma demografia de cabeça para baixo

As respostas corretas só poderão ser encontradas se se tomar em consideração outros fatos que os neomalthusianos omitem ou negligenciam. O primeiro é que, embora a população mundial prossiga crescendo intensamente, em termos absolutos, sua taxa de expansão já se encontra em declínio. Isto acontece porque tanto a "primeira explosão demográfica", a dos países hoje desenvolvidos, quanto a "segunda explosão demográfica", dos países subdesenvolvidos, já ultrapassaram seu ponto máximo. Nos países desenvolvidos, o crescimento populacional disparou em meados do século XIX, começou a declinar no início do século XX e chegou a tornar-se negativo em vários países nos anos 30-40; durante e logo após a II Guerra Mundial, houve uma recuperação transitória da fertilidade; mas, a partir de 1956, a curva se inverte decisivamente, primeiro no Leste europeu, depois nos EUA e finalmente em toda a Europa; por volta de 1968, o crescimento demográfico do mundo desenvolvido tende à estabilidade e agora já se mostra negativo em diversos países. Quanto às nações subdesenvolvidas, em

conjunto, sua aceleração demográfica principiou nos anos 20, atingiu o ponto máximo no começo dos anos 60, mas agora já está se invertendo em quase todos os países. Em vista dessa evolução, todas as projeções lineares para o futuro são destituídas de seriedade científica. Ao contrário, os especialistas já calculam que por volta do ano 2.100, a população mundial se estabilizará em torno de 10 a 12 bilhões de seres. A Terra teria recursos para sustentar uma população tão vasta?

## Superpopulação ou Imperialismo?

Aqui entra o segundo fato que a demografia neomalthusiana desconsidera. Se o crescimento da humanidade, ao longo do tempo, é espantoso, mais espantoso é seu desenvolvimento econômico e científico. Ao contrário das previsões tendenciosas de Malthus, se a população cresceu, a produção de bens e serviços cresceu e pode continuar crescendo muito mais.

Portanto, os limites para o atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores não são naturais ou técnicos, são sociais; e não seria a simples diminuição da população pobre que afastaria esses limites; eles apenas assumiriam novas formas.

Além disso, dentro da atual estrutura dos países subdesenvolvidos, há barreiras econômicas e culturais intransponíveis para uma redução drástica da população. Nos setores econômicos internamente submetidos às leis do mercado e da acumulação capitalistas, uma queda muito grande da população pobre criaria uma escassez relativa de força de trabalho, pressionaria os salários para cima e portanto seria freada; o

ciais e econômicas. A experiência tem mostrado que o fator decisivo para a queda da natalidade no mundo contemporâneo, é um nível de vida mais elevado; ora, generalizá-lo requer o desenvolvimento independente dos países subdesenvolvidos e a redistribuição internacional e social da renda. Não é, portanto, a restrição da natalidade que leva ao desenvolvimento; é o desenvolvimento que, a partir de certos estágios, possibilita e justifica o controle da natalidade, como uma medida complementar para acelerar a melhoria do padrão de vida da população pobre, favorecer a emancipação da mulher e proteger melhor a saúde das mães e das crianças.

Nada corrobora com mais clareza esse ponto de vista do que o exame da evolução contraditória de dois dos países mais populosos da Terra, a China e a Índia. A Índia e a China reconquistaram sua independência estatal mais ou menos na mesma época. A Índia, porém, não efetivou mudanças mais profundas em seu regime político e social e preferiu basear seu desenvolvimento, por um lado, no recurso ao mercado, aos capitais e a tecnologia externas; e, por outro, em programas oficiais de controle da natalidade, instituídos desde 1951. Mas, embora fosse canalizada para a Índia, que se pretendia transformar em vitrine desse modelo de desenvolvimento, enorme ajuda externa, a velha e sofredora nação asiática não conseguiu sair da extrema pobreza em que se debate, nem conter sequer sua explosão demográfica. Por isso, em 1965, os programas anti-natalistas foram intensificados, enfatizando-se a esterilização compulsória dos casais com mais de 2 filhos, sob pena de prisão do pai.

Enquanto isso, a China, depois de grandes transformações em seu sistema social iniciadas em 1949 dava prioridade ao desenvolvimento; de 1949 a 1953, chegou a estimular o aumento da natalidade, sob o slogan de que "um novo chinês" é uma boca a mais, mas são dois braços a mais"; de 1953 a 1958, adotou uma política de limitação moderada; na época do Grande Salto à Frente, voltou a incentivar a expansão demográfica como reforço da capacidade produtiva e defensiva do país; e desde 1962, consolidada a situação, retornou à política de controle voluntário dos nascimentos, não só por motivos econômicos, mas também por objetivos políticos.

Não tinha razão o delegado de um país subdesenvolvido à Conferência de Bucareste sobre população, em 1975, quando proclamou: "O melhor anticoncepcional é o desenvolvimento?" 3-V-76

(1) Segundo fontes da ONU, a população mundial vem duplicando a intervalos de tempo cada vez mais curtos. No ano 1 depois de Cristo, a população do mundo era de 250 milhões de habitantes, passando a 500 milhões em 1650, a 1 bilhão em 1850, a 2 bilhões em 1930 e a 4 bilhões em 1976. Suas previsões são de que será atingido o número de 8 bilhões no ano 2011.

Desenvolvidos e Subdesenvolvidos		
Comparação em porcentagem	Países desenvolvidos (América do Norte, Europa ocidental, URSS, Japão, Austrália, Nova Zelândia)	Países subdesenvolvidos (Ásia, África, América Latina, Paquistão)
Território	40%	60%
População	24%	76%
Renda	82%	18%
Nascimentos	12%	88%

o sistema em vigor precisa de uma reserva de mão-de-obra. Nos segmentos econômicos ainda pré-capitalistas, a família não é apenas uma unidade de consumo mas também de produção e por isso sente a necessidade econômica de um maior número de filhos e de braços. Se a isso se acrescentam o baixo nível de instrução, os preconceitos sexuais e os tabus religiosos, ficam evidentes as dificuldades para qualquer controle livre e amplo da natalidade, sem que antes ocorram importantes mudanças so-

## 2. SUPERPOPLAÇÃO OU SUBDESENVOLVIMENTO?

**A** Terra já abriga 4 bilhões de moradores; estaria "superpovoada"?

A Terra estaria "superpovoada" quando não pudesse mais garantir a sobrevivência e o progresso de seus habitantes. Ora, só um décimo da superfície dos continentes foi cultivado até agora e o aproveitamento dos recursos alimentares dos oceanos apenas engatinha.

Por outro lado, qualquer consideração séria dos problemas demográficos tem que partir do princípio de que o homem, antes de ser um consumidor, é um produtor. Ele consome, mas também cria, inventa, inova; não pára de desenvolver seu conhecimento científico do universo e sua capacidade técnica de transformar a natureza.

### Modo de produção e lei de população

Não existe, por conseguinte, no homem nem na Terra, nenhum limite "natural" ou "pré-determinado" que estabelecesse um teto para o crescimento da população mundial. O conceito de "superpopulação" é eminentemente *relativo*: relativo às possibilidades e necessidades de cada época histórica e da formação sócio-econômica de cada país.

Destes pontos de vista, o erro mais sério de Malthus não foi de previsão, mas de método, e consistiu em pretender formular uma "lei geral da população", universalmente válida. Ora, como demonstrou um de seus críticos, "todo regime histórico concreto de produção tem suas leis de população próprias, leis que regem de um modo historicamente concreto. Leis abstratas de população só existem para os animais e as plantas, e ainda assim enquanto o homem não intervém historicamente nesses

enorme mortalidade, uma natalidade elevada constituía uma necessidade vital para a sobrevivência da espécie. Daí o respeito que cercava a mulher fecunda, o lugar reservado ao patriarca de vasta descendência, os valores morais atribuídos à família numerosa. A grande mortalidade, porém, freava o ritmo de expansão demográfica. Calcula-se que, após um milhão de anos, a humanidade só atingiria uns 20 milhões de pessoas.

Lutando contra essas condições penosas de existência, certas coletividades chegaram, há cerca de 10 mil anos, à *revolução agrícola do neolítico*. A produtividade do trabalho humano se eleva, os bens disponíveis se ampliam, a expansão demográfica se intensifica.

Com a aparição de um excedente agrícola e o desenvolvimento da população, surgem as primeiras cidades e com elas cresce um artesanato de tempo integral e o comércio especializado. Alarga-se também o número dos administradores, soldados profissionais, sacerdotes, intelectuais. É a *revolução urbana*. Essas alterações na base técnica das coletividades pré-históricas logo conduziriam a alterações também em seu modo de produção e em seu regime social. A formação comunitária primitiva ou se transforma, como na Ásia, num regime "despótico-comunitário", que depois evolui lentamente para formas de escravismo e de feudalismo ou então, como na Europa Ocidental, passa mais diretamente a regimes escravistas e feudais. Todas essas formações sociais, porém, têm a característica comum de se basearem na agricultura, e esta continuará rudimentar por milhares de anos. É principalmente extensiva e itinerante. Depende da fertilidade natural do solo. Está sujeita às secas ou as enchentes. E como o comércio ainda é restrito e são reduzi-

Surgida nas cidades, a revolução industrial e capitalista repercute em seguida nos campos, desencadeando uma agricultura nova, intensiva e científica. Com o desaparecimento das fomes locais pelo desenvolvimento do comércio e dos transportes; com o crescimento da produção de alimentos e a melhoria das condições gerais de vida; e finalmente com os progressos da medicina e do saneamento urbano, a partir de meados do século XIX - ocorre uma queda geral da mortalidade. No entanto, a natalidade continua alta até aproximadamente 1900. Assim, o crescimento populacional desses países começa a se acelerar no fim do século XVIII e em meados do século XIX dispara. Desenvolve-se a "primeira explosão demográfica", que sacode a Europa e os Estados Unidos de meados do século XIX até os anos 30-40 de nosso século; entre 1942 e 1956, na conjuntura demográfica especial ocasionada pela II Guerra Mundial, há uma recuperação transitória da fertilidade; mas a partir de 1956 a curva do crescimento populacional se inverte decisivamente em todos os países capitalistas desenvolvidos.

Enquanto isso, porém, sobrevinha uma "segunda explosão demográfica", ainda mais acentuada, nos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina. A medida que nesses países o capitalismo brota e se desenvolve e a penetração de capitais estrangeiros se acelera, a expansão demográfica também se intensifica, arrancando em 1920 e atingindo seu ponto máximo nos anos 60; já na década de 70, porém, a natalidade entra em declínio na maioria dos países subdesenvolvidos.

Três grandes fases marcam, portanto, o desenvolvimento populacional dos vários países até agora. Numa primeira etapa, os índices de mortalidade e natalidade são altos; a população cresce lentamente. Num segundo período, diminui o índice de mortalidade mas a taxa de natalidade se mantém elevada; a população passa a crescer rapidamente. Finalmente, os índices de mortalidade e de natalidade tendem a igualar-se; a população se estabiliza ou mesmo declina. Que fatores comandariam tal movimento?

Para começo de análise, a mudança profunda nas condições alimentares e sanitárias de grande parte da população mundial, que ocorreu nos últimos séculos e nem sempre foi para melhor, não teria sido possível sem a criação de um mercado mundial e sem a revolução técnica desencadeada pelo dinamismo característico do capitalismo. Mais interessante, no entanto, é observar que o capitalismo não só trouxe a possibilidade de um crescimento acelerado da população mundial, como acarretou até certo momento a *necessidade* desse crescimento.

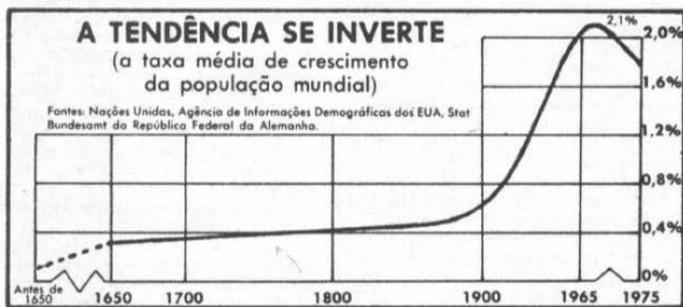
Em primeiro lugar, é característica do capitalismo a *reprodução ampliada*, em escala sempre crescente; interrompida apenas pelas crises econômicas; antes do capitalismo, as forças produtivas se desenvolviam muito lentamente, o volume da produção social pouco crescia de um ano para outro; o capitalismo não pode parar! Em segundo lugar, na repro-

dução ampliada capitalista, se por um lado aumenta a massa do capital, por outro a proporção entre suas diferentes partes se modifica; o capital constante (aplicado na aquisição de máquinas, edifícios, matérias primas etc.) cresce mais rapidamente do que o capital variável (despendido na compra de força de trabalho); isto significa que, à medida que o capitalismo se desenvolve, a procura da força de trabalho diminui relativamente e uma parte da população trabalhadora se torna "excedente"; em outras palavras, o capitalismo não pode se reproduzir sem produzir uma *superpopulação relativa* ou "exército industrial de reserva". Para criar essa superpopulação que mantém os salários sob controle, o capitalismo tanto pode recorrer ao crescimento demográfico absoluto e acelerado, como, em fases mais avançadas, ao progresso tecnológico intenso que reduz as necessidades de força de trabalho.

Portanto, o regime capitalista, à medida que se desenvolve, pode dispensar a "explosão demográfica", mas não pode prescindir de uma "superpopulação relativa". Se assim é, ele só permitirá que o crescimento populacional seja desacelerado até o ponto em que não ameace sua reprodução ampliada; não seria por isso que já se começa a falar no novo perigo de uma "implosão demográfica" e de um "declínio muito rápido da natalidade"? Se a natalidade nos países capitalistas desenvolvidos pôde cair mais do que seria normal internamente, é porque eles recorreram, num mercado de trabalho já integrado mundialmente, à imigração de trabalhadores dos países subdesenvolvidos. E se a explosão demográfica desses países se mostrou mais aguda é porque, no sistema capitalista mundial que se constituiu no século XX, seu desenvolvimento foi fecho e distorcido; assim o atraso tecnológico de seus setores capitalistas é maior e eles dependem mais de mão-de-obra abundante e barata; além disso, conservam extensos setores pré-capitalistas, onde a lei de população que rege diretamente é outra; como disse um especialista, combinam uma "mortalidade industrial" com uma "natalidade agrícola".

Ora, se a produção de uma superpopulação relativa e desempregada, mesmo sem explosão demográfica, é um resultado inelutável do sistema a que estão submetidos os países subdesenvolvidos, não seria pelo simples controle da natalidade, mesmo que este fosse possível, que o padrão de vida da maioria de suas populações poderia ser alterado. Fica evidente que não é a explosão demográfica que produz o subdesenvolvimento; é o sistema desigual de relações internacionais, formado à base do imperialismo, que produz tanto o subdesenvolvimento quanto a superpopulação dos países dependentes. Por isso a luta por um crescimento demográfico mais equilibrado desses países não pode separar-se da luta por seu desenvolvimento independente e por uma redistribuição internacional e interna de renda.

O melhor anticoncepcional é o nível de vida!



reinos".

Sendo assim, não seria possível alterar a tendência do desenvolvimento populacional de uma sociedade sem alterar antes sua base econômica. E o debate sobre o crescimento explosivo da população mundial nos últimos 200 anos precisa ser posto de cabeça para cima e começar pelo exame das mudanças sócio-econômicas que explicariam essa expansão.

Durante milhares de anos, os homens viveram em pequenas comunidades nômades, baseadas numa *economia de coleta* de frutos silvestres e de pesca e caça de animais selvagens. O trabalho era duro e arriscado, a vida muito pobre. Face à

das as reservas alimentares, ocorrem, além da mortalidade permanentemente alta, surtos de fomes e epidemias, que dizimam as populações. Assim, as fomes, as epidemias e as guerras representam, nessas sociedades agrícolas, os três reguladores demográficos. A população mundial aumenta, mas a ritmo lento; no início da era cristã chega a 250 milhões, em 1650 alcança 500 milhões.

Mas eis que na Europa Ocidental, no século XVIII, por uma convergência de fatores, ocorre a terceira grande revolução tecnológica da humanidade, a *revolução industrial*, que fornece a base técnica para um novo modo de produção, o capitalismo.

# O BRASIL É UM PAÍS SOCIALISTA?

Os erros de certas críticas à estatização

Quem diria? Sem ninguém se dar conta, o Brasil virou pelo avesso e se transmutou num país socialista; pelo menos é a isso que parecem chegar certas críticas ao papel das empresas estatais; pelo menos, esta é a tese exótica que, a partir dessas críticas, alguns jornalistas e políticos estão lançando no mercado das novidades nacionais. O sentido político da tese não é difícil de perceber: pretende-se ressuscitar a "campanha contra a estatização" e acusar os últimos governos brasileiros de se terem afastados dos ideais do movimento de 1964. De quebra, tenta-se apresentar a "oposição liberal" como a mais avançada das correntes oposicionistas, pois leva o combate pela "liberdade" até à luta contra a "estatização", e condena não só os "regimes autoritários de direita", mas também os "de esquerda". Porém, se há uma acusação que não pode ser feita aos governos brasileiros do último decênio, é a de terem transformado o Brasil num país socialista. E quanto às correntes oposicionistas, os próprios disparates da tese "liberal" evidenciam que seus autores, apesar das contribuições que podem dar à luta democrática, não representam a ala mais esclarecida e consequente da oposição.

O argumento básico em defesa da tese é o número e o peso das empresas estatais. Incorre em dois erros. Primeiro, é um evidente exagero pretender que as empresas estatais já controlam a economia nacional, ou seja, controlam a indústria, a agropecuária, o comércio interno e externo, o crédito, as comunicações e os transportes do país. Depois, mesmo que isso fosse verdade, o país poderia encontrar-se não sob o socialismo, mas sob uma forma de capitalismo de Estado. O pecado mais sério da tese, portanto, se esconde em sua premissa errada de que "empresa estatal" é a mesma coisa que "empresa socialista". Tal pressuposto descansa em conceitos ultrapassados tanto do capitalismo quanto do socialismo.

## O fim do liberalismo econômico

O mundo não está mais no tempo do capitalismo concorrencial, quando um número elevado de pequenas empresas competiam mais ou menos livremente no mercado, e o Estado, expressivamente apelidado de "Etat-Gendarme", devia contentar-se com suas funções políticas de manter a ordem capitalista interna e defender as fronteiras do mercado nacional. Nessa época fazia sentido que a economia "liberal" se esmerasse em proteger o "capitalismo privado" de qualquer ingerência prematura do Estado. Porém, na tormentosa transição do século XIX para o XX, sob a ação implacável da lei da concentração da produção e da propriedade, inerente à economia de mercado, o capitalismo passou de sua fase

competitiva para a etapa monopolista, e, no lugar da horda jovial de milhões de pequenas e médias empresas, foi ficando um número cada vez menor de monopólios cada vez maiores: os trustes, cartéis, sindicatos patronais, holdings, cujos descendentes diretos são hoje os badalados conglomerados multinacionais. E depois que duas guerras mundiais e uma crise econômica arrasadora em 1929 botaram abaixo as teorias otimistas de Adam Smith e seus discípulos sobre o desenvolvimento ininterrupto, automático e pacífico do capitalismo, foram os próprios empresários privados mais lúcidos que passaram a reclamar a intervenção corretiva do Estado na economia - de um Estado comprometido com os objetivos e os valores capitalistas, é claro. Inaugurou-se, assim, o estágio do capitalismo monopolista de Estado, que os manuais escolares chamam pudicamente de "economia mista" ou "economia de dois setores". Keynes entrou na moda e o Estado passou a ser indispensável ao funcionamento do capitalismo não só como instrumento político de manutenção da ordem interna e da segurança externa, mas também como instrumento econômico de estímulo e coordenação.

Muito do debate que hoje se observa sobre a participação estatal na economia está, portanto, superado. Não existe mais país capitalista, desenvolvido ou subdesenvolvido, em que o Estado não desempenhe uma função econômica essencial, que tende a se acentuar em face da nova crise mundial do capitalismo. Como não existe economista que se respeite e não reconheça a necessidade de intervenção estatal, quer de forma indireta, através das políticas fiscal, cambial, creditícia, salarial, de preços etc., quer de forma direta, através da monopolização de empresas ou setores importantes. Portanto, ao contrário do que prega a "oposição liberal", a verdadeira questão não é saber se o Estado deve intervir, ou até onde, mas que Estado intervém e para quê. O problema não é o controle (inevitável) do Estado sobre a economia; mas a necessidade de controle do povo sobre o Estado, e para isso do aprimoramento do regime democrático através da elevação da participação popular.

Mas, se a ação do Estado em qualquer economia capitalista é hoje ampla; se até surgiu uma nova modalidade de propriedade capitalista, a propriedade estatal - propriedade não de um capitalista ou grupo de capitalistas mas do conjunto da classe empresarial que controla o Estado -, isto advierte que não é qualquer "estatização" que pode ser considerada socialista. O caráter das empresas estatais e de outras medidas intervencionistas depende do caráter do Estado que intervém, da classe que o controla, do sentido geral de sua intervenção, assim como do caráter da economia sobre o qual ele se baseie. Cada modo de produção tem

uma lei fundamental, que o caracteriza. A lei fundamental do capitalismo é a busca do lucro. Se o Estado investe em setores que exigem capitais vultosos e proporcionam lucros exíguos; se luta para assegurar energias, transporte e matéria prima barata para as empresas particulares; se compra empresas deficitárias ou ameaçadas de falir para muitas vezes devolvê-las depois de recuperadas; se, em suma, o sentido geral dos esforços do Estado é corrigir erros, suprir falhas, manter o ritmo de expansão para garantir a lucratividade das empresas privadas - não é claro que a "estatização" ocorrida nesse quadro geral é uma medida capitalista e não socialista? Não se vê que não representa nenhuma transição ao socialismo, mas sim uma tentativa de recuperação e melhoria do capitalismo?

## Toda estatização é nacionalista?

Não parece acertado, pelas mesmas razões, considerar qualquer "estatização" nos países capitalistas dependentes como tendo um sentido necessariamente nacionalista. É verdade que, nesses países, a intervenção econômica do Estado foi estimulada inicialmente pelos industriais nacionais como meio de resistir a seus competidores estrangeiros, e foi combatida, em nome de princípios liberais, pelos grandes comerciantes e fazendeiros, interessados em estreitar os laços com os investidores externos. Verdade também que várias das empresas estatais criadas nesses países custaram a seus povos lutas destemidas e esforços abnegados. Mas sobrevieram alterações nas bases sociais do Estado em vários países subdesenvolvidos. Paralelamente desenvolveu-se uma redivisão internacional do trabalho no sistema capitalista mundial e uma renegociação dos termos de dependência entre os países capitalistas desenvolvidos e os subdesenvolvidos. E, em vários países subdesenvolvidos, a tentativa de desenvolvimento capitalista autônomo foi então substituída por uma política de desenvolvimento associada, selando-se uma "tríplice aliança" entre as empresas estrangeiras, as empresas estatais e as grandes empresas privadas nacionais, e passando-se de uma "estatização de oposição" aos capitais estrangeiros a uma "estatização de associação" com eles. Na partilha das responsabilidades e dos benefícios desse "modelo triangular", não está excluída a possibilidade de atritos entre os empresários estrangeiros, o setor burocrático e o setor privado dos empresários nacionais. Mas esta é uma outra história e não autoriza acusar a "estatização" ocorrida nesse contexto de ter um caráter nacionalista, nem muito menos socialista. Mais uma vez, tudo depende do caráter do

Estado e do sentido geral de sua intervenção.

## Toda estatização é socialista?

Mas, por isso mesmo, é também urgente desenvolver o conceito científico do que seja um país socialista. Se nem toda propriedade estatal tem caráter socialista, é evidente que não basta que um país adote formalmente o regime de propriedade social dos meios de produção para que mereça ser considerado socialista. Se o Estado é dono dos meios de produção, a questão seguinte é identificar quem de fato é dono do Estado, e com que fins utiliza as instituições políticas e as propriedades esta-

Aqui irrompe a contradição que ameaça qualquer experiência socialista. Embora o poder possa se declarar dos trabalhadores e a propriedade dos meios de produção seja a eles atribuída, será indispensável contar por um longo período com dirigentes, técnicos e especialistas para coordenar e conduzir a ação econômica e política dos trabalhadores. Toda a questão depende, então, de saber se estes quadros dirigentes serão capazes de estreitar suas ligações com o povo simples, colocar a sua serviço, ouvir suas opiniões e lutar para reduzir as desigualdades entre operários e camponeses, entre as cidades e o campo, entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais, entre homens e mulheres, e entre as nações desenvolvidas e as nações subdesenvolvidas. Ou se, ao contrário, se desprenderão do povo, se fecharão sobre si mesmos, monopolizarão as decisões, ampliarão seus privilégios e acabarão restaurando, sob uma forma embora dissimulada, a lei capitalista fundamental da busca do proveito pessoal às custas da felicidade e da libertação coletivas. A burocratização dos quadros dirigentes será, portanto, como um câncer: se não for eliminada radicalmente, se propagará e acabará matando o socialismo e substituindo-o pela variedade de um capitalismo burocrático de Estado.

Diante desse processo, há quem prefira falar num "socialismo burocrático". Mas isto é tão ilógico quanto falar num "dia noturno". O burocratismo e o socialismo são princípios incompatíveis. Se a burocratização persiste e se generaliza, ela não deforma apenas: ela destrói o socialismo. Há também quem aprecie discorrer sobre a "convergência" entre o capitalismo e o socialismo. Seria mais exato falar na possibilidade de restauração do capitalismo em qualquer país socialista, e na posterior convergência, esta sim, entre o capitalismo monopolista de Estado e o capitalismo burocrático de Estado; quanto ao verdadeiro socialismo, esculpado pelas experiências negativas, tende a afastar-se cada vez mais de qualquer modelo capitalista.

1-XII-75

# ASSINE MOVIMENTO

(Por telefone)

RIO - 222-6493

BRÁSILIA - 23-7416

BH - 226-9612

SP - 210-6622

210-6744



# MOVIMENTO

## O PROGRAMA DE MOVIMENTO

- 1) apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;
- 2) descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;
- 3) acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros:
  - pelas liberdades democráticas;
  - pela melhoria da qualidade de vida da população;
  - contra a exploração do país por interesses estrangeiros;
  - pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo;
  - pela defesa dos nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.